



UCSAL
**UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DO SALVADOR**

BARTHOLOMEU THADEU DE SOUZA REBOUÇAS

**COOPERAÇÃO PARA A CONQUISTA DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE
HORTALIÇAS FOLHOSAS PRODUZIDAS EM CONCEIÇÃO DO JACUIPE, NA
BAHIA**

Salvador

2021

BARTHOLOMEU THADEU DE SOUZA REBOUÇAS

**COOPERAÇÃO PARA A CONQUISTA DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE
HORTALIÇAS FOLHOSAS PRODUZIDAS EM CONCEIÇÃO DO JACUIPE, NA
BAHIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Amilcar Baiardi.

Salvador

2021

Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

R292 Rebouças, Bartholomeu Thadeu de Souza

Cooperação para a conquista da indicação geográfica de
hortaliças folhosas produzidas em Conceição do Jacuípe, na Bahia / Bartholomeu
Thadeu de Souza Rebouças. – Salvador, 2021.

215 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de
Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Social.

BARTHOLOMEU THADEU DE SOUZA REBOUÇAS

**COOPERAÇÃO PARA A CONQUISTA DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE
HORTALIÇAS FOLHOSAS PRODUZIDAS EM CONCEIÇÃO DO JACUÍPE, NA
BAHIA**

Tese de Doutorado aprovada como requisito para obtenção do grau de Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 30 de setembro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Amílcar Baiardi UNICAMP e UCSAL

Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos (UCSAL)

Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas (UFBA)

Prof. Dr. Guilherme Augusto Vieira da Silva (UNICRED/UNEB)

Prof. Dr. Heitor Ferrari Marback (SEBRAE/IFBA)

A DEUS pela saúde e discernimento quanto aos desafios da vida.

A meus pais (*In Memoriam*), Judith e Antônio, que me apresentaram ao primeiro signo territorial por mim conhecido, com a escolha do meu nome – Bartholomeu – como forma de homenagear o apóstolo e padroeiro de Maragogipe-Ba, terra natal do casal.

AGRADECIMENTOS

No núcleo familiar, a Angélica, filhas e neta, pela tolerância quanto ao uso do tempo destinado à elaboração da tese, às viagens para territórios úteis à pesquisa e às ausências - até mesmo a eventos sociais e familiares - em função dos estudos para a confecção deste documento.

Ao Professor Doutor Amílcar Baiardi, pela segura orientação e o estímulo à busca de pontos e referências mais adequadas à pesquisa. Registre-se as rodadas de café, quer nos *campi*, quer em outros espaços sociais. Também a oportunidade de elaborar, em coautoria, diversos artigos que, submetidos e aprovados para apresentação em eventos de renome, nos permitiram levar o nome da UCSAL e seus saberes a diversos públicos, bem assim à publicação de capítulos de livros que se tornam referências nos temas em estudo.

Ao Professor Doutor Pedro Vasconcelos que, quase como um "co-orientador" foi inúmeras vezes contatado quanto à dúvidas relativas à evolução e sequência do conhecimento geográfico, ocasiões em que demonstrou a sua generosidade, disponibilidade e compromisso com a qualidade acadêmica, ofertando livros e outros insumos para ampliação das leituras e pesquisas.

Ao Professor Doutor Alcides Caldas, um dos pioneiros nos estudos sobre Indicação Geográfica na Bahia e autor de obra de destaque em que avalia a realidade da Bahia com a Europa no reconhecimento dos produtos pela IG. Também exemplar a convivência com ele, em desafiantes projetos de IG encetados pela Pós-Graduação em Geografia da UFBA, da qual faz parte e que são relativos ao Dendê e à Farinha do Vale da Copioba.

Ao Professor Doutor Guilherme Augusto Vieira da Silva. pelos diálogos acerca do mundo rural da Bahia e a indicação e empréstimo de obras fundamentais para a compreensão do universo da produção agrícola e da olericultura nacional.

Ao Professor Doutor Heitor Ferrari Marback, ex-aluno que aceitou o convite para - numa simbiose acadêmica - compor a banca de avaliação desta tese.

Dos quadros da UCSAL, um agradecimento à atual Reitora, Professora Doutora Silvana Carvalho, também professora do programa de Doutorado ora encerrado, bem assim aos Professores Doutores Cristina Alencar e Moacir Tinoco da direção superior da instituição.

Menção especial (*In Memoriam*) ao saudoso Professor Doutor Sylvio Bandeira de Melo, ex-coordenador deste Doutorado, que me acolheu de forma afetuosa nas primeiras incursões no conhecimento geográfico, fazendo com que um "administrador de empresas" (sempre destacado por ele) se interessasse pela gestão territorial e suas várias ferramentas, redundando na presente tese. Amplio o agradecimento e

homenagem à sua esposa e também professora Barbara Christine Nentwig Silva, que me apresentou às representações gráficas dos territórios.

Como registro de cooperação remota, agradeço à Professora Maria Helena Ochi Flexor, à qual recorri, quando da finalização desta tese e tive, por parte dela, o acolhimento e a sugestão adequada.

Fora do programa do doutorado, porém ainda no ambiente da UCSAL, agradecimentos à Professora Doutora Rujane Mota Alves - Coordenadora do Curso de Letras - pela paciência, dedicação e competência em avaliar meus "escritos" e indicar ajustes e correções para enquadramento às normas da ABNT. Também à competente bibliotecária Linda Bulhosa Gomes, pela indicação de leituras e elaboração da ficha catalográfica desta tese.

Fora da UCSAL, mas ainda no território da Bahia, registro o apoio de diversas pessoas e instituições como Ranieri Muricy Barreto (SEPLAN), Luiz Gugé Santos Fernandes (SDE), Ana Cristina Souza dos Santos (SDR), Francimary Medeiros de Souza (MAPA), além dos componentes do grupo de estudos e entidades que buscam viabilizar o alcance da IG para o azeite produzido na Costa do Dendê.

Ainda nesta escala geográfica, agradeço ao Doutorando Paulo Victor Lemos (UFBA) pelas reflexões a partir dos seus estudos sobre aspectos físico-químicos de alimentos e ao empreendedor Marcus Vinicius Fonseca, por haver cedido, para pesquisa acadêmica, o seu banco de dados relacionais disponível na plataforma XTR.

Como colaboração remota, a Doutora Celina Cunha Basto que, desde a Austrália, acompanhou a elaboração desta tese e fez a versão para o *abstract* aqui inserido.

No território foco da tese, agradeço aos produtores e membros da comunidade de Conceição do Jacuípe, pela convivência durante o período da pesquisa, destacadamente Elizabeth de Jesus Silva, Elmo Campos, Gilvan Costa da França, Herval Passos de Araújo, Moacir Assis, Pedro Andrade Junior, Saulo Campos, Viliano Filho, entre outros.

A estas e demais pessoas que mantive contato em função dos interesses para a elaboração desta tese, algumas anônimas, registro a minha gratidão pela prática da Cooperação encontrada.

Cantar e cantar e cantar

A beleza de ser

Um eterno aprendiz!

(Gonzaguinha)

RESUMO

A tese teve como objetivo estudar as ações de cooperação entre os produtores e outros membros da cadeia produtiva de hortaliças folhosas em Conceição do Jacuípe-Ba. Levantou-se a hipótese de que a cooperação tem papel relevante no processo de conquista da Indicação Geográfica (IG). Objetivou-se delinear as características de tal prática, buscando-se identificar a cooperação como um dos fatores precedentes para a busca do reconhecimento da IG para tais produtos, o que é elemento diferencial num mercado competitivo. O estudo seguiu a metodologia hipotético-dedutiva voltada a registrar as características presentes na região que propiciam o ambiente favorável para gerar a notoriedade na conquista da Indicação Geográfica para os alimentos folhosos ali produzidos. A tese foi estruturada em duas partes. A primeira formada pela apresentação e introdução. A segunda composta por quatro capítulos temáticos, relativos ao objeto do estudo. No primeiro capítulo destacou-se as visões sobre a cooperação humana e os processos e entidades cooperativas. O capítulo dois evidenciou a questão da Indicação Geográfica e seu processo de conquista para distinguir produtos e serviços no Brasil, em duas categorias: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). O terceiro capítulo retratou sobre as hortaliças (alface, coentro, couve e rúcula), com um levantamento da produção e formas de cultivo, distribuição e consumo. O quarto capítulo abordou sobre o desenvolvimento e características históricas, econômicas, geográficas, da localidade em questão, bem como seu destaque na horticultura. Ao final do estudo, nas condições analisadas, confirmou-se a hipótese apresentada e em conjunto com os resultados da pesquisa indicaram que a região de Conceição de Jacuípe tem potencial para alcançar, pela cooperação, a Indicação Geográfica das suas hortaliças.

Palavras-chave: Cooperação. Indicação Geográfica. Hortaliças; Folhosas. Conceição do Jacuípe.

ABSTRACT

The thesis aimed to study the cooperation actions between producers and other members of the leafy vegetables production chain in Conceição do Jacuípe-Ba. It was hypothesized that cooperation plays a relevant role in the process of conquest of the Geographical Indication (GI). The objective was to outline the characteristics of such a practice, seeking to identify cooperation as one of the preceding factors in the search for GI recognition for such products, which is a differential element in a competitive market. The study followed the hypothetical-deductive methodology aimed at recording the characteristics present in the region that provide a favorable environment to generate notoriety in the conquest of the Geographical Indication for the leafy foods produced there. The survey was structured in two parts. The first formed by the presentation and introduction. The second consists of four thematic chapters, related to the object of the study. The first chapter highlighted the views on human cooperation and cooperative processes and entities. Chapter two highlighted the issue of Geographical Indication and its achievement process to distinguish products and services in Brazil, in two categories: Indication of Origin (IP) and Denomination of Origin (DO). The third chapter portrayed vegetables (lettuce, coriander, kale and arugula), with a survey of production and forms of cultivation, distribution and consumption. The fourth chapter addressed the development and historical, economic, geographic characteristics of the location in question, as well as its prominence in horticulture. At the end of the study, under the conditions analyzed, the hypothesis presented was confirmed and, together with the research results, they indicated that the region of Conceição de Jacuípe has the potential to reach, through cooperation, the Geographical Indication of its vegetables.

Keywords: Cooperation. Geographical Indication. Vegetables; Hardwoods. Conception of Jacuípe.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Signo identificador do reconhecimento da Indicação Geográfica na modalidade Indicação de Procedência referente às uvas e mangas produzidas no Vale do Submédio Francisco.....	São 88
Figura 02 -	Signo Identificador do reconhecimento da Indicação Geográfica na modalidade Denominação de Origem, referente às bananas produzidas na região de Corupá no estado de Santa Catarina.....	92
Figura 03 -	Os anéis de Von Thünen.....	115
Figura 04 -	Círculos concêntricos na conceituação da Cidade Jardim.....	118
Figura 05 -	Abordagem Locacional dos Anéis de Von Thünen.....	158
Figura 06 -	Localização do Município de Conceição do Jacuípe-Ba e a caracterização do seu entorno geográfico.....	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 -	Indicações Geográficas Nacionais.....	82
Quadro 02 -	Distribuição por Tipos de Indicação Geográfica.....	85
Quadro 03 -	Distribuição por Tipos de Entidades Requerentes.....	85
Quadro 04 -	Distribuição por Unidades de Federação.....	85
Quadro 05-	Relação Final das Manifestações de interesse (MI) selecionadas.....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Volume de Produção de Hortaliças no Brasil 2017 (t.).....	124
Tabela 02 - Volume de Hortaliças Comercializadas pela CEASA 2018 (kg).....	125
Tabela 03 - Volume de Hortaliças Comercializadas pela CEASA 2019 (kg).....	126
Tabela 04 - Pesquisa no Território: Sobre Faixa Etária dos Respondentes.....	177
Tabela 05 - Pesquisa no Território: Sobre o Perfil dos Pesquisados.....	177
Tabela 06 - Pesquisa no Território: Sobre a Classificação dos Respondentes.....	177
Tabela 07 - Pesquisa no Território: Sobre Arranjos de Produção.....	179
Tabela 08 - Pesquisa no Território: Sobre Práticas de Gestão / Aquisição de Insumos.....	180
Tabela 09 - Pesquisa no Território: Elementos de Cooperação.....	181
Tabela 10 - Pesquisa no Território: Principais Hortaliças Produzidas em Conceição de Jacuípe-Ba.....	182
Tabela 11 - Pesquisa no Território: Principais Itens da Política Mercadológica Aplicada.....	183

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Pesquisa no Território: Sobre Classificação dos Respondentes..	178
Gráfico 02 - Pesquisa no Território: Sobre Arranjos de Produção.....	179
Gráfico 03 - Pesquisa no Território: Práticas de Gestão / Aquisição de Insumos.....	180
Gráfico 04 - Pesquisa no Território: Prática da Cooperação entre os Produtores.....	181
Gráfico 05 - Pesquisa no Território: Principais Hortaliças Produzidas.....	182

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACAFÉ – Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia
ABAJAS – Associação de Bananicultores de Jaraguá do Sul
ABC – Agência Brasileira de Cooperação
ABRASEM – Associação Brasileira de Sementes e Mudas
ABS – Associação de Bananicultores de Schroeder
ACBRQ – Associação Comunidade Bete II Revivência Quilombola
ACCOBA – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Bahia
AENOR – *Asociación Española de Normalización y Certificación*
AJUR – Assessoria Jurídica
ALEPA – Assembleia Legislativa do Pará
ALICE – Acesso Livre à Informação Científica da Embrapa
ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APL – Arranjo Produtivo Local
APROSUL – Associação de Produtores Rurais de São Bento do Sul
ASBANCO – Associação dos Bananicultores de Corupá
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
AURORA – Cooperativa Central Aurora Alimentos
BAHIATER – Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
BB – Banco do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia
CAMPIB – Cooperativa Mista do projeto de Irrigação Bebedouro
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CCIR – Cadastro de Imóvel Rural
CEASA – Centro de Abastecimento do Estado
CEPAN– Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola

CGC/MAPA – Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

CIG – Coordenação de Incentivo à IG de Produtos Agropecuários

CINTERFOR – Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional

CIRAM – Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNPB – Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliça

COAMO – Coamo Agroindustrial Cooperativa

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

COOPERCUC – Cooperativa agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá

COOPERHORTA – Cooperativa dos Produtores Hortigranjeiros de Conceição do Jacuípe

COPERSUCAR – Cooperativa Brasileira de Açúcar e Etanol

CREDIAMIGO – Programa de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil

DEPTA – Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária

DO - Denominação de Origem

DOC – Denominação de Origem Controlada

DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAGRI – Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

Esalq – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"

FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia

FAEPE – Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FENAGRO – Feira Internacional de Agropecuária

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia

FIESP – Federação das Indústrias do Estado da Bahia

GEF – Fundo Mundial para o Meio Ambiente Financeiro

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBRAF – Instituto Brasileiro de Frutas
IFBA - Instituto Federal da Bahia
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
IFSP – Instituto Federal de São Paulo
IG – Indicação Geográfica
INAO – Instituto Nacional das Denominações (Apelações) de Origem
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Nacional de Desenvolvimento Agrário
INFOTECA -- E – Repositório de Informação Tecnológica da EMBRAPA
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IP – Indicação de Procedência
JBPP – *Japan Brazil Partnership Programme*
JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NITs - Núcleos de Inovação Tecnológica
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCEB – Organização de Cooperativas do Estado da Bahia
ODA – Oficial para o Desenvolvimento
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMPI – Organização Internacional de Propriedade Intelectual
OMS – Organização Mundial da Saúde
OriGIN – Rede internacional de Indicações Geográficas
PANC – Plantas alimentícias não convencionais
PGE – Procuradoria Geral do Estado
PIF – Produção Integrada de Fruticultura

PROFNIT - Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROHORT – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro

RUC – Recursos de uso comum

SABIIA – Sistema Aberto e Integrado de Informação em Agricultura

SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SC)

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural (BA)

SEAGRI –Secretaria da Agricultura (BA)

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECINT – Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais

SEDAP – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviços Nacionais de Aprendizagem do Comércio e da Indústria

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SETUR – Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

SFA - BA – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia

SFAs – Superintendências Federais de Agricultura

SIC/Vale – Central de comercialização da VALEEXPORT

SIGEMA – Seminário Internacional de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas do Estado do Pará

SISCOOP – Sistema Cooperativo

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural

TRIPS – Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNB – Universidade de Brasília

UNISOCIESC – Universidade Sociedade Educacional de Santa Catarina

UNIVALE – Universidade do Vale do Itajaí

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville,

UPPOH – Unidade de Pesquisa em Produção Orgânica de Hortaliças

USP– Universidade de São Paulo

VALEEXPORT – Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco

VOTORANTIM – Instituto Votorantim e empresas do Grupo Votorantim

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	23
INTRODUÇÃO.....	26
1 UMA REVISÃO ACERCA DOS POSTULADOS DA COLABORAÇÃO HUMANA E INSTITUCIONAL.....	35
1.1 OS TEÓRICOS DA COLABORAÇÃO.....	36
1.2 COLABORAÇÃO E CULTURA.....	42
1.3 COLABORAÇÃO E TERRITÓRIO.....	45
1.4 COLABORAÇÃO E AMBIENTE PRODUTIVO.....	47
1.5 ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A COOPERAÇÃO.....	53
1.5.1 A OCDE/OMC.....	54
1.5.2 A ABC.....	57
1.5.3 Cooperativas agrícolas.....	58
1.5.4 A COOPERHORTA em Conceição de Jacuípe.....	62
1.5.5 Outras instituições de cooperação aplicáveis ao território.....	62
1.6 PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO PARA A IG NO TERRITÓRIO.....	63
2.INDICAÇÃO GEOGRÁFICA.....	64
2.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE IG.....	64
2.1.1 Um recorte histórico e geográfico necessário.....	65
2.1.2 Entidades de cooperação e registro para IG.....	71
2.2 IGS NO BRASIL.....	81
2.2.1 Registros de IG nas modalidades IP e DO.....	82
2.2.2 Frutas e demais produtos vendidos <i>in-natura</i>.....	87
2.2.2.1 Uvas e Mangas do São Francisco.....	87
2.2.2.2 Bananas de Corupá.....	92

2.2.2.3 Contribuições da academia numa análise às IGs referidas (São Francisco e Corupá).....	96
2.2.3 Alcance das IGs e suas possibilidades para hortaliças.....	102
2.3 IG E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	103
2.4 APROXIMAÇÃO ENTRE IG E GOVERNANÇA.....	107
3 HORTALIÇAS FOLHOSAS.....	110
3.1 TRAÇOS HISTÓRICOS DA INTRODUÇÃO DAS HORTALIÇAS FOLHOSAS NO BRASIL, PRODUÇÃO NA BAHIA, EM CONCEIÇÃO DO JACUÍPE E ATRELAMENTO À TEORIA DOS ANÉIS DE VON THÜNEN.....	111
3.2 A ESCOLHA DA ALFACE, COENTRO, COUVE E RÚCULA.....	119
3.3 NÚMEROS DA PRODUÇÃO NACIONAL, ESTADUAL E LOCAL.....	124
3.4 ASPECTOS DO PROCESSO PRODUTIVO E DA PÓS-COLHEITA LOCAL.	127
3.5 O RECORTE NECESSÁRIO NESTA TESE <i>MON-JUS</i>	130
3.6 DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO.....	147
3.7 SUSTENTABILIDADE E RASTREABILIDADE DA PRODUÇÃO OLERÍCOLA.....	148
4. CONCEIÇÃO DO JACUÍPE.....	152
4.1 ELEMENTOS DA GEOGRAFIA, DA HISTÓRIA E DA ECONOMIA PARA UM FOCO NO TERRITÓRIO DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE-BA.....	152
4.1.1 A localização e o desenvolvimento territorial.....	157
4.1.2 Teorias do desenvolvimento regional.....	161
4.2 A TEORIA ECONÔMICA APLICADA AO TERRITÓRIO PRODUTIVO.....	164
4.3 CONCEIÇÃO DO JACUÍPE-BA E SEU PERFIL HISTÓRICO E GEOGRÁFICO.....	166
4.3.1 Aspectos da história, da cultura e da geografia física do município e sua aptidão para a produção de hortaliças.....	167

4.3.2 A feira de Berimbau e a origem do topônimo.....	173
4.3.3 A produção de hortaliças e os elementos de cooperação.....	174
4.4 A PESQUISA REALIZADA NO TERRITÓRIO.....	176
4.4.1 Os arranjos da produção.....	178
4.4.2 Características da produção.....	179
4.4.3 Elementos de cooperação.....	181
4.4.4 Principais hortaliças produzidas.....	182
4.4.5 Política Mercadológica.....	183
4.4.6 Discussão.....	183
CONCLUSÃO.....	186
REFERÊNCIAS.....	189
ANEXOS.....	195

APRESENTAÇÃO

Esta tese está estruturada em seis partes, sendo a primeira representada por esta seção, consistente com esta apresentação, sequenciada pela introdução aos temas em estudo, a descrição do seu conteúdo e o registro da metodologia aplicada em sua elaboração.

A seguir, em quatro capítulos, se desdobram os conteúdos relativos às parcelas do título: (i) Cooperação; (ii) Indicação Geográfica; (iii) Hortaliças Folhosas e; (iv) Conceição do Jacuípe-Ba.

Por fim e integrando o capítulo IV, uma seção registra o resultado de uma pesquisa realizada nos diversos ambientes do território do município, ressaltando o potencial da mobilização de produtores e outros *stakeholders* para o esforço de buscar-se, pela cooperação entre os agentes privados e públicos, o reconhecimento das características assimétricas dos vegetais aí produzidos.

Como *core* da tese, o primeiro capítulo indica o resultado dos estudos relativos ao tema da cooperação e consta, inicialmente, de uma revisão acerca dos postulados da colaboração humana e institucional. Traz abordagens sobre os teóricos da colaboração e uma visão temática envolvendo colaboração e cultura, colaboração e território, colaboração e ambiente produtivo, com os arranjos institucionais necessários para a cooperação. Registra a existência e o papel da cooperação institucional, com citações e detalhamento de ações de organismos internacionais, como a OCDE e nacionais, como a ABC, as cooperativas agrícolas e, num processo dedutivo, chega-se à COOPERHORTA em Conceição de Jacuípe-Ba. Aborda ainda outras instituições de cooperação aplicáveis ao território e se encerra com um relato acerca das perspectivas de cooperação para a IG em Conceição do Jacuípe-Ba.

No capítulo segundo, faz-se um levantamento acerca do instituto da Indicação Geográfica, pela abordagem preliminar histórica e geográfica, onde se registram aspectos da origem e evolução do seu conceito, comentando acerca da importância econômica e social – que a atribuição do reconhecimento de territórios que alcançam a Indicação Geográfica para seus ativos territoriais – se registram em todo o mundo. Traz, também, a indicação de entidades de cooperação e registro para a IG, em nível internacional e no Brasil, quando se distinguem, entre nós as categorias

de IG, que podem ser Indicação de Procedência (IP) ou Denominação de Origem (DO).

Faz-se uma reflexão acerca dos atributos da IG para as frutas e demais produtos vendidos *in-natura*, com referência a dois exemplos, quais sejam: (i) as uvas e mangas do Vale do Rio São Francisco (nos territórios dos estados da Bahia e Pernambuco); e (ii) as bananas de Corupá (SC). O capítulo também traz um relato das contribuições da academia, numa análise das IGs referidas (São Francisco e Corupá) e comenta acerca do alcance das IGs e sua possibilidade para hortaliças. É encerrado com análises sobre a IG e o desenvolvimento territorial e um texto sobre a aproximação entre IG e a governança e, desta, com a Governança Territorial.

Como capítulo terceiro tem-se os registros das hortaliças folhosas, que incluem traços históricos da sua introdução no Brasil, produção na Bahia, em Conceição do Jacuípe e atrelamento à teoria dos anéis do teórico Von Thünen. Justifica a escolha da alface, coentro, couve e rúcula como objetos de estudo, a partir de pesquisa realizada no território e que será relatada no capítulo quarto, indicando e comentando acerca dos números da produção nacional, estadual e local, bem como caracterizando aspectos da produção local. Ao destacar a grande participação desta produção local na oferta dos produtos nos mercados de Feira de Santana e Salvador (onde representa mais de 66% do volume comercializado na CEASA), estabelece uma restrição de abordagem, com um recorte denominado MON-JUS que registra a preocupação de analisar os aspectos relativos aos espaços “a montante” e “a jusante” (grifos nossos) dos pontos de produção no território e, neste, o processo de transporte, distribuição e venda.

Aborda sobre o conhecimento, a ciência e a tecnologia aplicáveis ao mercado de hortaliças, com um relato sobre as instituições e programas que lhes dizem respeito, entre as quais a Embrapa; Embrapa Hortaliças; O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural SENAR; a Academia, Universidades e Escolas de Agricultura. Traz ainda outros programas públicos e privados de apoio à horticultura e identifica uma confluência institucional. O capítulo é encerrado com um relato sobre a distribuição e comercialização de hortaliças, além de uma avaliação crítica do observado no território de Conceição do Jacuípe e uma análise na legislação brasileira que prevê a intensificação de exigências quanto à sustentabilidade e rastreabilidade da produção olerícola e seus impactos na realidade local.

Como último capítulo do *core* mencionado, o quarto, aborda aspectos históricos, econômicos e geográficos, com a ocupação territorial em Conceição do Jacuípe-Ba, seus aspectos da geografia física e o surgimento da sua relevância na produção de horticultura.

Traz em seu bojo uma revisão sobre os teóricos da geografia, da história e da economia, com registro de movimentos e autores de destaque nessas áreas, bem assim teorias de localização, de desenvolvimento regional e a ocupação territorial de Conceição do Jacuípe-Ba. Faz também referências à cooperação na incorporação do conhecimento para a melhoria dos processos produtivos, voltados para uma futura e necessária agricultura de precisão e o aproveitamento da vocação para a produção de hortaliças do território, com seus recortes geográficos e históricos, bem como sua localização estratégica para a distribuição da sua produção, mantendo as características organolépticas originais dos produtos. Finaliza com o desenho geográfico e histórico do território e o relatório da pesquisa (qualitativa e quantitativa) efetuada no município, que traz registros da realidade local na visão dos seus próprios moradores. Isso constitui uma moldura, onde se permite abarcar desde os clássicos da geografia, da história e da economia, a evolução dos conceitos e a interpretação para a realidade local, adequando-se, tal cenário, à caracterização atual do território e suas potencialidades na busca de, pela cooperação, se alcançar o reconhecimento da Indicação Geográfica pretendida.

Como elementos pós-textuais, os anexos contemplam um detalhamento e aprofundamento do descrito anteriormente, a íntegra dos elementos exigíveis para a concessão da IG com a indicação dos instrumentos legais referentes, o relatório de uma *e-survey* encetada junto a membros de uma comunidade de estudiosos no Brasil e outros itens, o que constitui um elemento de destaque que justifica os enunciados propostos e permitirá, se necessário, um aprofundamento sobre as temáticas ali constantes.

INTRODUÇÃO

A presente tese, intitulada COOPERAÇÃO PARA A CONQUISTA DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE HORTALIÇAS FOLHOSAS PRODUZIDAS EM CONCEIÇÃO DO JACUÍPE, NA BAHIA, representa o fechamento de um ciclo de investigações desenvolvidas pelo autor, em sua trajetória como aluno e pesquisador junto ao programa da UCSAL já identificado e atualmente denominado Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade.

Registre-se, de imediato, a condição de bolsista da FAPESB como elemento facilitador da sua disponibilidade de tempo para a frequência às aulas, bem assim na realização de leituras necessárias, nas visitas ao território e nas viagens para a participação ativa em eventos relativos aos temas das Indicações Geográficas em diversas regiões brasileiras.

Culminando seu esforço acadêmico, apresenta o resultado do seu trabalho mediante a orientação do Professor Doutor Amílcar Baiardi, também coautor de artigos científicos apresentados em congressos e eventos de relevância, assim como a publicação de capítulos de livros com o relato parcial das pesquisas então desenvolvidas.

A motivação do autor para a temática da cooperação para a Indicação Geográfica de hortaliças se deve à necessidade, sentida pelo mesmo, de adquirir produtos vegetais, denominados *health food*, no atendimento a recomendação nutricional específica. Assim, começou a frequentar mercados, feiras e outros locais de venda das hortaliças, em Salvador e Lauro de Freitas-Ba, onde reside, ocasiões em que identificou citações recorrentes quanto à origem de tais produtos, indicados como oriundos do território de Conceição do Jacuípe, na Região Metropolitana de Feira de Santana-Ba.

Despertado, então, pela possibilidade de, mediante seus estudos e pesquisas, contribuir para uma mudança de paradigmas e inserir, coletivamente na agenda de estudiosos, produtores e agentes públicos locais ou com influência no território, os temas: (i) cooperação; e (ii) Indicação Geográfica, nos processos de produção, distribuição e venda de hortaliças produzidas no município. Diante disso, elaborou o projeto de pesquisa com tal mister.

Durante o período da concretização dos seus estudos, ratificou, a cada passo, a conveniência de se instalar ou resgatar, no território, traços de cooperação voltados

à melhoria dos resultados coletivos, pela incorporação de conhecimento, ciência e inovação. A inspiração para isso foi obtida por observações junto a outros espaços nacionais de produção distintos, (que serão detalhados no capítulo três) muitos dos quais voltados, também à produção e comercialização de produtos in-natura e que alcançaram, como será aqui relatado, um absoluto sucesso, consubstanciado pelo alcance do reconhecimento, pelo INPI da condição de Indicação Geográfica para os produtos dali oriundos.

Ao finalizar o período do doutorado, com a tese defendida, pretende relatar o estudado, pesquisado e observado com relação aos temas junto especialmente aos *policy makers* vinculados ao território. Com isso, busca tornar o conhecimento e o estado da arte sobre tais temas, disponíveis e com possibilidade de se transformar numa ferramenta de gestão territorial factível ao aproveitamento das inúmeras oportunidades que o movimento pela IG proporciona.

METODOLOGIA

No que reporta à metodologia, esta tese foi elaborada a partir de um conjunto de informações e conhecimentos, até então dispersos, relativos aos temas Cooperação; Indicação Geográfica; Hortaliças Folhosas (sua produção e consumo); e Território, com fulcro no município de Conceição do Jacuípe-Ba (também conhecido como Berimbau-Ba), tendo consistido numa ampla revisão bibliográfica, num resgate de informações obtidas pela frequência às aulas das diversas disciplinas do Doutorado e a eventos nacionais e internacionais, visitas ao território para contatos, entrevistas e aplicação de questionários, incluindo os pontos de produção e distribuição das hortaliças folhosas ali produzidas, bem como na participação ativa em grupos de discussão dessas temáticas de forma presencial e não presencial.

Modulou-se uma pesquisa com a definição do seu tipo, assumido como quali/quantitativo e com a elaboração de um questionário/roteiro de entrevista, que foi aplicado pessoalmente pelo pesquisador, no período que medeia o segundo semestre de 2019 e o primeiro bimestre de 2020, em diversos ambientes (rurais e urbanos) do município, objetivando buscar informações sistematizadas sobre a cadeia produtiva de hortaliças de Conceição do Jacuípe-Ba, a partir do perfil e práticas de ação dos seus diversos *stakeholders*.

A pesquisa, como dito, foi realizada através do contato pessoal do pesquisador com cada um dos entrevistados, em ambiente de trabalho ou outro lugar adequado. Foram aplicados 27 questionários, sendo dois deles considerados inadequados, pois inconsistentes ou incompletos no seu preenchimento, prejudicando, assim, a possibilidade de tabulação. Dos 25 formulários válidos, adotou-se o procedimento de revisão e transferência das informações para uma planilha Excel, permitindo a comparação e a geração do presente relatório.

O questionário¹ tinha um cabeçalho onde se identificava o respondente (não sem antes estabelecer o compromisso com a confidencialidade das respostas, informando-o que o uso dos resultados, para fins exclusivamente acadêmicos, preservaria a sua identidade) e informava que os dados finais seriam divulgados em conjunto, impossibilitando a individualização das respostas.

Os itens abaixo descritos constituem uma proposta multimetodológica, complementando-se, entre si, as várias abordagens, com enfoques quantitativos e qualitativos, vistos simultaneamente, pois, de acordo com Rocha (2015):

considera-se que os métodos quantitativos e qualitativos, apesar de apresentarem características contrastantes quanto à forma e à ênfase, não são excludentes, não guardam relação de oposição, e sim podem complementar-se e contribuir para o melhor entendimento do fenômeno a ser pesquisado. (ROCHA et al, 2015, p. 17)

A (multi) metodologia da abordagem assumida foi do tipo hipotético-dedutiva, tendo sua descrição caracterizada com a fixação do objeto do estudo, os objetivos, hipóteses, trilhas conceituais e identificação da literatura e instrumentos de pesquisa academicamente válidos:

Objeto: A cooperação entre os produtores e outros membros da cadeia produtiva de hortaliças folhosas no território de Conceição do Jacuípe-Ba.

Objetivo Geral: Os estudos tiveram como objetivo geral identificar a importância da cooperação para conquista da Indicação Geográfica aplicada às hortaliças folhosas produzidas no território do município de Conceição do Jacuípe.

¹Descritivo da pesquisa entregue aos respondentes e Modelo do questionário constituem anexos III e IV, respectivamente.

Objetivos Específicos: (i) conhecer as formas de cooperação existentes entre os produtores; (ii) identificar outros membros da cadeia produtiva de hortaliças folhosas em Conceição do Jacuípe-Ba e seus papéis na cooperação; (iii) diagnosticar práticas de gestão em uso a montante e a jusante dos pontos de produção; e (iv) relacionar instituições de apoio e suporte às ações coletivas necessárias a evidenciar os atributos diferenciais das hortaliças folhosas, passíveis de demanda pelos produtores.

Levantou-se a hipótese de que a cooperação tem papel relevante no processo de conquista da Indicação Geográfica (IG), ou seja, de que a cooperação é um fator precedente para o fortalecimento de vínculos entre os produtores, (neste caso de hortaliças folhosas), notadamente no caminho para a incorporação de melhores práticas de produção e distribuição, pela incorporação de ciência, tecnologia e inovação, que possam evidenciar a assimetria das hortaliças produzidas no território e as tornem passíveis de obtenção do reconhecimento pela IG. A tese ora defendida, que confirma a hipótese, é que cooperação é efetivamente um fator que antecede as demais ações para a conquista da IG, como será demonstrado.

As trilhas conceituais assumidas referem-se aos tópicos; (i) Cooperação; (ii) Indicação Geográfica; (iii) Hortaliças Folhosas e; (iv) o território de Conceição do Jacuípe-Ba.

Na identificação da literatura, recorreu-se às indicações dos diversos professores do Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), bem como o uso de bibliotecas e outras fontes, como as plataformas de teses e dissertações da USP, UFBA, UCSAL, UFSC, FGV, UFS e o Repositório Institucional da UNB. Além dessas, houve a assinatura e adesão a periódicos e mecanismos de indexação e buscas, como *Book openedition*, *Academia.edu*, *Google Academic*, *Scribd Inc.*, *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, *The Journal of Horticultural Science and Biotechnology*, *DATAGRO Newsletter*, *New Zealand Journal of Crop and Horticultural Science*.

Foram três os descritores utilizados nas buscas: (i) COOPERAÇÃO; (ii) HORTALIÇAS FOLHOSAS e (iii) INDICAÇÃO GEOGRÁFICA. Nas pesquisas eletrônicas, os termos pesquisados foram intermediados pela expressão "OR".

Feiras e eventos ligados à atividade agrícola também funcionaram como elementos de oferta de conhecimentos aplicáveis ao estudo, com destaque para a

Feira Internacional de Agropecuária (FENAGRO), promovida pelas Secretarias Estaduais de Agricultura e de Desenvolvimento Rural, organizada pela Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Bahia (ACCOBA), ocorrida no Parque de Exposições em Salvador (novembro 2019). Neste evento, houve a apresentação da temática das Indicações Geográficas, em mesa redonda que contou com relato da versão preliminar da pesquisa aqui demonstrada.

Outras contribuições importantes foram obtidas mediante pesquisa eletrônica em publicações e sites das entidades: (i) Rede internacional de Indicações Geográficas (OriGIn); (ii) *World Intellectual Property Organization* (WIPO); (iii) Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Este conjunto de insumos se tornou substancial no entendimento da dinâmica acerca da produção e comercialização de hortaliças folhosas no território do município de Conceição do Jacuípe-Ba, envolvendo os aspectos de cooperação ali percebidos.

A partir da perspectiva de uma pesquisa geográfica e histórica, buscou-se delinear o surgimento das Indicações Geográficas (IGs) no mundo e no Brasil, não sem antes estabelecer os fatores facilitadores de processos de cooperação e suas instituições relevantes, assim como uma inserção das hortaliças folhosas na Bahia e no território do município de Conceição do Jacuípe-Ba, onde se buscou, também, a caracterização dos seus aspectos da história e da geografia, notadamente da geografia humana. Neste primeiro esforço acadêmico, de natureza “bibliográfica” (grifo nosso), seguiram-se algumas etapas que indicam o estado da arte sobre os enfoques da pesquisa, a partir de características inerentes a cada item, sua gênese e desenvolvimento, suas peculiaridades e a adequação ao proposto. A inserção de itens como conhecimento, ciência e tecnologia, bem como a verificação da sua aplicabilidade na busca de um modelo cooperativo e adequado à busca da IG no território de Berimbau-Ba, permitiu ratificar a escolha de fontes de pesquisa e material que, em conjunto, abordam desde o senso comum sobre produção e consumo de hortaliças, até a sua percepção como instrumento para alimentação saudável e que favorece a diferenciação territorial, buscando ampliar a visão científica que lhe é necessária

Como lastro teórico desta opção de pesquisa de revisão bibliográfica, é pertinente lembrar que:

[...] Entende-se, assim, o motivo da revisão bibliográfica ou revisão de literatura, que consiste em um levantamento do que existe sobre o assunto e em conhecer seus autores. Acrescentando-se ainda a necessidade do estado da arte (verificação do que já se produziu e publicou até o momento sobre o assunto). (GONÇALVES, 2005, p. 58)

O processo de seleção de autores e textos utilizados, nesta tese, consistiu em duas formas: a primeira, em meio físico, mediante a leitura pessoal da obra, num primeiro momento, com um olhar panorâmico e a identificação de pontos que mereceram, posteriormente, uma leitura detalhada e rigorosa revisão conceitual, para fichamento e adequação ao texto final. A segunda forma diz respeito à oferta de arquivos virtuais de documentos, academicamente adequados, mediante uso de *download* dos arquivos que contivessem os textos acadêmicos localizados, que tinham o seu *abstract* lido e assumia-se, a partir daí, dois comportamentos: (i) descarte por inadequação ou falta de foco no proposto para a tese, ou, (ii) catalogação para nova “filtragem” (grifo nosso) posterior e possível enquadramento no conteúdo da tese em seus quatro capítulos. Neste processo foram acessados, preliminarmente, 60 documentos, cuja leitura dos respectivos resumos ensejou a catalogação de 49 textos, dos quais se adotou a assunção de 37 como válidos para o que se pretendia.

Os trinta e sete documentos foram então fichados e seus extratos passaram a fazer parte de um arquivo referencial, com a identificação da obra, resumo do conteúdo e observações para o enquadramento nos diversos aspectos da tese, os quais se registram, com citações diretas ou indiretas, no decorrer do texto.

Quanto à busca e obtenção de informações que complementam e ilustram os conteúdos bibliográficos, a frequência a eventos nacionais e internacionais com as temáticas da Indicação Geográfica, bem como a obtenção de dados sobre a Cooperação, Hortaliças e Território, torna-se referente.

No período da pesquisa (entre os anos de 2018 e 2021), houve a participação do pesquisador em eventos relevantes, em que a temática da Cooperação, Indicação Geográfica, Hortaliças e Território estiveram presentes. Os eventos de destaque foram: as edições VII e VIII do Workshop Catarinense de Indicação Geográfica, nas cidades de Corupá e Florianópolis, em Santa Catarina, em duas ocasiões, respectivamente, em 2018 e 2019, nesta última apresentando comunicação oral de trabalho acadêmico escrito em coautoria com o orientador Professor Amílcar Baiardi, denominado “Indicação Geográfica (IG) e sua relevância para a produção familiar

inserida no mercado” com foco em cooperação e com citação ao relato da primeira aproximação com o território de Conceição do Jacuípe-Ba.

Texto equivalente e de autoria dos mesmos referidos acima foi submetido e aprovado para apresentação, desta vez, pelo Professor Amílcar Baiardi, no congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural (SOBER), resultando ainda numa publicação, como capítulo de número 16 do livro Biodiversidade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Editora Conhecimento Livre, Piracanjuba-GO, 2020.

Por conta do processo pandêmico (pelo Sars-CoV-2/Covid 19) enfrentado pelo Brasil, também no presente ano de 2021, foram suspensos os eventos presenciais, porém utilizou-se, largamente, as plataformas tecnológicas de comunicação com a realização de eventos virtuais o que, contrariamente ao que se imaginava, constituiu uma oportunidade de tomar contato com programações e protagonistas de destaque nos temas, o que não seria possível de forma presencial, devido, muitas vezes, à simultaneidade de datas em cidades distintas. Até mesmo a qualificação e defesa de teses de Doutorado e dissertações de Mestrado, com acesso virtual, ocorrem neste período.

Dados específicos acerca da cooperação e sobre a produção de hortaliças folhosas no território de Conceição do Jacuípe-Ba foram obtidos mediante dois instrumentos: O primeiro consistiu numa *e-Survey* sobre a cooperação para a IG no Brasil e foi encetada junto ao grupo virtual denominado Indicações Geográficas sob o título de “Cooperação para a Indicação Geográfica”. Esta modalidade de auscultar, com rapidez, uma população por amostra aleatória e randômica, permitiu um levantamento de formas de cooperação experienciadas por membros de uma comunidade composta (em julho de 2020) por 157 pessoas, de diversas regiões do Brasil, dos quais se obteve respostas correspondentes a 29 questionários (18%) registrados por aplicativo e catalogados pelo Google docs. Seus resultados mostraram-se muito úteis na identificação de instituições, em escalas municipais, estaduais e federal com prática e experiência em aportar conhecimento e incentivo a produtores e estudiosos de territórios que intentam buscar um reconhecimento para seus produtos ou serviços que sejam qualificáveis como aptos à obtenção de um signo de IG. O relatório desta *e-survey*, inserido como anexo I desta tese, denota a diversidade de instituições que possibilitam apoio e suporte aos produtores da agropecuária que demandem, objetivamente, tais contribuições.

Outra ferramenta de pesquisa utilizada, na modalidade “qualiquanti” (grifo nosso) foi a aplicação pessoal, pelo pesquisador, de um questionário e roteiro de entrevista. Tal ação objetivou coletar informações sobre as características da cadeia produtiva de hortaliças de Conceição do Jacuípe-Ba, com entrevistas e anotações em questionários realizadas em diversos ambientes (rurais e urbanos) do município, junto a produtores, transportadores, comerciantes, fornecedores, membros do governo e membros de entidades locais/regionais. Buscou-se respostas para as questões referentes aos arranjos de produção; características da produção; elementos de cooperação; características dos produtos, embalagem, logística de distribuição, vendas e marketing. Além disso, também objetivou-se conhecer sobre tecnologias (máquinas, utensílios, novos defensivos ou fertilizantes) utilizadas na produção, armazenamento e transporte das principais hortaliças, com a especificação sobre a propriedade dos equipamentos, bem como as características da comercialização local ou para outros mercados, o controle dos desperdícios e possíveis formas inovativas de comercialização coletiva. O relatório desta pesquisa, integrante do capítulo quarto, revela as práticas em uso entre os componentes da cadeia produtiva estudada.

Por ser também qualitativa, a pesquisa resultou, ainda, na identificação de uma necessária avaliação do processo de motivação ou remotivação comunitária, para a valorização da horticultura local como elemento de valor para a economia daquela região e de utilização (ocupação) nobre de esforços para a produção de alimentos úteis à saúde humana. Tal remotivação se torna necessária, considerando a experiência anterior relatada por alguns entrevistados, acerca da frustração antecedente com a Cooperhorta, também identificada como exemplo de entidade que, desde a sua fundação, não conseguiu ultrapassar uma série de dificuldades, como a falta de capital de giro e a concorrência acirrada dos intermediários, entre outras. Mais danoso que isso, entretanto, é a frustração de expectativas dos pioneiros no processo cooperativo formal então encetado, o que se provou constituir, então, empecilho para novos e desafiantes projetos de cooperação.

Assim, neste processo multimetodológico, o conhecimento absorvido nas aulas do doutorado, nas leituras, frequência a eventos, submissão e apresentação de artigos científicos, participação em grupos de estudos presenciais ou virtuais, com uso de aplicativos informáticos, modulação de pesquisa e aplicação pessoal de questionários e entrevistas com visitas ao campo, formatação de ferramentas para aplicação de uma *e-survey*, tudo isso passou a constituir, mediante orientações

substanciais no seu trajeto, o conteúdo da presente tese, denominada: COOPERAÇÃO PARA A CONQUISTA DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE HORTALIÇAS FOLHOSAS PRODUZIDAS EM CONCEIÇÃO DO JACUÍPE, NA BAHIA.

1 UMA REVISÃO ACERCA DOS POSTULADOS DA COLABORAÇÃO HUMANA E INSTITUCIONAL

A “co-laboração” (grifo nosso), numa visão morfológica do termo e prefixo - (preposição latina *cum*) indicando concomitância, companhia, ação conjunta, - representa o atributo de co-laborar (trabalhar com), sendo um fator típico das ações humanas voltadas a um resultado coletivo. Os seus sinônimos “co-operação” (grifo nosso) (operar com) e “com-partilhar” (grifo nosso) (dividir com), constituem aspectos também presentes em diversos ambientes sociais.

A ação de co-operar, sendo uma ação humana, está presente nas organizações ou grupos sociais, desde os primários, como a família, igreja ou escola, até aquelas instituições voltados à convivência social mais ampla, como os clubes de serviços ou associações profissionais ou temáticas, com participação voluntária ou induzida. Em tais organizações busca-se, de uma maneira geral, a prática da cidadania, em sua visão mais ampla, incorporando os interesses comuns de grupos sociais específicos, com estímulo à participação, legalidade e legitimidade nos processos decisórios.

Exemplos de tais instituições, de caráter social ou econômico, podem ser encontrados na formação de grupos de voluntários que atuam em demandas sociais específicas; na constituição de clubes de serviços, como o Lions e o Rotary Clube; na formação de grupos de consórcios para a aquisição de bens móveis ou imóveis; ou até mesmo na escolha de atuação profissional em empresas ou instituições que atuam num determinado mercado de trabalho e que estimulem uma gestão participativa com a assunção voluntária (por escolha) das tarefas cotidianas por parte dos seus colaboradores.

Entre as instituições do serviço público, a colaboração se torna referente, pela sua própria gênese. Destinadas a servir ao público, há que existir um sentido de apoio e auxílio (ou seja, colaboração) entre os servidores públicos no sentido de melhor atender às populações.

Esta multiplicidade de enfoques da cooperação constitui um conjunto de aspectos que tornam multifacetado o estudo da cooperação, também nas instituições onde tal prática ou fenômeno social ocorre, abrangendo várias áreas do conhecimento humano.

A Sociologia, por exemplo, cuida dos aspectos de formação de grupos, motivações e convivência grupal, sendo a cooperação um tipo particular de processo social em que dois ou mais indivíduos ou grupos atuam em conjunto para a consecução de um objetivo comum; a Psicologia enfoca no comportamento dos indivíduos, com seus valores e atitudes, que podem se apresentar, mais ou menos, colaborativos; a Economia cuida de avaliar a contribuição para a formação de bens econômicos e sua distribuição consensuada; a Geografia estuda as populações e a ocupação dos espaços; a Educação, entre outros enfoques, vai estudar a importância de uma ambiência que proporcione a construção e manutenção, pela cooperação entre os homens, da cidadania ativa, que é o objetivo maior da coletividade.

Com isso, autores de variadas estirpes se dedicam ao estudo e pesquisas sobre a colaboração, com seus diversos enfoques.

Para o objetivo desta tese, que é identificar a importância da cooperação para conquista da Indicação Geográfica aplicada às hortaliças folhosas produzidas no território do município de Conceição do Jacuípe, na Bahia, o caminho percorrido pelo autor abrange uma revisão sistemática da literatura sobre o tema da cooperação, a identificação e relato das características das instituições que lhe dão suporte, em multi escalas, quer internacional, nacional ou local, bem como as considerações sobre a percepção colaborativa observada, quer nas leituras, quer na pesquisa encetada junto aos produtores e à comunidade de Conceição do Jacuípe, a seguir relatada no quarto capítulo.

1.1 OS TEÓRICOS DA COLABORAÇÃO

Entre os teóricos de referência acerca da cooperação, Durkheim (1999) destaca o grau de consenso produzido entre os indivíduos, bem como a própria coesão social, como elementos básicos para a existência de uma sociedade.

Aborda a questão dos espaços sociais, com a identificação de elementos que motivam o indivíduo a cumprir o seu papel social, dentro de três tipos de sociedades: as normais (em que todos cumprem as leis e normas); as patológicas (em que alguns cumprem) e as anômicas (em que ninguém cumpre as normas).

Afirma que a vida em sociedade exige um consenso, representado como uma liga, uma amálgama, que une as pessoas e estimula a cooperação. A este consenso ele denominou de solidariedade.

Para ele (DURKHEIM, 1999) existem duas formas de solidariedade: mecânica e orgânica.

O primeiro tipo é uma característica das sociedades ditas “primitivas” ou “arcaicas” (grifo nosso), ou seja, em agrupamentos humanos tribais e formados por clãs. Em tais sociedades, os indivíduos compartilham, muitas vezes por coerção, as mesmas noções e valores sociais, tanto no que se refere às crenças religiosas, quanto em relação aos interesses materiais necessários à subsistência do grupo. Essa correspondência de valores visa garantir a coesão social.

Já o segundo tipo - Solidariedade orgânica – diferentemente, é o tipo que predomina nas sociedades “modernas” ou “complexas” (grifo nosso) que apresentam uma maior diferenciação individual e social. Apesar de não compartilharem dos mesmos valores e crenças sociais, os interesses individuais são distintos e a consciência de cada indivíduo é mais voltada ao que, segundo Putnam (2006), pode constituir o capital cívico, centrado no capital social e referente às práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos de uma dada sociedade. Os membros dessa sociedade, inobstante as diferenças, são dotados de uma propensão a cooperar, exibindo, portanto, um grau maior de coesão social. É um sistema de participação que estimula a cooperação. Quanto maior for a capacidade dos cidadãos confiarem uns nos outros, além de seus familiares, assim como maior e mais rico for o número de possibilidades associativas numa sociedade, maiores serão o volume de capital social (confiança), motivador e o resultado da coesão social.

Nas sociedades deste tipo, a divisão econômica do trabalho social é mais desenvolvida e complexa e expressa-se nas diferentes profissões e variedade das atividades de produção. Durkheim (1999) emprega alguns conceitos das ciências naturais, em particular da Biologia (muito em uso na época – final do século XIX - em que ele registrou seus estudos sociológicos), com objetivo de fazer uma comparação entre a diferenciação crescente sobre a qual se assenta a solidariedade orgânica.

Concebe, então, as sociedades complexas como grandes organismos vivos, em que os órgãos são diferentes entre si (que neste caso corresponde à divisão do trabalho), mas todos dependem um do outro para o bom funcionamento do ser vivo. A crescente divisão social do trabalho faz aumentar também o grau de interdependência entre os indivíduos. O ambiente busca uma homeostase permitindo um equilíbrio necessário a “co-labor ação” (grifo nosso).

Em suma, Durkheim (1999, p.100) afirma que "cooperar, de fato, é dividir uma tarefa comum".

Corroborando isso, Marroni de Abreu (2013) analisa, em termos sociológicos, o entendimento da cooperação como um tipo particular de processo social em que dois ou mais indivíduos ou grupos atuam em conjunto para a consecução de um objetivo comum. É, portanto, requisito especial e indispensável para a manutenção e continuidade dos grupos e sociedades. Retoma Durkheim (1999) com o seu entendimento da cooperação como fundamento das ligações sociais, ao nível da solidariedade mecânica, própria das sociedades arcaicas (associa os indivíduos com competências e crenças semelhantes) ou da solidariedade orgânica das sociedades modernas (cada indivíduo, dependendo do trabalho de outrem, encontra-se organicamente ligado ao todo social).

Marroni de Abreu (2013) traz também à luz os aspectos de cooperação e competição entre os indivíduos, - dicotomia anteriormente formulada por Baiardi (2008) com sua abordagem institucional sobre a competição e a competição/colaboração em Arranjos Produtivos - indicando que, apesar de contraditórias, a essência de sentimentos de cooperação, de um lado, e da competição, de outro, estão na origem da humanidade. São conceitos básicos na evolução do homem e, também, fundamentam os alicerces das diversas civilizações no curso da história. A cooperação, ainda que incipiente e afetada por vários tipos de disputas, garantiu a sobrevivência da espécie humana.

Em termos sociológicos, assim, por cooperação entende-se o tipo particular de processo social em que dois ou mais indivíduos ou grupos atuam em conjunto para a consecução de um objetivo comum. É, portanto, requisito especial e indispensável para a manutenção e continuidade dos grupos e sociedades.

Olson (1999) indica que a ação coletiva com vistas a cooperar reside no interesse pessoal, individual, levando os grupos a agirem em favor de seus interesses coletivos. A conduta racional e centrada nos próprios interesses é considerada como o comportamento padrão, que se torna amplo, notadamente por razões econômicas. O autor atenta também ao fato de que os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão voluntariamente para promover seus interesses comuns ou grupais, a menos que haja condicionamentos para tanto, entre eles intervenções externas, como a coerção.

Para Olson (1999), é comum verificar-se que quase todas as organizações têm seus interesses, o que constitui a razão de sua existência. Isto se verifica tanto na esfera do Estado como da sociedade civil e vem desde tempos imemoriais, embora haja diferenças de motivações entre as sociedades primitivas e as associações voluntárias dos tempos atuais. Para o autor, o que uniria os dois impulsos é o instinto, além do que, na modernidade, as necessidades tornaram-se mais complexas, mais difíceis de serem alcançadas ou, até mesmo, supridas pelos grupos tradicionais.

Em continuação Olson (1999) conclui que grupos menores são mais eficientes para conseguirem um retorno coletivo, comparativamente aos grupos grandes, nos quais existe uma diluição do benefício. Propõe uma tipologia de grupos de acordo com a eficiência em promover a ação coletiva e obter benefícios, sendo estes classificados como inclusivos, exclusivos, privilegiados, intermediários e latentes. Os inclusivos são aqueles nos quais não há perdas diante de defecções e os exclusivos aqueles que requerem a cooperação do conjunto para alcançar resultados. No caso do grupo privilegiado, o benefício coletivo dispensa a organização, sendo esta uma exigência no caso dos intermediários. O latente, por sua vez, seria aquele grupo no qual não existiria prejuízo para qualquer membro, no caso da ação coletiva não gerar benefício.

Olson (1999) considera ainda que os incentivos econômicos não são os únicos passíveis de gerar interesse pela cooperação, pois o prestígio, o respeito e a amizade podem também se constituir elementos de motivações para a ação coletiva. O autor sugere que, além dos benefícios tangíveis, existem outras motivações, como as sanções e as recompensas, que funcionam com vistas a fortalecer a coesão e ensejar a cooperação. Reforça que agentes econômicos buscam a cooperação tendo como objetivo a maximização da sua satisfação individual. Por isso, para que a ação coletiva aconteça é necessário que os indivíduos possuam interesses em comum e que o ganho da ação coletiva seja superior ao obtido caso a atuação fosse individual. Além desses fatores, deve haver a presença de uma liderança que catalise o processo.

Douglas (1996) explora as questões de solidariedade e de cooperação entre os membros de um grupo, procurando estabelecer a relação entre o pensamento individual e o pensamento dominante nas instituições da qual eles fazem parte. O conceito de instituições apresentado por esta autora diz respeito aos valores compartilhados por um grupo social qualquer, aquilo que se denomina também como intersubjetividade entre os indivíduos, sem que tenha o mesmo grupo a obrigatoriedade de apresentar uma estrutura organizacional para isso.

A fundamentação de Douglas (1996) está no fato de não ser qualquer ônibus lotado ou ajuntamento aleatório de pessoas que merece o nome de sociedade. É imperativo que, além disto, exista entre seus membros algum pensamento e algum sentimento que os assemelhem, o que vai além da existência legal. O senso de pertencimento, a identidade, transcende a inserção mecânica no local de trabalho ou afiliação religiosa. Embora estes condicionamentos possam favorecer a cooperação, é necessário que o indivíduo calcule racionalmente aquilo que melhor atende a seus interesses e aja de acordo com isso, o que não exclui a contribuição para o bem público como a generosidade, até mesmo sem hesitações, sem a intenção óbvia de obter um benefício próprio.

As visões desses autores referem-se aos fundamentos e possibilidades da cooperação em qualquer situação, que teria como vertente ou determinação o indivíduo ou as instituições por ele criadas.

Na cooperação para a sobrevivência, destaque se dá a Elinor Ostrom (2000) e o registro da necessidade de cooperação para alcançar formas de combate às situações de risco, com estudos sobre a ação coletiva como propulsora de instituições de comportamentos que ofertam a gestão coletiva para soluções triviais ou complexas, quer pela coerção (Estado), quer pela firma (Mercado). A coerção seria uma “solução de Hobbes” (grifo nosso), vista como estimulador da organização da diversidade dos atos humanos, mesmo considerando a solução de mercado para convergir ações.

Esta pesquisadora americana, cientista social, logrou obter o Prêmio Nobel de Economia em 2009, tendo sido a primeira mulher a obter tal láurea. Seus estudos sobre a evolução das instituições para a ação coletiva centram-se na autonomia e na capacidade de organização da população em buscar, de forma autônoma ou induzida, soluções para os seus problemas cotidianos, preparando-se para atuação voluntária, competente e oportuna na defesa dos bens comuns.

Ostrom (2000) afirma que, mesmo considerando a propriedade coletiva de um determinado bem, seja ele oferecido pela natureza ou construído pelo homem, devem ser constituídas normas para desfrute coletivo e sustentável, com preservação. Isso vai depender apenas da capacidade coletiva de criar instituições adequadas, de forma coletiva, com autogoverno, estáveis, bastando que problemas de suprimento credibilidade e monitoramento sejam resolvidos, ou, se pressionados pela subsistência, ao desfrute predatório de recursos, com possibilidade de aumento da credibilidade e confirmação entre os membros e se há concordância na divisão dos

custos, benefícios e responsabilidades, então há condições para o autogoverno dos bens comum.

Com olhar na academia, a autora (OSTROM, 2000) questiona o papel que o insubmisso, o “*free-rider*” (OSTROM, 2000, p.65) pode ter, buscando “arranjos” (grifo nosso), se isentando de responsabilidades ou assumindo posturas oportunistas. Indica, a autora, o desenvolvimento de estudos menos pessimistas, favorecendo o que ela denomina de prosperidade pelas teorias do bem comum.

Dentro do enfoque institucional em casos dos recursos de uso comum, RUC, e ao analisar os aspectos de “provisão, compromisso e supervisão” Ostrom (2000, p. 82) afirma que a provisão implica na existência de um novo conjunto de instituições; o compromisso é a fixação de deveres verdadeiros, em que se possa crer sua validade; enquanto uma supervisão mútua indica que o controle possa se dar de forma ampla e em sentidos diversos.

Abordando dezenas de casos de cooperação que salvaram bacias hidrográficas, florestas, áreas de pesca, divisas territoriais, a autora propõe a institucionalização – precedida de cooperação – que assimila o que há de bom na proposta de governo e na proposta do mercado, com soluções justas e criativas de cooperação.

Diz ser essencial que as organizações sejam bem constituídas, como fruto do esforço, sejam policêntricas, para lidar com situações difíceis, gerando uma governança robusta e resiliente às ameaças e com capacidade de dar sustentação à ação coletiva.

As suas investigações, relativas ao modo como a apropriação de bens materiais e imateriais, por parte de uma pequena minoria, podem prejudicar o conjunto da sociedade, serviram de inspiração direta e indireta a vários movimentos defensores da mais ampla liberdade. Na maioria dos casos em que um determinado recurso natural, ou mesmo um bem de capital, é propriedade coletiva, existe a possibilidade de, com menor custo e com maior garantia de preservação, serem construídas regras para um desfrute coletivo e sustentável. Isso dependeria unicamente da capacidade de a comunidade criar instituições adequadas por meio da ação coletiva. As condições que levariam a soluções que não fossem nem de mercado e nem de Estado seriam aquelas que favorecessem a criação de instituições estáveis de autogoverno, desde que problemas de suprimento, de credibilidade e de monitoramento fossem resolvidos.

1.2 COLABORAÇÃO E CULTURA

A considerar a colaboração como elemento cultural, tem-se, entre os clássicos o francês Alexis Tocqueville (1805-1859) que registrou em sua obra “A Democracia na América”, escrita ao fim da primeira metade do século XIX (1840), após um período de nove meses nos Estados Unidos da América, - onde esteve para estudar o sistema prisional e colher dados sobre a realidade política e cultural daquele país -, relatou ao mundo a sua visão sobre a democracia no chamado, à época, “novo mundo” (grifo nosso). O autor relata a existência de um conjunto de ações que se caracterizam por envolver e estimular a participação genuína do cidadão comum nas decisões que afetam a coletividade.

Tal processo, exercido de forma voluntária, se contradizia, com a prática democrática então presenciada na Europa, notadamente na Inglaterra, que apresentava um papel predominante da aristocracia, inibindo, por consequência, a participação do cidadão comum.

Com o vínculo entre a democracia e o desenvolvimento intelectual da população, sobre os sentimentos, os costumes e a influência que as ideias e sentimentos democráticos exercem sobre a sociedade política, a percepção de como os americanos combatem o individualismo por meio de instituições livres, do uso das associações da vida civil e sua relação com a imprensa e as associações políticas, tudo isso gera a igualdade que dá, com naturalidade, o gosto pelas instituições livres.

O incentivo às ações coletivas constitui, na visão do autor desta tese, uma força da democracia, pois gera oportunidades de coesão em torno de um interesse geral.

Tal postura coletiva expressa a liberdade política dos americanos que participam, de fato, do processo de elaboração das leis e da sua aplicação, em torno de instituições criadas livremente pelos membros da sociedade civil e que estudam e deliberam sobre questões banais do cotidiano, talvez como um aprendizado para interferir nas grandes questões nacionais. Isso pode ser visto, também, como uma tradição, um hábito ou uma crença que politiza o cidadão, a sociedade e favorece a governança.

De fato, a experiência relatada por Tocqueville neste aspecto, pode, ainda hoje, ser identificada no estímulo às questões coletivas. Como exemplos da gestão pública nos territórios das cidades e zonas outras habitadas dos Estados Unidos, têm-se,

ainda hoje, que, entre outros, os serviços públicos de prevenção e combate a incêndios (bombeiros) são exercidos por cidadãos voluntários e a segurança pública, notadamente no interior do país, é comandada por “Xerifes” (grifo nosso) eleitos diretamente pela população.

Chamou à atenção do francês Tocqueville (2000), ainda, a forma como os indivíduos valorizam o território, quer na zona urbana, quer na zona rural, com uma adequada configuração das *farms zone*.

A citação *ipsis litteris* abaixo, pode provocar uma reflexão a ser cotejada com a realidade cultural em Conceição do Jacuípe e sua propensão à co-operação, necessária a uma governança do processo de busca da Indicação Geográfica, para as hortaliças folhosas produzidas no município.

Ao abordar sobre o uso que os americanos fazem da associação na vida civil, Tocqueville, no século XIX e em conclusão ao segundo volume da sua obra, destacou que:

Os americanos de todas as idades, condições e mentalidades, unem-se constantemente. Não só possuem associações comerciais e industriais de que todos tomam parte, mas ainda outras de mil espécies diferentes religiosas, morais, graves ou fúteis, extremamente gerais ou muito particulares, imensas e mínimas; os americanos se associam para dar festas, fundar seminários, construir albergues, erigir igrejas, difundir livros, enviar missionários aos antípodas; criam desse modo hospitais, prisões, escolas. Trata-se, enfim, de esclarecer uma verdade, ou de desenvolver um sentimento com o apoio de um grande exemplo; então, associam-se”. (TOCQUEVILLE, 2000 p. 131)

Atente-se que tal constatação sobre o sentido solidário americano, difere, grandemente, da realidade europeia de então, que tinha muitas dessas atividades, ou a sua totalidade, desenvolvidas e ofertadas pelo Estado.

Uma outra referência cultural da co-operação e sua gênese foi citada por Putnam (2006), ao abordar os dilemas da ação coletiva e o enfoque de desconfiança entre os iguais, referindo-se ainda à gestão dos bens comuns, a teoria dos jogos e o capital social, destacando que o mesmo, nesse contexto, refere-se às conexões entre os indivíduos ou às redes sociais e as normas de reciprocidade e de confiança que surgem a partir deles. Reconhece, entretanto, o autor que tal postura não é natural, sugerindo haver necessidade de impulsionar a colaboração por mecanismos de compensação individual ou coletivo. Traz à luz um texto elucidativo de tal

comportamento ao citar uma referência de David Hume, filósofo escocês do século XVIII e a seguir transcrito.

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto, não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua. (PUTNAM, 2006, p. 173)

Como uma reflexão a essa parábola, Putnam (2006) sugere que a presença de instituições colaborativas permite reduzir os custos de transação, citando a abordagem das questões institucionais pela criatividade e com um vigor renovado, usando a teoria dos jogos e assumindo modelos de escolhas racionais, numa moldura do “novo institucionalismo” (PUTNAM, 2006, p.23). Como um exemplo adequado ao escopo da presente tese, cita que numa comunidade rural onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamentos. Quando, ao contrário, os atores são incapazes de assumir compromissos entre si, eles têm que renunciar - pesarosamente, porém racionalmente - a muitas oportunidades de proveito mútuo.

1.3 COLABORAÇÃO E TERRITÓRIO

Acerca de colaboração e território, Aragão e Baiardi (2009) afirmam que a existência de cooperação, na sociedade civil, leva a um ambiente favorável ao desenvolvimento de um território. Baseiam tal assertiva na análise da formação do capital social e por haverem estudado o desenvolvimento do Triângulo Industrial Italiano formado pelo eixo Milão-Gênova-Turim. Citam Putnam (2006) que desenvolveu seus estudos a partir dos anos 1970 quando o governo italiano decidiu pôr em prática um dispositivo constitucional que previa o estabelecimento de governos regionais. Como novas instituições teriam que ser criadas nas diversas regiões italianas, houve oportunidade para estudar como elas se desenvolveram e facilitaram a compreensão do desempenho das instituições democráticas. Serviu-se da teoria dos jogos e da construção de modelos de escolha racional, concebendo as instituições como "jogos em forma extensiva" (grifo nosso), nos quais o comportamento dos atores é definido pelas regras do jogo. O alcance de objetivos levou à criação de movimento conhecido como "novo institucionalismo" (grifo nosso), com foco nas determinantes organizacionais do desempenho institucional. Seus estudos identificam tais cidades italianas como detentoras de uma história de organização da sociedade civil, a partir da constatação da existência de alto grau de cooperação e participação, caracterizado como capital social.

Admirado ao constatar, em visita ao prédio de vidro da sede regional do governo em Bolonha, um ambiente similar às modernas empresas *hightech*, Putnam (2006) reflete sobre as condições necessárias para a criação de instituições fortes, responsáveis e eficazes. Informa que a sociedade civil, mais ativa, confiante e propensa à cooperação, (como constatado por ele no norte italiano) tem a sua gênese na prática de discussão de questões comuns em que todos procedem corretamente e obedecem à lei.

Diz ele (PUTNAM, 2006) que com organizações fortes, os líderes são razoavelmente honestos, acreditam no governo popular e entram em acordo com seus adversários políticos. Tanto os cidadãos quanto os líderes entendem que a igualdade é um elemento congênito. A comunidade valoriza a solidariedade, o engajamento, a cooperação e a honestidade. O governo funciona. As redes sociais e políticas se organizam e são fluidas. Tal cenário difere de outras regiões, na própria Itália, onde a coisa pública é problema dos outros, entre os quais "os chefões", "os políticos" (grifos

nossos) e não de cada um. Poucos querem tomar parte das deliberações sobre o bem público, e poucas oportunidades existem para isso. A afiliação a associações sociais e culturais é inexpressiva. O olhar individual substitui o interesse público. A corrupção é vista como norma, notadamente pelos políticos, que apresentam um perfil cínico quanto aos princípios democráticos. As leis (no entender da maioria) são feitas para serem desobedecidas. Com esses círculos viciosos, quase todos se sentem impotentes, explorados e infelizes não buscando cooperar.

Fica claro que, contrariamente a esse quadro, a cooperação efetiva faz as pessoas permanecerem juntas, em diversos ambientes sociais e produtivos, independentemente do lucro que auferem ou da motivação proveniente do salário que recebem. E é capaz de criar instituições que se autorregulem, permitindo prosperar de modo equilibrado, com avanços simultâneos no tecido produtivo e no tecido social. Para fortalecer e perenizar um ambiente saudável às instituições, se faz necessária a instalação de uma cultura de “cooperatividade sistêmica” (grifo nosso). Para o desenvolvimento territorial é necessário que o Capital Social possa ser gerado, acumulado e reproduzido naquela região geográfica.

O suposto de Putnam (2006) é o que uma sociedade civil mais ativa, conseqüentemente mais confiante e mais propensa à cooperação, é mais capaz de criar instituições e de prosperar de modo equilibrado com avanços simultâneos no tecido produtivo e no tecido social. O autor defendia que a presença de uma sociedade civil marcante era um fator que acompanhava o nível de desenvolvimento. Altos níveis de desenvolvimento correspondem, assim, a um alto estoque de capital social. Baixos níveis de desenvolvimento significam baixo estoque de capital social. O capital social seria, portanto, um fator intangível, mas, percebível, que levaria à cooperação ampliada socialmente. Todos os setores produzem capital social, porém, a sociedade civil é quem mais produz. Neste sentido, a cooperação ensejada pelo capital social, seria o primeiro fator para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento. Para que esse ambiente se forme e permaneça existindo ao longo do tempo é necessário que se instale na coletividade uma cultura de internalização da postura cooperativa ampla.

A cooperação faz as pessoas permanecerem juntas, inclusive em empresas, independentemente da motivação proveniente do salário que recebem ou do lucro que auferem. A cooperação não pode prosperar se as pessoas se relacionam apenas de maneira vertical, como uma pirâmide, numa cadeia de subordinação. O padrão vertical

de organização, a subordinação e a dependência impedem a geração, a acumulação e a reprodução do Capital Social. Para Putnam (2006), o padrão horizontal de organização, no qual as pessoas se vinculam umas às outras, sendo interdependentes, é necessário para a geração e ampliação do Capital Social.

1.4 COLABORAÇÃO E AMBIENTE PRODUTIVO

Aragão e Baiardi (2009) abordando ambientes produtivos voltados ao desenvolvimento local de territórios e sua estratégia integrada e sustentável, chamam à atenção para a situação em que agentes de desenvolvimento, (formais ou informais, destaque-se) constituem uma aplicação do conceito de capital social, capaz de acumulação a partir de conceitos de colaboração e confiança.

Uma das formas de se buscar um ambiente colaborativo entre os diversos atores de produção de bens e serviços é a aglomeração produtiva, em suas diversas configurações. Tal ambiente, como uma unidade prática de análise e investigação, constitui uma ponte entre o território e as atividades econômicas; envolve distintos agentes e atividades correlatas no ambiente e abrange todo o espaço real onde a colaboração e o aprendizado ocorrem. É o *locus* onde a colaboração entre os diversos agentes territoriais reflete nas políticas de desenvolvimento significativo no território.

Um primeiro modelo, denominado de Arranjo Produtivo Local (APL), constitui um tipo cuja constituição pode estimular parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, e é caracterizado pela aglomeração de um número significativo de atores que trabalham em torno de uma atividade produtiva principal. Para isso, é preciso conhecer a dinâmica do território em que essas organizações estão inseridas, considerando o perfil dos produtores, volume da produção, o número de postos de trabalho, faturamento, mercado, potencial de crescimento, diversificação e entrega de novos produtos, entre outros aspectos.

A organização de um APL tem como objetivo dinamizar as estruturas empresariais de determinadas regiões, gerando renda e emprego e constitui uma alternativa para se obter crescimento econômico. Os APLs abrangem uma rede de produtores altamente concentradas, em sua maioria, de pequenas e médias unidades de produção, trabalhando de forma cooperada, com tecnologias de produção flexíveis e capazes de responder rapidamente às mudanças de mercado. Nem todas as aglomerações produtivas no Brasil possuem condições de serem chamadas de APLs;

pode-se dizer que existe certa liberalidade conceitual que aceita, por exemplo, considerar APL uma aglomeração sem atmosfera de distrito industrial no sentido “marshalliano” (grifo nosso).

Basto e Baiardi (2006) identificam a “rede” (grifo nosso) como uma segunda forma de estruturação da ação coletiva, a partir dos conceitos de estudiosos como Norhia, em texto de 1992 e Granovetter com texto produzido também em 1992. Pelo relato, fica patente que o conceito de rede permite a ausência da hierarquia clássica entre os diversos agentes, com a valorização das relações, sendo que a sua gênese é uma construção social, pois não emergem automaticamente por pressões. Informam que, com a divisão social do trabalho e da especialização, as redes extrapolaram o espaço básico e ampliaram a sua dinâmica para espaços menos delimitados do que aqueles da família, da amizade ou das relações de produção e troca nas pequenas comunidades. Elas encontram-se, hoje, em toda parte, através de relações sociais que cruzam as fronteiras entre o mercado, o Estado e o mundo privado, notadamente com uso intensivo da tecnologia e informação e comunicação.

Basto e Baiardi (2006) afirmam ainda que a rede tem uma forte capacidade de articular atores (que colaboram entre si), envolver empresas, organizações corporativistas e agências públicas no território, além de promover a concentração de competências e infraestrutura visando estabelecer parcerias voltadas à identificação de externalidades positivas para um determinado território.

Outra abordagem significativa quanto às redes é proposta por Dias (2020) e suas referências à caracterização das redes geográficas, com suas ligações, vias e fluxos, como vetor de difusão, não apenas de informações, serviços e conceitos, mas também de riscos e ameaças, considerando que alguns territórios, por se encontrarem “mais conectados e acessíveis” (DIAS, 2020, p.3), passaram a constituir vetores de disseminação do Covid-19, fruto de deslocamentos de toda ordem que, abruptamente foram limitados como forma de combater a pandemia e causando paralisação ou redução das atividades produtivas nesses espaços.

Amaral Filho (2001) traz uma terceira forma de aglomeração denominada de *cluster*. Informa tratar-se de uma concentração sobre um território geográfico delimitado, de produtores e organizações interdependentes, ligados entre si por meios de transações comerciais ativas, de diálogo e de comunicações que se beneficiam das mesmas oportunidades e enfrentam os mesmos problemas.

Tal termo, em sua origem anglo-saxônica, parece sintetizar características dos dois modelos anteriores. Lembra agrupamento, aglomeração e é um modelo citado por pensadores como Michael Porter e sua obra clássica *The Competitive Advantage of Nations*, escrito em 1990. O autor afirma que, ao seu olhar, parece não haver dúvida de que a estrutura de um *cluster*, tal como é veiculado, sobretudo pelas empresas internacionais de consultoria, guarda íntima relação com o “diamante” (grifo nosso), conceito de sua autoria.

A solução do “diamante” (grifo nosso) é um esquema proposto por Michael Porter, em forma de uma pedra de diamante lapidado em que ele une alguns pontos ou fatores responsáveis pela criação de vantagens competitivas para uma indústria/região: (i) estratégia, estrutura e rivalidade da empresa; (ii) condições dos fatores; (iii) setores conexos e de apoio; e (iv) condições da demanda.

A partir da mobilização integrada e total entre os agentes de uma região, tem-se como ideia central a formação de uma empresa-chave ou empresas-chaves, transformá-las em líderes do seu mercado, se possível, com penetração fora das fronteiras do território, e fazer dessas organizações e seus produtos a ponta-de-lança do desenvolvimento dessa região.

Uma corrente marshalliana muito forte utiliza também o conceito de *cluster* para tratar de aglomerações de pequenas e de médias empresas, tal como o fazem os adeptos do conceito de distrito industrial, de autoria de Alfred Marshall (1982).

Lastres e Cassiolato (2003) indicam que sistemas produtivos e inovativos locais são os que têm interdependência, articulação e vínculos consistentes, aptos, portanto, a gerar incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local. Os autores consideram que a dimensão institucional e regional é um elemento crucial na capacitação e que diferentes contextos e sistemas cognitivos, regulatórios e de articulação e aprendizado são fundamentais na colaboração, geração e difusão de conhecimentos sobre o território e sua cultura, incluindo os tácitos.

Benko e Pecqueur (2001) ao analisarem os recursos dos territórios, citam que eles oferecem recursos específicos, intransferíveis e incomparáveis no mercado. Servem para diversificar os espaços e estabilizar a localização das atividades econômicas, atraindo colaborações diversas. Afirmam que as perspectivas de criação de riquezas, na região, estão relacionadas às capacidades dos grupos quanto à organização e à elaboração de processos originais de captação e gerenciamento de

recursos. No caso, os atores e a política local desempenham um papel importante na constituição e na gestão dos recursos presentes no território.

Sobre a aglomeração, citam que os distritos industriais, no sentido originalmente descrito por Hume (1711-1776), são lugares com uma característica interna, uma espécie de personalidade regional, tendo sua especificidade oriunda da capacidade, normalmente herdada, de uma cultura antiga, de negociar modos de cooperação entre capital e trabalho, entre grandes empresas e subcontratantes, entre administração e sociedade civil, entre banco e indústria, entre produtores independentes ou atrelados à cooperativas e outras formas de associativismo, etc.

As características específicas de cada território passam a desempenhar papel importante em outros aspectos sociais e econômicos. Assim, as regiões não são equivalentes e substituíveis. Uma vantagem ou diferenciação durável dos territórios faz com que haja uma especificidade reconhecida. Como exemplo, a produção de excelentes espumantes no sul do Brasil, não faz com que o Champagne seja um produto deslocalizável. Seu valor, como de outras produções está ancorado num território, podendo ser conhecido pelo seu *terroir*. Esta constatação é muito evidente e valorizada no setor agroalimentar. Mas, além dos produtos de origem controlada, derivados do selo francês "*d'appellation controlée*" (grifo nosso), no setor agroalimentar, o mesmo fenômeno é observado em outros diversos setores industriais.

Desde os anos 1980, os estudos em torno da colaboração e suas resultantes na economia territorial se multiplicaram, sob diferentes formas. Palavras como desenvolvimento local, meio inovador, distrito industrial, sistema produtivo localizado, ou novas teorizações sobre as vantagens comparativas e competitivas, os custos das transações, redes, governança, convenções, instituições, pós-fordismo, por exemplo, passaram a fazer parte do cotidiano dos estudiosos da Geografia Econômica.

Um conceito de destaque, para Benko e Pecqueur (2001), é o da proximidade, definida em três dimensões, a geográfica (espaço geo-econômico e/ou proximidade funcional); a organizacional (expressa na separação econômica entre os agentes, indivíduos, organizações, etc. indicada no plano tecnológico, industrial ou financeiro); e a proximidade territorial, a interação das duas formas de proximidade. Esta abordagem destaca as proximidades geográficas e organizacionais através das instituições e da colaboração e aprendizagem coletiva.

Como a reforçar o conceito “marshalliano” (grifo nosso), os autores retomam a atmosfera industrial e suas relações informais e a valorização do sentimento de pertencer a um lugar ou a um *metier*, a cultura da terra ou ainda o espírito da casa, como resultado de um longo processo de colaboração e aprendizado coletivo que termina estabelecendo as regras tácitas. Tais regras têm a função de triar, selecionar e hierarquizar a informação, oferecendo assim, a cada ator do território, um espaço de inteligibilidade e cooperação.

Baiardi (2008) ao analisar a colaboração a partir do binômio competição x cooperação/cooperação propõe um eixo comum entre os termos, notadamente quando aplicados a APL, cooperativismo e redes de cooperação, quer nas escalas local, regional ou global.

Identifica a existência de dois modelos aptos à construção de um habitat de cooperação e inovação: o primeiro denominado território diferenciado caracteriza-se pela existência de uma organização líder, num APL ou Distrito Industrial; o segundo modelo, denominado de redes, possui iniciativas de agentes econômicos e sociais com ações voltados à busca de uma coesão, como base de um capital social. Percebe-se uma interdependência contemporânea entre a competição e colaboração, antes vistas como oponentes.

Isso constitui o conjunto de fundamentos teóricos da cooperação nas organizações e na sociedade, podendo ser avaliado nas escalas local, regional e outras, que se manifestam quer nas firmas, quer na sociedade, nos territórios ou nas redes.

Competir e cooperar no território, como um paradoxo, pode ser questionado pelo fato de se observar, em conglomerados produtivos uma ação para aprimorar o relacionamento sistêmico, que provoca mais coesão e menos exclusão social.

Um valor (ou um projeto coletivo, como a busca de um reconhecimento IG, por exemplo) potencializa a comunidade de produtores, mesmo entre os que competem entre si. O que importa é que a região (o tecido produtivo) se torne mais competitiva, com a qualidade integral, que se distingue da qualidade total, no modelo japonês, convivendo com empresas que concorrem e se complementam para vender uma marca (ou um selo) regional do conjunto de produtores.

A convivência de produtores que competem na eficiência e na inovação de produtos, mas que cooperaram em serviços administrativos, nas aquisições comuns, no financiamento de pesquisas e no desenvolvimento de produtos e processos

permite que, nesses territórios, associações privadas prestem apoio e assistência coletiva (incluindo financiamentos) e os governos ofereçam infraestrutura e serviços sociais (treinamento, levantamentos estatísticos, etc.). Depreende-se que a coesão dos produtores é baseada num senso comunitário, sendo as formas estruturadas de cooperação, o resultado disso.

Além dos aspectos da competição e da competição x colaboração, as firmas fazem um pacto voltado à qualidade integral, não individual, mas associada à origem. Buscam vender, fazer o *marketing* regional e associar produtos a esta origem com a Indicação Geográfica. Neste processo há instituições que valorizam a confiança, a ajuda mútua, a solidariedade, que leva à redução de custos de transação decorrentes de fiscalização e controles formais, pela falta de confiança entre os atores.

A cooperação deve ser vista também como incorporadora de progresso técnico, com trocas organizadas em rede, envolvendo setor público e setor privado.

A cooperação entre firmas distintas (em porte, por exemplo) não se dá sempre num mesmo nível. Existem empresas já maduras para a competição e outras que dependem de elementos motivadores, animadores, incentivando a participação conjunta na esfera produtiva, em processos estimuladores, quer do tipo acicateísta, ou por convencimentos argumentativos.

Nos ambientes produtivos contemporâneos de destaque, percebe-se a existência de momentos de cooperação, sem renúncia da competição, que consolidam uma cultura de ação coletiva, reduzindo, cada vez mais, a resistência à cooperação, aspecto reforçado com os primeiros resultados positivos em rentabilidade, competitividade sistêmica, redução de custos e adequação à gestão territorial específica.

A propensão a cooperar é uma tendência que coexistirá com a competição e constitui uma manifestação de cultura que se consolida paulatinamente e que se alimenta de experiências bem-sucedidas, numa espiral virtuosa de trocas recíprocas.

As visões desses autores referem-se aos fundamentos e possibilidades da cooperação em qualquer situação, que teria como vertente ou determinação não apenas o indivíduo, mas também as instituições por ele criadas.

Retorne-se à Putnam (2006) e seu conceito de capital social, baseado em recursos morais e éticos, ou seja, recursos cuja oferta aumenta com o uso, em vez de diminuir, e que se esgotam se não forem utilizados. Quanto mais duas pessoas confiam uma na outra, maior a sua confiança mútua. Por outro lado, a existência de

uma densa desconfiança dificilmente será eliminada pela experiência, visto que ou ela impede as pessoas de terem a experiência social adequada, ou, o que é pior, induz a atitudes que valorizam a própria desconfiança. O fato é que, instalada a desconfiança, logo se torna impossível saber se era de fato justificada, pois ela tem a capacidade de satisfazer a si própria.

Instituições voltadas à cooperação institucional e pessoal valorizam a transparência, a confiança e definem os caminhos para o alcance de objetivos acordados, buscando agregar colaborações ao longo do caminho.

Com a clareza de propósitos, as instituições podem agilizar e simplificar procedimentos e reduzir os riscos e o custo de transação. Conclui-se que é possível a otimização dos relacionamentos entre os pares e o estabelecimento de novos e saudáveis relacionamentos, com o intuito de superar possíveis vazios estruturais. Ao atrair agentes de um território e relacioná-los aos seus papéis, promove-se a legitimação, reconhecimento e comemoração, estimulando-os (e aos outros) a uma melhoria constante e gradativa em suas performances, com extensão às instituições.

O protagonismo pode ser estimulado a partir do reconhecimento e da valorização dos esforços encetados pelos membros das comunidades às quais se tornam referência.

1.5 ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A COOPERAÇÃO

Dentre os diversos arranjos para o funcionamento e adequação cultural das instituições voltados à cooperação, considerados os enfoques que se relacionam à presente tese, a descrição de entidades vinculadas às escalas internacional, nacional e local ocorre com o objetivo de destacar a amplitude das contribuições formais para o entendimento dos propósitos coletivos.

1.5.1 A OCDE/OMC

Uma primeira instituição que se destaca, neste recorte, é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, que é uma organização internacional com sede em Paris composta por 37 países membros. A OCDE foi criada no ano de 1961 com o objetivo de promover o desenvolvimento e estabilidade econômica dos países componentes. Seus fundadores foram: Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça, Turquia.

A entidade objetiva o **desenvolvimento econômico** por meio de reuniões em que são discutidas políticas públicas e econômicas que orientem as nações. Seus membros apoiam a **democracia**, bem como as regras de economia de mercado. Participar dessa organização **representa credibilidade no cenário mundial**, espelhando confiança, especialmente, no setor financeiro.

Busca, ainda, a fixação de padrões internacionais para resolver possíveis problemas ou situações no setor econômico, financeiro, comercial, social e ambiental. Tais padrões correspondem às políticas públicas capazes de promover o bem-estar social e econômico para a população não só de seus territórios, mas do mundo todo. Busca mais comparar e analisar as diferentes atuações dos governos, para que, assim, possam cooperar uns com os outros de maneira positiva, criando, então, possibilidades viáveis à gestão de políticas nas diversas áreas de atuação dos governos a fim de solucionar problemas.

O Brasil, neste início da segunda década do século XXI, pleiteia inserir-se neste “clube dos ricos” (grifo nosso) composto por nações com elevado desenvolvimento, apresentando alto PIB per capita (Produto Interno Bruto por habitante), assim como indicadores sociais, que revelam boa qualidade de vida.

Com o slogan “Juntos criamos melhores políticas para uma vida melhor” a OCDE, em seu site (oecd.org) informa ser uma organização internacional que trabalha para construir melhores políticas para as nações. Informa seu objetivo como moldar políticas que promovam prosperidade, igualdade, oportunidade e bem-estar para todos. Relata sua experiência de quase 60 anos de experiência e aptidão na preparação de ideias voltadas a preparar melhor o mundo de amanhã.

Atua juntamente com governos, formuladores de políticas e cidadãos, no estabelecimento de padrões internacionais baseados em evidências e na busca de soluções para uma série de desafios sociais, econômicos e ambientais. Desde a melhoria do desempenho econômico e a criação de empregos até a promoção de uma educação forte e a luta contra a sonegação internacional, oferece um fórum e um centro de conhecimento exclusivos para dados e análises, troca de experiências, compartilhamento de melhores práticas e aconselhamento sobre políticas públicas e estabelecimento de padrões internacionais.

Os trinta e oito países membros estão localizados desde a América do Norte e do Sul à Europa e Ásia-Pacífico. São eles: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia.

Tais países são representados por embaixadores no Conselho da OCDE, órgão que define e supervisiona os trabalhos da organização. Esses embaixadores se envolvem com os especialistas, usam os dados e análises sobre as decisões políticas e desempenham um papel fundamental nas análises dos países, projetados para incentivar melhores desempenhos dos países membros, mas não só deles.

Tornar-se membro da OCDE não é uma formalidade simples, mas é o resultado de um processo de revisão cada vez mais rigoroso. O Conselho da OCDE, composto por todos os membros da Organização, decide sobre a abertura das discussões sobre adesão e considerações para abrir um processo de adesão por iniciativa do próprio Conselho ou mediante o recebimento de uma solicitação, por escrito, de um país interessado em filiação à OCDE.

É preciso comprovar a disposição e capacidade do país candidato de implementar os instrumentos legais relevantes da OCDE, bem como suas políticas e práticas em comparação com as melhores políticas e práticas da OCDE nas áreas temáticas correspondentes.

São elaborados instrumentos de recomendações de mudança para alinhar ainda mais o país candidato aos padrões e melhores práticas da OCDE. Concluído o processo técnico, o Conselho da OCDE decide convidar o país candidato a se tornar membro. É assinado um Acordo de Adesão, o país candidato toma as medidas

domésticas necessárias e deposita um instrumento de adesão à Convenção da OCDE. A partir da data do depósito, o país se torna formalmente um membro da OCDE.

A cooperação deixa de ser apenas um comportamento individual ou afeito a pequenos grupos e passa, institucionalmente, a alcançar escala mundial envolvendo países de continentes diversos.

O país mais recente a ingressar na OCDE foi a Colômbia, em abril de 2020.

Não sendo membro efetivo, o Brasil, junto à China, Índia, Indonésia e África do Sul, compõe o grupo dos membros aspirantes. Para essa classe a entidade faz uma série de recomendações para ações que contribuam para melhorar a cooperação e aproximar, progressivamente, os principais parceiros dos padrões da OCDE. O Brasil cria a expectativa de inserir-se nesse rol de países desenvolvidos dentro dos próximos anos.

Embora sem ser voltada, especificamente, à cooperação, destaque se dá nesta tese, à Organização Mundial do Comércio OMC, como entidade reguladora do comércio internacional de bens e serviços, voltada a supervisionar a liberalização do comércio internacional, além de monitorar bens e serviços gerados pela atividade comercial, entre os quais a propriedade intelectual e seus signos, como a Indicação Geográfica. Atua também no estabelecimento de cotas, fixação de procedimentos de trocas comerciais e arbitragem em possíveis conflitos entre os países membros.

O Brasil faz parte desta entidade desde a sua fundação em 1995 e tem, desde então, tido uma atuação efetiva na defesa dos interesses nacionais, notadamente no que se refere a cotas, investimentos, salvaguardas, antidumping, subsídios e medidas compensatórias, agricultura, medidas sanitárias e fitossanitárias, serviços e propriedade intelectual, onde se incluem as Indicações Geográficas, cujas características, quanto às IGs compõem o acordo TRIPs, assinado em 1994.

1.5.2 A ABC

Outra instituição voltada à prática colaborativa é a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, que atua em programas que incluem desde a cooperação entre países em desenvolvimento até a cooperação recebida do exterior, seja em âmbito bilateral (entre o Brasil e outros países) ou multilateral (entre o Brasil e organismos internacionais). Segundo Marroni de Abreu (2013), com esta agência o Governo brasileiro dispõe de um instrumento eficiente para a promoção da cooperação internacional, notadamente na relação Sul-Sul, expressão que se difundiu para designar a cooperação entre países em desenvolvimento. Tem, então, o país, um órgão especializado em cooperação técnica internacional, que unifica as funções técnicas à pauta da política externa brasileira.

Na cooperação Sul-Sul, os trabalhos são seccionados entre programas com a América Latina e Caribe; países africanos; Mercosul e interamericano ou iberoamericano. Há também programas de cooperação Sul-Sul com países da Ásia, Oceania, Oriente Médio e Europa do Leste.

Esta agência governamental se torna relevante ao proposto nesta tese, pois, ao se estudar a Indicação Geográfica de produtos, serviços ou processos brasileiros, tem-se que este órgão governamental participou, ativamente, na concepção de normas de reconhecimento de IGs europeias e de outros países do Mercosul, em acordo internacional da propriedade intelectual que o Brasil foi signatário, bem como no recente (2019) comercial entre o Mercosul e a União Europeia, com consequências no reconhecimento das indicações geográficas já concedidas.

Por este acordo são estabelecidos compromissos que envolvem a implantação gradativa e que prevê, entre outros, que os países da União Europeia vão liberar 99% do comércio de produtos agrícolas. Destes, 81,7% terão eliminação de tarifas e no restante serão aplicadas cotas e outros tipos de tratamento preferencial. Em serviços, foi estabelecido que empresas de ambos os blocos terão acesso aos dois mercados nas mesmas condições que as companhias nacionais. Há previsão de regular as compras governamentais e bens industriais, considerando que a UE fará a liberação de 100% de seu mercado, sendo 80% com liberalização imediata.

Por seu lado, o Mercosul terá até 15 anos para liberalizar setores sensíveis, vai liberalizar até 80% destes setores, se compromete a reduzir tarifas em 10 anos e terá suas exportações para o mercado da UE com eliminação imediata de tarifas. Alguns

exemplos de produtos com registro de IG no Brasil já reconhecidos na Europa são o café do Cerrado Mineiro e da Serra da Mantiqueira (MG) e do Norte Pioneiro do Paraná e o queijo do Serro e da Canastra (MG). Entre os produtos europeus com IG estão o vinho da região do Porto (Portugal), bebidas originárias da Itália, como *Vino Nobile di Montepulciano* (Siena), *Rufina* (Florença) e da França o vinho espumante da região de Champagne.

1.5.3 Cooperativas agrícolas

As instituições voltadas à prática da cooperação, com possibilidade de adesão dos produtores na escala local, apresentam-se sob as formas de cooperativas, associações ou consórcios. Em qualquer dessas formas institucionais, os arranjos de cooperação buscam acordos, entre os seus membros, que balizem o comportamento visando sinergia de ações.

A forma que tem demonstrado maior eficácia neste tema, mediante o proposto por Taniguti (2015), é a cooperativa agrícola. Seu estudo, que resultou em uma tese de doutoramento defendida junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, (USP), em 2015, sobre o apogeu da Cooperativa Agrícola de Cotia – CAC –, reconhecida como uma das maiores do mundo e sediada em São Paulo, relata o desenvolvimento da postura colaborativa entre os cooperados dessa entidade, que estavam situados na região da Cotia, em São Paulo. Analisa também a sua expansão, com transferência de know-how a outras regiões do Brasil, incluindo a região do Vale do São Francisco, na Bahia e Pernambuco, e a visão proporcionada pelos aspectos da imigração, da política e da cultura. Ressalte-se que a Cooperativa Agrícola de Cotia, neste ano de 2020, encontra-se em processo de extinção.

Segundo Castilha (2019), cooperativas são entidades socioeconômicas que satisfazem diversas necessidades de seus associados mediante serviços de distribuição, colocação da produção e de trabalho. Demonstram ser uma forma de proteção, defesa ou reação, capaz de multiplicar sua ação pela coalizão entre as pessoas, combatendo a intermediação supérflua, os monopólios e outras ações especulativas. Valorizam junto aos seus *stakeholders* (conceito cunhado por Robert Edward Freeman na década de 1980) valores como solidariedade, igualdade, justiça, equidade e liberdade.

As cooperativas surgiram em 1844 sendo sua gênese associada ao francês Charles Cury e ao inglês Robert Owen, pioneiros que fundaram a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra. Inicialmente envolvia 27 tecelões e uma tecelã que praticavam os valores propostos.

No Brasil, o surgimento da primeira cooperativa ocorreu em 1889, com a constituição da cooperativa de consumo, em Ouro Preto, Minas Gerais. Em 1906 surgiram as primeiras sociedades com forma de cooperativas agrícolas de nosso país. Constata-se que entre 1889 e 1969 não houve maior difusão do sistema no Brasil.

Com relação às questões agrárias envolvendo o uso da terra no Brasil, o Estatuto da Terra, aprovado em 1964, levou à criação de dois órgãos federais: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Pela proposta original, o IBRA encarregar-se-ia da Reforma Agrária e o INDA do Cooperativismo e Desenvolvimento Rural. Em 1970 ambas as entidades foram extintas, fazendo surgir o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Ainda nos anos 1970, com a criação da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) o setor cooperativista ganha musculatura e previsão legislativa que lhe possibilita uma maior expansão e abrangência. Como resultado da sua ação, cuidou de estimular a promulgação da Lei 5.764/71, que disciplinou a criação das cooperativas brasileiras, embora ainda com pouca autonomia dos cooperados. A Constituição de 1988 deu liberdade às cooperativas para se autogerirem.

A criação do SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, em 1998, muito contribuiu para a ampliação do movimento cooperativo no Brasil.

Atualmente (2021) o país conta com cerca de 7.000 cooperativas, sendo 1.613 cooperativas agrícolas, segundo dados da OCB Organização das Cooperativas Brasileiras. Há *players* importantes, como Copersucar (SP), Coamo (PR) e Aurora (SC).

Baiardi, Baiardi e Aragão (2020) ao analisarem os fundamentos da cooperação, modelos de cooperação produtiva e o cooperativismo no mundo rural da Bahia, trazem à luz uma realidade identificada quando observam que as cooperativas na Bahia, de acordo com levantamento feito pela Organização de Cooperativas do Estado da Bahia, OCEB, e pelo Sindicato das Cooperativas do Estado da Bahia, em 2017, eram em número de 216, com 190.710 cooperados. Considerando uma população de 14.

812.617 habitantes, apenas 0,12 % das pessoas no estado estavam vinculadas a cooperativas.

Uma estratificação das atividades econômicas abrangidas por estas 216 entidades, revela que o setor agropecuário apresenta somente 36 cooperativas (16,67% do total) sendo que os membros a elas vinculados (4.013 cooperados) representam apenas 2,10% dos cooperativados na Bahia, em todos os segmentos. Para efeito de comparação, registre-se que o setor de Saúde (57 entidades) Trabalho e Transporte (43 unidades cada) lideram o *ranking* de cooperativas na Bahia.

Esta pouca representatividade do setor agropecuário é identificada, pelos autores, como componente de um cenário em que o rural baiano se atrela a uma cultura política regional assentada na reprodução de um Estado patrimonialista autoritário e em relações sociais influenciadas por estruturas corporativistas e clientelistas, contrárias, portanto, a uma participação cidadã plena, que se torna essencial para o fortalecimento da cooperação e do associativismo. De fato, os esforços para agrupamento e associação dependem das políticas públicas que lhes deem suporte, mas também da iniciativa e apoio de produtores, com elementos de animação e a participação de grupos sociais que devem ser estimulados na apropriação de mecanismos que promovam um sucesso econômico coletivo.

Abordam ainda, os autores, a necessária identificação de modelos de gestão compatíveis com o porte dos empreendimentos, permitindo que o alcance de lucros e resultados positivos estimule seus membros na ampliação do conhecimento e na incorporação de novas técnicas e procedimentos.

Sobre a gestão de pequenas propriedades, Rebouças e Baiardi (2020) registram que o estudo e análise das práticas de produção e comercialização, nas unidades que compõem um território agrícola produtivo, tornam-se basilares para a gestão e aplicação da cooperação e governança territorial voltadas à melhoria dos resultados individuais e coletivos daquele espaço geográfico. Considerando a grande diversidade de “modos de conduzir” (grifo nosso) os negócios agrícolas, fruto de enquadramento em portes, tipologia e maturidade de gestão, tem-se que a adequação do modelo de gestão dar-se-á considerando, simultaneamente, um conjunto de características.

De uma maneira geral, admite-se que as funções administrativas de Planejamento, Organização, Coordenação e Controle sempre ocorrem, mesmo de forma inconsciente por parte do produtor. Tais aspectos podem estar preliminarmente

na “cabeça do dono” (grifo nosso) sem muito compartilhamento com seus pares. Na medida em que se percebe uma evolução do modelo de produção agrícola, mediante um favorecimento à estruturação das suas ações, convém que haja uma formalização dessas ferramentas. Assim, devem-se registrar os planos e projetos, buscando apoios internos e externos ao ambiente físico da produção. Dados simples como o registro escrito de volume de produção em cada safra ou período de colheita, já indicam um início de estruturação que se pode maturar e aperfeiçoar sempre.

A tecnologia de registrar dados, quer por procedimentos rudimentares como anotações na parede ou folha de “papel de pão” (grifo nosso), ou mesmo por fichas simples numa caixa de sapatos, por exemplo, capacitará o produtor a resgatar os dados, posteriormente, permitindo-lhe fazer análises e relacionamentos que constituem insumos de planos de projetos futuros, ampliando a previsibilidade das suas ações.

Uma maior sofisticação nos métodos de gestão vai se justificar na medida da expansão das ações individuais e coletivas, podendo alcançar patamares diferenciais, tendendo a usar ferramentas mais sofisticadas e ações vinculadas à tecnologia agro 4.0, como IoT (Internet das coisas), simuladores de cenários, uso intensivo de outras ferramentas tecnológicas podendo até alcançar a inteligência artificial, por exemplo.

Ainda sobre o cooperativismo local, o pesquisador Alderico Sena (2007) aborda as causas do fracasso das cooperativas agropecuárias no Estado e cita os aspectos relativos à falta de conhecimento da doutrina do cooperativismo e a existência de entidades criadas de forma improvisada sem a orientação de órgãos próprios. Também contribui a falta de lideranças com conhecimentos dos princípios cooperativos e ausência de espírito cooperativo entre a comunidade ruralista. Outra distorção identificada é a influência de política partidária na criação de cooperativa e na formação de grupos entre cooperados. Em termos operacionais, uma inadequada governança, com rudimentar fiscalização, controle e acompanhamento, além da falta de profissionais nas áreas administrativas, contábeis e do direito, bem como a dificuldade em buscar apoios em áreas em que há carência de saberes e conhecimentos, contribui para que haja distorção na gestão, inclusive de tributos e taxas nos produtos entregues às cooperativas pelos cooperados, ferindo o artigo 146, alínea c da Constituição Federal, elevando, desnecessariamente os custos das entidades.

1.5.4 A COOPERHORTA em Conceição de Jacuípe

Especificamente em Conceição do Jacuípe (Ba), Oliveira e Carmo (2004) ao analisarem a importância do cooperativismo no processo de desenvolvimento econômico e social nesse território, - a partir da ação desenvolvida pela então Cooperativa de Produção Agrícola (COOPERHORTA) -, relatam que os produtores, em número de trinta e oito, se associaram no intuito de escoar melhor a sua produção no mercado, diminuindo a ação dos intermediários e buscando melhor qualidade de vida. A Cooperativa seria um forte instrumento para o avanço da agricultura e dos seus associados na região, embora houvesse a necessidade de mudanças estruturais no conjunto da atividade produtiva, com novas práticas agrícolas, modernas formas de cooperação, além de modificações com base na qualificação e educação organizativa, o que não logrou acontecer, estando a entidade, atualmente, desativada.

1.5.5 Outras instituições de cooperação aplicáveis ao território

Outras entidades são identificadas e promovem, como atividade central ou acessória, a cooperação entre comunidades e produtores. Alguns desses entes são estatais, como o consórcio Portal do Sertão, órgão vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia e que assume a gestão integrada das características territoriais da região onde o município de Conceição do Jacuípe se insere. Na temática da produção agrícola, a área estadual ainda registra a Secretaria da Agricultura (SEAGRI) e a de Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), onde se insere a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural - BAHIATER, órgão que se apresenta como apto a promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural, especialmente as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e o desenvolvimento sustentável no meio rural baiano.

Na área federal, o Ministério da Agricultura Pecuária de Abastecimento (MAPA) sedia em sua unidade regional em Salvador o Fórum Baiano de IG, que tem agregado estudiosos e pesquisadores de IGs e que podem ofertar um suporte à cooperação necessária para a IG de Conceição do Jacuípe, bem como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA, com o desenvolvimento de pesquisas com

diversos produtos agropecuários nacionais, sendo suas unidades consideradas “ilhas de excelência” (grifo nosso) nos estudos sobre, entre outros produtos, as hortaliças e também sobre territórios.

Localmente, um investimento na reanimação dos antigos cooperados da COOPERHORTA bem como a inserção de outros entes comunitários, com o envolvimento do poder público municipal, pode representar um incremento diferencial para a cooperação pretendida.

1.6 PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO PARA A IG NO TERRITÓRIO

São animadoras as perspectivas de se buscar, entre os produtores e outros *stakeholders*, um *modus operandi* compatível com os esforços associativos e cooperativos necessários à busca do reconhecimento e conquista da Indicação Geográfica para as hortaliças produzidas em Conceição do Jacuípe. Se vislumbra a possibilidade de se estimular, de forma endógena, a cooperação entre os produtores, a partir de um esforço institucional que identifique e adeque, ao território, os benefícios da ação coletiva na gestão dos bens comuns, conforme Ostrom (2000), destacando que uma das formas possíveis de buscar-se essa colaboração entre eles é a constituição de um grupo operativo e racional, que deve estabelecer ações para os procedimentos necessários à busca da Indicação Geográfica para as Hortaliças ali produzidas, evidenciando suas assimetrias.

2 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Considerado um ativo territorial e um bem da propriedade intelectual, a Indicação Geográfica (IG) é o nome geográfico de um país, cidade ou região, que é reconhecido pela qualidade ou tradição de determinado produto ou serviço. Com tal reconhecimento, as indicações projetam uma imagem associada à qualidade, reputação e identidade de produtos ou serviços e representam a validação de diferenciais a eles atribuídos nos territórios específicos, constituindo uma proteção e valorização dos produtores.

2.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE IG

O conceito de Indicação Geográfica (IG) parece novo, porém sua origem remota a tempos idos. Segundo Valente et al (2012) as indicações geográficas caminham juntamente com a história da humanidade, que, por muito tempo, quando se referia a um produto, relacionava-o ao seu local de origem. Os mesmos autores indicam que, desde a Bíblia, são encontradas indicações de origem, como os vinhos de *En-Gedi* (Cânticos, I, 14) e o cedro do Líbano (Cânticos, III, 9, e Reis, V, 6). Há, também, relatos que remontam ao século IV a.C., na Grécia Antiga, os quais relacionam o produto com o local de produção, como os vinhos de Corinto, as amêndoas de Naxos, o mel da Sicília e o mármore de Paros, enquanto no Império Romano, sob o reinado de Augustus, eram conhecidas as tâmaras do Egito, o presunto de Gália, as ostras de Brindisi e o mármore de Carrara.

Desde o estudo de história, no ensino fundamental no Brasil, tem-se que a descoberta do país, no ano de 1500, foi motivada pelo ímpeto da navegação portuguesa que buscava novas rotas para a Índia, um grande provedor de especiarias, cuja procedência era reconhecida e valorizada.

De fato, o instituto da IG se insere no rol das ações de Propriedade Intelectual, vez que o saber fazer, junto a outras características edafoclimáticas, constitui um patrimônio dos produtores de uma determinada região.

O uso de um nome geográfico para designar um produto de origem de uma região que leva esse nome é explicado pelo fato de que o produto da região carrega um padrão que apresenta algumas assimetrias, quando comparado a outras origens, com características de qualidade e de originalidade que são o resultado da geografia,

em sua visão ampla; das influências e/ou o resultado de fatores humanos, por meio do *know-how* (*savoir-faire*) e produção geograficamente restrita a um dado território. São conhecidos os exemplos abaixo, associados a territórios específicos: França: *Champagne* (vinhos espumantes); *Bordeaux* (vinhos tintos); *Rochefort, Comté, Cantal, Camembert* (queijos); *Cognac* (destilado de vinho). Portugal: Porto (Vinho); Serra da Estrela (queijo). Itália: *Parma* (presunto); *Parmeggiano Reggiano* e *Grana Padano* (queijos). Espanha: Pata Negra (presunto cru); *Alicante e Jijona* (torrones); Cea (pão artesanal); Montes de Toledo (azeite de oliva). África: Galmi (cebola violeta); Quênia (chá). Ásia: *Basmaí* (arroz –Índia); *Borseong* (chá – Coréia do Sul). América Latina: Colômbia (café); Peru (Pisco); México (Tequila e café Vera Cruz); Jamaica (café Blue Mountain); Cuba (Charutos).

Algumas das designações usadas no passado foram abandonadas, para seguir evoluções econômicas ou sociais, mas o emprego dos nomes geográficos continua e tem sido desenvolvido com o crescimento da produção e do comércio. Em algumas circunstâncias, a IG se amplia e passa a abranger também produtos *in natura*, artesanatos e serviços intelectuais, como é o caso dos *softwares* criados por programadores brasileiros no Porto Digital em Recife (PE) que foram contemplados pela IG na modalidade Indicação de Procedência (IP) no ano de 2012.

O conceito de IG, como visto, tem se modificado ao longo do tempo e considerado um ativo de um determinado território, com a adesão e fixação de normas padronizadas por parte de produtores aí localizados e que buscam reforçar uma assimetria pré-existente da produção local, com reconhecimento da sua especificidade pelo mercado consumidor. Assim, passa a ser objeto de normatização para o seu alcance, desde os primeiros ensaios neste sentido, até os dias atuais quando tais normativas passam a constituir um conhecimento coletivo a ser avaliado para o reconhecimento da sua diferenciação.

2.1.1 Um recorte histórico e geográfico necessário

A primeira IG a ser legalmente reconhecida e delimitada foi na região do Douro, em Portugal, em 1756, com a criação de uma Companhia, denominada de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, pelo português Sebastião José de Carvalho e Melo, que viria a ser conhecido como o Marquês de Pombal que, após haver atuado como embaixador de Portugal na Inglaterra e na Áustria e sido mediador de conflitos entre

as cidades de Viena e Roma, mostrava-se apto a atuar intermediando disputas entre os produtores de vinho do Porto da região e outros produtores com produtos assemelhados.

Esta citação de Valente et al (2012) se amplia com o registro dessa “Reforma Pombalina” (grifo nosso) promovida pelo então Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, em 1755, que enfrentou um conflito contra a Inglaterra, pois a intensa atuação desse país no transporte de mercadorias portuguesas era prejudicial à economia portuguesa. Tal reforma consistiu numa série de atos que visavam a nacionalização do comércio colonial português. Dentre tais atos, insere-se a constituição da companhia que assegurou a identidade dos vinhos portugueses oriundos da região e, também, a defesa dos produtores contra imitações. Este instrumento focava o combate à concorrência desleal mediante a repressão ao uso de um signo que indicasse uma procedência que não fosse a verdadeira origem do bem. Não se cogitava, exatamente, sobre a existência de direitos ou de titulares das IGs, nem de direitos dos consumidores finais. O que se buscava era regular, efetivamente, a atuação dos concorrentes no mercado, para que não houvesse abuso.

Ainda na Europa, destaque se dá à atuação dos franceses, que, desde o século XVII cuidavam da proteção aos queijos, especificamente o Queijo *Roquefort*, por acordo no Parlamento de *Toulouse*. Em convenção realizada em Paris no ano de 1883, definiram-se direitos internacionais sobre a propriedade industrial. O *Champagne* foi reconhecido em 1927 como vinho espumante produzido na região de *Champagne-Ardenne*, cerca de 180 km a leste de Paris. Esta bebida, um vinho espumante de amplo consumo mundial e associado a comemorações no estilo do *savoir-faire* francês, serve de modelo, desde aquela época, a um amplo sistema de controle de origem de vinhos em todo o mundo. Já na década de 1930 os franceses criaram um sistema jurídico de *Appellation d’Origine Contrôlée* que deu origem ao Instituto Nacional das Denominações (Apelações) de Origem (INAO), organismo estatal sob tutela dos Ministérios da Agricultura e Economia que regulamentava as ações de organizações de produtores que utilizavam denominações de origem controlada. Hoje, a entidade é considerada uma instituição administrativa pública, dotada de personalidade civil, sob a tutela do Ministério da Agricultura e Alimentação que visa garantir o reconhecimento e proteção de sinais oficiais de identificação da qualidade e origem de produtos agrícolas, agroalimentares e florestais.

Na Espanha, em 1891, assinou-se o Acordo de Madri, que regulava as relações entre os diversos países acerca da propriedade industrial e suas derivações, notadamente no que se refere ao comportamento dos países quando à Repressão das Falsas Indicações de Procedência.

Cinco anos após, o Brasil aderiu a este Acordo de Madri e em 1896 e passou a integrar o rol de nações que reconheciam a propriedade intelectual, desde quando registradas conforme preceitos então definidos, comprometendo-se a combater falsificações de produtos sem Indicação de Procedência assegurada, em seu território.

Ainda na Europa, desta vez em Portugal, novo acordo, agora em Lisboa no ano de 1958, cuida do respeito à proteção das denominações de origem (D.Os.), bem como em Genebra (2015) define-se acerca da unificação internacional dos registros de Indicações Geográficas.

O documento mais importante, entretanto, é, desde 1994, o Acordo TRIPS (do inglês *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*, algo como Acordo sobre Aspectos Relacionados ao Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual em tradução livre), que regula Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual, relacionados ao Comércio. Especificamente quanto às IGs, este documento prevê em seu artigo 22 que as Indicações Geográficas são aquelas que identifiquem um produto como originário do território de um membro, ou região ou localidade deste território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica.

Zappalaglio et al (2020), ao analisarem a aplicação dos conceitos da IG para a proteção de produtos não agrícolas na União Europeia, relatam uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Max Planck *Institute for Innovation and Competition*, em Munique (Alemanha), quando estas pesquisadoras, (numa análise comparativa das leis e práticas sobre proteção de bens não agrícolas na Itália, França e Portugal, como artesanato e outros produtos ou bebidas não-alimentares), questionam a limitação, no âmbito da pesquisa, da abordagem restrita apenas a produtos agrícolas e gêneros alimentícios, como vinhos, bebidas espirituosas e vinhos aromatizados, com a lógica de ainda se apegar na abordagem tradicional francesa de proteger vinhos e alimentos de nichos, como o queijo. As autoras ampliam o estudo e envolvem a Índia, considerado um caso famoso de proteção maior ao artesanato do que a alimentos e produtos agrícolas. Explicam que isso se deve à consideração de que outros fatores

naturais, além do solo, como o clima, a origem das matérias-primas ou os elementos ambientais, possam influenciar a qualidade do produto, em alguns processos artesanais e que o vínculo territorial, entre produtos não agrícolas ou produtos artesanais, se baseia, principalmente, nos produtores e seus conhecimentos, habilidades e práticas, isto é, sobre fatores humanos.

Por razões históricas e teóricas, segundo Zappalaglio et al (2020), o regime de IG da UE nunca foi estendido a produtos não agrícolas, critério alterado, paulatinamente a partir de 2010. Antes desse período, cada Estado-Membro, de forma independente e através de uma variedade de instrumentos jurídicos, cuidava da proteção ao direito da propriedade intelectual. No entanto, desde 2011, as instituições da UE começaram a levar em consideração a introdução de sistema adequados para a proteção de indicações de origem geográfica para produtos não agrícolas. Tal decisão tem como base o fato de que, à luz do comércio internacional, acordos, como o TRIPS ampliam a proteção das regras da IG às “mercadorias” (grifo nosso) em geral.

Zappalaglio et al (2020) destacam ainda no texto que em outubro de 2015, o Parlamento da UE aprovou uma resolução acerca da “possível extensão da proteção de indicação geográfica da União Europeia para produtos não agrícolas” (grifo nosso) que lida, entre outras coisas, com as maneiras pelas quais a proteção de nomes geográficos na Europa devem ser estruturadas e propõe algumas diretrizes. Em particular, indica que o regime de IG proposto para produtos não agrícolas deve basear-se, simultaneamente, nas melhores práticas de elaboração/manufatura e na experiência adquirida no setor agrícola e de alimentos, que historicamente originaram processos de reconhecimento de tais características associando-as aos territórios.

Na América Latina os escritos de Ayala Duran e Radomsky (2020) se tornam referentes, vez que abordam, com propriedade, um grande aumento das IGs na região nesta última década (2010 a 2020) com destaque para os produtos alimentícios, especialmente café e bebidas alcoólicas. Também é possível distinguir alguns riscos associados à IG na América Central, que consiste na limitada inclusão de atores, custos associados, quantidade de produtos insuficientes para uma nova demanda, bem como uma concentração em um número restrito de mercadorias.

Acreditam que o simples uso do termo IG venha a constituir uma espécie de guarda-chuva que englobaria Denominações de Origem, marcas coletivas, marcas de certificação, esquemas próprios de proteção e as mesmas Indicações Geográficas.

Exemplificam com o Chile que nomeia todo o conjunto de esquemas de proteção da propriedade territorial como "selos de origem" (grifo nosso), permitindo que pessoas não familiarizadas com essas tecnicidades sejam facilitadas no entendimento da nomenclatura.

Numa visão de comércio internacional, constatam que países da América Central adotaram recentemente a estratégia de proteção de suas IGs nos mercados internacionais com o uso de acordos comerciais regionais e bilaterais, fazendo apenas referências parciais à OMC e ao acordo TRIPS.

Percebem, também, uma mudança nas economias de escala para a crescente valorização das economias de singularidade, reforçando o conceito de identidade, quando IGs atuam tanto para proibir o uso de indicações para produtos não locais, quanto para evitar que determinados nomes se tornem expressões genéricas, dissociados dos territórios.

Dentre as diversas formas de singularidade, afirmam que as relações históricas, culturais e naturais entre produtor, alimentação e território, parecem ser muito mais presentes e mais importantes. Nos casos em que a sociedade local organizada estimula processos que valorizem seus modos de vida, sua cultura e práticas coletivas, com reflexos na composição e imagem dos seus produtos, criam maiores espaços de autenticidade e distinção nas diversas economias.

Quanto à distinção, afirmam ser fundamental que as IGs tenham uma denominada "cobertura regional" (grifo nosso) relacionando a cultura com o território. Se, entretanto, mesmo com a dimensão cultural sendo fundamental, os aspectos ambientais não podem ser ignorados, uma vez que solos, clima, incidência solar, incidência de chuva e altitude são pontos centrais. A defesa do território pode, por exemplo, se materializar na criação de espaços de mercado cujo objetivo será integrar economias locais e diferentes atores para alcançar objetivos comuns.

Com isso buscam maximizar benefícios econômicos e gerar iniciativas que fomentem o desenvolvimento rural/local com base no próprio patrimônio da comunidade. Chamam à atenção, entretanto, de que em alguns territórios da América Latina, há um risco latente de que a primazia das IGs poderia privilegiar poucos atores, se possuir uma história associada às elites econômicas e políticas da região, sem características como produção coletiva ou de raízes comunitária.

No Brasil, de acordo com Bruch e Barbosa (2013) e mediante estudo sobre a Análise histórica e comparativa dos tratados e da legislação brasileira referentes às

indicações geográficas, tem-se que existem quatro períodos relativos ao estudo das IGs. Começa no Brasil Colônia (1530 a 1822) até a década de 1990 período em que os esforços para atrelar produtos à sua origem geográfica eram centrados na repressão contra as falsificações, cujos produtos que colidiam com os originais que apresentavam diferenciais reconhecidos e valorizados, pela clareza nas indicações de procedência. Um segundo período, identificado pelas autoras, medeia a década de 1990 até o início dos anos 2000, quando se observa um despertar para a existência das IGs, nas diversas regiões brasileiras. Um terceiro período diz respeito ao intervalo em anos entre 2003 e 2007, quando a IG, considerada um ativo intangível e diferenciado, começa a ser divulgada e promovida como política pública. Um último período, iniciado em 2008 e até 2013, tempo em que se verifica um aumento dos pedidos da concessão de IGs, bem assim a ampliação dos tipos de produtos e serviços, considerando ainda o aumento da quantidade de estados brasileiros que pleiteiam a indicação.

A publicação não estabelece diretamente prognósticos quando aos últimos sete anos, porém é lícito registrar que se observa, neste novo período (a partir de 2014), uma ampliação do interesse acadêmico e empresarial quanto à temática das Indicação Geográficas, comprovada pela promoção de mais eventos e discussões acerca do tema, bem como o efetivo registro de novas IGs concedidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Considerando a visão histórica da IG, desde os primórdios do reconhecimento de distinção de produtos associados a territórios, tem-se que este ativo representa um motivo que interessa à academia, notadamente na sua vinculação com o desenvolvimento econômico de uma região. Este esforço desenvolvimentista, inicialmente centrado na cooperação e estímulo, animação e reconhecimento dos produtores, também abrange aspectos concorrenciais, com abordagens da área do direito, incluindo também as relações internacionais.

Isso tem estimulado uma série de estudos acerca das práticas locais de estímulo, reconhecimento e disseminação de IGs, bem como a constituição de organizações nacionais e internacionais que lidam com o tema e que instituem *locus* de reflexão e estudos sobre esta temática.

Tais *locus*, originariamente físicos, como a *Ágora* grega ou os *Majlis* do mundo árabe, estão sendo substituídos por espaços e encontros virtuais, permitindo uma ampliação, quer dos seus membros, quer das temáticas abordadas em suas relações.

Assim é que, ao lado de governos que regulam a concessão, registro e permanência dos territórios pela Indicação Geográfica, destacam-se organizações privadas ou mistas que se encarregam de estudos, pesquisas e determinações das condições para o alcance das IGs pelos territórios pretendentes.

Também se destacam, tais entidades, na promoção de eventos de caráter regional ou internacional, permitindo aos pesquisadores que obtenham, mediante presença física, virtual ou por análise de documentos inseridos em seus anais, elementos que fortaleçam seus estudos e os tornem referentes.

2.1.2 Entidades de cooperação e registro para a IG

Observa-se, pelos relatos acima, que, ao lado do compromisso até mesmo com os parceiros internacionais, também há uma preocupação com a forma de associação dos produtores e sua representatividade, no sentido de garantir a notoriedade, o saber fazer, a identificação.

A representatividade citada diz respeito às organizações de produtores, como instituições de defesa e governança dos seus processos, bem assim a composição de redes de cooperação que garantam as normas de produção e comercialização definidas coletivamente. Outro componente fundamental das redes de produtores se dá no vínculo externo à área física de produção, com a presença junto a outros atores de apoio e suporte, em diversas escalas de articulação, quer local, regional ou nacional, representada pelos sindicatos e federações ou confederações, vinculadas ou não à área pública, ou ainda organismos colaterais de estudos e pesquisas, de âmbito nacional ou internacional.

Como entidade de cooperação, na escala internacional a Rede internacional de Indicações Geográficas (OriGIn) posiciona-se como uma organização não governamental e sem fins lucrativos, com sede em Genebra (Suíça), fundada em 2003 e considerada uma verdadeira aliança mundial de indicações geográficas de vários setores, representando cerca de 500 associações de produtores e outras instituições relacionadas às IGs, oriundas de 40 países.

A OriGIn tem como objetivos: (i) Advogar pela proteção jurídica eficaz e a observância das IGs em nível nacional, regional e internacional; (ii) promover as IGs como ferramenta de desenvolvimento sustentável para os produtores e as

comunidades; (iii) criar consciência sobre o vínculo entre as IGs e o desenvolvimento sustentável; (iv) facilitar intercâmbio de experiências entre os agrupamentos de IGs.

Entre os valores institucionais, destaque para o fato de que as IGs são um fenômeno mundial, com cerca de 8.000 IGs reconhecidas ao nível mundial, sendo cerca 2.000 na China e 1.000 nas Américas, incluindo os Estados Unidos. Considere-se que as IGs são direitos de propriedade intelectual, reconhecidos pelos principais acordos internacionais que afetam o setor, que assumem um papel importante no desenvolvimento econômico inclusivo, sendo uma ferramenta importante a serviço dos produtores e consumidores.

Por ser uma entidade internacional com tais objetivos, a entidade assume um olhar abrangente e apresenta diversas demandas, como: i) necessidade de assegurar coerência de normas em acordos bilaterais sob a égide da OMC; (ii) estabelecer um registro internacional de IGs considerando deliberações da Organização Internacional de Propriedade Intelectual (OMPI), buscando ratificá-las; (iii) considerar a sustentabilidade (econômica, social e ambiental) como fator crucial para o negócios, assumindo que as IGs necessitam ter em conta estes aspectos e responder a tais desafios; e (iv) cuidar da proteção das IGs na internet, principalmente no registro de domínios para favorecer o *e-commerce*, com a necessidade de melhorar as normas e práticas de tais registros.

Para efeito de registro internacional das IGs, a Organização Internacional de Propriedade Intelectual (OMPI) é o fórum global de serviços, políticas, cooperação e informação sobre propriedade intelectual sendo uma agência das Nações Unidas, autofinanciada, com 193 estados membros. Tem como missão liderar o desenvolvimento de um sistema internacional de PI, estabelecido mediante convenção ocorrida em 1967, quando da sua fundação. A entidade cuida da proteção de marcas, patentes, desenhos, *softwares* de computador, emblemas de países e nações e, para a proteção das Indicações Geográficas, tem como base o protocolo de Lisboa, assinado em 1958 e que definiu o registro internacional de denominações de origem e indicações geográficas, permitindo proteger tais ativos dos territórios contratantes através de um único procedimento de registro e um único conjunto de taxas. Também respeita, no que for concernente, ao acordado em Genebra no ano de 2015.

Suas ações visam impedir, por meios legais, a utilização de uma Denominação de Origem ou uma Indicação Geográfica, registrada internacionalmente, com respeito

a produtos do mesmo tipo ou produtos que não são do mesmo tipo ou serviços, mediante determinadas condições. Também devem proporcionar os meios legais para impedir toda utilização que suponha a imitação de uma denominação de origem ou de uma indicação geográfica.

Além do registro e proteção, a entidade também cuida da difusão da cultura da IG no mundo, mediante a realização de eventos periódicos que permitem a ampliação do conhecimento sobre este bem vinculado a territórios.

No Brasil, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, INPI, como entidade avaliadora dos territórios que pleiteiam a IG no Brasil, é um órgão vinculado ao Ministério da Economia que cuida das questões relativas ao sistema de propriedade industrial, compreendendo indicações geográficas, marcas e patentes, contratos de transferência de tecnologia, registro de programas de computador e direito autoral.

Sobre o INPI registre-se que a entidade é um agente público encarregado de gerenciar a concessão de IGs no Brasil, mediante o prescrito na Lei nº 9.279, de 14/05/1996 (BRASIL, 1996) que estabeleceu as regras gerais para registro de IG, bem como a Instrução Normativa PR nº 095/2018, de 28/12/2018 (BRASIL, 2018), - ANEXO II - que determina as condições para registro de IG.

No exercício do seu poder normativo, o INPI se apresenta como uma instituição pública caracterizada como de “ponta” (grifo nosso) com uma governança organizacional de destaque, notadamente na transparência dos seus atos. Tanto é fato que a Resolução PR nº 233, de 18/01/2019 (INPI 2019), incorporou em suas práticas de atendimento o *e-government* com o uso de relacionamento eletrônico entre os pretendentes a uma IG e a comunidade como um todo.

Dispõe de um repositório de toda a legislação atinente às IGs, favorecendo às entidades que pretendem obter esse ativo intelectual o acesso a toda gama de instruções e normativas necessárias dentro do processo de concessão das Indicações Geográficas.

Divulga, de forma eletrônica e com livre acesso em seu site (www.inpi.gov.br), boletins periódicos dando conta do andamento dos processos de habilitação a concessão de IGs, permitindo que os territórios pretendentes façam o acompanhamento e diligenciem ações que sejam necessárias e determinadas pela análise dos documentos apresentados, que também são apresentados eletronicamente, em prazos fixados pelas normativas em vigor. Faz o armazenamento de documentos de todos os processos de IG concedidos ou em processo de

concessão, sendo um bom endereço para localizar documentos que permitam um estudo pormenorizado das indicações geográficas existentes no Brasil.

Afora isso, institui, periodicamente, treinamentos para habilitar a comunidade interessada na temática da IG, ao incentivo no uso dessa ferramenta na distinção dos produtos, processos e serviços nacionais, garantindo ainda ao governo o ferramental necessário à defesa dos direitos dos produtores nacionais quando da assinatura, pelo País, de acordos internacionais que lhes digam respeito.

Para o fomento à causa das IGs, com sensibilização e esforços acadêmicos para ampliar os benefícios deste instituto, tornando-o mais acessível a territórios que apresentem potencial para buscá-lo, alguns outros entes são citados: (i) Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação PROFNIT, para formação *stricto sensu* e dedicado ao aprimoramento da formação profissional para atuação de quadros junto aos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e Ambientes Promotores de Inovação nos diversos setores: acadêmico, empresarial, governamental, organizações sociais. São programas de formação de profissionais dentro da área de Propriedade Intelectual, estando estruturado pela instalação de pontos focais, normalmente em instituições públicas de educação superior; (ii). Academia do INPI, como é conhecida a Academia da Propriedade Intelectual e Inovação, que é um centro de excelência em ensino e pesquisa de Propriedade Intelectual e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Esta entidade objetiva consolidar atividades de pesquisa e desenvolvimento; criar mecanismos de disseminação de conhecimentos; desenvolver recursos humanos por meio de cursos de capacitação e de formação acadêmica; promover o ensino da Propriedade Intelectual evidenciando sua relação com o desenvolvimento econômico, social e cultural.

Como entidades de colaboração e apoio a movimentos voltados à obtenção do reconhecimento de territórios que apresentem condições para a incorporação deste ativo intelectual como valor coletivo e comunitário, encontram-se algumas instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que, embora não tenham a IG como “core” (grifo nosso), incorporam conhecimentos que podem e devem ser buscados pelas associações ou cooperativas de produtores

nos territórios que apresentem potencial para o cumprimento dos itens previstos em normas de concessão de IGs emanadas do INPI.

Dentro deste escopo, regionalmente, para a cooperação voltada às Indicações Geográficas, destacam-se os fóruns estaduais de IG sendo, neste caso, necessário citar o Fórum Baiano de IG e Marcas Coletivas, entidade ancorada na Superintendência local do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Salvador (MAPA).

Uma pesquisa documental revela que o Fórum Baiano de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas foi instituído em 09 de novembro de 2012 pela Portaria no. 252 da então Superintendente Federal de Agricultura na Bahia, Sra. Virgínia Hagge, em que indicou as seguintes instituições que o comporiam: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia (SFA – BA.); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Mandioca e Fruticultura Tropical (EMBRAPA); Federação da Agricultura e Pecuária no Estado da Bahia (FAEB); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB); Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Ressalte-se que, na atual configuração do fórum, em 2021, inclui-se a Universidade Federal da Bahia (UFBA) pelo Instituto de Geociências.

Um encontro preparatório para a formação original do Fórum Baiano de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas, ocorrido em 07/08/2012, lidou com o tópico das IGs da Bahia com o relato da importância necessária de uma boa articulação, no sentido de incentivar e promover a implantação dos processos de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas de produtos agropecuários na Bahia, à luz das orientações emanadas da Coordenação de Incentivo à IG de Produtos Agropecuários (CIG) do MAPA e conduzidas nos estados, por técnicos das Superintendências Federais de Agricultura(SFA), através a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG).

Registra, essa reunião, a importância das IGs na promoção do desenvolvimento sustentável através da agregação de valor aos produtos e considera a conveniência de firmar parcerias com instituições que desenvolvem atividades com o mesmo objetivo, visando discussões de estratégias na implantação das IGs e MCs em função do elevado potencial dos produtos baianos.

Uma análise da ata de outra reunião, desta vez ocorrida em 18/04/2017, constata que o fórum mantém em sua agenda a importância na realização de parcerias com instituições que desenvolvem atividades com mesmo objetivo, para “discussões de estratégias e implantação das IGs e MCs em função do elevado potencial dos produtos baianos” (grifo nosso), citando alguns produtos potenciais para concessão de IG e o registro de uma concessão já alcançada, pela Cachaça de Abaíra, junto ao INPI. Os exemplos citados, no evento, como possíveis de IG foram: Cacau do Sul da Bahia, Pólen de Canavieiras, Doces e Geleias de Umbu do Sertão São Francisco, Cafés do Cerrado Baiano e dos Planaltos de Conquista.

Nessa mesma reunião, constatou-se, por depoimentos dos participantes, o seguinte *status* acerca das possibilidades de IG no território do estado da Bahia.

Café – Planalto de Conquista: O MAPA através da sua Unidade em Vitória da Conquista fez o diagnóstico, a FAPESB entrou com apoio financeiro para execução das ações através da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB e está em fase de conclusão. O MAPA acompanha a elaboração da configuração territorial através da equipe técnica da SFA e do geógrafo da CIG.

Doces e Geleias de Umbu – Sertão do São Francisco: o MAPA contratou consultor individual, com apoio financeiro do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) para executar os trabalhos de prospecção e sensibilização junto à Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos.

Geleia Doces e Compotas - Uauá e Curaçá: A Cooperativa agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC) contou com apoio do SEBRAE para desenvolver ações de diagnóstico, sensibilização e organização do setor produtivo.

Cacau - Sul da Bahia: O MAPA repassou recursos através de Convênio para a Associação dos Produtores de Cacau-APC executar as ações necessárias à implementação da IG, entretanto, muitas das ações não foram realizadas e parte do recurso foi devolvido à União. A FAPESB entrou com apoio financeiro junto ao Instituto Cabruca para desenvolver as ações necessárias à implementação da IG. Também contou com a parceria da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) na sensibilização, organização do setor produtivo e elaboração do Regulamento de Uso. A SFA elaborou o Instrumento Oficial e o material concluído foi depositado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Café – Oeste da Bahia: Convênio celebrado entre o MAPA e a Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia (ABACAFÉ) para execução das ações necessárias à implementação da IG. A SFA elaborou o Instrumento Oficial e o material concluído foi depositado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI.

Pólen Apícola – Canavieiras: O MAPA fez o diagnóstico e realizou uma reunião de sensibilização com os membros da Cooperativa dos Produtores de Pólen de Canavieiras. O SEBRAE fez o diagnóstico e atuou na organização do setor produtivo.

Café – Piatã: MAPA fez o diagnóstico e realizou um evento de sensibilização com produtores da região. O SEBRAE também fez o diagnóstico.

Cerâmica Artesanal – Maragogipinho: O SEBRAE fez capacitação com os produtores. FAPESB disponibilizou recurso através da UESC para execução das ações de implementação da IG. UESC, SEAGRI e UFBA atuaram na sensibilização, entretanto, o trabalho não obteve êxito

Sisal – Região de Valente: O MAPA acompanhou a elaboração da configuração territorial e emitiu o Instrumento Oficial; UFRB entrou com apoio financeiro e atuou no diagnóstico, organização do setor produtivo, Regulamento de Uso e na configuração territorial, SEBRAE também fez o diagnóstico. Apoio financeiro da FAPESB através da UEFS. Os trabalhos encontram-se em fase de conclusão.

Cachaça - Abaíra: Convênio celebrado entre o MAPA e a Associação dos Produtores de Cana-de-Açúcar e seus Derivados da Microrregião de Abaíra para implementação da IG. O registro foi concedido e não há ações de acompanhamento de IG reconhecida por entidades integrantes deste Fórum.

Farinha de Mandioca – Nazaré: A UFRB fez um diagnóstico e atuou na organização do setor produtivo. O SEBRAE também fez seu diagnóstico; A EMBRAPA atuou na sensibilização, organização do setor produtivo e levantamento histórico e cultural. A FAPESB entrou com apoio financeiro através da UFBA para executar as ações necessárias à implementação da IG.

Charuto – Brasil Bahia: A SFA, a FIEB e a SEAGRI atuaram na sensibilização; o SEBRAE atuou nas ações necessárias à implementação da IG, inclusive no apoio financeiro. O Instrumento Oficial foi emitido pela SEAGRI e todo o material foi depositado no INPI.

Numa análise dos documentos do fórum baiano, acerca do movimento encetado pelas entidades que o constituem, foi identificada uma sobreposição de tarefas, indo de encontro ao objetivo que é de somar os esforços. Como exemplo

relatou-se, a respeito do produto charuto – Brasil Bahia, um desencontro de informações, pois nenhum dos membros do fórum (exceção a FIEB e SEBRAE) tinha conhecimento dos trabalhos desenvolvidos com a cadeia produtiva do charuto ou até mesmo da emissão do Instrumento oficial pela SEAGRI, questão que, entre outras, será discutida em reunião agendada para o próximo semestre.

Em 2019, um bom material de difusão do fórum e suas propostas, compartilhado por solicitação deste pesquisador, indica que o fórum liga-se à Coordenação Geral de Incentivo às Indicações Geográficas de Produtos Agropecuários do Ministério, que foi instituída pelo Decreto Nº 5351/2015 e que objetiva: (i) Incentivar a valorização de produtos agropecuários através do incremento de atividades para reconhecimento de IG de produtos agropecuários no Brasil; (ii) Fornecer suporte técnico aos processos de reconhecimento de IGs. Informa que o MAPA conta com orçamento próprio para promover: Cursos, seminários, Reuniões, Workshops e outros eventos objetivando mapear os produtos com potenciais IGs e distribuir materiais de divulgação. Listam-se os seguintes eventos e ações:

Entre os períodos de 2009 e 2010 e 2013 - 3ª Edição do Curso à distância sobre Propriedade Intelectual – Módulo II - Indicação geográfica; 2011 - Diagnóstico nacional nas cinco regiões brasileiras. Na Bahia, com a cachaça, farinha, fumo, cacau e café; Em 2014 - Edital para seleção de consultoria individual com foco na valorização da origem de produtos da sociobiodiversidade que apresentam potencial para IG: Na Bahia, inclui os Doces e Compotas de Umbu do Sertão do São Francisco, bem como a promoção de um curso à distância sobre IG para 500 multiplicadores, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina.

A divulgação indica que houve apoio financeiro a projetos de IG, tendo como exemplos: Queijo Artesanal Serrano – RS; Queijo Artesanal Serrano dos Campos de Altitude – SC; Vinho dos Vales da Uva Goethe – SC (2 Projetos – 2009 e 2011); Café das Montanhas do ES; Açafração de Mara Rosa – GO; Vinhos de Farroupilhas e Altos Montes – RS; Guaraná do Médio Amazonas em Maués – AM; Cachaça de Salinas – MG; Arroz Vermelho do Vale do Piancó – PB; Queijo do Seridó – RN; Erva Mate do Planalto Norte Catarinense em SC; Açaí de Igarapé – Mirí no PA; Farinha de Mandioca de Cruzeiro do Sul no AC; Café das “Serras do Sul de Minas” (grifo nosso) em MG; Café da Região de Espírito Santo do Pinhal em SP; Cachaça da Microrregião de Abaíra, na Bahia; Cafés do Oeste da BA; Cacau do Sul da BA; Queijo Coalho do Agreste de PE; Própolis Vermelha dos Manguezais de AL.

Acerca das Ações Integradas para Fortalecimento de Cadeias Produtivas Regionais, um bom material visual apresenta as etapas de PROSPECÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO/DIAGNÓSTICO e FORTALECIMENTO, com seus desdobramentos:

PROSPECÇÃO: Subsidiar a formulação de iniciativas de valorização de produtos e seus territórios de origem; Identificar os programas e projetos, concluídos ou em execução na região, que se relacionem direta ou indiretamente, com a cadeia produtiva regional; Identificar clientes, parceiros, lideranças e atores-chaves para subsidiar o planejamento e a execução dos demais subprocessos de sensibilização, diagnóstico e fortalecimento da cadeia produtiva regional.

SENSIBILIZAÇÃO: Discutir conceitos e informações sobre signos distintivos e suas implicações, positivas e negativas; Mobilizar os atores locais de todos os elos da cadeia e instituições de apoio, para consecução das atividades de uso de IG e/ou marcas; Despertar o senso crítico dos atores locais e das instituições parceiras, para a tomada de decisão coletiva em relação à adequabilidade de desenvolvimento das ações para registro de IG e/ou Marcas; Estimular a formação da rede local para planejamento, execução e acompanhamento das ações e decisões voltadas para uso dos signos distintivos na região.

FORTALECIMENTO: Identificar o papel de cada parceiro e de instituições que possam ser mobilizadas para a consecução das ações e projetos de fortalecimento propostos; Estimular a identificação ou constituição de uma instância coletiva de gestão (comitê gestor) para coordenar as diferentes intervenções que objetivam promover o fortalecimento da cadeia produtiva regional; Implementar o conjunto de ações e projetos de fortalecimento da cadeia produtiva regional.

Ao citar, com destaque, o instrumento oficial, ressalta a Instrução Normativa, INPI nº25/2013 (então em vigor), indicando que a mesma estabelece as condições para o reconhecimento de Indicações Geográficas e traz, entre outros, como requisitos para Emissão do Instrumento Oficial: (i) Comprovar que os produtores estão estabelecidos na área geográfica demarcada e exercendo a atividade econômica no local que buscam proteger; (ii) Respaldo por instrumentos técnicos resultantes de estudos de vegetação, topografia, relevo, clima, etc.; (iii) Deverá ser expedido pelo órgão competente de cada Estado: União Federal – representada pelos Ministérios afins ao produto, Estado – representada pelas Secretarias afins ao produto; e (iv) Não é exigência a área de produção ser a mesma área administrativa que leva o nome.

Outro exemplo de entidade voltada ao estímulo à IG é o Fórum Estadual das Indicações Geográficas e Marcas Coletivas do Estado do Pará, instituído no âmbito da Secretaria de Turismo do Estado - SETUR, em 2016, com o objetivo de estudar, deliberar e propor diretrizes e políticas governamentais para a implantação de uma Política Estadual de Indicações Geográficas.

Em julho de 2020 este fórum teve a participação de 35 instituições governamentais e não governamentais (Federação dos Municípios, Conselhos Reguladores das IGs do Cacau de Tomé-Açu; do Queijo do Marajó, da Farinha de Bragança, entre outros), que atuam na diretriz da valorização do reconhecimento, proteção e divulgação das Indicações Geográficas e Marcas Coletivas, conformados pela identidade territorial, tendo como base a *cooperação* (foco da presente tese), as parcerias, a construção de redes colaborativas, partindo do princípio de que é necessário unir esforços (técnicos, financeiros e operacionais) frente às questões funcionais, conjunturais ou estruturais, com o grande desafio em função da localização (Norte, Amazônia), com adversidades de diversas ordens, como dimensão territorial e questões daí advindas, como a dificuldade de compreensão e estabelecimento sólido de estruturas sociais (associações, sindicatos, cooperativas).

Numa ação coletiva, o planejamento e a gestão participativa dos membros do Fórum promoveu a divisão das ações com cinco Grupos de Trabalho: (i) Políticas Públicas, tem como principal objetivo trabalhar a base legal de constituição do programa estadual de IG e MC do Estado; (ii) IG e Marcas Coletivas concedidas ou em processo junto ao INPI, que faz o acompanhamento de quatro IGs, atualmente; (iii) IG e Marcas Coletivas potenciais, que tem como foco as demandas de potenciais IG e MC, tendo identificado, até o mês de julho de 2020, dezesseis produtos em diferentes regiões do Estado; (iv) Comunicação e Infraestrutura, que busca estruturar o Fórum; e (v) Eventos, que organiza encontros e discussões presenciais ou remotas, como o Seminário Internacional de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas do Estado do Pará – SIGEMA.

Como se percebe, muitos são os desafios frente à dimensão e riqueza do Pará e o Fórum deve apoiar as organizações sociais na busca pelo reconhecimento do diferencial de seus produtos ou serviços, com foco no desenvolvimento dos diferentes territórios, envolvendo as múltiplas dimensões sustentáveis, social, ambiental e econômica.

Finaliza uma proposta de lei e decreto de criação do programa estadual, resultado do GT Políticas Públicas, cuja apresentação em reunião ordinária do Fórum ocorre no mês de agosto 2020, num processo que envolverá diversas instâncias, como Assessoria Jurídica (AJUR) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), Casa Civil do Governo do Pará, Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Assembleia Legislativa do Pará ALEPA. Espera-se uma aprovação antes de março de 2021, quando se encerra a gestão atual.

Na agenda do Fórum encontram-se as ações de apoio à IG do cacau de Tomé-Açu (já firmado um convênio para capacitação, intercâmbio e *softwares* de rastreabilidade da IG); nas análises para IG da Farinha de Bragança, com projetos para melhoria nas estruturas das casas de farinha; capacitação em boas práticas de leite e queijo; elaboração de oito novos diagnósticos já identificados como potenciais à IGs, bem a construção de um site na internet, o lançamento de um livro sobre a IG no Pará e a preparação do Seminário Internacional de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas do Estado do Pará – SIGEMA.

2.2 IGS NO BRASIL

No Brasil a concessão de uma IG objetiva proteger os produtores de uma determinada região, destacando o produto e sua assimetria em relação a produtos similares produzidos em outros locais. Tal diferenciação se identifica com os fatores locais baseados em sua cultura e valores, aí incluídos os fatores naturais (relevo, solo, clima) ou fatores humanos, como o saber fazer, a tradição na lida com o produto, garantindo ao consumidor a sua procedência e genuinidade. O produto torna-se único, quando apresenta diferenciais distintos, remetendo os consumidores à percepção das suas características únicas, que o distingue dos demais.

A IG permite, ainda, um sobrepreço do produto, associado à sua qualidade e origem. Esta aceitação concretiza o local como dotado de características especiais, favorecendo a disseminação da sua cultura e história. Os produtores se sentem, então, estimulados à permanência no local, evitando o êxodo e valorizando a tradição e ainda alcançando maiores, e melhores resultados para si e para os demais produtores inseridos no território da IG.

Entre os benefícios esperados do produto que alcance a IG, um deles corresponde ao destaque que o produto obtém dos demais, pois envolve um histórico,

associado ao território, que atua no pensamento das pessoas, enviando o consumidor, sensorialmente, ao local onde é produzido, remetendo ao aroma, à paisagem, ao clima da região produtora, favorecendo a identificação do consumidor, gerando o efeito da fidelização, defendido por teóricos do Marketing, como Kotler (2002) que afirma tratar-se de um compromisso, por parte do consumidor, de voltar a comprar, recorrentemente, ou recomendar um produto ou serviço, influenciando a demanda e auxiliando na composição de cenários em que haja garantia de crescimento e perpetuidade das organizações produtoras. Observa-se que tal crescimento dar-se-á apesar do preço de venda do produto se apresentar mais elevado, o que é considerado justo pelos consumidores, pela diferenciação percebida de forma direta (paladar, olfato, identificação visual) ou indireta produzida pela referência da região em seu imaginário.

2.2.1 Registros de IG nas modalidades IP e DO

Em julho de 2020 existiam sessenta e sete Indicações Geográficas concedidas pelo INPI a produtores nacionais.

Quadro 01 - Indicações Geográficas Nacionais

IG	TIPO	REQUERENTE	PRODUTO	ANO	UF
Vale dos Vinhedos	I.P.	Associação	Vinhos tintos, brancos e espumantes.	2002	RS
Região Cerrado Mineiro	I.P.	Conselho	Café	2005	MG
Pampa Gaúcho da Campanha Meridional	I.P.	Associação	Carne bovina e seus derivados	2006	RS
Paraty	I.P.	Associação	Aguardentes, tipo cachaça e aguardente composta azulada	2007	RJ
Vale dos Sinos	I.P.	Associação	Couro acabado	2009	RS
Vale do Submédio São Francisco	I.P.	Conselho	Uvas de mesa e manga	2009	BA/PE
Pinto Bandeira	I.P.	Associação	Vinhos tintos, brancos e espumantes	2010	RS
Litoral Norte Gaúcho	D.O.	Associação	Arroz	Arroz	RS
Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais	I.P.	Associação	Café	2011	MG
Região do Jalapão do Estado do Tocantins	I.P.	Associação	Artesanato em Capim Dourado	2011	TO
Pelotas	I.P.	Associação	Doces tradicionais de confeitaria e de frutas	2011	RS
Goiabeiras	I.P.	Associação	Panelas de barro	2011	ES
Costa Negra	D.O.	Associação	Camarões	2011	CE

Serro	I.P.	Associação	Queijo Minas Artesanal do Serro	2011	MG
São João del-Rei	I.P.	Associação	Peças artesanais em estanho	2012	MG
Franca	I.P.	Sindicato	Calçado	2012	SP
Vales da Uva Goethe	I.P.	Associação	Vinho de Uva Goethe	2012	SC
Canastra	I.P.	Associação	Queijo	2012	MG
Pedro II	I.P.	Conselho	Opala preciosa de Pedro II e jóias artesanais de opalas de Pedro II	2012	PI
Cachoeiro do Itapemirim	I.P.	Centro	Mármore	2012	ES
Manguezais de Alagoas	D.O.	União dos Produtores	Própolis Vermelha e extrato de própolis vermelha	2012	AL
Linhares	I.P.	Associação	Cacau em Amêndoas	2012	ES
Norte Pioneiro do Paraná	I.P.	Associação	Café Verde em grão e industrializado em grão ou moído	2012	PR
Paraíba	I.P.	Cooperativa	Têxteis de algodão natural colorido	2012	PB
Vale dos Vinhedos	D.O.	Associação	Vinhos: tinto, branco e espumante	2012	RS
Região de Salinas	I.P.	Associação	Aguardente de cana tipo Cachaça	2012	MG
Porto Digital	I.P.	Núcleo de Gestão	Serviços de Tecnologia de Informação e comunicação através de desenvolvimento, manutenção e suporte	2012	PE
Altos Montes	I.P.	Associação	Vinhos e Espumantes	2012	RS
Divina Pastore	I.P.	Associação	Renda de agulha em lacê	2012	SE
São Tiago	I.P.	Associação	Biscoito	2013	MG
Alta Mogiana	I.P.	Associação	Café	2013	SP
Mossoró	I.P.	Comitê	Melão	2013	RN
Cariri Paraibano	I.P.	Conselho	Renda renascença	2013	PB
Monte Belo	I.P.	Associação	Vinhos	2013	RS
Região do Cerrado Mineiro	D.O.	Federação	Café verde em grão e café industrializado torrado em grão ou moído	2013	MG
Piauí	I.P.	União das Associações e Cooperativas	Cajuína	2014	PI
Rio Negro	I.P.	Cooperativa	Peixes Ornamentais	2014	AM
Microrregião de Abaíra	I.P.	Associação	Aguardente de Cana do Tipo Cachaça	2014	BA
Pantanal	I.P.	Instituto	Mel	2015	MS/MT
Farroupilha	I.P.	Associação	Vinho Fino Branco Moscatel, Vinho Moscatel Espumante; Vinho Frisante Moscatel; Vinho Licoroso Moscatel; Mistela Simples Moscatel; Brandy de Vinho Moscatel	2015	RS
Ortigueira	D.O.	Associação	Mel de abelha	2015	PR
Maracaju	I.P.	Associação	Linguíça	2015	MS
Mara Rosa	I.P.	Cooperativa	Açafrão	2016	GO
Região das Lagoas Mundaú-Manguaba	I.P.	Instituto	Bordado Filé	2016	AL

Carlópolis	I.P.	Associação	Goiaba	2016	PR
Região de Pinhal	I.P.	Conselho	Café Verde e Café Torrado e Moído	2016	SP
Região da Própolis Verde de Minas Gerais	D.O.	Federação	Própolis Verde	2016	MG
Região São Bento de Urânia	I.P.	Associação	Inhame	2016	ES
Marialva	I.P.	Associação	Uvas Finas de Mesa	2017	PR
São Matheus	I.P.	Associação	Erva-Mate	2017	PR
Oeste do Paraná	I.P.	Cooperativa	Mel de abelha Apis Melífera Escutelata (Apis Africanizada) - Mel de abelha Tetragonisca Angustula (Jataí)	2017	PR
Cruzeiro do Sul	I.P.	Central das Cooperativas	Farinha de Mandioca	2017	AC
Maués	I.P.	Associação	Guaraná	2018	AM
Sul da Bahia	I.P.	Associação	Amêndoas de Cacau	2018	BA
Colônia Witmarsun	I.P.	Cooperativa	Queijo	2018	PR
Venda Nova do Imigrante	I.P.	Associação	Socol	2018	ES
Banana da Região de Corupá	D.O.	Associação	Banana	2018	SC
Sabará	I.P.	Associação	Derivados de jabuticaba: licor, geleia, molho, casca cristalizada e compota	2018	MG
Tomé-Açu	I.P.	Associação	Cacau	2019	PA
Oeste da Bahia	I.P.	Associação	Café verde em grãos, da espécie Coffea arábica	2019	BA
Pirenópolis	I.P.	Associação	Jóias artesanais em prata	2019	GO
Uarini	I.P.	Associação	Farinha de Mandioca	2019	AM
Capanema	I.P.	Associação	Melado batido e melado escorrido	2019	PR
Campos de Cima da Serra	D.O.	Federação	Queijo Artesanal Serrano	2020	RS
Campanha Gaúcha	I.P.	Associação	Vinho fino branco tranquilo; vinho fino rosado tranquilo; vinho fino tinto tranquilo, vinho espumante fino	2020	RS
Mantiqueira de Minas	D.O.	Associação	Café verde em grão e café industrializado torrado em grão ou moído	2020	MG
Novo Remanso	I.P.	Associação	Associação	2020	AM

Fonte: INPI/Elaboração do autor

RESUMO: 67 IGS 19 DO 48 IP

Quadro 02 - Distribuição por Tipos de Indicação Geográfica

DENOMINAÇÃO DE ORIGEM (DO)	19
INDICAÇÃO DE PRODECÊNCIA (IP)	48
TOTAL	67

Fonte: INPI/Elaboração do autor

Quadro 03 - Distribuição por Tipos de Entidades Requerentes

ASSOCIAÇÕES	45
CONSELHOS	6

COOPERATIVAS	5
FEDERAÇÃO	3
CENTRAL DAS COOPERATIVAS	1
UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	1
INSTITUTO	1
SINDICATO	1
CENTRO	1
UNIÃO DOS PRODUTORES	1
NÚCLEO DE GESTÃO	1
COMITÊ	1
TOTAL	67

Fonte: INPI/Elaboração do autor

Quadro 04 - Distribuição por Unidades da Federação

AC	1
AL	2
AP	0
AM	4
BA (uma IG com escala interestadual com PE)	4
CE	1
ES	5
GO	2
MA	0
MT (uma IG com escala interestadual com MS)	1
MS (uma IG com escala interestadual com MT)	2
MG	11
PA	1
PB	2
PR	8
PE (uma IG com escala interestadual com BA)	2
PI	2
RJ	1
RN	1
RS	12
RO	0
RR	0
SC	2
SE	1
SP	3
TO	1
DF	0
TOTAL (*)	69
(*) O TOTAL CONTEMPLA DUAS IGS EM ESCALA INTERESTADUAL	

Fonte: INPI/ Elaboração do autor

Também se verifica, em julho de 2020, o registro no Brasil, das seguintes indicações geográficas estrangeiras: a) Região dos Vinhos Verdes (Portugal); b) *Cognac* (França); c) *Franciacorta* (Vinhos, vinhos espumantes e bebidas alcoólicas – Itália); d) San Daniele (presunto defumado cru – Itália); e) Porto: Vinho generoso (vinho licoroso) – Portugal; f) Napa Valley (Vinhos - Estados Unidos); g) Champagne

(Vinhos espumantes – França); h) Roquefort (Queijo – França); e i) Tequila (bebida destilada azul – México).

Das 67 indicações geográficas brasileiras observa-se que cerca de 72% são da modalidade Indicação de Procedência (IP), enquanto o tipo Denominação de Origem (DO) corresponde a 23% das IGs.

Em duas das 48 Indicações de Procedência IP, a escala de delimitação do território abrangeu mais de uma unidade federativa, consideradas então IGs interestaduais.

Quanto às entidades requerentes percebe-se uma predominância das Associações, (aproximadamente 67%), seguidas de Conselhos (cerca de 9%) e Cooperativas (com 7%). Os demais tipos encontram-se rarefeitos, muitas vezes apresentando apenas uma unidade do tipo de entidade requerente, com oito registros nesta categoria.

Como visto, o rol de concessões envolve uma diversidade de produtos e serviços, sendo uma grande parte oriunda de produtos agrícolas que servem de base para a elaboração de mercadorias manufaturadas e/ou beneficiadas, sendo que algumas concessões têm como foco produtos vendidos *in-natura*, de grande similaridade com o pretendido para o território de Conceição do Jacuípe – Ba. e suas hortaliças folhosas.

A concentração de requisições no sudeste e sul do Brasil se justifica, pelo olhar de Baiardi, Baiardi e Aragão (2020) e a análise desenvolvida pelos autores acerca do cooperativismo no mundo rural da região nordeste, com foco na Bahia. Em seus estudos, observaram a pouca incidência da cooperação, pois as entidades cooperativas em foco apresentavam um quantitativo pequeno de associados (cooperados) analogamente a outras regiões geográficas e outros estados brasileiros. Creditam tal fato à ausência de uma participação cidadã plena, rotulada como essencial no enfrentamento (ou ao menos de uma convivência salutar) com uma cultura política regional que se apoia nas ações do Estado patrimonialista e autoritário, com estruturas corporativas e clientelistas. Atestam, os autores, que tal cenário inibe a ampla participação associativista que se rotula necessária à busca da incorporação de ações coletivas para o desenvolvimento com uma ação efetiva em processos de governança territorial.

2.2.2 Frutas e demais produtos vendidos *in-natura*

Por analogia ao que se pretende com esta tese, qual seja avaliar a importância da Cooperação na busca da Indicação Geográfica para as hortaliças folhosas produzidas no município de Conceição do Jacuípe-Bahia, torna-se conveniente analisar dois processos de concessão de IG relativos a produtos *in-natura*, nomeadamente as Uvas e Mangas do Vale do São Francisco e as bananas de Corupá, abaixo descritos.

2.2.2.1 Uvas e Mangas do São Francisco

Esta IG, cujo símbolo distintivo é apresentado na figura 1 (a seguir), foi a primeira do País para frutas *in natura* e pioneira em contemplar uma escala interestadual (estados da Bahia e Pernambuco) envolvendo doze associações e cooperativas, integrantes do Conselho da União das Associações e Cooperativas dos Produtores de Uvas de Mesa e Mangas do Vale do Submédio São Francisco, UNIVALE. A IG beneficia em torno de 340 produtores de manga e de uva de mesa de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). A cooperação exercida para a obtenção da IG foi composta, além das entidades dos produtores, também pelo SEBRAE, EMBRAPA, Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE) e Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

Figura 01 - Signo identificador do reconhecimento da Indicação Geográfica na modalidade Indicação de Procedência referente às uvas e mangas produzidas no Vale do Submédio São Francisco



Fonte: INPI

Os dados disponibilizados pelo INPI (inpi.br), acesso em julho 2020, indicam que o registro ocorreu em 07/07/2009, tendo sido apresentada a delimitação territorial referente ao Vale do Submédio São Francisco, como localizado na região sertaneja no oeste do estado de Pernambuco e norte do estado da Bahia, com uma área de 125.755 km², abrangendo municípios dos dois estados.

A trajetória do território relata a visão de lideranças locais e apoio dos governos, com a construção de estruturas para desvio de parte das águas do rio para a irrigação de milhares de hectares de frutas. Isso, aliado a ações dos produtores no aproveitamento desse ativo, mais suas capacidades (associativa, de empreendedorismo e de produção), fez com que a região se tornasse um polo produtor de frutas, reconhecido mundialmente.

Na descrição do território, consta que a temperatura média da região gira em torno de 26°C, com uma umidade relativa média de 50% e precipitação anual média de 450 mm e que a insolação anual de 3 mil horas, correspondentes a 300 dias de sol, é um diferencial para a produção de frutas. Práticas avançadas de plantio irrigado, manutenção e controle, permitem que a região colha 2,5 safras por ano com alta produtividade e responda por, aproximadamente, noventa e cinco por cento da exportação brasileira dessas frutas.

Ao descrever o produto, tem-se que o cultivo é o mais tecnificado, entre os produtores de uvas de mesa e mangas do Brasil, assegurando a qualidade das frutas, além da aplicação de procedimentos técnicos coerentes com o respeito ao ambiente,

à saúde e à segurança dos trabalhadores e à saúde do consumidor, fruto da preocupação dos produtores em atuarem de maneira socialmente responsável.

A qualidade das frutas tem padrões definidos pelos compradores e alcança práticas que lhe permite a obtenção de certificações internacionais, atuando como definidora de aquisições nacionais e internacionais, por parte de consumidores que valorizam a origem dos produtos consumidos, que lhes são entregues mediante rigorosos processos de preservação de suas características originais

Ainda com relação a essa IG, Caldas (2006) ao analisar os circuitos de produção, comercialização e distribuição da fruticultura, comenta a diversidade dos agentes, com portes, práticas e propostas distintas, desde a grande corporação que, com tecnologia de gestão flexível, atua nos circuitos internacionais, exportando para a Europa, Estados Unidos, Japão e Países do MERCOSUL, até o os agentes de pequeno porte submetidos a uma “variedade significativa de intermediários” (CALDAS, 2006, p. 156).

Tendo coletado informações junto a gestores dos principais *players*, Caldas (2006) relata que as práticas de gestão envolvem uma grande estrutura de tecnologia da informação, favorecendo a concentração da oferta, está disponibilizada de forma padronizada, que abrange os mercados presente e futuro e se adequa a arranjos de oferta e demanda, que são dinâmicos, objetivando sempre a aproximação do produtor com o que o consumidor final procura (CALDAS, 2006, p. 156).

Ribeiro e Baiardi (2016) em pesquisa junto a fruticultores irrigantes localizados no Polo Juazeiro-Petrolina e que adotaram um sistema denominado de Produção Integrada de Fruticultura (PIF), envolvendo frutas frescas, manga e uva de mesa, destinadas à exportação, afirmam que este sistema constitui uma transição entre a agricultura convencional e a denominada agricultura sustentável, com as preocupações com o meio ambiente e a manutenção de condições ecológicas que garantam, pela aplicação de princípios e normas referentes à sustentabilidade, a adoção de esquemas operacionais em moldes internacionais. Assim, a oferta de produtos de melhor qualidade e nos modelos propostos pelos importadores, obtidos pela gestão racional das unidades produtivas, favorece a submissão dos produtos a avaliações que permitam a obtenção de selos de qualidade, entre os quais o “Fruta Sustentável”, criado pelo Instituto Brasileiro de Frutas IBRAF em 2015. Esta análise certifica a obtenção dos padrões pactuados, notadamente quanto à ausência de resíduos de pesticidas.

Como instituições de apoio ao alcance deste objetivo, os autores abordam a participação da AENOR (*Asociación Española de Normalización y Certificación*), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq e da EMBRAPA, com seus projetos Ecofrutas, Ecoágua, Ecolso e Ecofin.

Ribeiro e Baiardi (2016) relatam ser o PIF um instrumento de mudança que gera impactos microeconômicos e benefícios agregados, pelo fato de ir se generalizando, de forma progressiva, entre os fruticultores daquela região. Abordam aspectos considerados importantes para tal mister, registrando o associativismo, também a cooperação e, no caso em tela, a cooperação do tipo internacional.

Um fator relevante diz respeito às questões ligadas à internacionalização da economia e ao controle das grandes redes de supermercado por empresas estrangeiras. Com isso, imaginam que os padrões de exigência de qualidade do produto no Brasil serão aqueles mesmos, considerados elevados, da União Europeia.

Tal “salto qualitativo” (grifo nosso) favorecerá, de forma similar ao imaginado na presente tese para as hortaliças produzidas no território de Conceição do Jacuípe, a constatação de assimetrias nos produtos, permitindo a obtenção futura de reconhecimento externo. Citam, no caso das uvas e mangas, o alcance da certificação que indica uma Denominação de Origem Controlada DOC de alta difusão como elemento diferencial, notadamente no continente europeu, além do reconhecimento pela IG no Brasil.

Ao analisar a estrutura administrativa de uma central de comercialização, vinculada à VALEEXPORT e denominada SIC/Vale, Caldas (2006) informa tratar-se de um modelo que tem como base o conhecimento sobre comercialização de frutas frescas desenvolvido na Bélgica, pela empresa *Schelfhout*, considerada a líder mundial no segmento. A estrutura administrativa que dá suporte às ações tem três níveis hierárquicos, sendo o mais elevado de Deliberação, o intermediário de Gestão e o básico de Operação.

Pela descrição percebe-se a existência de uma espécie de “bolsa de commodities” (grifo nosso) com acompanhamento de preços e lotes de venda e compra através de leilões, balcão eletrônico, sistema de intermediação e logística. Especificamente quanto à comercialização, há o relógio de preços com indicação de alcance que gera compromissos de produção e entrega, quando alcançados e alocados aos produtores. Um segundo modelo é o Balcão Eletrônico de negócios à distância, onde os produtores ofertam, de forma *on-line* seus produtos associados aos

preços, que são vistos e adquiridos (ou negociados) pelos compradores, sendo a entidade VALEXPOR a garantidora de toda a transação. O tipo descrito como “Plataforma de intermediações especiais” (grifo nosso) normalmente funciona para grandes quantidades e opera a termo, ou seja, para concretização de negócios envolvendo grandes quantidades para entrega futura a preços pré-fixados.

O *Marketing Board*, como expoente máximo do modelo, tem como objetivo a preservação da marca própria comum, a organização das exportações de frutas produzidas no território, fazendo com que haja uma segurança operacional e jurídica para os produtores, bem como a adoção de um seguro a ser contratado pelo produtor.

Outras organizações e entidades do entorno, sejam públicas, privadas ou entidades do terceiro setor, absorvem algumas das práticas observadas, destacadamente os métodos de gestão baseados em tecnologia da informação e comunicação, adequando-os à realidade em que atuam.

Este exemplo de influência do modelo de planejamento e gestão adotado pela VALEXPOR fez com que o mercado do produtor, mantido pela Prefeitura Municipal de Juazeiro, passasse a ser gerido de forma profissional, com a incorporação de procedimentos empresariais, considerando a presença, em suas instalações físicas, de compradores oriundos das diversas regiões do Brasil para comercialização *vis-à-vis* de produtos oriundos dos complexos de irrigação regionais. O porte e dimensão desse empreendimento é significativo, correspondendo, por exemplo, ao valor relativo a duas vezes e meia ao movimento da CEASA em Salvador e uma vez e meia ao movimento da CEASA de Recife, conforme depoimento do Diretor Executivo, Sr. Aristóфанes Carneiro. (CALDAS, 2006, p. 164).

Ao lado dos grandes *players* e suas modernas e tecnologicamente equipadas práticas de gestão, Caldas (2006) também identificou um rol de atores de menor expressão, que atuam no território. Ele os classifica como: (i) Cooperativas de pequenos produtores, exemplificadamente a Cooperativa Mista do projeto de Irrigação Bebedouro (CAMPIB), com atuação local e regional; (ii) Compradores Independentes que fazem a intermediação entre os produtores e o consumidor final, com alguns arranjos operacionais, como o financiamento da produção com pagamento em produtos, a compra direta do produto no local de origem, compra direta nos locais de armazenagem, compra direta por telefone e outras formas remotas; e (iii) Assentados de programas governamentais (ex-Sem Terra) cuja produção dos assentamentos é disponível nas feiras das cidades próximas, no Mercado do Produtor de Juazeiro ou

diretamente aos compradores independentes, que, estrategicamente, se deslocam até o local da produção e fazem a aquisição a preços, para eles, convidativos. Outros empreendedores adotam a modalidade de composição e entrega, distribuindo os produtos mediante o uso de caminhões, denominados de “caminhões-salada” (CALDAS, 2006, p. 167) com grande variedade de produtos, com quantidade também variada e entrega imediata em feiras e outros pontos de venda em diversas cidades ao longo do seu percurso, sendo registrado também tal prática em vendas para as CEASAS de cidades da Região Nordeste.

2.2.2.2 Bananas de Corupá

É possível considerar que a Indicação Geográfica para as bananas de Corupá (SC), cujo símbolo distintivo é apresentado pela figura 2 a seguir, pode funcionar como um *benchmarking* para o estudo que se propõe a avaliar as hortaliças folhosas de Berimbau.

Figura 02 - Signo Identificador do reconhecimento da Indicação Geográfica na modalidade Denominação de Origem, referente às bananas produzidas na região de Corupá no estado de Santa Catarina



Fonte: INPI

Aquela região catarinense se distingue pela assunção da bananicultura como um bem coletivo, um capital territorial e de valor diferencial. Isso foi possível pela composição dos esforços para o alcance da IG, notadamente na agregação de atores locais e regionais e sua mobilização a este objetivo coletivo, obtido mediante práticas da cooperação.

A IG para as bananas de Corupá foi concedida pelo INPI em 2018 por iniciativa da Associação dos Bananicultores da Região de Corupá – ASBANCO. Essa região, localizada ao norte do estado de Santa Catarina é conhecida - histórica e qualitativamente - pela produção de bananas há mais de 150 anos e possui uma área de 857,3 km² distribuídos pelos municípios catarinenses de Schroeder, Jaraguá do Sul, Corupá e São Bento do Sul. São várias famílias rurais que se beneficiam da produção num ambiente que é único e inigualável, não só pelas peculiaridades de clima e de relevo, mas também pelo saber-fazer, pelas tradições e culturas locais.

O fruto banana, reconhecido para a Denominação de Origem Região de Corupá, compreende todas as variedades de banana do subgrupo *Cavendish* (popularmente conhecida como Nanicão).

As bananas produzidas na Região de Corupá são caracterizadas por um sabor doce mais pronunciado, sendo esse um dos aspectos mais importantes nos atributos sensoriais reconhecidos pelos consumidores.

O manejo integrado na região é favorecido pelas condições edafoclimáticas locais. A cultura da banana chega a receber até dez vezes menos aplicações de produtos químicos que em outras regiões produtoras. O diferencial da banana produzida na Região de Corupá é o sabor, muito doce, que também é atribuído pelas condições locais, que fazem com que o tempo necessário para a produção de um cacho de bananas seja maior, quando comparado às demais regiões produtoras. Como consequência, ocorre maior acúmulo e transformação dos açúcares e ácidos naturais das frutas, resultando em bananas mais aromáticas e saborosas.

Os frutos produzidos em Corupá apresentam menor acidez e maior relação açúcar-acidez. As oscilações ao longo dos meses mostram que os frutos sofrem grandes interferências do ambiente em que são produzidas, possivelmente devido às temperaturas baixas e aos índices de radiação solar durante o inverno e início da primavera. Com isso, as bananas da Região de Corupá apresentam maior teor de K, Potássio (K), Cálcio (Ca) e Manganês (Mn), bem como menores teores de Magnésio (Mg). Essa composição mineral, possivelmente, está associada às características qualitativas das frutas produzidas na região.

No que se refere à ligação entre o produto e o território, tem-se que a diferenciação das bananas corupaenses é alcançada considerando as características geo-edafoclimáticas encontradas na área demarcada de produção, principalmente pela formação geológica e climática dessa região cuja área é definida pelas

montanhas e vale, delimitada naturalmente pela cadeia contínua de montanhas com produção de banana até a altitude de 600 metros, elevações ou colinas que formam as nascentes do Rio Itapocú nos municípios que integram a região e são interrompidas na fronteira dos municípios de Jaraguá do Sul e Schroeder com Guaramirim, a jusante do Rio Itapocú, onde se encontra a entrada do vale para a Região Corupá.

O sistema produtivo da banana na área geográfica da Denominação de Origem Região de Corupá é estabelecido pelas etapas e critérios descritos no Caderno de Campo do produtor. Ele se aplica a todas as etapas de produção da banana e seus derivados, isoladamente ou consolidadas, de acordo com as atividades exercidas pelo produtor, sejam elas: produção da banana, colheita e pós-colheita, armazenagem e climatização, agroindustrialização, distribuição e comercialização.

Nos impactos relativos ao desempenho, tem-se que a banana potencializa os recursos humanos existentes, gerando postos de trabalho, contribuindo para a subsistência de inúmeras famílias que veem na bananicultura uma importante fonte de rendimento, melhorando a qualidade de vida das populações e fixando-as no meio rural.

A Denominação de Origem Região de Corupá é uma extraordinária mais-valia para a região e populações que trabalham dia-a-dia no setor, como: o incentivo à produção integrada e mais sustentável; a proteção do nome contra imitações e utilizações indevidas; estratégias de promoção e de mercado deste produto diferenciado em nome da região; o melhoramento do rendimento dos agricultores; a fixação da população rural; e uma proximidade aos consumidores, fornecendo-lhes informações relativas às características específicas dos produtos. O diferencial mais significativo da banana produzida nessa região é o sabor: doce por natureza.

A região de Corupá se distingue pela assunção da bananicultura como um bem coletivo, um capital territorial e de valor diferencial. Isso foi possível pela composição dos esforços para o alcance da IG, notadamente na agregação de atores locais e regionais e sua mobilização.

Lorena (2020) ao descrever a IG alcançada para as bananas de Corupá (SC) ressalta que os parceiros mobilizados para tal objetivo foram oriundos de um processo iniciado pela Associação dos Bananicultores de Corupá (ASBANCO), que integra, desde a concepção inicial do projeto e até a conquista da IG, distintas pessoas e instituições colaboradoras, com a criação de uma rede de atores que aportam recursos intelectuais, motivacionais, financeiros ou infraestruturais.

Tais parceiros são classificados como internos e externos. Os internos são os que possuem uma relação bem estreita e permanente com a rede, enquanto os parceiros externos desenvolvem atividades em determinados períodos sem, entretanto, assumir um papel definitivo no projeto.

Nos passos para a IG a ASBANCO buscou o SEBRAE que identificou o potencial, ouviu a associação, constatou a assimetria da banana de Corupá e se transformou no principal parceiro do processo, encetando esforços na motivação a outros parceiros, dentre os quais destacam-se a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que fez o levantamento histórico-cultural e os estudos de caracterização da fruta de Corupá; o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), *campus* Jaraguá do Sul, que desenvolveu os estudos de mineralogia da fruta; a Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), que realizou as pesquisas para a caracterização edafoclimática da área, com estudos e análises referentes ao clima, ao solo e ao relevo.

Nos estudos preliminares, identificou-se que o diferencial da fruta se estendia também aos municípios vizinhos. Com isso, novos parceiros foram agregados, como a Associação de Bananicultores de Jaraguá do Sul (ABAJAS), a Associação de Bananicultores de Schroeder (ABS) e a Associação de Produtores Rurais de São Bento do Sul (APROSUL). Outros parceiros de apoio institucional identificados foram: as prefeituras municipais dos quatro municípios da região, o governo de Santa Catarina, o Ministério da Agricultura e outras duas universidades, sendo elas a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) e a Universidade Sociedade Educacional de Santa Catarina (UNISOCIESC), *campus* Jaraguá do Sul.

Lorena (2020), relatando dados da ASBANCO destaca, ainda, uma efetiva participação da comunidade pelo apoio ao projeto e, principalmente, pelo reconhecimento da atividade e de sua importância econômica e cultural, além do sentimento de pertencimento, do orgulho em estar na região de produção da “banana mais doce do Brasil”, como definido por Lorena (2020, p. 107), onde informa mais, que o associativismo dos produtores foi fundamental para que o processo pudesse ser conduzido.

2.2.2.3 Contribuições da academia numa análise às IGs referidas (São Francisco e Corupá)

Por uma questão de honestidade acadêmica, mister se faz uma consideração a partir do registro de dois trabalhos acadêmicos que avaliaram, depois de tempos de concessão das IGS das Uvas e mangas do Vale do São Francisco e das bananas da região de Corupá, respectivamente, o *status* atual das referidas IGS, sendo que a primeira (IG do Vale do São Francisco) traz um cenário extremamente preocupante, vez que indica a deterioração dos processos de colaboração considerados essenciais à IG desses produtos, enquanto, contrariamente, o relato das bananas de Corupá indicam uma grande adesão à filosofia da cooperação promovidas pela IG, considerado, depois, como elemento agregador ao que Ostrom (2000 p.13), denominou de “segunda geração sobre decisões racionais”, quando destaca as três variáveis necessárias a uma sobrevivência salutar das organizações coletivas, notadamente no enfrentamento de situações que representam ameaças à continuidade do entusiasmo inicial de agregação de esforços: (i) confiança; (ii) reputação; e (iii) reciprocidade. Tais fatores destacam a cultura como fator relevante na propensão a cooperar e buscar formas de conquistar o reconhecimento do território como produtor de ativos diferenciais e reconhecíveis.

Um exemplo da prática de tais variáveis se encontra na denominada comunidade IG², composta por um conjunto de atores que se vinculam, direta ou indiretamente com a temática da Propriedade Intelectual e o reconhecimento de produtos ou serviços associados à territórios e que apresentam uma produção diferenciada. São pessoas e instituições que lidam com as questões relativas à assimetria de produtos reconhecidos e que ostentam ou busquem ostentar a Indicação Geográfica. Tais agentes vão desde produtores, transportadores, distribuidores, estudiosos, membros de entidades nacionais, públicas ou privadas que se vinculam ao reconhecimento das IGS como características diferenciais de territórios específicos. Estes pesquisadores promovem uma constante permuta de dados, informações e conhecimento mediante a realização de eventos como simpósios, congressos, seminários e workshops, com destaque para o Estado de Santa Catarina que realizou em 2019, a oitava edição anual do Workshop Catarinense de Indicação Geográfica tendo, nesse ano, realizado conjuntamente a sétima Mostra de Produtos

²São nomes que representam a liderança nesses processos: Kelly Bruch, Hulda Giesbrecht, Eleonora Paixão, Eliane Müller, Alcides Caldas, Márcia Tagore, Beatriz Junqueira, Suelen Carls, Eudócio Batista Junior, Francimary Medeiros entre outros, que contribuem positivamente na disseminação da cultura e das práticas de IG no Brasil.

Tradicionais. Os eventos, como um todo, (presenciais ou virtuais) servem como fóruns de discussão, relato de atividades e orientações a estudiosos e outros interessados na temática. Utilizam, fortemente, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tendo incorporado, recentemente, também aí as sessões acadêmicas de qualificação e defesa de teses de doutoramento ou dissertações de mestrado em programas oriundos de Universidades de destaque, bem como os trabalhos vinculados do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação PROFNIT.

Informações que circulam nesta comunidade e relativas a Corupá, dão conta de que tais princípios de ação coletiva estão em pleno uso (julho de 2020) para dar suporte à necessária reconstrução de ativos da região, que foram danificados pela ocorrência de um ciclone-bomba, com ventos que atingiram 120 km/h e destruíram grande parte dos bananais e outros ativos de produtores e beneficiadores de banana em junho/julho de 2020.

Os dois trabalhos acadêmicos citados são, respectivamente, “Desafios ao Funcionamento de uma Indicação Geográfica: O Caso das Uvas de mesa e Mangas do Vale do Submédio do São Francisco” dos autores Lívio Ricardo Oliveira de Sá e João Ricardo Ferreira de Lima (2018) e “Denominação de Origem e seus efeitos no fortalecimento do patrimônio cultural: O caso das Bananas De Corupá”, de Giseli de Lorena (2020).

De acordo com Sá e Lima (2018), que são autores vinculados, respectivamente à Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA-SEMIÁRIDO, algumas IGs brasileiras não foram capazes de gerar benefícios aos produtores e agentes envolvidos. Os estudiosos, após avaliarem a IG do Submédio do São Francisco, afirmam que tal IG, pela ocorrência de uma série de dificuldades até (2018, ou seja, nove anos após a concessão) não conseguiu realizar a missão para a qual foi concedida. Os autores listam um rol de questões que vão desde: (i) inadequada delimitação da área geográfica, que pode ter sido elaborada de maneira extensa demais, o que dificulta o processo de rastreamento dos produtos; (ii) regulamento de uso que restringiram a participação da maioria dos produtores, pelo estabelecimento de normas de produção e qualidade dos produtos com padrão muito elevado; (iii) organização e implementação efetiva de ações; (iv) dificuldades com o marketing da IG, quer junto ao mercado consumidor, quer junto aos produtores da área delimitada, dificultando a

construção e implementação da IG; (v) falta de protagonismo dos produtores locais, ausência de interesse pela IG e desentendimento sobre suas vantagens econômicas; (vi) questões afetas à governança territorial, pela ausência de uma organização cooperativa com maior articulação entre os atores-chave e que lidere a IGs não apenas em seus passos iniciais; e (vii) uso de marcas próprias (e distintas da IG) por um grupo de produtores de uvas.

Como sugestão a outros processos de IG, Sá e Lima (2018), indicam: (i) que a área delimitada seja do tamanho da capacidade de controle e rastreabilidade dos produtos e serviços da IG, além do cuidado com a elaboração do regulamento de uso para que este não seja um fator de exclusão, devido às suas normas restritivas de produção e qualidade dos produtos; (ii) planejamento e execução de estratégias de promoção da IG, tanto no âmbito do setor produtivo quanto do ponto de vista de reforço da ideia da IG perante o mercado consumidor; (iii) cuidar para inibir/vetar a presença de marcas próprias que possam desviar o interesse de produtores pela Indicação Geográfica; e (iv) a consciência de que a região passa a requerer a presença de uma organização cooperativa forte, que tenha capacidade de coadunar as expectativas e anseios do grupo de produtores, que devem estar engajados, interessados e cientes dos desafios e benefícios que a IG pode trazer.

Por outro lado, Lorena (2020), que é professora do ensino fundamental em Corupá, tendo finalizado os créditos, apresentou, em sua dissertação de mestrado intitulada “Denominação de origem e seus efeitos no fortalecimento do patrimônio cultural: o caso das bananas de Corupá – SC” defendida junto à Universidade da Região de Joinville, UNIVILLE, um depoimento pessoal que revela o ambiente predominante do arranjo produtivo para as bananas de Corupá em que ocorreu o alcance da IG para as bananas, na modalidade de Denominação de Origem (D.O.). Lorena (2020) informou ter ficado surpresa quando, em atividade com os alunos, verificou que, muitos deles, sonhavam em ser agricultores no futuro, assim como seus pais e demonstraram o desejo de trabalhar na bananicultura e passar isso às suas futuras famílias.

Com isso, a professora passou a inserir, em suas aulas de Geografia, temas pertinentes à realidade daqueles alunos e buscou informações acerca do universo da bananicultura em Corupá e, no ano de 2017, veio a oportunidade de realizar um projeto neste contexto, trabalhando com os alunos algumas reflexões sobre a valorização cultural da banana no município. Inseriu o universo da bananicultura no

contexto escolar e, após contemplação conquistada em evento sobre o Parlamento, ocorrida no MEC, em Brasília, estimulou-se ainda mais com a temática, tendo trabalhado, a partir daí, a questão do patrimônio cultural que tal atividade representa para o município. Envolveu numa roda de entrevistas, vereadores que aderiram ao projeto, promoveu palestras sobre a realidade da banana pelos olhos da Associação de Bananicultores de Corupá (ASBANCO) e detalhamento sobre o conceito de patrimônio cultural, com o apoio da Secretaria de Educação e Cultura do município.

Ainda mais, realizou o evento “Olhares sobre a bananicultura” (LORENA, 2020, p.14) que contou com atividades do tipo concurso de desenho, maquete, culinária, fotografias e poesias, todas com o tema da banana, além de apresentações culturais (teatro e paródias) e representações da cultura da cidade. Também uma exposição de produtos derivados da banana, de fotos históricas sobre a bananicultura no município, onde os alunos apresentaram o material aos visitantes convidados, autoridades municipais e à própria comunidade escolar. Observou um grande engajamento dos alunos. Percebe-se com as atividades executadas pela Professora, que a vinculação e o pertencimento das pessoas com relação ao território, são reforçados pelo sucesso, fazendo com que os jovens se sintam estimulados a gerar mais prosperidade e permanecerem no ambiente produtivo, não se deixando “seduzir” (grifo nosso) pelas pseudo benesses dos meios urbanos.

Com essas atividades profissionais, identificou o aumento da produção e conseqüente sobra dos produtos *in-natura* não comercializados, o que motivou a produção de outros itens, como a banana passa e a farinha de banana verde. Prosseguindo, identificou uma ampliação dos subprodutos incluindo geleias, ketchup de banana, banana chips, biomassa e farinha da biomassa da banana verde, que permitem a produção de cucas (tipo de bolo das colônias alemãs), bolos, pães, aguardente de banana e outros itens. Também ressalta o incentivo ao artesanato com o uso de fibras da bananeira na elaboração de flores, objetos de decoração, móveis e biojoias.

Com a criação da ASBANCO em 1994, viu-se o esforço coletivo para melhorar a lucratividade dos produtores com a venda da fruta, os quais sofriam com os baixos preços pagos pelos chamados “atravessadores” (LORENA, 2020, p.16) que faziam o transporte da fruta, levando do produtor ao comércio. Posteriormente, a associação também passou a fornecer atividades como assistência técnica, compras coletivas e promoção de atividades culturais envolvendo a bananicultura no município o que

potencializa as ações então apenas estudantis, liderados pela autora. Constatase que essa identificação do território e da sua população com a bananicultura estimulou o surgimento de outros arranjos produtivos, fomentando ainda mais a economia local.

Tal ampliação do escopo favoreceu o desenvolvimento do município, tendo a banana uma forte ligação econômica e cultural com Corupá, tanto que o município conquistou o título de Capital Catarinense da Banana, em 2002, pois a produção de bananas é entendida como uma tradição, para além das questões econômicas, conduzida pelas gerações e repetida ao longo da história, vinculada aos costumes e com íntima relação com a cultura do município e, embora se transforme com o tempo, não perde sua essência. O “modo de viver” a bananicultura em Corupá refere-se ao seu patrimônio cultural, pois os “modos de fazer” (LORENA, 2020, p. 36) vão além do trabalho e do lazer, abrangem a própria vida e se posicionam como forma de buscar autonomia perante o contexto social onde está inserido, pois a tradição se relaciona com a história, a repetição e a coletividade.

Um elemento de manutenção das tradições é a questão dos costumes, ligados às práticas da bananicultura que permanecem, também, nas relações que se estabelecem entre os produtores, suas famílias e a comunidade. O fazer junto, em família e em comunidade, contribui para a manutenção das práticas que, historicamente, se fortalecem e tornam-se tradicionais. Tal fortalecimento das relações de identidade entre os membros da comunidade, realça o “pertencimento” (grifo nosso) pois, com o tempo, acontecimentos simples e do cotidiano, transformam-se em um sentimento de identidade e até mesmo intimidade para com o lugar.

A exteriorização desse fenômeno ocorre em ações coletivas, como a festa do dia da banana, comemorado anualmente no município, no dia 21 de agosto. Durante todo o mês de agosto ocorrem palestras nas escolas municipais, desfile de máquinas e entidades, escolha das musas da banana, exposições, feira de artesanato e subprodutos, concurso da melhor cuca de banana, apresentações culturais e o festival gastronômico, no qual é possível provar dentre outros pratos, o “x banana com bacon” (LORENA, 2020, p. 45). Os sentimentos de orgulho, ativando a memória e a identidade provoca novas relações entre a população com os saberes-fazer e os modos tradicionais de utilizar a banana, por meio de novas receitas ou da propagação das já existentes.

Outros eventos de impacto ocorrem a cada mês de agosto, em agosto naquela região catarinense, entre os quais o Bananalama, que é uma trilha a ser percorrida de

moto ou de quadriciclo, com o trajeto envolvendo desde a área urbana até parte dos bananais e outros locais vinculados. Diversos eventos que mobilizem a comunidade local e regional favorecem o entendimento de que a IG estimula colaborações, valoriza os produtos locais, fortalece laços entre comunidade e produtores, aumenta a lucratividade do município e potencializa outros arranjos produtivos sustentáveis, o que refletirá na qualidade de vida e bem-estar da população.

Tal identificação fica clara pelo incentivo à assunção da banana como um bem público, conforme percebido por este pesquisador em visita ao município e refletida nos sinais urbanos, como a existência, em Corupá, de alguns símbolos da bananicultura presentes no espaço urbano, como as lixeiras em formato de banana, numa parceria entre a prefeitura e uma empresa corupaense, assim como também a instalação de luminárias em formato de banana e de folha de bananeira colocadas em suas ruas principais, ou seja, a identificação da população com a bananicultura como valor essencial está refletida no dia a dia do cidadão corupaense, esteja ele vinculado ou não a esta atividade econômica de destaque na região.

À luz do descrito pelos dois textos analisados e retomando aos conceitos de cooperação e gestão dos bens comuns, cita-se novamente Ostrom (2000) que indica a existência de um novo modelo de atuação racional, que pode alcançar a “racionalidade completa” (OSTROM, 2000, p. 12) como básico para atuação em instituições que se mostrem ou atuem de forma competitiva em mercados com grande oferta, ou ainda que fiquem sujeitas a processos de descontinuidade.

Tal modelo implica numa conduta racional e moral do tipo ilimitado e congruente, recorrendo, para lastrear seu conceito, ao aprendizado citado por biólogos e psicólogos evolucionistas, sobre a capacidade humana, que foi herdada, para aprender a usar a reciprocidade e as regras sociais a fim de vencer uma ampla diversidade de dilemas sociais na vida diária. Destaca que tal reciprocidade (será que faltou na IG das uvas e mangas?) centra-se em cinco aspectos a saber: (i) esforço para identificar todos os participantes; (ii) possibilidade de que outros agentes sejam cooperados mediante certas condições; (iii) decisão de cooperar com outros, vista como sinal de confiança em que serão cooperados no futuro; (iv) repulsa em cooperar com aqueles que não atuam com reciprocidade; e (v) uso de certas punições para quem abusa da confiança.

Reforça-se, aqui, o sentido de solidariedade orgânica de Durkeim (1999), no fortalecimento de instituições de cooperação como elemento balizador dos processos

coletivos, não só para o alcance, mas notadamente para a manutenção e desenvolvimento dos territórios em que a Indicação Geográfica se torne referente.

2.2.3 Alcance das IGs e suas possibilidades para hortaliças

O relato acima demonstrou o grande alcance das IGs, considerando desde a sua gênese até a realidade apresentada na concessão deste ativo territorial como reconhecimento de uma ação coletiva que evidencia assimetrias entre produtos ou serviços que se vinculem a territórios específicos.

As possibilidades para a IG de hortaliças se mostram presentes na produção de Conceição do Jacuípe – Bahia, pelo fato de caracterizar-se, a produção local, como diferenciada e integrada por características constatáveis, e que se referenciam ao território e ao conjunto de produtores locais, que, coletiva e cooperativamente se empenhem evidenciá-las.

Longo é o trajeto desde a motivação para a IG das hortaliças folhosas produzidas em Conceição do Jacuípe – Bahia, até a conquista da concessão, pelo INPI, da formalização deste reconhecimento. Há, entretanto, perspectivas favoráveis para que as “hortaliças de Berimbau” (grifo nosso), - assim intituladas para facilitar a identificação do território (seu nome popular) -, possam, mediante uma grande concertação no espaço do território produtor e com envolvimento de atores distintos aí localizados, bem assim o apoio e suporte da comunidade IG, anteriormente identificada, alcançar este diferencial competitivo no mercado.

Os esforços para o alcance de tal objetivo devem apoiar-se em ações de cooperação entre os diversos atores e vai constituir um elemento de destaque no desenvolvimento territorial daquela região.

2.3 IG E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Este ativo da propriedade intelectual, de acordo com a definição prevista na Lei número 9279/96, (BRASIL, 1996), - que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e, em seu Art. 176 estabelece a constituição, no Brasil, do instituto da indicação geográfica, com as classes de (i) indicação de procedência (IP) e; (ii) denominação de origem (DO) – tem-se que, além da garantia dos direitos dos

produtores, a IG representa um efeito maior, qual seja a valorização e o desenvolvimento territorial.

Quanto a isso, Maiorki e Dallabrida (2015) registram que, quando um território possui um produto ou serviço com diferencial e que este possa ser declarado como IG, são gerados impactos, não somente aos produtores e à cadeia produtiva ligada ao produto com IG, mas para todo território circundante. Assim, os produtos que possuem Indicação Geográfica são capazes de gerar um incremento no preço de venda e, com isso, contribuir para a agregação de renda e ainda fortalecer economicamente o desenvolvimento territorial. No entanto, os benefícios não estão relacionados apenas a um incremento de preço, pois os resultados econômicos para o território são bem superiores.

Baiardi e Teixeira (2010, p. 35-36), afirmam que

o conceito de desenvolvimento local chama atenção para as necessárias relações que devem existir entre o crescimento econômico e o crescimento do capital humano, a participação dos atores locais e o uso sustentável dos recursos naturais. Nessa abordagem, o território desempenha um papel central. O local, nesse contexto, pode ser entendido como qualquer recorte territorial que se distingue por determinados elementos culturais de identidade. Tais elementos teriam a possibilidade de conferir à produção desses territórios a diferenciação necessária ao processo de construção de vantagens competitivas sustentáveis.

Com este enfoque torna-se necessário, no território do município de Conceição do Jacuípe – Ba, a identificação e estímulo às organizações públicas ou privadas, ou ainda cidadãos comprometidos com as questões educacionais, sociais e de sustentabilidade, que entendam e reconheçam a assimetria a ser ressaltada nas hortaliças folhosas produzidas localmente e que possam contribuir no alcance da IG e zelar pela sua manutenção e perpetuidade.

Um perfil geopolítico e social do município, inserido em capítulo à frente, faz o relato do que, ao olhar do pesquisador, pode constituir uma construção coletiva voltada ao alcance da IG para a produção da região.

A Indicação Geográfica, ou simplesmente a IG, é um processo de reconhecimento que visa atestar, por uma terceira parte (no caso brasileiro o Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI), a existência de características e diferenciais associados a produtos e serviços originários de certa localidade. De uma maneira geral, identifica que a qualidade e a tradição destes se associam à sua origem.

O processo de obtenção de uma IG resulta num conjunto de ações a serem desenvolvidas pelos territórios pretendentes, que necessitam cumprir uma série de requisitos para a obtenção de um dos modos das Indicações Geográficas (IGs), concedidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, que estabelece, em seus cadernos de ‘Guia Básico – Indicação Geográfica’ (INPI, 2017), corroborados pela Instrução Normativa 095/2018 (INPI, 2018), - anexo II desta tese - que estabeleceu as condições gerais para o registro das Indicações Geográficas. Os modos, então, são os seguintes:

- **Denominação de Origem:** refere-se ao nome do local que passou a indicar produtos ou serviços, cujas qualidades ou atributos podem ser conferidos à sua origem geográfica.

- **Indicação de Procedência:** alude ao nome do local que se tornou notório por produzir, extrair ou fabricar algum produto ou oferecer determinado serviço.

O processo de obtenção de uma IG resulta num conjunto de ações a serem desenvolvidas pelos componentes dos territórios que pretendem conquistar este ativo diferencial.

Todo o processo, no Brasil, é regulado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI. Esta entidade governamental centra a sua análise quanto aos pleitos dos territórios pretendentes em dois documentos: O Guia Básico – Indicação Geográfica (INPI, 2017), corroborados pela Instrução Normativa 095/2018 (INPI, 2018), anexo II, que estabeleceu as condições gerais para o registro das Indicações Geográficas.

Atente-se ao fato de que tais instrumentos regulatórios são dinâmicos e sofrem atualizações de forma constante, frutos do desenvolvimento da ciência, do conhecimento, da tecnologia e ainda fatores geopolíticos, como os acordos internacionais assinados pelo Brasil na área da proteção da propriedade intelectual.

Como benefício, a IG atua como um fator relevante para a proteção do nome e origem, bem como para evidenciar a diferenciação dos produtos ou serviços de uma determinada localidade.

Tem-se que um território que alcance a IG pode obter alguns benefícios, como uma vantagem competitiva; a preservação da tipicidade do produto avaliado; uma definição de paisagem e identidade; o reconhecimento de uma tradição ou adoção de elementos distintos de outras localidades; o interesse dos diversos *stakeholders* na manutenção do meio ambiente para a sustentabilidade ambiental e, por último (mas

não menos importante), a contribuição para o crescimento e o desenvolvimento territorial.

Os atributos que acompanham o produto constituem um diferencial que passa a ser utilizado como estratégia num mercado capitalista altamente competitivo, constituindo um capital social coletivo, altamente valorizado, se assumido como elemento que contribui para um desenvolvimento territorial amplo.

Nesta tese, defende-se que as ações para o alcance de uma IG, com o envolvimento de atores distintos e uma mobilização para uma concertação que viabilize tal proposta, funciona, desde os seus primeiros movimentos colaborativos, como elemento de coesão social na comunidade, pela incorporação de valores aliados ao progresso, mediante a interlocução qualificada daí decorrente. A gênese da cooperação promove a presença e vitalidade de instituições de cooperação em um dado território, pela incorporação de conhecimento e inovação na cadeia produtiva, representando esse elemento de coesão, se, e quando constituir um fator de agregação “*tocquevilleano*” (grifo nosso), com impacto positivo no desenvolvimento territorial.

Athayde Couto et al (2013) citam que um território estará apto à conquista da Indicação Geográfica se atender, simultaneamente, a quatro aspectos: i) existência de mercado consumidor para o produto; ii) elementos específicos de produção e reconhecimento local da qualidade; iii) organização dos produtores (associação, cooperativa ou outra entidade similar); e, iv) uma rede de suporte, estatal e privado, de apoio à iniciativa.

Reis (2015), em sua tese de Doutorado sobre as Determinantes, Limites e Possibilidades da IG no Brasil, afirma que “A IG vem-se tornando uma tendência mundial na busca de competitividade, nos seus vários aspectos – qualidade, proteção, reputação, consumo consciente, dentre outros aspectos” (REIS, 2015, p. 82).

Além disso, seu estudo (REIS, 2015) também aborda outras questões, como a visão de que as Indicações Geográficas representam um dos poucos mecanismos do sistema de propriedade intelectual usados para proteger singulares, como qualidade e reputação. Cita a autora que a IG é apresentada, especialmente, como forma de proteção e valorização da biodiversidade brasileira, valorizando produtos tradicionais, identitários e locais, como instrumento de proteção ambiental e desenvolvimento territorial. Com isso, o reconhecimento dos produtos georreferenciados, concedendo o direito de uso exclusivo do nome geográfico impede que terceiros se aproveitem da

notoriedade alcançada por produtos singulares. Assim, o uso do seu nome de origem fica restrito aos produtores institucionalmente organizados que se encontram dentro da área delimitada da IG.

Esta delimitação e a concessão ao direito de uso pelos produtores aptos, constitui o olhar da IG dentro da grande área de propriedade intelectual, contemplada também na definição de atribuições do INPI que apresentam como base as assimetrias evidenciadas no território, com visão geográfica abrangente, considerando além dos aspectos físicos do local, também e principalmente a composição dos arranjos humanos que promovem a produção diferenciada.

Tais vantagens locacionais, a serem desenvolvidas em capítulo específico desta tese e referente ao município de Conceição do Jacuípe - Ba, agrega-se ao conhecimento originado pela Teoria do Estado Isolado, autoria de Von Thünen e elaborada na terceira década do século XIX.

Este economista alemão, de acordo com Waibel (1948), tratou da forma como se distribuíam as atividades agrícolas em torno das cidades, em função dos custos de transporte dos produtos. Fixava o conceito de anéis concêntricos, que estimulava a localização espacial das atividades agrícolas, tendo definido, por sua teoria, que a produção de produtos hortifrutíferos, localizar-se-ia em terrenos próximos à área urbana, permitindo menores custos de transporte até o mercado consumidor. Assim, esta “economia espacial” (grifo nosso) aborda a influência da cidade (mercado) sobre a formação dos preços de produtos agrícolas, considerando a distância da cidade até os pontos de produção e a conseqüente renda dos agricultores. Também aborda a ampliação do espaço das construções para habitação ou uso econômico sobre as áreas rurais cultivadas, que favoreceu, posteriormente, à composição dos cinturões verdes como provedores de hortaliças folhosas aos mercados urbanos. Esta consideração torna-se fulcral nos estudos para a concessão da IG aos produtores de hortaliças folhosas em Conceição do Jacuípe – Bahia.

2.4 APROXIMAÇÃO ENTRE IG E GOVERNANÇA

Estevam et al (2016), em estudos sobre a Indicação Geográfica e a governança territorial, chamam a atenção para o fato de que a IG, quando alcançada, não garante, por si só, um sucesso comercial determinado. Os autores afirmam que a conquista da IG pode garantir alguns benefícios econômicos, (agregação de valor ao produto,

aumento da renda dos produtores, acesso a novos mercados, preservação da biodiversidade e recursos naturais locais e a preservação do meio ambiente). Como oportunidades, o reconhecimento de uma IG, em uma região, pode induzir a abertura e o fortalecimento de atividades e de serviços complementares, relacionados à valorização do patrimônio, às atividades turísticas (acolhida de turistas, rota turística, organização de eventos culturais e gastronômicos), à diversificação da oferta, ampliando o número de beneficiários. Com isso, é possível se observar uma sinergia entre agentes locais, entre o produto ou serviço da IG e outras atividades de produção ou serviço.

Sobre governança territorial, Pires et al (2011) indicam que a mesma tem como objeto a análise do arranjo político entre os atores territoriais, para colocar em funcionamento as estratégias de desenvolvimento e o alcance de metas coletivas, na gestão de recursos econômicos e sociais, pela definição de modos de efetivar ações de desenvolvimento através das políticas públicas para uma determinada localidade usando, para isso, um conjunto de normas, tradições e instituições pelas quais se lida com o bem comum. Estabelecem quatro dimensões, a saber: Gestão, Responsabilidade, Quadro Jurídico, Informação e Transparência, sendo necessárias as abordagens participativas, respeito aos Direitos Humanos e a busca do fortalecimento das instituições.

Consideram que há um empoderamento de coletividades territoriais e da sociedade civil que indicam caminhos para compatibilizar diferentes atores, geograficamente próximos, para a resolução de problemas inéditos, em caráter parcial e provisório, e a combinação das dimensões local e global para ações de atores ancorados no território.

Na produção para o mercado competitivo, os autores destacam modelos e formas institucionais distintas, como: Aglomeração, Especialização e a Especificação na resolução de problemas produtivos inéditos.

Para uma ampla compreensão da governança territorial há que se buscar, também, um consenso no entendimento dos fundamentos da tal prática, a saber: território, proximidade, atores, instituições, normas, convenções, capital social, recursos e ativos, estrutura das relações, hegemonia, participação, estado de direito, transparência, receptividade, orientação ao consenso, equidade e inclusão, eficiência e eficácia, efetividade, responsabilidade e prestação de contas.

Pires et al (2011) ao abordarem os Processos de Desenvolvimento e a Governança Territorial, indicam que há um conjunto de aspectos a serem considerados nos espaços do desenvolvimento e suas Aglomerações Produtivas, com destaque para o papel da inovação. Afirmam ainda que uma política de desenvolvimento deve abranger não apenas a base geográfica, mas o conjunto de relações socioinstitucionais, com conteúdo espacial, abrangendo as potencialidades, interesses e conflitos do meio territorial.

Estes autores, Pires et al (2011), também afirmam que a governança territorial é um fator que circunstancia qualquer estratégia competitiva, pois a busca por uma posição econômica favorável da produção, a definição dos tipos de recursos que serão utilizados e, concomitantemente, a própria localização produtiva, dependem das modalidades de relação e correlação de forças estabelecidas no território.

Além disso, quando alinhada à ideia de APLs, a governança atua como base para a criação de identidades coletivas locais e articulação dos interesses e das iniciativas dos atores locais para projetos de desenvolvimento territorial através da definição de compromissos formais (institucionalizados) e informais capturados em uma interação informacional e cognitiva, que proporcione crescimento mútuo nas relações.

Definem-se nesta tese, no quarto capítulo, os atributos territoriais observados *in-loco* no município de Conceição do Jacuípe – Ba. e a sua sinergia na consecução de um projeto que visa a obtenção da Indicação Geográfica para as Hortaliças Folhosas produzidas nesse território. Aí, há que se evidenciar a presença de uma governança territorial robusta, que possa dar suporte natural a tal objetivo.

Considerando que a Governança refere-se a (i) diferentes modos de coordenação entre os agentes e atividades, que envolvem da produção à distribuição de bens e serviços, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos e de inovações; e (ii) distintas formas de hierarquias nos sistemas e arranjos produtivos, representando formas diferenciadas de poder na tomada de decisão (centralizada e descentralizada; mais ou menos formalizada); tem-se, então, que a análise do ambiente cooperativo em Conceição do Jacuípe-Ba, torna-se elemento básico para o entendimento do potencial (atual ou futuro) para a busca da Indicação Geográfica estudada e deve contribuir para o esclarecimento de suas vantagens, no sentido de que o processo de cooperação promova a coesão social necessária a tal desiderato, desde seus primeiros movimentos.

3. HORTALIÇAS FOLHOSAS

Para o registro da importância da cooperação na IG para as hortaliças de Conceição do Jacuípe-Ba, mister se faz uma reflexão acerca dos produtos da olericultura e oriundos das hortas e pomares, sua produção e consumo no Brasil, até que se chegue, de forma dedutiva, à realidade de como tais aspectos se apresentam quanto às hortaliças folhosas, na Bahia, em Salvador e, especificamente, em Conceição do Jacuípe-Ba.

De uma maneira geral, sabe-se que as hortaliças são parte de um conjunto de produtos agrícolas produzidos em grande escala no Brasil, sendo plantas alimentares que se caracterizam pelo seu alto teor de vitaminas e sais minerais, sendo identificadas cerca de 80 espécies cultivadas comercialmente no território nacional.

Makishima (1993) relata que as hortaliças mais conhecidas são classificadas segundo a parte da planta usada para a alimentação, como (i) hortaliças-flores: alcachofra, brócolis (ou couve-brócolis) e couve-flor; (ii) hortaliças-frutos: abóbora, abobrinha, berinjela, chuchu, jiló, maxixe, melancia, melão, moranga, morango, pimenta, pimentão, pepino, quiabo e tomate; (iii) hortaliças-legumes: ervilha, fava e feijão vagem; (iv) hortaliças-raízes: batata-baroa (ou mandioquinha) cenoura-salsa, batata doce, beterraba, cenoura, nabo, rabanete; (v) hortaliças-tubérculo: batata; (vi) hortaliças-bulbo: alho e cebola; (vii) hortaliças-haste: aspargo e salsa; (viii) hortaliças folhosas: acelga, agrião, **alface**, almeirão, alho-poró, cebolinha, **coentro**, **couve**, couve-chinesa, chicória, espinafre, repolho, **rúcula** e salsa.

Bevilacqua (2014) informa tratar-se de uma cultura que tem como característica mais marcante o caráter intensivo, quanto à utilização do solo, aos tratamentos culturais, à mão de obra e aos insumos agrícolas modernos (sementes, defensivos e adubos químicos). Apresenta, ainda, a possibilidade de altas rendas líquidas por área cultivada ao olericultor, considerado aquele que obtém os maiores lucros por unidade de área explorada em relação aos demais agricultores ou criadores. De fato, sendo o ciclo cultural das hortaliças bem mais curto que outras culturas, a comercialização precoce permite ganhos extras em períodos menores. Ressalta-se sobre esta engenheira agrônoma aposentada, que em um ano, num mesmo terreno, pode-se utilizar para até 4 culturas de alface e outras folhosas, considerando que o ciclo das hortaliças normalmente é de 3 a 4 meses. Outro aspecto é que as áreas são menores, o que permite aprimorar os tratamentos culturais que são intensivos, podendo-se utilizar a

polinização manual, fumigação dos canteiros, produção de mudas em recipientes, adubação foliar etc. Com isso, utiliza-se, de modo intensivo, a mão-de-obra e a terra. Pela sua rentabilidade física e econômica, a olericultura permite o aproveitamento de terrenos de baixa fertilidade natural, cuja utilização seria antieconômica para outras culturas.

3.1 TRAÇOS HISTÓRICOS DA SUA INTRODUÇÃO NO BRASIL, DA PRODUÇÃO NA BAHIA E ATRELAMENTO À TEORIA DOS ANEIS DE VON THÜNEN

Num traço histórico e considerando a expansão da olericultura, Bevilacqua (2014) registra que, quando da chegada dos portugueses ao Brasil, não se observou, entre os nativos, o consumo de hortaliças, hábito então existente na Europa. Relata ainda, que os portugueses, visando garantir a produção dessas hortaliças, criaram áreas de cultivo em locais próximos ou ao redor das cidades de “Olinda, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, nas quais, além de hortas, também implantaram pomares, criavam galinhas e produziam mel” (BEVILACQUA, 2014, p. 2).

Apesar desse “incentivo” (grifo nosso) o brasileiro não se tornou um grande consumidor de hortaliças. A partir do começo do século XVII é que as hortaliças, pouco a pouco, passaram a ser consumidas como saladas, pelos ricos e com acesso à Corte Imperial, notadamente com a chegada do Príncipe Regente Dom João, em 1808, que trouxe o costume da França. Não havia costume de comer as hortaliças, mas apenas alguns temperos, entre a camada mais pobre da população.

No *locus* Bahia, Vasconcelos (2016), num detalhado recorte histórico sobre a cidade de Salvador, aborda as transformações ocorridas ao longo de vários períodos históricos, relata sua influência geográfica com análises do desenvolvimento territorial da cidade, começando nos períodos que remontam à sua fundação, passando pelo Império, com sua instabilidade e africanização, bem como a posterior estabilidade e infraestruturação. Analisa, também, as reformas urbanas e a europeização a partir da Proclamação da República, bem como o acelerado processo de expansão e metropolização daí decorrente.

Vasconcelos (2016) registra a existência de hortas em alguns locais, preliminarmente nas cercanias do Mosteiro de São Bento, construído a partir do ano de 1580 e localizado ao sul, “com 20 religiosos, com cerca de horta” (VASCONCELOS, 2016, p. 56).

Mapas confeccionados entre 1624 e 1638 mostram a Ladeira de São Bento e a igreja voltada para a baía, sendo que, nas cercanias, havia um dos currais "onde se mata o gado" (VASCONCELOS, 2016, p. 56).

Relata a estadia, na cidade, do professor Santos Vilhena, entre 1787 e 1799, quando descreveu bairros como São Bento (ao sul), Santo Antônio (norte), Desterro e Saúde (ao leste). Registra mais, haver na cidade três quitandas (feiras): uma na Praia; outra no Terreiro de Jesus e "a terceira nas portas de São Bento" (VASCONCELOS, 2016, p. 164).

Em Salvador, o abastecimento de gêneros alimentícios tinha lugares certos, como na área de São Bento com "vários açougues em 1844, e também se vendia frutas e verduras" (VASCONCELOS, 2016, p. 223).

Entende-se a ampliação desta vocação ao comércio de gêneros com o registro de que, em 1859, o Imperador D. Pedro II visitou Salvador, sequenciado pelo príncipe Maximiliano de Habsburgo, em 1860. Este, relatando sobre a Cidade Baixa, focalizava a Casa da Alfândega e as melhores lojas, comentou sobre o mercado de hortaliças e de frutas: "uma cidade de barracas semelhante a um bazar" (VASCONCELOS, 2016, p. 271).

A implantação dos primeiros transportes coletivos, a partir do século XIX (gôndolas, bondes - por animais e elétricos - e ônibus), realizada por investidores brasileiros e estrangeiros, favoreceu a "extensão espacial da cidade, o deslocamento de atividades e a separação das classes sociais" (VASCONCELOS, 2016, p. 495).

Isso provocou uma mudança de localização das hortas, com os produtores buscando novas áreas férteis, num processo de "periferização" (grifo nosso) das atividades de plantio e fornecimento de hortaliças.

Bevilacqua (2014), ao referir-se ao Brasil, indica que com o processo migratório (já no século XIX) e com a chegada dos imigrantes não ibéricos, as hortaliças tiveram um aumento no consumo, que foi ampliado com a imigração japonesa, a partir de 1908. Estes, depois de trabalharem nas grandes fazendas de café, instalaram-se em pequenas propriedades ao redor da cidade de São Paulo, formando um cinturão verde³. Bevilacqua (2014) informa ainda que eles produziam, em larga escala e com

³De uma maneira geral tem-se que o conceito de cinturão verde encontra guarida, além dos estudos de Von Thünen nas décadas iniciais do século XIX, resenhados por Leo Waib na revista do IBGE (1948) e também em Peter Hall (1965). Além de constituir o "primeiro anel" e voltado à produção de hortaliças e a criação de gado para o fornecimento de leite, que foi a destinação original na teoria do estado isolado em Thüningem, temos que Waib (1948) aborda "A Teoria De Von Thünen sôbre a influência da

técnicas modernas, as culturas hortícolas já conhecidas no país e outras que eles mesmos trouxeram.

O aumento da urbanização, já observado à época, provocou um aumento do preço das terras próximas às cidades e uma ampliação na demanda de alimentos, gerando a necessidade de se aprimorar a produção das hortaliças, com a melhoria da tecnologia utilizada e aumento da produtividade. Com isso, a olericultura saiu das proximidades das cidades, indo para locais com melhores condições ecológicas (de solo e clima), ou de maior conveniência econômica (custo de utilização da terra e da água). A horta, assim, teria evoluído para a olericultura empresarial, atendendo às demandas e exigências dos consumidores, tanto no aspecto da qualidade dos produtos, quanto ao sabor e riqueza em vitaminas e minerais.

Bevilacqua (2014) afirma ainda que o nível de consumo das hortaliças relaciona-se com a renda pessoal, o grau de escolaridade e a cultura geral da população de um país. Sua produção em maior escala foi incrementada com novas tecnologias, representadas por avanços surgidos na fase do pós-guerra (1938-1945), pela mecanização agrícola, o uso de sementes híbridas selecionadas, adubos químicos e defensivos que visavam garantir o aumento da produtividade. A utilização

distância do mercado relativamente a utilização da terra” (grifo nosso com a nomenclatura adotada pelo idioma português, à época), enquanto Hall, em sua obra *Las grandes ciudades y sus problemas* (1965) descreve o binômico entre o “*Cinturon Verde y Ciudades Nuevas*” com abordagens sobre a forma estratégica adotada quando da implantação desse recurso territorial em cidades como Londres e Paris. Nesses dois casos, a intenção era evitar a expansão das cidades além dessa “fronteira” que, dedicando-se à produção de hortaliças e outros usos econômicos, fariam uma barreira em torno das cidades, protegendo-as de ocupações urbanas convencionais. Reconhece-se, entretanto, a ocorrência de conflitos motivados por uso imobiliário desses espaços, fato que se torna mais visível no Brasil com o cinturão verde de São Paulo, motivo de disputa por terras com localização privilegiada quanto ao tecido urbano e aptas, portanto, a assumirem papel importante na exploração capitalista para empreendimentos luxuosos (como é constatado no entorno de Ibiúna) ou ainda para exploração comercial com armazéns logísticos em cidades do Grande São Paulo com oferta de rodovias e ferrovias de alta importância econômica, exemplificadamente os municípios de Mogi das Cruzes, Santa Isabel e Biritiba. Alguns ambientalistas, além disso, também fazem ações no sentido de impedir alguma degradação ambiental no entorno e lideram um movimento popular contra a construção de um anel viário que circundaria a cidade de São Paulo e que cortaria a Serra da Cantareira, na rodovia Mário Covas, com riscos ao cinturão verde e seus benefícios, o que ensejou que a Unesco decretasse a criação de uma área de reserva ambiental nessa região metropolitana em 1994. Em Conceição do Jacuípe o conflito, como o ocorrido em São Paulo e que é objeto de estudos de pesquisadores que atuam no binômio urbano/rural, não é tão acentuado, embora se identifiquem ações no sentido de implantação de loteamentos para chácaras em terrenos contíguos ou identificados como produtores de hortaliças, sendo que há relatos de vendas de algumas unidades produtivas para empreendedores imobiliários destinados à construção de habitação popular, por um lado, e na implantação de chácaras para lazer, aos moradores locais ou oriundos da região de Feira de Santana. Essas propriedades estão próximas às rodovias que acessam o município (BR-116 e BR-324).

dessas, então, “novas ferramentas” (grifo nosso) de produção de hortaliças se tornou mais intensa no Brasil a partir da década de 1960, com o apoio de políticas agrícolas de crédito rural e de centros e órgãos de pesquisa e extensão rural, como a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, que, no caso da Bahia, sucedeu à Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR. Tais entidades foram criados para a adequação, entre outras culturas, de novas variedades de produtos hortícolas à realidade local de clima e solo e para auxiliar o produtor na utilização dos novos insumos (adubos químicos, herbicidas, fungicidas, inseticidas, etc.). Na década de 1970, foram implantadas as primeiras Centrais de Abastecimento S.A. (CEASA's), beneficiando a produção e distribuição dos produtos, com a comercialização sendo racionalizada num único local.

Nos anos 1980, o lançamento de hortaliças com culturas mais adaptadas às condições climáticas percebidas no Brasil, fruto da pesquisa e desenvolvimento dos esforços da EMBRAPA, permitiu que a olericultura brasileira passasse a ter um papel mais relevante na produção alimentícia nacional, pois já não bastava produzir em quantidade suficiente para abastecer a população e viabilizar as condições de acesso ao alimento, mas também tinha como objetivo promover e manter a saúde humana.

Tem-se como prioritários, então, os espaços de plantio das hortaliças em áreas urbanas, facilitando a distribuição aos clientes. Constata-se que, em Salvador, locais como os vales e terrenos interbairros ofereciam a fertilidade do solo e a oferta hídrica que estimulavam o plantio. Gomes (2017) afirma que, desde o século XVIII, a região do Mosteiro de São Bento com sua nave localizada no plano elevado de uma ladeira, dominava o bairro com sua grande igreja e imponentes construções e que as hortas do mosteiro, cercadas por muros, desciam a encosta até as proximidades do pântano, que nomeou o lugar de Hortas de São Bento, sendo que a Ladeira das Hortas rodeava o muro do mosteiro.

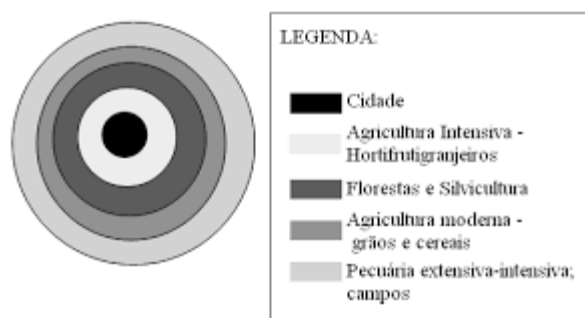
Naquela região da Barroquinha (Bairro da cidade de Salvador-Ba), até por volta dos anos 1950, ao pé da Ladeira das Hortas, predominava na produção urbana de hortaliças, quando o então Prefeito Hélio Machado (1955-1959), considerando a expansão do sistema de bondes, criou ali a estação terminal da Barroquinha, impedindo a continuidade do plantio de vegetais.

Com isso, outros espaços foram ocupados, notadamente nos vales interbairros residenciais, tendo migrado a produção, entre outros, para a Estrada da Rainha, as

laterais do Dique do Tororó e o Vale do Bonocô (Bairros da cidade de Salvador-Ba), aproveitando a fertilidade do terreno, a oferta de água por riachos e afluentes perenes então disponíveis e a proximidade de mercados e feiras, como a das Sete Portas. Já na época do Prefeito Antônio Carlos Magalhães (1967-1970) a expansão urbana fez com que novas vias fossem abertas, as chamadas avenidas de vale, que trouxeram a circulação de carros, construção de avenidas com grande fluxo de veículos e novas habitações, fazendo com que houvesse um novo deslocamento dessas áreas plantáveis para outros espaços, respeitando-se, entretanto, a distância economicamente viável, conforme preconizado, desde o século XVII, por Von Thünen.

Este pesquisador alemão, pioneiro nos estudos sobre ocupação territorial, desenvolveu a teoria do estado isolado, quando afirmava haver uma tendência para que a ocupação de terrenos próximos às cidades fosse por atividades como agricultura intensiva, plantação de hortas e criação de gado para o leite, entre outras, as quais eram favorecidas pela proximidade com o mercado para a distribuição e venda de produtos, com um menor tempo entre a produção e consumo. Essa prática permitiria, assim, que não se deteriorassem pelas condições climáticas ou pela distância do ponto de produção. A figura 03 abaixo indica o modelo simplificado dos anéis de Von Thünen.

Figura 03. Os anéis de Von Thünen



Fonte: ALVES (2015)

Sobre isso, Baltrusis (2011) afirma que Von Thünen, em sua teoria, associou o valor da terra à distância entre sua localização e os centros consumidores, descontando o custo do transporte na formação dos preços agrícolas. Indica que Von Thünen constatou, desde 1826, que os terrenos não se diferenciavam unicamente por sua fertilidade, mas também por sua localização, tendo constatado que a expressão

econômica diferencial é o custo do transporte do produto, numa relação de distância do mercado.

Este mesmo conceito - valor da terra considerando a sua proximidade dos núcleos urbanos - já havia sido abordado pelo economista David Ricardo, em seus estudos sobre o modelo de produção agrícola e o papel da renda da terra a partir do mundo rural nas primeiras décadas do século XIX.

Oliveira Cruz et al (2011) analisando a economia regional e urbana, em suas teorias e métodos com ênfase no Brasil afirmam, a partir dos pressupostos de Von Thünen, que isso viria a constituir o modelo teórico de estado isolado (em relação à economia regional e nacional), com a proposta do modelo de anéis, considerando a produção de alface (e certamente outras hortaliças folhosas) e a sua localização espacial.

Por esta teoria, o anel que está mais próximo da cidade é composto pela horticultura e fruticultura, e ainda pela criação de gado para produção de leite. A distância dessas culturas agropecuárias com a cidade deve ser pequena, devido à perecibilidade dos produtos que devem ser consumidos em poucos dias, e pela compra de adubos na cidade pelos agricultores. Nesse caso, quanto maior a distância do centro urbano para compra do adubo, maior o prejuízo do agricultor. Os demais anéis destinam-se-iam, no sentido centro-bordas, a florestas e silvicultura, ao plantio de grãos e cereais, além da pecuária extensiva. Nesse modelo, o custo de transporte seria vital para a localização, garantindo a produtores que estivessem mais perto do ponto de venda dos produtos uma renda maior, considerando que a distância de transporte seria menor. Pode haver uma sobreposição dos anéis ou até mesmo a expansão do centro urbano sobre o primeiro anel, como se observou, em Salvador, com a expansão da cidade. Todavia, a separação entre rural e urbano é nítida e as atividades econômicas e relações de trabalho são diferenciadas nesses espaços, embora possa se perceber, desde algumas décadas, uma aproximação de costumes pela homogeneização de comportamentos promovida pela televisão e, modernamente, pela facilitação de acesso a redes sociais com base em equipamentos eletrônicos e a internet.

Sobre modelos de anéis concêntricos na distribuição espacial, com a localização periférica das unidades de produção de hortaliças, além de Von Thünen, outros estudiosos abordam questões similares, em seus estudos acerca da ocupação

territorial. Destaque se dá ao urbanista Ebenezer Howard, criador do conceito de Cidade-Jardim, entre o final do século XIX e o início do século XX.

Por este conceito, Howard (1972) busca equacionar a relação entre a cidade e o campo, tendo elaborado uma reflexão dos aspectos considerados vantajosos em cada um dos espaços e assumindo que tais itens atuariam como imãs para as pessoas na ocupação territorial estudada. Como vantagens relacionadas à cidade ele cita aquelas vinculadas às oportunidades de emprego, à convivência cultural e ampla socialização. Como desvantagens, a superpopulação e aspectos insalubres no ambiente de convivência social. No que reporta ao campo, as vantagens estariam relacionadas ao acesso ao sol e às águas, convivência com espaços da natureza e a produção de alimentos. Como aspectos negativos as dificuldades de infraestrutura, do emprego e a inexistência de maiores oportunidades sociais.

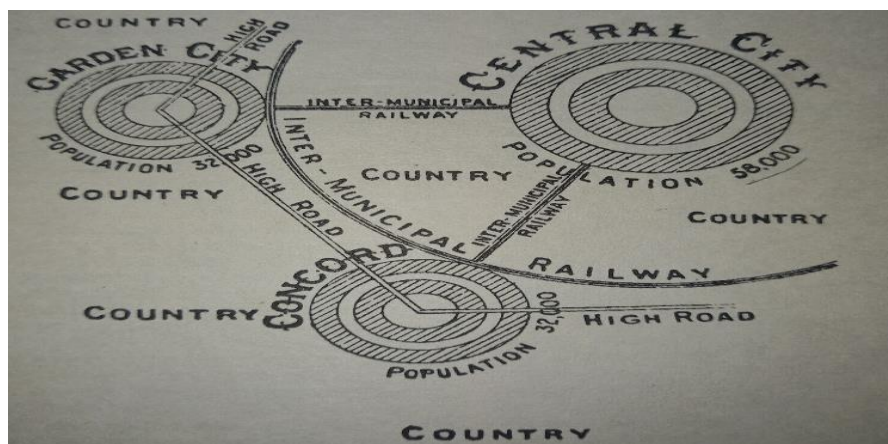
Entre as duas alternativas (campo ou cidade) e tendo como foco a solução dos problemas da cidade, propôs, então uma terceira alternativa, denominada por ele como Cidade-Campo (Town-Country).

Como a justificar seus conceitos, Howard (1972) faz uma crítica ao dualismo descrito, considerado por ele como “uma falácia ignorar a possibilidade de outras alternativas” (HOWARD, 1972, p 195).

Entre um conjunto de aspectos sociológicos (deslocamento espontâneo dos habitantes); econômicos (renda do trabalho e da terra), entre outros, Howard (1972) propõe a cidade-jardim como componente de um sistema mediador do conflito urbano/rural, sendo que, por este modelo evitar-se-iam os grandes conglomerados urbanos, substituídos por núcleos menores, hierarquicamente organizados e geograficamente dispersos no território e interligados entre si por rodovias de alta velocidade e com populações ideais definidas, conforme demonstrou com a figura 04 a seguir.

Observe-se a presença de círculos concêntricos em torno das cidades, com portes e destinações distintas.

Figura 04 - Círculos concêntricos na conceituação da Cidade Jardim



Fonte: Howard (1972, p.197)

Na presente tese, considera-se que o afastamento da área produtiva para além dos limites da cidade de Salvador, indica que o município de Conceição do Jacuípe-Ba (Berimbau-Ba) se apresenta como um bom local para a produção, com uma tendência de concentração de produtores, estimulada, preliminarmente, pela presença de imigrantes, com destaque para os japoneses.

Viliano Filho (2010) cita os nipônicos naquele território, já em 1940, com estímulo do então governo Landolfo Alves, que doara as terras e atraía famílias de japoneses e poloneses para a região, notadamente no distrito de Oitizeiro e na Colônia Gustavo Dutra, “onde começam a laborar com horticultura”. O autor, residente no município e grande defensor da cultura e dos valores locais, indica ainda a chegada de:

Hidedaboro e Shu Watanabe, pais de Shigeru; Minomatsu e Jin Ogassawa, pais de Umelo - junto a outros, que haviam aportado em São Paulo no ano de 1932 e na Bahia em 1938. Filhos desses casais, Shigeru e Umeko se casaram e permaneceram. Os demais voltaram a São Paulo. Hidesaboro, oriundo de Hokaido, era exímio agricultor. Minomatsu, mecânico de avião e trem que chegou a trabalhar na Mitsubishi. Ele ainda fazia bicicleta e brinquedo de latas”, sendo que “os demais voltaram a São Paulo. (VILIANO FILHO, 2010, p. 11)

De acordo com Viliano Filho (2010) o retorno desses pioneiros para o sul, entretanto, não indicava o abandono da atividade, agora centradas na comercialização, sendo que as culturas foram assumidas por nativos que auxiliavam os produtores originais e, em alguns casos, ampliaram-nas. Isso, entre outros fatores, contribuiu para que o território do município de Conceição do Jacuípe-Ba passasse a dispor de alguma notoriedade na produção de hortifrúteis, com potencial muito grande

de fornecimento para Salvador-Ba, principalmente considerando o crescimento populacional e a pavimentação, na década de 1950 e posterior duplicação da BR 324, que liga Salvador a Feira de Santana-Ba, sendo estas duas cidades, ainda hoje, os principais mercados consumidores das hortaliças ali produzidas.

Diferentemente de São Paulo-SP, onde se percebe com clareza a presença de várias gerações de japoneses atuando na agricultura, em Conceição do Jacuípe-BA os descendentes dos pioneiros nipônicos não deram continuidade, tendo migrado, porém, deixaram o conhecimento aos nativos e outros, que hoje assumem a produção local.

3.2 A ESCOLHA DA ALFACE, COENTRO, COUVE E RÚCULA

O recorte que se faz, na presente tese, refere-se à produção e comercialização de produtos hortícolas, oriundos daquele território, especificamente os quatro tipos de hortaliças folhosas: **a alface, o coentro, a couve e a rúcula**. A escolha desses quatro itens se dá pelo resultado de pesquisa encetada e que abrangeu produtores, transportadores, comerciantes, fornecedores, membros do governo e membros da comunidade, cujo relatório se encontra inserido no capítulo quatro, a seguir.

Quanto a estes vegetais, publicações promovidas pela EPAMIG (2007) - Paula e Venzon (2007) - e pela EMBRAPA (2018), trazem conteúdos importantes, elaborados por técnicos desses órgãos em que descrevem sobre tais hortaliças folhosas, com as seguintes abordagens:

ALFACE: Melo et al (2010) afirmam que **a alface** constitui uma importante fonte de sais minerais, principalmente de cálcio e de vitaminas - especialmente a vitamina A. Juntamente com o tomate, é a hortaliça preferida para as saladas devido ao seu sabor agradável e refrescante e facilidade de preparo. Originária da Europa e da Ásia, a alface pertence à família *Asteraceae*, como a alcachofra, o almeirão e a chicória ou escarola. É conhecida desde 500 a.C.

Sediyama et al (2007a) descrevem a alface como um vegetal que pertence à família *Asteraceae* (*Lactuca sativa*), sendo uma das hortaliças folhosas de maior importância comercial e maior consumo em todo o mundo. No Brasil, figura entre as principais hortaliças, no que se refere à produção, à comercialização e ao valor nutricional. É consumida na forma de saladas e é fonte de vitaminas A, B1, B2, B5 e C, fibras e sais minerais. Além disso, apresenta efeito calmante, diurético e laxante. A

especialização crescente do cultivo da alface tem determinado a ampliação da escala de produção. Com o consumo também crescente, decorrente da modernização do setor de distribuição e da grande opção de cultivares, exige-se do produtor qualidade, diversidade de tipos e, principalmente, regularidade de produção, particularmente no verão, quando a demanda é maior.

Nessa época, as altas temperaturas e as chuvas prejudicam o cultivo de alface em praticamente todas as regiões produtoras. Com a escassez do produto e a alta demanda de consumo, os preços se elevam. Nos últimos anos, tem aumentado o cultivo de alface em ambiente protegido, com a possibilidade de controlar, parcialmente, fatores climáticos adversos, além de facilitar o manejo, reduzir os riscos, possibilitar a constância da produção e reduzir o ciclo da cultura.

Quanto à colheita e comercialização Sedyama et al (2007a) informam que a colheita é feita quando as plantas atingem o máximo desenvolvimento vegetativo, sem sinais de pendoamento, o que ocorre entre 60 e 80 dias após a semeadura, dependendo da época do ano, da cultivar utilizada e do sistema de produção. As plantas são cortadas rente ao solo; as folhas mais velhas, impróprias ao consumo, são retiradas, o que melhora a aparência geral das plantas. Em seguida, o produto é classificado em lotes homogêneos para a comercialização de plantas individuais ou em embalagens, engradados ou caixas especiais. Geralmente, os engradados têm de 12 a 16 pés de alface, dependendo da cultivar e do tamanho da cabeça. Para a comercialização na CEASA-MG, as embalagens devem ser rotuladas com as seguintes especificações: nome do produtor, endereço, variedade, grupo e subgrupo (verde ou roxa), categoria (presença de defeitos ou lesões), classe (peso da planta), peso líquido e data de embalagem.

COENTRO: Lana e Tavares (2010) descrevem o **coentro** (*Coriandrum sativum*) de forma similar à salsa, também conhecida como cheiro-verde. Afirmam que são plantas condimentares, usadas em vários países há centenas de anos. A salsa e o coentro são da família *Apiaceae*. Apesar da aparência semelhante, têm sabor e cheiro bem distintos. A semente do coentro, também usada como condimento, é um dos ingredientes do curry.

Esta similaridade com a salsa permite registrar a contribuição de Ferreira Pinto et al (2007) que informam sobre a salsa, também conhecida como salsinha, salsa-comum, salsa-crespa, salsa-da-horta e salsa-de-todo-o-ano, citando que o vegetal é consumido em todo o mundo, mas tem origem no sul da Europa e no Oriente Médio.

No Brasil, foi introduzido pelos primeiros colonizadores portugueses. É uma planta bienal ou perene, herbácea, da família *apiaceae* (umbelífera), a mesma da cenoura e da mandioquinha-salsa. A planta atinge de 0,6 a 1 m de altura, apresenta raiz pivotante e profunda, caule estriado, oco, cilíndrico, ereto, pouco ramificado, verde-claro e rico em canais oleíferos, os quais conferem o aroma e o sabor peculiar. As folhas maiores estão reunidas em roseta basal, são de coloração verde escuro, brilhantes, compostas por folíolos triangulares, serrilhados e largos, com aroma forte e agradável. As flores são pequenas, hermafroditas e estão reunidas numa inflorescência do tipo umbela. Apresentam coloração amarelo-claro e suas pétalas possuem pequena reentrância no ápice. Os frutos são secos, globosos, esquizocarpo picos, abrindo-se em dois aquênios. As sementes são representadas pelos aquênios.

Ferreira Pinto et al (2007) afirmam que a salsa tem alto valor nutritivo pois suas folhas frescas contêm ferro, cálcio, fósforo, potássio, proteínas e percentagens elevadas de pró-vitamina A e vitamina C. Além disso, a salsa é considerada antianêmica, antiescorbútica, aperitiva, depurativa, diurética, estimulante, sedativa e tônica.

O coentro e a salsa são hortaliças de pouca importância pelo volume ou valor de comercialização, mas seu uso como condimento é muito difundido. Ambas são utilizadas na composição de temperos de saladas, carnes e peixes, na ornamentação de pratos e podem ainda ser ingeridas na forma de suco. Como são cultivadas por pequenos produtores e colhidas em cortes sucessivos, torna-se difícil calcular a área plantada ou o volume colhido. Do mesmo modo, não é simples calcular com segurança os volumes comercializados, em virtude da comercialização paralela intensa, tanto no atacado como no varejo.

Como o coentro, a colheita das folhas de salsa e dos ramos tenros inicia-se aos 50 dias após a sementeira, quando as plantas atingem 10 a 15 cm de altura. Os cílios (talos) são cortados rente ao solo, deixando-se as folhas menores. Com a renovação da brotação, são obtidos vários cortes no intervalo de 30 dias, o que permite a exploração de um cultivo por dois a três anos, principalmente quando são conduzidos em condições de clima ameno. Após o corte, faz-se a seleção das folhas, eliminando as defeituosas, bem como as folhas de plantas daninhas. Em seguida, as folhas são amarradas em maços ou molhos, cujo peso varia de acordo com o mercado onde serão comercializados. O rendimento é de 7.000 a 8.000 maços/ha, o que corresponde a 14 a 16 t/ha. O produto deve ser apresentado limpo para a

comercialização. Para o consumo *in natura*, podem ser comercializados em conjunto, incluindo a cebolinha, formando o "cheiro verde" (grifo nosso). Na Bahia, especificamente, o consumo do coentro é bem disseminado na gastronomia local.

COUVE: Matos et al (2010) informam ser a **couve** (de folha ou comum, *Brassica oleracea*) muito rica em nutrientes, especialmente cálcio, ferro, vitaminas A, C, K e B5. Ela é escassa em calorias, mas satisfaz muito bem a sensação de apetite, portanto pode ser aproveitada em regimes para obesos. É uma hortaliça originada da costa do Mediterrâneo e pertence à família das *Brássicas*, assim como o repolho, o brócolis, a couve-flor e o rabanete.

Vidigal e Pedrosa (2007) informam que a couve-comum pertence à família *Brassicaceae*, sendo de origem europeia da região do Mar Mediterrâneo, sendo uma planta herbácea de caule ereto, cilíndrico, liso e carnoso, porém não intumescido, com altura variam de 40 a 120 cm. O ápice do caule emite novas folhas continuamente, as quais são pecioladas, espessas e pouco carnosas. As folhas distribuem-se ao redor do caule e de suas axilas surgem brotações, que são as mudas utilizadas na propagação vegetativa.

É boa fonte de vitaminas A, complexo B, C (mais que as frutas cítricas), E, D e K, ferro, enxofre, potássio, sódio, magnésio, cálcio e fósforo.

Quanto à colheita, ela é iniciada por volta dos 60 dias após o plantio. As melhores folhas para a comercialização, entretanto, são aquelas colhidas a partir dos 80 a 90 dias. Deve-se arrancar as folhas puxando-as para baixo, quebrando-as no ponto de inserção do caule. A couve, selecionada por tamanho das folhas, é agrupada em maços de quatro a seis folhas. Normalmente, uma planta de couve comum produz de 3 a 4 kg de folhas; por mês, pode produzir até 11 folhas.

RÚCULA: Segundo Melo et al (2010), a **rúcula** (*Eruca sativa*) é uma hortaliça originária da região do Mediterrâneo, muito popular nas regiões de colonização italiana no Brasil. Rica em sais minerais e vitaminas A e C, sendo apreciada pelo sabor picante e cheiro agradável e acentuado. Pertence à família *Brassicaceae*, a mesma da couve, couve-flor, repolho e brócolis. As hortaliças desta família possuem substâncias importantes para a manutenção da saúde, por isso sugerem incluir várias vezes por semana, pelo menos, uma hortaliça desta família no cardápio de quem busca alimentos saudáveis.

Sediyama et al (2007b) estudaram a rúcula e relatam que este vegetal, também conhecido como mostarda persa, é uma hortaliça herbácea da família *Brassicaceae*.

Apresenta porte baixo, folhas tenras e é muito apreciada na forma de saladas. Foi introduzida no Brasil por imigrantes italianos, pelos quais ainda é muito apreciada. Seu consumo, entre nós, ocorre mais nas regiões Sul e Sudeste, onde a colonização italiana foi mais intensa. Entretanto, o seu consumo é crescente em outras regiões do país, por causa do seu sabor marcante em saladas, junto a folhas mais suaves, na cobertura de pizzas, em molhos para massas e até mesmo em sopas. A rúcula é uma das verduras mais nutritivas, com valor nutricional superior ao da alface. Rica em vitaminas A e C e minerais, principalmente em cálcio, ferro, potássio e enxofre. Auxilia no tratamento da anemia, estimula o apetite, possui efeito anti-inflamatório e é desintoxicante para o organismo. As sementes são ricas em óleo, que tem valor comercial alto em alguns países, como a Índia.

Para evitar a ocorrência de pragas e doenças, algumas medidas preventivas devem ser adotadas pelo produtor. O ideal é não cultivar áreas grandes com a mesma hortaliça. Devem ser usadas sementes sadias e de boa qualidade. Outras medidas incluem a rotação de culturas, o uso de matéria orgânica de qualidade e o controle da irrigação. Algumas espécies de hortaliças, como salsa, cebolinha e coentro, cultivadas nas bordas do canteiro, podem ter efeito repelente para algumas pragas.

Quanto à colheita, os autores recomendam que seu início deva ocorrer entre 40 e 60 dias após a sementeira, dependendo da cultivar e da época do ano. Com sementeiras realizadas no outono-inverno, as plantas são colhidas depois de 35 a 50 dias. Em boas condições culturais, as plantas apresentam, na fase de máximo desenvolvimento, antes de iniciar o florescimento, aproximadamente 20 cm de altura, 25 a 30 cm de diâmetro e 28 folhas.

A colheita pode ser feita cortando-se a planta acima do nível do solo, o que faz com que outras folhas sejam formadas. Dependendo do clima, dos tratamentos culturais e da adubação, pode-se fazer o segundo corte 20 dias após o primeiro. As folhas são acondicionadas e vendidas em maços. A colheita também pode ser feita arrancando-se as plantas inteiras, com raiz. Após a colheita, as raízes são lavadas e as plantas acondicionadas e comercializadas em maços ou em sacos plásticos.

A produção e comercialização de alface, coentro, couve e rúcula em Conceição do Jacuípe-Ba tem representado a incorporação de valores econômicos e financeiros, além de sociais, que impactam a comunidade, embora tal característica seja subdimensionada dentro das perspectivas possíveis na formulação de políticas públicas. Assim, não obtém o destaque necessário para a arrematamento de

contribuições da ciência e do conhecimento, que possam favorecer a melhoria nos índices de produtividade dessas culturas.

A identificação de tais características, nesses quatro produtos aqui referenciados, constitui um acervo de informações úteis à composição de um lastro de conhecimentos que, junto a outras instâncias e atores, possa contribuir para o reconhecimento de um processo de “assimetriação” (grifo nosso) da produção local, fundamental para o incentivo à cooperação na busca pela IG das hortaliças folhosas de Conceição do Jacuípe-Ba.

A sensibilização de tais atores e instâncias deve constituir um objetivo a ser alcançado.

3.3 NÚMEROS DA PRODUÇÃO NACIONAL, ESTADUAL E LOCAL

Dados do IBGE registram que, em 2017 (Censo Agropecuário), existiam cento e quatorze (114) estabelecimentos agropecuários com produção da horticultura no município de Conceição do Jacuípe-Ba, com os seguintes volumes (em toneladas) dos produtos em estudo.

Tabela 01 - Volume de Produção de Hortaliças no Brasil 2017 (t.)

A	B	C	D	E
PRODUTO/ ORIGEM	PRODUÇÃO NACIONAL	PRODUÇÃO NA BAHIA	PRODUÇÃO EM CONC. DO JACUIPE	PARTICIPAÇÃO DE CONC. DO JACUIPE (D/C)
ALFACE	671.509	12.733	895	7,03%
COENTRO	120.583	10.071	1.321	13,12%
COUVE	161.986	4.701	523	11,13%
RÚCULA	40.527	951	257	27,02%

Fonte: IBGE tabelas 6953/6954/Elaboração do autor

Uma análise da tabela (01) acima permite afirmar, por um lado, que a Bahia representa cerca de 1,90% da produção nacional de alface; 8,35% de coentro; 2,90% da produção de couve e 2,34% da produção de rúcula. A pouca participação percentual, da alface e da rúcula, indica uma janela de oportunidades para o incremento da produção local.

Por outro lado, quando comparada à produção do município de Conceição do Jacuípe-Ba com o total produzido no Estado da Bahia, tem-se que a maior participação percentual refere-se ao produto Rúcula, com 27,02%, enquanto a alface, que sofre grande concorrência da produzida no município baiano de Jaguaquara-Ba,

tem uma tímida participação de 7,03% do volume produzido em terras baianas. Coentro e couve oscilam entre 11% e 13%.

Dados difundidos pela CEASA-BA. relativos aos anos de 2018 e 2019, indicam que foram comercializados, naquele centro comercial, os seguintes volumes, em quilogramas.

Tabela 02 - Volume de Hortaliças Comercializadas pela CEASA 2018 (kg)

A	B	C	D	E
PRODUTO/ ORIGEM	PRODUÇÃO NACIONAL	PRODUÇÃO NA BAHIA	PRODUÇÃO EM CONC. DO JACUIPE	PARTICIPAÇÃO DE CONC. DO JACUIPE (D/C)
ALFACE	1.298.419	1.029.795	165.684	16,09%
COENTRO	357.653	201.820	186.508	92,41%
COUVE	55.179	16.657	14.557	87,39%
RÚCULA	35.124	28.489	28.021	98,35%

Fonte: SDE/CEASA/Elaboração do autor

Por esta tabela 02 acima, referente a produtos que passaram pela CEASA em Salvador-Ba, pode-se afirmar que a Bahia, em 2018 forneceu 79,31% da alface ali comercializada, sendo que a quantidade produzida em Conceição do Jacuípe-Ba correspondeu a 16,09% da produção baiana. Quanto ao coentro, temos que dos 357.63 kg oriundos do mercado nacional, cerca de 56,43% vieram de produtores baianos e, dentre estes, cerca de 92,41% do volume de coentro foram produzidos em Conceição do Jacuípe-Ba. No que se refere à couve, cerca de 55.179 kg comercializados na CEASA-BA tiveram como origem o mercado produtor nacional, sendo que a Bahia contribuiu com 30,19% e desta quantidade, a produção de Conceição do Jacuípe-Ba equivale a 87,39% da produção baiana. Por fim, uma análise do produto rúcula indica uma expressiva participação do território de Conceição do Jacuípe-Ba, que representa 98,35% da produção baiana que, por sua vez, equivale a 81,10% da produção nacional da rúcula comercializada naquele centro de abastecimento, no ano de 2018.

Quanto aos números relativos ao ano de 2019, vê-se, pela tabela **03** abaixo a participação da produção de Conceição do Jacuípe-Ba, no volume comercializado na CEASA.

Tabela 03 - Volume de Hortaliças Comercializadas pela CEASA 2019 (kg)

A	B	C	D	E
PRODUTO/ ORIGEM	PRODUÇÃO NACIONAL	PRODUÇÃO NA BAHIA	PRODUÇÃO EM CONC. DO JACUIPE	PARTICIPAÇÃO DE CONC. DO JACUIPE (D/C)
ALFACE	2.519.072	2.293.969	122.867	5,37%
COENTRO	221.940	123.382	109.063	88,39%

COUVE	66.412	19.588	12.959	66,16%
RÚCULA	49.960	32.947	32.229	97,82%

Fonte: SDE/CEASA/Elaboração do autor

Ao analisar-se a tabela 03 acima, relativa aos produtos em estudo e que foram comercializados na CEASA em Salvador, no ano de 2019, tem-se que o produto alface contribuiu com 2.519.071 kg, dos quais cerca de 91,06% originaram-se da Bahia, e desta parcela, apenas 5,37% tiveram como origem o território da Conceição do Jacuípe-Ba. Com relação ao coentro, a Bahia representa 55,60% da quantidade comercializada e deste volume (123.382 kg), cerca de 88,39%, se originaram de Conceição do Jacuípe-Ba. No que se refere ao produto couve, observa-se uma participação da produção baiana em 14,44% no volume nacional, sendo que as unidades (kg) produzidas em Conceição do Jacuípe-Ba representaram 66,16%. Quando se avalia a rúcula, tem-se que a Bahia contribui com 65,95% do volume comercializado, sendo que Conceição do Jacuípe-Ba representa 97,82% dessa origem.

Quanto ao volume (quilos) dos produtos em análise, referentes ao ano de 2019 e comparativamente com o ano anterior, observa-se um crescimento da comercialização da alface, que saiu de 1.298.419 quilos em 2018 para 2.519.072 em 2019, indicando um crescimento de 19,96% da produção nacional, 108,93% da quantidade de produtos oriundos da Bahia, enquanto a quantidade da alface produzida em Conceição do Jacuípe-Ba e comercializada pela CEASA-BA apresentou uma queda de 25,84%. Com relação ao produto coentro, houve uma queda da quantidade comercializada na CEASA-BA e oriunda da produção nacional em cerca de 37,75%. Tal queda se repetiu na análise da quantidade originada do Estado da Bahia, com redução de 38,86%, enquanto produtos vindos de Conceição do Jacuípe-Ba caíram cerca de 41,52% com relação ao ano anterior. A couve apresenta comportamento misto, sendo que, na avaliação da produção nacional apresenta crescimento de 20,35%, na produção da Bahia mais 17,60% e a oriunda de Conceição do Jacuípe-Ba com decréscimo de 8,91%. Por fim, a análise comparativa do produto rúcula apresenta sinais positivos, com 42,24% de crescimento da produção nacional, 15,64% referente à produção baiana, enquanto foi de 15% o crescimento da produção de Conceição do Jacuípe-Ba.

Constata-se o potencial de crescimento proporcional da produção oriunda de Conceição do Jacuípe-Ba no volume comercializada na CEASA, numa janela de

oportunidades no produto com pouca participação percentual (alface) bem como o incremento na participação e aproveitamento da notoriedade dos produtos que apresentam participação ampla (sempre acima de 66% ou dois terços) do quantitativo ali comercializado, destacadamente o coentro, a couve e a rúcula.

3.4 ASPECTOS DO PROCESSO PRODUTIVO E DA PÓS-COLHEITA LOCAL

A aquisição de sementes, na maior parte dos casos, ocorre no mercado local onde produtores mantêm uma espécie de conta corrente em lojas que lidam com produtos agropecuários, incluindo pequenos equipamentos (enxada, enxadão, sacho, colher de transplante, regador e pulverizador, carrinhos-de-mão, tesoura de poda e marcador de sulcos), alguns defensivos agrícolas e sementes. É comum que alguns desses produtores se utilizem dessas lojas para acomodar seus pertences quando vêm à cidade (para consultas médicas e outras demandas) bem como nos dias de feira (normalmente às terças-feiras). As aquisições são, geralmente, individuais e quando da necessidade, não se constatando a existência de estoques nas áreas de produção. O pagamento, muitas vezes, é feito *a posteriori* quando da presença do produtor na zona urbana do município e, muitas vezes, apenas após a venda da produção das hortaliças.

A preparação do terreno e a construção de sementeiras, canteiros, sulcos e leiras faz parte do dia a dia do produtor, bem como os tratamentos culturais que vão diferenciar sua produção.

Os ciclos da produção à colheita, entre os produtos contemplados neste estudo, são de: alface 35-40 dias; coentro 40-45 dias; couve 25-30 dias; e rúcula 30 dias.

A irrigação se dá por microaspersão e gotejamento, com a coleta de água em poços artesianos, brejos ou açudes. Em uma das propriedades visitadas, com dois hectares, a oferta de água se mostrou suficiente, com a utilização de quatro bombas que são compartilhadas com outros produtores vizinhos (cooperação). O total desse pequeno Arranjo Produtivo Local (APL) é de 5 hectares, onde se colhem cerca de 1.500kg dos diversos tipos de hortaliças, aí incluídas as folhosas, diariamente.

Há uma escolha de horários para algumas atividades. O transplante é executado no final da tarde, sendo que o semeio direto pode ser em qualquer horário, porém com um cuidado para não submeter as sementes diretamente ao sol.

Os tratos culturais diversos (preparo da terra, plantio por sementeira ou transplante, irrigação e cuidados como a retirada de folhas murchas, aplicação de defensivos agrícolas, entre outros), ocorrem durante todo o dia.

A colheita se dá no final da tarde e início da noite, com a colocação de “molhos” (grifo nosso) nos veículos que conduzirão, no dia seguinte, os produtos até os mercados consumidores. No inverno, pode-se antecipar a colheita para o final da manhã. Normalmente, escolhe-se o período mais frio do dia e próximo ao horário de embarque das mercadorias, que ocorre já no início na madrugada e da manhã.

Estão envolvidas no processo, desde a sementeira ou transplante até a colheita propriamente dita, arrumação em molhos e colocação em caminhonetes, nesta propriedade citada, cerca de 27 pessoas sendo 12 pessoas no trato direto e 15 em funções de apoio, como limpeza e preparação do terreno, e outras tarefas auxiliares.

O método de composição dos volumes de produtos para vendas envolve a lavagem e a amarração com fitilhos, normalmente nas cores verde ou cinza, sendo composto, cada molho da alface com 6 unidades, o de coentro com 10 folhas, o de couve com 6 unidades e o da rúcula 6 unidades. Os preços médios de venda, de cada molho, em julho de 2020 eram de R\$3,00 para aquisição direta na propriedade ou R\$4,00 se entregue na CEASA-BA ou a varejistas em feiras livres e mercados.

No fluxo da produção ao consumo há os intermediários (atravessadores) que revendem da forma como receberam (ganham R\$1,00 por molho), ou desdobram o molho maior em molhos menores fazendo com que o preço final possa alcançar entre R\$30 e R\$40 de cada molho ao consumidor final.

Há uma perda de 15% dentro da porteira ou no processo de transporte e logística. Observam, os produtores, além disso, uma manobra por parte dos varejistas, quando mesclam folhas novas e bonitas (na parte externa do molho) inserindo as piores (aspecto visual) no meio do molho.

Em Conceição do Jacuípe-Ba, informações colhidas em diversas fontes (produtores, comerciantes, transportadores) indicam a existência de cerca de 30 caminhonetes na área de produção do Oitizeiro e, aproximadamente, 35 em outra localidade produtora (Bessa). No total do município são cerca de 100 caminhonetes dedicadas ao transporte de hortaliças para os mercados de Feira de Santana-Ba, outras cidades do interior da Bahia (Santo Amaro, Simões Filho, por exemplo) e Salvador – que representa 80% da distribuição, entre os pontos das Ceasa(s), Feiras

Livres e Supermercados. Registre-se que, tal transporte, como um todo, é extremamente rudimentar, sendo os produtos colocados em caminhonetes e empilhados, alguns em caixotes de madeira, viajando sem nenhuma cobertura e sujeitos a vento, chuva e outros agentes que podem causar danos aos vegetais. Além das caminhonetes, há outras formas de escoamento da produção, como porta-malas de ônibus rodoviários e caminhões, sendo alguns com carroceria aberta e outros com baús, alguns frigorificados. Estes últimos são propriedade de produtores considerados “grandes” (grifo nosso), tendo sido citados Mac Ramos e Pedro Andrade.

Foi relatado também, ao pesquisador, a ocorrência de alternância de localização do plantio de hortaliças, o que encontra guarida no descrito por Bevilacqua (2013) ao abordar aspectos de rotação e consorciação de culturas, quando se recomenda fazer a rotação a cada plantio, alternando-se as hortaliças de folhas (couve, alface, almeirão, etc.), de raízes (beterraba, cenoura, nabo, rabanete, etc.) e de frutos ou flores (tomate, ervilha, brócolis, couve-flor, etc.). Indica que o melhor, porém, é fazer a rotação de culturas com famílias diferentes. Por exemplo: pimentão ou tomate (*solanáceas*), fazendo rotação com a rúcula (*brassicácea*), ou rabanete (*brassicácea*), pois pertencem a famílias diferentes. Devem-se incluir também leguminosas na rotação (feijão-vagem, feijão comum, ervilha, grão-de-bico), pois, além de melhorar a estrutura do solo, irão incorporar o nitrogênio ao solo. A sequência de lavouras de famílias diferentes deve ser observada desde o plantio inicial da horta. Bastará substituir a lavoura do primeiro canteiro pela lavoura do último e ir substituindo em série até o penúltimo ficar no lugar deixado vago pelo último. Também é importante a presença de flores na horta, para que elas possam atrair vários insetos, alguns deles com capacidade de proceder o controle biológico de pragas.

Quanto à consorciação de culturas, Bevilacqua (2013) cita que tal prática, que constitui no plantio um conjunto de plantas companheiras, que produzem associações vegetais favoráveis e somam forças para crescerem melhores, já era utilizado desde as mais antigas civilizações, sendo que tal consorciação vem sendo retomada pelos adeptos da agricultura moderna. Afirma ainda a autora que, na natureza, as plantas de tamanhos e espécies diferentes vivem juntas, explorando, cada uma, o solo ao seu modo, enriquecendo-o de maneira diferente com substâncias orgânicas por elas produzidas. Desconhece-se no território de Conceição do Jacuípe-Ba, pesquisas consistentes quanto ao assunto

Conforme constatado em campo, o conhecimento tradicional, demonstrado nas práticas em uso pelos produtores, pode e deve ser acrescido de ciência buscada de forma sistemática, o que, lamentavelmente, não se observou como prática para a melhoria dos resultados, finalizando num modelo convencional de produção e distribuição dos produtos em análise.

Isso reflete a necessidade de estimular a busca coletiva de melhorias, sendo a cooperação para a conquista da IG para as hortaliças folhosos de Conceição do Jacuípe-Ba um elemento fundamental nesta procura.

3.5 O RECORTE NECESSÁRIO NESTA TESE: MON-JUS

Adotou-se, como princípio, na elaboração da presente tese, o modelo MON-JUS que consiste em desdobramento de estudos nos perímetros localizados a montante e a jusante dos pontos de produção, avaliando as posturas dos produtores, não só pelos aspectos técnicos, mas também pelos gerenciais, em ações de suprimento de insumos, por um lado, envolvendo desde sementes, defensivos agrícolas, equipamentos e ferramentas de trabalho adquiridas individual ou coletivamente, além de informações técnicas acerca das culturas em estudo, e, por outro lado, as ocorrências localizadas a jusante, nos processos de distribuição, controle de desperdícios, identificação de práticas para valorização da origem e outros elementos da logística e comercialização.

Os registros do processo produtivo, aqui expostos, objetivam pontuar o necessário e importante esforço que deve ser dispendido, no sentido de buscar-se, como proposto, o exercício da cooperação ao longo da cadeia produtiva, o que vai refletir também nos aspectos produtivos propriamente ditos, bem como facilitar a conquista da Indicação Geográfica para as hortaliças ali produzidas.

Como insumos a montante dos pontos de produção, a EMBRAPA oferta um conjunto de processos facilitadores das ações do agricultor, qualquer que seja o seu porte, mediante a manutenção de um Banco Ativo de Germoplasma BAG de hortaliças, visando garantir não apenas a preservação de espécies, mas também fortalecimento da segurança alimentar pela redução de riscos de contaminação por fatores fitopatógenos ou biológicos, ou ainda melhorar a qualidade nutricional das hortaliças mais consumidas.

Numa visão sistêmica, tem-se que constituirão elementos de entrada no modelo, o conhecimento tradicional já dominado pelos produtores de Conceição do Jacuípe-Ba e mais os recursos originários dos estudos de entidades de pesquisa e estudos científicos aqui elencados. Investimentos em maquinários e equipamentos de maior porte podem ser feitos mediante operações financeiras de mútuo, como o CREDIAMIGO, por exemplo, e outras formas de ação coletiva. A união para a aquisição em grupo de sementes, defensivos agrícolas e ferramentas de pequeno porte, bem como a busca por consultorias especializadas junto às organizações de destaque, oferta de cursos, treinamentos e capacitação dos diversos agentes distribuídos na cadeia de produção, com a obtenção de informações acerca de condições meteorológicas na região, adoção de planejamento de gestão, entre outros, são fatores diferenciais para o resultado esperado.

Outros elementos de entrada, de natureza mais difusa, constituirão o conjunto de ações coletivas, de cooperação e de entendimento para obtenção de benefícios comunitários. Esta necessária visão grupal encontra guarida no texto popular denominado “parábola do milho bom”, a seguir transcrito:

Conta-se uma história, de que um fazendeiro bem-sucedido, ano após ano, ganhava o troféu - Milho Gigante -, na feira de agricultura do município. Não dava outra: ele chegava à exposição com seu milho e saía com a faixa premiada no peito, por seu produto cada vez melhor. Em uma dessas ocasiões, um repórter ao entrevistá-lo após um prêmio, ficou intrigado com a confissão do fazendeiro, de que partilhava a semente de seu milho – de melhor qualidade – com seus vizinhos. Por que o senhor compartilha a sua semente de superior qualidade com seus vizinhos, quando todos os anos eles estão competindo com seu produto? – indagou o repórter. O fazendeiro respondeu: Você não sabe, mas o vento apanha o pólen do milho maduro e o leva de campo em campo. Se meus vizinhos cultivarem milho inferior, a polinização atingirá seguidamente a qualidade do meu milho. Por isso, se eu quiser cultivar milho bom, de qualidade, eu tenho que ajudar meus vizinhos a cultivarem milho bom e de qualidade também. O fazendeiro estava atento à conexão da vida: o milho cultivado só poderia melhorar se o produto do vizinho também tivesse a qualidade melhorada. Esse exemplo vale para todos, e em diversas dimensões da vida. Quem escolhe estar em paz, deve fazer com que seus vizinhos também estejam em paz. Quem quer viver bem, deve ajudar os outros para que também vivam bem. E quem quer ser feliz, deve ajudar os outros a encontrar a felicidade. O bem-estar de cada um está ligado no bem-estar de todos. E que todos consigam ajudar seus vizinhos a cultivarem um milho cada vez melhor!

(https://www.culturamania.com.br/?page_id=777. Acesso em 20 julho 2020)

Este exemplo de insumo, não material, a ser considerado como elemento a montante de cada ponto de produção de hortaliças em Conceição do Jacuípe-Ba, pode representar um diferencial significativo em todo o processo produtivo em estudo.

Bertalanffy (2010) ao descrever a Teoria Geral dos Sistemas, na década de 1930, afirmava que sistema era um conjunto de unidades reciprocamente relacionadas o que se leva a pensar, no escopo estudado, não apenas em produtores isoladas realizando tarefas, mas sim, em forma de “sistema” (grifo nosso), em totalidade, considerando que sistemas existem dentro de sistemas, ou seja, todo sistema faz parte de um supra sistema e é constituído de sistemas menores, os subsistemas, além de que sistemas devem ser considerados abertos, pois vivem dentro de um meio ambiente que, por sua vez, é constituído por outros sistemas. Assim, sistemas abertos estão em constante interação com os demais sistemas e com o meio em que estão incluídos, possuindo, cada um, a sua singular estrutura, que o torna voltado para uma determinada finalidade.

No caso das ações tomadas a montante do ponto de produção, consideradas como elementos de entrada do sistema (*inputs*), tem-se que a qualidade de tais “insumos” (grifo nosso) tornar-se-ão basilares para a garantia da qualidade que se pretende obter a jusante, ou elementos de saída (*outputs*), quando do processo de distribuição e comercialização das hortaliças em estudo, bem como o processo de retroalimentação, que constituirá novo insumo, num processo contínuo. Medeia esses pontos o processamento, com a combinação inteligente dos componentes de entrada (materiais ou imateriais, como o conhecimento, por exemplo) para transformá-los em resultados, ou saídas, neste caso, hortaliças de valor agregado significativo e aptas a reconhecimento em sua indicação de procedência.

Quanto à posição a jusante, além das preocupações com a qualidade intrínseca das hortaliças, representada por padrões de sanidade e saudabilidade em sua colheita, constatou-se, por observação empírica, a existência de perdas e desperdícios em seus elos de logística até a chegada ao consumidor final dos produtos.

Sobre isso, Lana (2018) se debruça para determinar os pontos críticos de tais deseconomias. Esta pesquisadora líder, que é mestra pela Universidade Federal de Viçosa e doutora em fitotecnia (produção vegetal) pela Universidade de Wageningen (Holanda), relata tópicos a serem considerados pelos produtores para evitar-se tais resultados inadequados, mediante observações que ressaltem disfunções na cadeia de produção/fornecimento/distribuição e que provocam tais perdas e desperdícios.

Indica a autora que seus estudos sobre a perda de alimentos realizaram-se sob uma perspectiva de gestão, buscando-se aprimoramento de eficiência dos processos

de colheita e pós-colheita, pois muitas das falhas que resultam em perdas estão na maneira como o trabalho é executado ou em ineficiências no fluxo de trabalho, que geram retrabalho e, conseqüentemente, manipulação excessiva da hortaliça e/ou do tempo longo para comercialização. Sugere um estudo que permita a quantificação e a identificação dos danos associados às perdas e uma análise detalhada do fluxo logístico, das operações de colheita, da pós-colheita e dos processos adjacentes sobre o manuseio das hortaliças.

Durante o trato cultural, tem-se que o descarte do produto agrícola que ocorre antes de se atingir o ponto de colheita não é considerado perda de alimento, mas perda de produção. Entretanto, o descarte que ocorre durante os processos de colheita e beneficiamento, quando a hortaliça apresenta alguma alteração na aparência, que reduz seu valor comercial, ou quando a colheita não é realizada porque os custos de colheita, beneficiamento e comercialização são inferiores ao preço de venda do produto agrícola.

Um descarte de hortaliças, cujo único defeito é uma alteração de aparência, que reduziria o seu valor comercial, pode ser minimizado pela oferta de tais “hortaliças feias” (LANA, 2018, p. 98) ao mercado de restaurantes, fazendo com que as perdas sejam minimizadas.

Outros itens, entretanto, fora da questão da aparência, merecem uma reflexão. Informações sobre o caminho que as hortaliças percorrem, da lavoura ao prato do cidadão, passa a ser um conhecimento fundamental para o produtor rural, bem como a possibilidade de proativamente, orientá-lo a evitar a manipulação e armazenamento inadequados dos alimentos, no processo logístico, aí incluídas ações no último elo, que ocorre nas residências ou outros pontos de consumo, como lanchonetes, restaurantes, hotéis ou hospitais.

Lana (2018) defende que uma integração entre os diversos elos das cadeias produtivas é necessária, não somente para reduzir as perdas pós-colheita, mas também para reduzir as perdas qualitativas e os custos de comercialização e oferecer um alimento seguro para a população brasileira.

Acerca do conhecimento, da ciência e da tecnologia aplicáveis à produção e comercialização de hortaliças, bem assim a presença dos ecossistemas de Cooperação, entende-se que muitas são as alternativas de incorporação de tecnologia e inovação na produção de hortaliças, com ganhos significativos e ampliação de benefícios, se (e quando) os produtores de Conceição do Jacuípe-Ba passarem a

atuar de forma mais coletiva e na busca de apoios que possam contribuir para alavancar seus resultados.

Causou surpresa, ao pesquisador, o pouco interesse dos produtores em incorporar conhecimento, ciência e tecnologia em seus processos, quer de gestão, quer de produção propriamente dita, bem como a existência de traços de “anomia” (DURKHEIM, 1999) para uma atuação coletiva e que permita a inserção adequada do território num grande ecossistema hortícola que existe e se desenvolve no Brasil.

Este ecossistema hortícola, que se aproveita da expansão das atividades agrícolas do País, sendo motivo e causa da importância do agronegócio como elemento fundamental da economia nacional, apresenta, para os produtores de hortaliças, um conjunto de informações que são fruto de pesquisas e desenvolvimento de experimentos científicos, disponibilizados mediante demanda e que, infelizmente, não constitui uma prática de destaque na região.

O ecossistema está composto por organizações públicas e privadas que hoje discutem uma série de tópicos que impactam diretamente nos resultados da chamada agricultura contemporânea e evoluem para a incorporação de tecnologias que revolucionam a produção, com impacto exponencial na produtividade agrícola.

Sobre este ecossistema Bambini e Banacelli (2019), ao estudarem os empreendimentos voltados às atividades agrícolas no Brasil, informam que a sigla Agtech se refere à expressão “tecnologia agrícola” (BAMBINI; BANACELLI, 2019, p. 789) que vem sendo utilizada para nomear empresas nascentes de base tecnológica agrícola e que atuam em diversos campos, como biotecnologia, internet das coisas, inteligência artificial e plataformas para comercialização. As autoras identificam que muitos conhecimentos se encontram em centros de pesquisas, unidades da EMBRAPA, universidades e institutos federais e estimulam novos mecanismos geradores de empreendimentos com novas configurações, dentre incubadoras, aceleradoras e modelos comunitários de *startups*. Tal termo (*Agtech*) também se associa à inovação no contexto agropecuário, desenvolvida em instituições que interagem com produtores agropecuários, instituições de ensino, centros de pesquisa, investidores, grandes empresas e organizações de apoio à inovação para gerar “novas tecnologias e modelos de negócios disruptivos” (BAMBINI; BANACELLI, 2019, p. 789).

Entre as entidades componentes deste ecossistema e que se dedicam, por sua finalidade e missão, ao desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados à melhoria

de resultados mediante a cooperação e o desenvolvimento científico e tecnológico, destaque se dá à EMBRAPA HORTALIÇAS, com suas ações de apoio aos produtores. Além de atuar na melhoria das práticas por disseminação de conhecimento na produção convencional, esta entidade pública também capitaneia um amplo sistema de inovação para o desenvolvimento de soluções tecnológicas aplicáveis a produtores de diversos portes.

De fato, a EMBRAPA, empresa pública fundada no final da década de 1960 por Alysso Paulinelli possuía, em julho de 2020, quarenta e seis unidades temáticas e especializadas em segmentos próprios de estudos e de pesquisas na área agropecuária⁴, estrategicamente localizadas em diversas regiões do Brasil, atraídos por escopo entre a fronteira do conhecimento científico e tecnológico e as condições regionais propícias ao seu desenvolvimento. Entre essas unidades, destaca-se, para os fins desta tese, o Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças CNPH, da EMBRAPA, que viabiliza soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação visando a sustentabilidade da produção de hortaliças, em benefício dos produtores e da sociedade brasileira.

O agronegócio de hortaliças constitui o foco desta Unidade da EMBRAPA, que é reconhecida como um centro de referência no Brasil e no exterior pela sua contribuição técnico-científica, capacidade de articulação nacional e internacional para a sustentabilidade do espaço rural, em especial para áreas tropicais.

A EMBRAPA HORTALIÇAS, então, tem seu foco na geração e transferência de tecnologias para diferentes segmentos sociais, visando garantir avanços em novas

⁴Embrapa Acre; 2. Embrapa Agrobiologia; 3. Embrapa Agroenergia; 4. Embrapa Agroindústria de Alimentos; 5. Embrapa Agroindústria Tropical; 6. Embrapa Agropecuária Oeste; 17. Embrapa Agrossilvipastoril; 8. Embrapa Algodão; 9. Embrapa Amapá; 10. Embrapa Amazônia Ocidental; 11. Embrapa Amazônia Oriental; 12. Embrapa Arroz e Feijão; 13. Embrapa Café; 14. Embrapa Caprinos; 15. Embrapa Cerrados; 16. Embrapa Clima Temperado; 17. Embrapa Cocais; 18. Embrapa Estudos e Capacitação; 19. Embrapa Florestas; 20. Embrapa Gado de Corte; 21. Embrapa Gado de Leite; 22. Embrapa Gestão Territorial; 23. Embrapa Hortaliças (CNPH); 24. Embrapa Informática Agropecuária; 25. Embrapa Instrumentação; 26. Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical; 27. Embrapa Meio Ambiente; 28. Embrapa Meio-Norte; 29. Embrapa Milho e Sorgo; 30. Embrapa Monitoramento por Satélite; 31. Embrapa Pantanal; 32. Embrapa Pecuária Sudeste; 33. Embrapa Pecuária Sul; 34. Embrapa Pesca e Aquicultura; 35. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia; 36. Embrapa Rondônia; 37. Embrapa Roraima; 38. Embrapa Sede / Embrapa Informação Tecnológica; 39. Embrapa Semi-Árido; 40. Embrapa Soja; 41. Embrapa Solos; 42. Embrapa Suínos e Aves; 43. Embrapa Tabuleiros Costeiros; 44. Embrapa Trigo; 45. Embrapa Uva e Vinho; 46. Embrapa Alimentos e Territórios.

fronteiras do conhecimento e oferecer produtos e serviços de qualidade, preservando e valorizando a biodiversidade e os recursos naturais.

Dispõe de uma área experimental de 115 hectares, sendo 2 irrigáveis e uma área construída de 22.000 m, composta de laboratórios, casas de vegetação, telados, câmaras comuns e frias, salas de pesagem e classificação de produtos, unidade de beneficiamento de sementes, biblioteca, auditório, salas de aula, oficinas, restaurante e outras instalações para apoio técnico e administrativo. Está localizada no Km 09 da Rodovia Brasília/Anápolis, a 40 km de Brasília Distrito Federal.

Tem em seus quadros uma equipe técnica formada por 52 pesquisadores, sendo 35 doutores, 16 mestres e 1 bacharel, além de 25 técnicos especializados, incluindo 9 mestres e bacharéis. Este conjunto de estudiosos desenvolve pesquisas e inovação e representa o estado da arte na cultura de hortaliças no Brasil, desenvolvendo ações nas áreas de Agricultura Orgânica, Agroclimatologia, Biologia Celular, Biologia Molecular, Comunicação e Transferência de Tecnologia, Economia, Estatística, Fitopatologia, Fitotecnia, Impacto Ambiental, Irrigação Melhoramento de Plantas, Nutracêutica, Plantio Direto, Pós-Colheita, Rastreabilidade dos Alimentos, Socioeconomia, Solos e Nutrição de Plantas, Tecnologia de Sementes e Tecnologia de Alimentos. Além da equipe técnica, trabalham 157 funcionários na área de apoio, incluindo pessoal de campo, laboratório e administração.

Atua em diversas áreas por meio de projetos de pesquisa e de transferência de tecnologia, contratos de parceria e de prestação de serviços com outras instituições públicas e privadas. Entre estes, pode se destacar atualmente os programas de melhoramento genético de várias espécies de hortaliças como cenoura, batata, tomate, cebola, melão, abóbora, pimentão, pimenta, entre outros.

Dispõe, entre outros, de um catálogo de soluções cientificamente comprovadas em sistema de plantio direto de hortaliças; manejo da irrigação de hortaliças; processamento mínimo de hortaliças; sistemas de manuseio pós-colheita de hortaliças; manejo de pragas e doenças de hortaliças; agricultura urbana e periurbana; cultivo orgânico de hortaliças.

Tem mantido intercâmbio com entidades congêneres de caráter internacional, com destaque para as entidades de origem asiática, como a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) que é um órgão do governo japonês responsável pela implantação da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) com o programa de parceria denominado *Japan Brazil Partnership Programme (JBPP)*.

A EMBRAPA HORTALIÇAS oferta, às entidades e aos profissionais interessados, um conjunto de ações de difusão das suas pesquisas, atividades e cursos, mediante a disponibilização de acesso livre à informação científica ali gerada. Três são os instrumentos principais de divulgação dos seus saberes: (i) Repositório ALICE - Acesso Livre à Informação Científica da EMBRAPA, que é composto por informações científicas produzidas por seus pesquisadores e editadas em capítulos de livros, artigos em periódicos indexados, artigos em anais de congressos, teses e dissertações, notas técnicas, entre outros tipos de publicações. O repositório ALICE contribui para o aumento do impacto dos resultados de pesquisa e para maior visibilidade da EMBRAPA e do trabalho de seus pesquisadores; (ii) Repositório de Informação Tecnológica da EMBRAPA (INFOTECA-E) que disponibiliza para o acesso aberto de produtores rurais, extensionistas, técnicos agrícolas, estudantes e professores de escolas rurais, cooperativas e outros segmentos da produção agrícola, informações sobre tecnologias produzidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e seus parceiros, as quais vêm editadas – numa linguagem fácil – em cartilhas, livros, manuais e programas de rádio e de televisão; (iii) O Sistema Aberto e Integrado de Informação em Agricultura (SABIIA) é um mecanismo de busca automatizado que coleta e centraliza metadados de provedores de dados científicos de acesso aberto, previamente selecionados. Tal interface reúne informações sobre agricultura e áreas afins, possibilitando o acesso ao texto integral de milhares de publicações científicas disponíveis em diversas instituições nacionais e internacionais. O SABIIA permite o acesso a documentos como livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, folhetos, teses, anais e *proceedings* de eventos, entre outros.

Liderando estudos voltados à sustentabilidade a EMBRAPA HORTALIÇAS implementou, em seu campo experimental, uma Unidade de Pesquisa em Produção Orgânica de Hortaliças (UPPOH). Nessa área, destinada exclusivamente à pesquisa científica em Olericultura Orgânica, são desenvolvidos experimentos a céu aberto e ambiente protegido. A UPPOH conta ainda com uma Vitrine de Tecnologias aberta à visitação e uma unidade de produção de composto orgânico.

O conhecimento gerado pelas pesquisas e estudos acima representam um importante elemento de entrada no sistema de produção em Conceição do Jacuípe-Ba, a ser incorporado como elemento diferencial para a produção assimétrica que se pretende.

O ecossistema contempla também, a montante, o conhecimento tradicional e os novos conhecimentos e a aprendizagem como fatores relevantes, daí o destaque que se dá ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Essa organização, criada em 1991, corresponde à versão agrícola do SENAC e SENAI (Serviços Nacionais de Aprendizagem do Comércio e da Indústria, respectivamente), integra o denominado Sistema S, em que ainda se inserem SEBRAE e o SISCOOP. Tem grande vinculação com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e é administrado por um Conselho Deliberativo, constituído por representantes dos produtores e trabalhadores rurais e do governo.

Na Bahia, vincula-se à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB) e é dirigido por um Conselho Administrativo, composto por representações das classes de produtores e de trabalhadores rurais do estado e um representante do SENAR CENTRAL. Este Conselho exerce a direção superior e a normatização das atividades do SENAR no Estado da Bahia, quanto ao planejamento, diretrizes e políticas institucionais, controle e avaliação de toda a instituição.

Possui, ainda, um Conselho Fiscal, constituído de representantes dos produtores e trabalhadores rurais e do SENAR CENTRAL, que fiscaliza toda a parte financeira e orçamentária da instituição.

Desde o ano de 1993, promove cursos e treinamentos, contando para isso com seis centros de capacitação regional na Bahia (Feira de Santana, Gandu, Luiz Eduardo Magalhães, Juazeiro, Senhor do Bonfim e Itamaraju), com a oferta de atividades de ensino para a melhoria da qualidade da produção agrícola regional.

Preocupa-se ainda com os aspectos sociais e do trabalho decente, mediante diretrizes estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, bem como nas políticas do Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional (CINTERFOR) e estratégias do Ministério da Agricultura e da área do trabalho, bem como da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Propõe-se a organizar, administrar e executar as ações educativas da formação profissional rural e das atividades de promoção social da população rural no âmbito do Estado da Bahia; assistir entidades empregadoras em seus programas de qualificação profissional rural; estabelecer e difundir para o Estado as metodologias próprias para o ensino da formação profissional rural; e, coordenar, supervisionar e fiscalizar todo o processo de Formação profissional rural e da promoção social.

Em uma postura que se mostra inovadora, valoriza o processo educativo não formal, participativo e sistematizado, para possibilitar ao homem do campo a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para o exercício de uma ocupação. Estabelece como a clientela atendida pela instituição, o produtor rural que trabalhe em regime de economia familiar, o trabalhador rural e seus familiares. Em suas linhas de ação, destaque se dá, nesta tese, à agricultura, agroindústria, atividades de apoio agro-silvo-pastoril e atividades relativas à prestação de serviços.

Tendo como missão:

realizar a Educação Profissional, a Assistência Técnica e as atividades de Promoção Social, contribuindo para um cenário de crescente desenvolvimento da produção sustentável, da competitividade e de avanços sociais no campo. (<http://www.sistemafaeb.org.br/senar/conheca-o-senar/> acesso em julho de 2020)

Espera-se que os produtores rurais de Conceição do Jacuípe-Ba possam se valer da instituição na busca de apoio e cooperação para a sugerida Indicação Geográfica das Hortaliças produzidas nesse território.

Inseridas também no ecossistema têm-se as instituições superiores de ensino, pesquisa e extensão que são identificadas como elementos de destaque na descoberta, catalogação e disseminação de conceitos e práticas agrícolas que provocam mudanças nos resultados das unidades produtivas, quando incorporados à prática diária da cultura das hortaliças.

Um destaque é a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq), uma unidade da Universidade de São Paulo (USP), situada em Piracicaba, município do centro-oeste de São Paulo e importante polo de desenvolvimento industrial e agrícola.

Foi fundada no início do século XX com a doação, ao governo do Estado de São Paulo da Fazenda São João da Montanha, para criação de uma escola agrícola, pelo visionário Luiz de Souza Queiroz. A partir de da década de 1930 passou a integrar a USP ampliando suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Tem um ambiente voltado para a produção do conhecimento, com professores, alunos e funcionários em atividades nos cerca de 3.800 hectares, formados pela escola e mais quatro estações experimentais, para experimentos práticos de pesquisa agrícola.

É um centro de excelência e possui sete cursos de graduação. Já formou (até julho 2020) cerca de 15.500 profissionais, sendo reconhecida nacional e

internacionalmente por sua contribuição nas áreas de Ciências Agrárias, Ambientais, Biológicas e Sociais Aplicadas.

Na pós-graduação, foram mais de 9.500 titulados, entre mestres e doutores. Sua contribuição é irrefutável e responde pela geração de conhecimentos que tem produzido diversos impactos positivos. As competências da Esalq têm inserção internacional. São convênios, programas de intercâmbio, dupla diplomação e outros, com instituições de igual reputação em vários países.

Em seus 130 laboratórios instalados em 12 departamentos, tem uma estrutura que emprega mais de 750 profissionais entre docentes e servidores técnico-administrativos, para o ensino diferenciado e a pesquisa de qualidade ali desenvolvidos.

Promove atividades e experimentos técnico-científicos, faz publicações técnicas e científicas e oferta cursos de difusão, ampliando suas competências para além das salas de aula. É um núcleo importante no vigoroso desenvolvimento do agronegócio brasileiro com a preocupação, além da produção em si, também com a defesa das instâncias ambientais, biológicas e sociais.

A Esalq tem recebido a visita de estudiosos e pesquisadores, do Brasil e do exterior, favorecendo o intercâmbio técnico e acadêmico que se torne útil na produção agrícola moderna.

Ainda como componentes deste ecossistema, na parte referente a estudos, pesquisas e capacitação de pessoal, a academia do INPI., aqui já citada e que operacionaliza capacitações para IGs e marcas coletivas e o Mestrado Profissional em Rede Nacional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Núcleos de Inovação Tecnológica - PROFNIT, constitui uma organização que tem se destacado no estudo da Propriedade Intelectual, a Transferência de Tecnologia e a Inovação Tecnológica, de forma relevante e articulada com a atuação de Núcleos de Inovação Tecnológica das organizações e ambientes promotores da Inovação.

Este mestrado se propõe a formar pessoal qualificado para a pesquisa, extensão tecnológica e magistério superior na área.

Também busca o incentivo à pesquisa na área da Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação Tecnológica, sob perspectiva interdisciplinar bem assim a produção, difusão e aplicação do conhecimento relacionado com Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação Tecnológica visando o Desenvolvimento Local, Regional e Nacional.

Tem atuação multiterritorial, podendo ofertar conhecimentos pela utilização da estrutura de Universidades e outras instituições públicas já instaladas, sendo que, na Bahia podem ser acessados pelos produtores interessados em seus núcleos nas seguintes instituições: IFBA – Instituto Federal da Bahia; UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz. UFBA – Universidade Federal da Bahia; UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia; UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

No que concerne a outros programas públicos e privados de apoio à horticultura, componentes do ecossistema, outras instituições públicas podem aportar conhecimentos aos produtores locais, como o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT) que foi instituído pelo Governo Federal em 2005 e objetiva contribuir para o desenvolvimento e modernização do setor hortigranjeiro nacional, proporcionando maior interação entre os diversos agentes governamentais envolvidos e os integrantes da cadeia de produção e distribuição, além de buscar a melhoria e a ampliação das funções dos mercados atacadistas.

Tem, entre suas principais ferramentas, os sistemas de informações, com o acesso a dados da comercialização de produtos hortigranjeiros nas principais Centrais de Abastecimento (CEASAS) do país. Essa plataforma possibilita o acompanhamento de preços, análises de mercado, consulta de séries históricas, identificação das regiões produtoras, entre outros estudos técnicos, com atualizações mensais. Tais informações, não identificadas como importantes pelos produtores de Conceição do Jacuípe-Ba, podem representar diferencial importante na diferenciação pretendida.

A participação de produtores ou seus representantes, em eventos que abordam a questão da olericultura, se torna fundamental para o entendimento da proposta de tornar a produção local apta à busca da IG. Um exemplo é o Congresso Brasileiro de Olericultura, realizado anualmente e que lida com as questões relativas à tecnologias sustentáveis e cadeias curtas na produção de hortaliças, objetivando congrega profissionais do Ensino, da Pesquisa, da Assistência Técnica e da Extensão Rural, além de estudantes, agricultores, produtores rurais, instituições e empresas que têm a olericultura e as plantas medicinais, aromáticas e condimentares como interesse comum.

A integração e a parceria que ocorrem em eventos desta natureza são de fundamental importância para o desenvolvimento e o progresso da ciência e da tecnologia, proporcionando intercâmbios proveitosos e de alta significância para a

olericultura. Em sua última edição presencial (2019) o evento reuniu, aproximadamente 1200 participantes, com apresentação de 600 a 800 trabalhos científicos, o que demonstra sua magnitude e importância.

Na esfera privada e dentre as instituições da sociedade civil com interesse no setor olerícola, a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM) tem difundido informações sobre o segmento, registrando que o setor de hortaliças abrangia, em 2019, cerca de 700 mil hectares de área plantada no Brasil, com envolvimento de mais de 700 mil produtores, que geraram cerca de 3 milhões de empregos diretos. O segmento de hortaliças, por suas características de cultivo, proporciona de quatro a seis empregos diretos por hectare, número bastante considerável quando comparado a outras culturas. A base da horticultura brasileira é a mão-de-obra familiar.

Quanto ao consumo, estudos desenvolvidos pela entidade, revelam que apesar de serem baratas e extremamente saudáveis, quando comparadas aos produtos industrializados, as hortaliças ainda têm baixo consumo e grande espaço para conquistar no mercado nacional. O consumo dos brasileiros, em média, por ano, tem sido de apenas 30 kg por pessoa e de 60 kg, considerando as frutas, contra mais de 100 kg, em países de continentes como Europa e Ásia.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que o consumo insuficiente de frutas e hortaliças inferior a 400g dia (cinco porções/dia), que é o recomendável, é responsável por 2,7 milhões de mortes e 31% das doenças isquêmicas do coração, 11% das cerebrovasculares e 19% dos cânceres gastrointestinais.

O setor olerícola, como um todo, precisa de maior organização e estrutura para alavancar ainda mais o crescimento da produção de hortaliças no Brasil e para atender à crescente demanda por hábitos alimentares mais saudáveis. Num comparativo, informa a ABRASEM, citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que em 2001 foram produzidas cerca de 11,5 milhões de toneladas de hortaliças no país. Já em 2010, este número quase dobrou, chegando a 19,3 milhões de hortaliças.

Na confluência entre a produção agrícola e as Indicações Geográficas, algumas organizações se mostram adequadas à oferta de conhecimentos e informações que proporcionem resultados melhores e mais consistentes na produção hortícola do território de Conceição do Jacuípe-Ba, bem assim na sensibilização e mobilização de produtores para a causa da Indicação Geográfica.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) detém o poder de regular o mercado e a qualidade na oferta de produtos para a consumo humano, aí incluídas as hortaliças. O seu acervo de publicações e conhecimentos, disponíveis aos interessados, permite a incorporação de elementos que facilitem e encaminhem as ações para o reconhecimento territorial distinto, na produção de hortifrutigranjeiros no território nacional. em nível nacional, além disso, é uma das instâncias de fomento das atividades e ações para Indicação Geográfica (IG) de produtos agropecuários. Dentro da estrutura do Ministério, o suporte técnico aos processos de obtenção de registro de IG cabe à Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG), do Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária (DEPTA), da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC). No âmbito regional, a delegacia de Salvador também abriga o Fórum Baiano de Indicações Geográficas.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), como uma entidade privada sem fins lucrativos e que atua como agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, apoia os pequenos negócios de todo o país. Fundado em 1972, incorpora um grande acervo de trabalhos para a melhoria dos padrões de gestão de empresas e instituições produtivas no território brasileiro. Compõe o Sistema S (em que também se encontram o SENAR e o SISCOOP, já aqui referenciados) e apresenta grande capilaridade de atendimento em diversos espaços e temáticas, com destaque para a capacitação gerencial, estímulo à formalização de unidades de produção individuais ou coletivas, fomento ao empreendedorismo, ao associativismo e às decisões empresariais coletivas.

O SEBRAE atua fortemente no agronegócio brasileiro, com a oferta de consultorias e assessorias específicas, bem como na formulação de políticas públicas que impactem no desempenho e continuidade de pequenos e médios negócios. Mais recentemente passou a incorporar ações voltadas ao estímulo à certificação de produtos, fomento à inovação e patentes, bem como incentivos para a busca de formas de reconhecimento de diferenças em produtos ou serviços, incluindo em seu portfólio de ofertas, ações para a conquista da Indicação Geográfica. Com esta última temática, se consorciou com o INPI e cataloga as IGs no Brasil, quer sejam na modalidade Indicação de Procedência (IP) ou Denominação de Origem (DO).

Na Bahia, a Secretaria Estadual de Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural

(SDR), por seus órgãos específicos de apoio a produtores rurais e de suporte a ações de valorização de produtos agrícolas, desenvolvem ações que podem ser entendidas como úteis no esforço de buscar-se o instituto da Indicação Geográfica IG para as hortaliças folhosas de Conceição do Jacuípe-Ba.

Percebe-se um esforço no sentido de ofertar, mediante a publicação de editais, recursos - inclusive financeiros - , para ações de associativismo ou tarefas coletivas, com a utilização de órgãos vinculados ou não ao Governo da Bahia entre os quais a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural - BAHIATER, o projeto Bahia Produtiva – Desenvolvimento Rural Sustentável - e os Consórcios Públicos, este presentes nos diversos territórios de identidade, entre os quais o Portal do Sertão, onde se insere o município de Conceição do Jacuípe-Ba.

Como exemplo deste apoio, tem-se o edital emergencial lançado pelo Governo do Estado, em maio de 2020, por meio do projeto Bahia Produtiva, e que destinou R\$ 15 milhões para os produtores de alimentos como hortaliças, frutas, raízes, tubérculos e plantas alimentícias não convencionais (PANC). Como requisitos para este benefício, tem-se que a proposta deveria ser elaborada com o apoio de uma instituição de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), ou uma secretaria municipal de agricultura ou desenvolvimento rural, consórcio público territorial, ou outra entidade de enfoque coletivo e visava alcançar, também, as associações e cooperativas da agricultura familiar, comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, fundo e fecho de pasto, quilombolas, indígenas e povos de terreiros. Tinha como meta financiar 300 propostas, cada uma no valor de até R\$ 50 mil.

Esta Chamada Pública CAR nº 015/2020, objetivou selecionar projetos voltados para a segurança alimentar e nutricional, de cunho socioambiental, com vistas a ampliar a oferta de alimentos básicos, sobretudo hortaliças, frutas, raízes e tubérculos, diante da redução do cultivo causado pela pandemia mundial do Coronavírus (Covid-19), apoiando cooperativas e entidades de representação coletiva com recursos financeiros, não reembolsáveis.

Objetivou fazer investimentos em projetos socioambientais, destinados aos agricultores familiares e às outras comunidades tradicionais rurais, em situação de vulnerabilidade social, selecionados a partir de Manifestação de Interesse (MI) emitidas por organizações sociais ou produtivas, sob gestão de agricultores familiares ou de comunidades tradicionais, formalizadas juridicamente como associação ou

cooperativa, que apresentassem propostas relacionadas à produção e ao consumo de alimentos saudáveis (hortaliças, frutas, raízes e tubérculos,) destinados à alimentação e à comercialização da produção.

Embora com uma grande divulgação por cartilhas, em linguagem própria e disponibilizados para as entidades de produtores, bem como pela imprensa, além de destaque em reuniões virtuais dos consórcios territoriais, os produtores de Conceição do Jacuípe-Ba, não se sentiram estimulados à participação neste certame, diferentemente do ocorrido com produtores de outros municípios vizinhos.

No território de identidade PORTAL DO SERTÃO, em que está inserido o município de Conceição do Jacuípe-Ba, foram contemplados seis municípios e homologadas oito entidades, conforme quadro a seguir.

Quadro 05 - Relação Final das Manifestações de Interesse (MI) selecionadas

MUNICÍPIO	ENTIDADE
IRARÁ	Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará
IRARÁ	Associação Rural do Largo Novo
SANTA BÁRBARA	Associação Comunitária Rural do Dunda
SANTO ESTEVÃO	Associação Comunitária de Areial
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	Associação Comunidade Bete II Revivência Quilombola - ACBRQ
TEODORO SAMPAIO	Associação Escola Agrotécnica Industrial Pindorama
TERRA NOVA	Associação dos Quilombolas da Fazenda Retiro
TERRA NOVA	Associação Comunitária da Purgadeira

Fonte: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR
Elaboração do autor, a partir da:

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR torna público a Relação Final das Manifestações de Interesse (MI) selecionadas. Território de identidade portal do sertão. Relação dos municípios e entidades selecionadas para o edital emergencial de chamada pública nº 15/2020 – seleção de subprojetos socioambientais voltados para segurança alimentar e nutricional. Relação Final das Manifestações de Interesse (MI) selecionadas. (<http://www.car.ba.gov.br/node/12973> acesso em agosto de 2020)

Observe-se que, embora seja membro do Consórcio Público Portal do Sertão⁵, a comunidade produtora de hortaliças de Conceição do Jacuípe-Ba não se sentiu atraída a participar deste certame, o que indica que outras oportunidades de incremento e melhoria também não são vislumbradas como ação coletiva voltada ao êxito, ao sucesso, constituindo um paradigma de comportamento individual e pouco colaborativo, que se imagina seja objeto de ampla discussão e posterior “concertação” (grifo nosso) a partir da introdução de um projeto de Indicação Geográfica para as hortaliças folhosas produzidas no território.

Informações deste tipo, disponíveis a produtores interessados e cujo acesso deve ser estimulado no conceito de cooperação, vai oportunizar a participação em iniciativas públicas ou privadas, na obtenção de apoios externos, bem assim na absorção de conhecimentos que provoquem mudanças na sensibilidade ao coletivo, que tem uma pequena evidência no território, pavimentando um caminho virtuoso que

⁵Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Portal do Sertão é uma autarquia que objetiva articular e desenvolver políticas públicas em 16 municípios consorciados: Água Fria, Anguera, Amélia Rodrigues, Antônio Cardoso, Coração de Maria, Conceição do Jacuípe, Conceição da Feira, Santa Bárbara, Santo Estevão, Santanópolis, Irará, Ipecaetá, Teodoro Sampaio, Tanquinho, São Gonçalo dos Campos e Terra Nova. Busca uma priorização na execução de projetos, em colaboração com outras instâncias de poder, para impulsionar o desenvolvimento da região, pela gestão associada de serviços públicos, se valendo, para isso da elaboração de estudos e debates sobre o desenvolvimento; desenvolvimento de ações nas áreas de infraestrutura, transporte, saneamento básico, turismo, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional.

objetiva chegar ao estado da arte da produção das hortaliças folhosas em estudo, permitindo o desenvolvimento e a incorporação precoce de temáticas que irão dominar o mundo rural em breve, como a agricultura de precisão, o rastreamento de produtos vegetais comestíveis, o uso de embalagens inteligentes que preservam características organolépticas por mais tempo, enfim, um enriquecimento nos resultados a serem obtidos pelos produtores.

3.6 DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Os processos de distribuição e comercialização das hortaliças folhosas produzidas no território do município de Conceição do Jacuípe concentram-se no fornecimento aos mercados de Salvador-Ba e Feira de Santana-Ba, que envolvem cerca de 85% do volume produzido, bem assim para consumo na própria cidade e em outros municípios baianos menores e que se encontram no entorno (Santo Amaro da Purificação, Conceição da Feira, entre outros) mediante a utilização de transporte rodoviário, por caminhonetes, caminhões (pouquíssimos frigorificados) e ainda por bagageiro de ônibus rodoviário, com grande probabilidade de perdas e desperdícios neste processo, culminando com prejuízos significativos ao longo da cadeia produtiva.

Lana e Moita (2019) em estudos desenvolvidos no mercado de Brasília (DF) detectaram que o manuseio inadequado e o uso de estratégias de comercialização pouco eficientes no varejo se somam como causas de perdas nesse grupo de alimentos.

Os desperdícios ocorrem ao longo da cadeia de distribuição, fazendo com que, ao final, apenas uma fração do volume colhido e embarcado na origem se encontre apto para o consumo final, com qualidade percebida.

Segundo as autoras, isso ocorre por inadequações diversas, dentre as quais é possível afirmar que desde o processo de plantação, cultivo e colheita, pouco se abordam questões vinculados à segurança, saúde e bem estar dos produtores, o risco de uso inadequado de defensivos agrícolas para combate às pragas e aos insetos daninhos na produção e na colheita, bem como uma inadequação da forma de conduzir os produtos no fluxo de distribuição e oferta no varejo.

Diferentemente do constatado por Sediyaama et al (2007a) que identificaram um processo sistematizado do cuidar dos produtos e sua aparência, com eliminação rotineira de folhas que se mostrem feias ou impróprias ao consumo, a classificação

pela homogeneização de lotes com aspecto similar na composição dos “molhos” (grifo nosso) e o uso de caixas ou engradados especiais com a determinação de quantidades padrão exigidos pelo mercado, não se torna evidente, na produção em Conceição do Jacuípe-Ba. Assim foi possível observar a ausência de sistemáticas similares, fazendo com que a oferta se torne desigual, cabendo ao intermediário ou ao transportador, a partir da aquisição feita nos espaços da produção, indicar os pontos de venda mais adequados a cada volume. Assim, os produtos com melhor aparência destinar-se-iam aos mercados ou feiras situados em zonas nobres da cidade, enquanto os demais seriam destinados aos mercados populares ou periféricos, a serem comercializados para obtenção de uma renda marginal.

Alternativas para mudança desse quadro tornar-se-ão possíveis com o enriquecimento do produto mediante a incorporação de elementos que favoreçam seus aspectos visuais e com informações ao consumidor acerca do seu fluxo produtivo, ressaltando a sua assimetria, incluída aí a Indicação Geográfica pretendida.

3.7 SUSTENTABILIDADE E RASTREABILIDADE DA PRODUÇÃO OLERÍCOLA

Em estudos sobre a sustentabilidade do segmento de produção olerícola, Melo, Figueiredo e Teixeira (2002) ao estudarem a Cadeia Produtiva do Setor Olerícola, com análise da sua crise e reestruturação registram, no início do século XXI, indícios de que o segmento produtivo se descapitalizava e o sistema de abastecimento tradicional se enfraquecia. Com estudos focados no âmbito do Distrito Federal, os autores informam que, apesar de apresentar, à época, um volume considerável de produção (193.653 t, no ano de 2000, uma quantidade acima do consumo no Distrito Federal, sendo o excedente exportado a outros estados), eles identificaram preocupações, como o fato do produto apresentar alta perecibilidade, um ciclo rápido e uma variação sazonal nos preços, com uma produção atomizada, inelástica e intensiva em capital e mão-de-obra.

Como dificuldades de gestão, citam a quase impossibilidade de casar a produção (efetiva) com a meta (planejada), com a mesma precisão da indústria. No processo de distribuição e venda, pelo fato da produção ser originária de pequenas unidades, com pouca ação coletiva na comercialização, ocorre um baixo poder de barganha, levando a que agentes se apropriem, (quer por preços menores, quer por serviços adicionais como sanitização, embalagens protetoras, domínios dos canais de

distribuição e logística, entre outros) de frações maiores dos resultados operacionais, sendo que os segmentos produtivos geralmente ficam com a menor parte dos benefícios.

Tais fenômenos são observados, também, no território de Conceição do Jacuípe-Ba, onde se moldou um modelo com *stakeholders* que se beneficiam diferentemente na repartição dos benefícios da produção local, em seus processos de cultivo, colheita, transporte, distribuição e consumo.

Comparativamente com o observado em Corupá (SC) onde a assunção da banana e seus derivados como um “bem público” (grifo nosso), favorece uma distribuição mais equitativa dos resultados, pela intermediação de associações e cooperativas, na realidade estudada na cidade baiana em tela (Conceição do Jacuípe), tais benefícios não são percebidos, pois se adotou uma cultura que desvaloriza a economia agrícola, fazendo com que a busca de oportunidades de emprego e renda, pela população, seja direcionada ao comércio, em fábricas locais ou em Feira de Santana-Ba.

Em Conceição do Jacuípe-Ba foi percebido, pelo autor desta pesquisa, que não se valoriza o que se produz localmente, nem mesmo os benefícios de um consumo costumeiro dos próprios produtos se observa entre os agentes das unidades produtoras que, muitas vezes, consomem produtos alimentícios manipulados ou industrializados, em detrimento da oferta qualitativa que lhe pertence. Prefere-se muitas vezes uma Coca-Cola no lugar de um suco natural de fruta existente na propriedade. Os vegetais são vistos, simplesmente, como mercadoria a ser vendida o “mais rápido possível para não estragar” (grifo nosso).

Ações de mobilização para a IG podem, como benefício adicional, incentivar o debate acerca do valor da produção para o território, envolvendo os diversos segmentos sociais da cidade, fazendo com que este “bem público” (grifo nosso) que constitui as hortaliças locais, seja ampliado com a incorporação de mecanismos de enriquecimento da oferta, com produtos diferenciados, se apresentados na forma, por exemplo, de alimentos *in natura* e minimamente processados, após serem submetidos a processos de limpeza, remoção de partes não comestíveis ou indesejáveis, fracionamento, embalagem inteligente, refrigeração, congelamento e processos similares, que não envolvam agregação de outras substâncias ao alimento original.

Outros fatores diferenciais podem constituir tópicos de escolha pelos clientes, facilitando a identificação, pelo consumidor final, das características e assimetrias que

tenham percorrido toda a cadeia produtiva a jusante, não só permitindo, mas favorecendo o conhecimento e identificação de todas as fases produtivas, possibilitando o seu rastreio.

Quanto à rastreabilidade, tem-se que, além de distinguir os produtos de Conceição do Jacuípe-Ba, com sua imagem favorecida pelo esforço dos produtores, há que se respeitar a legislação que aborda a questão da rastreabilidade dos produtos vegetais, conforme a Instrução Normativa Conjunta - INC nº 2, de 7 de fevereiro de 2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (BRASIL, 2018). Este instrumento legal prevê procedimentos para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos e destinados à alimentação humana, citando as informações obrigatórias do ente inicial da cadeia produtiva a serem registradas e arquivadas: 1. - Informações sobre o Produto Vegetal: 1.1 - Nome do produto vegetal: 1.2 - Variedade ou cultivar: 1.3 - Quantidade do produto recebido: 1.4 - Identificação do lote: 1.5 - Data de recebimento do produto vegetal: 2 - Informações do Fornecedor: 2.1 - Nome ou Razão social: 2.2 - CPF, IE ou CNPJ ou CGC/MAPA: 2.3 - Endereço Completo, ou quando localizado em zona rural, coordenada geográfica ou CCIR. Este dispositivo legal traz ainda a exigência de se dispor acerca das Informações obrigatórias do ente posterior na cadeia produtiva, a serem registradas e arquivadas. 1. - Informações sobre o Produto Vegetal: 1.1 - Nome do produto: 1.2 - Variedade ou cultivar: 1.3 - Quantidade do produto expedido: 1.4 - Identificação do lote: 1.5 - Data de expedição do produto vegetal: 2 - Informações do Comprador: 2.1 - Nome ou Razão social: 2.2 - CPF, IE ou CNPJ ou CGC/MAPA: 2.3 - Endereço Completo, ou quando localizado em zona rural, coordenada geográfica ou Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).

Quanto ao prazo para a implementação da rastreabilidade em diferentes cadeias produtivas, o documento estabeleceu, para as Hortaliças folhosas e ervas aromáticas frescas, a seguinte escala de tempo para que seja obrigatório o seu uso: **Alface** e Repolho (180 dias); **Couve**, Agrião, Almeirão, Brócolis, Chicória, Couve-flor (360 dias) e Couve chinesa, Couve-de-bruxelas, Espinafre, **Rúcula**, Alho Porro, Cebolinha, **Coentro**, Manjeriço, Salsa, Erva-doce, Alecrim, Estragão, Manjerona, Sálvia, Hortelã, Orégano, Mostarda, Acelga, Aipo; Aspargos (720 dias). Tais prazos foram, por mais de uma vez, prorrogados, porém se estimula que os membros da cadeia produtiva se adequem, evitando possíveis penalidades pela sua não adesão.

Admite-se que, não só em Conceição do Jacuípe-Ba como em outros territórios, a tarefa de adequar a produção a esta determinação governamental seja alcançada de forma cooperativa, também, a partir de esforços coletivos para a obtenção de ativos territoriais distintos, entre os quais a Indicação Geográfica dos produtos em estudo.

4. CONCEIÇÃO DO JACUÍPE

Estudar e conhecer o território produtivo de Conceição do Jacuípe, na Bahia, visando adequar as formas de cooperação possíveis para pavimentar um caminho que leve à concessão, pelo INPI, do reconhecimento das assimetrias presentes nas hortaliças ali produzidas, CONSUBSTANCIADAS PARA O ALCANCE DA IG PARA TAIS PRODUTOS, CUJA CONTRIBUIÇÃO DEVE proteger os produtores locais. TAL ESFORÇO abrange um leque de aspectos, a seguir indicados.

4.1 ELEMENTOS DA GEOGRAFIA, DA HISTÓRIA, DA ECONOMIA PARA UM FOCO NO TERRITÓRIO DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE-BA.

Numa aproximação multidisciplinar, busca-se, aqui, a representação do território do município de Conceição do Jacuípe, sua ocupação e vocação para a produção de hortifrútis que sejam passíveis de reconhecimento no ambiente da Indicação Geográfica.

Sobre a Geografia, Vasconcelos (2017) cita a obra de Immanuel Kant (1724-1804) sob o título Geografia Física (1802) e informa que ele é considerado o primeiro filósofo a introduzir a geografia na academia. O professor Pedro não aborda (ao menos neste texto) a **cartografia** como precursora da geografia. Ao abordar sobre o Tempo e o Espaço afirma existir, aí, uma dúvida epistemológica da Geografia. Esta apresenta dois objetos: (i) a Geografia Física, com foco na Natureza e; (ii) a Geografia Humana, considerada uma sociologia especializada. Informa ainda Vasconcelos (2017) que Kant assegurava a distinção entre narrar e descrever, vez que caberia à História fazer a narrativa, enquanto à Geografia estaria reservada a descrição dos fenômenos. Com isso, defende que a História descreve o tempo, enquanto a Geografia descreveria o espaço.

Uma abordagem similar e o cotejamento entre o tempo e o espaço, tem, segundo Vasconcelos (2017), uma importante contribuição de Elisiée Reclus (1830-1905), autor de “Nova Geografia Universal: A Terra e os Homens”. Nessa obra o foco é a Geografia Politizada (questões com o homem) onde afirma que A Geografia é a história do espaço e a História é a Geografia do Tempo

Carneiro (2016) traz à luz uma afinidade temática e temporal entre a Geografia e a História. O autor justifica a escolha pelo estudo simultâneo entre essas duas áreas

do conhecimento humano e busca “salientar a importância dessa articulação, discorrendo sobre as inter-relações entre as categorias tempo-espaço e história-geografia” (CARNEIRO, 2016, p.42).

Afirma ainda que, mesmo considerando o desdobramento, os objetos comuns e os objetivos distintos, numa aparente dicotomia entre a história e a geografia, o que é defendida por alguns, “é improvável que a geografia possa continuar sua tarefa da compreensão espacial ignorando os ditames da integração entre o tempo e o espaço” (CARNEIRO, 2016, p.43).

Entre os geógrafos que abordam aspectos históricos e geográficos, simultânea ou consecutivamente, destaque foi dado, por Carneiro (2016) a Andrew Hill Clark (1911–1975), indicando haver este geógrafo que foi aluno de Carl Sauer (1889 – 1975), do qual recebeu forte influência para conceber modelos de abordagens regionais (estudou o Canadá - sua pátria - e também a Nova Zelândia), o que lhe proporcionou a criação de uma escola de investigação geográfica histórica com foco na dinâmica da mudança (seja relacionada aos fatores físicos, culturais ou econômicos), bem como a visão da geografia como um processo dinâmico ou a análise das mudanças geográficas através do tempo, com a investigação de associações regionais e diferenciações, o que se molda plenamente à análise histórico geográfica, ou geográfico histórica, do território do município de Conceição do Jacuípe-Ba, objeto desta tese.

Outra referência, quando se abordam as aplicações da geografia à história, ainda de acordo com Vasconcelos (2017), é encontrada na publicação “Antropogeografia/Geografia do Homem” (1882), autoria de Friedrich Ratzel (1844-1904). Nesta obra, Ratzel (1882) busca a difusão da ciência sobre a distribuição do homem na terra, a Geografia do Homem, e afirma que História e Geografia são ciências irmãs e sugere o termo Biogeografia como uma revelação da Geografia do Homem. Também se preocupa, Ratzel (1882), em afirmar que a extensão do espaço depende da História. Comparando a História e a Geografia, traz a afirmação de que o povo alemão se identifica pelo sangue (História), enquanto o povo francês se identifica pelo Espaço (Geografia). Daí a grande afinidade entre essas duas áreas de conhecimento. Sobre isso, ressalte-se a existência entre nós, desde o ano de 1894, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB. Sua sede, no centro da cidade do Salvador, possui instalações onde são realizados cursos, palestras e eventos culturais de importante impacto junto à comunidade soteropolitana e baiana, tendo ampla

participação na comunidade cultural da cidade do Salvador e de todo o estado da Bahia, sendo conhecida como a “Casa da Bahia” (grifo nosso).

Num retrospecto epistemológico da Geografia Histórica, ou da História Geográfica, Vasconcelos (2017) destaca um papel relevante a Paul Vidal La Blache (1834-1918) citando que este estudioso seria “um exemplo clássico dos textos escritos por geógrafos para introduzir os estudos históricos” VASCONCELOS, 2017, p. 42). Diz ainda que, em seus textos - eminentemente geográficos e não históricos -, La Blache demonstra existir uma maior relevância com a geografia regional em detrimento das chamadas “geografias universais” (VASCONCELOS, 2017, p. 42). Tais assertivas induzem à pertinência de se buscar tais recortes no município de Conceição do Jacuípe-Ba, consubstanciando à vinculação histórico territorial pretendida.

Vasconcelos (2017) estabelece outras relações da geografia com a história, destacando as contribuições de Lucien Febvre e Fernand Braudel. Nesta análise, sugere que o primeiro estudioso afirma ser a morfologia social distinta da geografia humana, com foco em duas visões sobre os territórios: i) determinista – baseada em Ratzel e; ii) possibilista – com base nos conceitos de Vidal -. Informa ainda Vasconcelos (2017), que Febvre defende a ampliação dos estudos de espaços habitáveis e produtivos, com a inclusão de outras disciplinas como a sociologia e a economia (como aqui proposto), favorecendo a fidelidade de amplos aspectos em seus registros. Quanto ao segundo - Fernand Braudel - Vasconcelos (2017) diz tratar-se de um estudioso que, ao abordar sobre as civilizações, em textos da segunda metade do século XX, demonstra uma análise de diferentes espaços, estabelecendo que a relação do autor com a Geografia é múltipla e apresenta registros da dialética da duração em tempos breves (eventos), conjunturas e longa duração. Assim, o geógrafo trabalha sobre o atual, sobre o mundo tal qual ele é, uma vez que tentar transpor este trabalho ao passado vai constituir tarefa dos “geohistóricos” (grifo nosso).

Este mesmo Braudel foi objeto de um estudo de Ribeiro (2014) que afirma haver este autor aliado os pressupostos da história econômica francesa à reconhecida tradição alemã, aludindo que esta última pode ser analisada por dois enfoques (i) a teoria locacional de Von Thünen e seu conteúdo acerca da centralidade, zonas periféricas e hierarquias quanto ao povoamento, distribuição e funcionamento das redes de atividades econômicas: e (ii) A noção de que a movimentação da

economia depende do espaço e, por conta disso, aborda a geografia econômica mediante reflexões sobre formas e conteúdo específicos, como campo-cidade, redes mercantis, estados monopolistas e territórios vocacionados à produção de bens específicos, o que guarda relação com o proposto na presente tese, qual seja a busca da Indicação Geográfica para as hortaliças produzidas em Conceição do Jacuípe, na Bahia.

O geógrafo Milton Santos (1926-2001), foi objeto de estudos de Vasconcelos (2020) que, ao dissecar acerca do seu universo conceitual, registra um balanço da vida e da produção deste estudioso e pesquisador de fama internacional, aborda sua grande produção acadêmica, científica e bibliográfica, além de citar aspectos da sua visão política e social, expostos em universidades de diversas partes do mundo. Ao citar sua publicação “Por uma Geografia Nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica” (1978), afirma que o mesmo criticou os fundamentos da Geografia, defendeu a importância da noção do tempo e a importância de periodizar os estudos, pois o espaço seria, para ele, a acumulação desigual dos tempos. Vasconcelos (2020) informa que este ilustre baiano diz ser o lugar o resultado de ações e tempos laterais sobre cada um e nas superfícies terrestres, numa virtuosa incorporação de aspectos físicos e humanos para o entendimento de um dado território, que se torna referente ao âmago desta tese, qual seja a cooperação humana e institucional voltadas à obtenção do reconhecimento e à conquista da Indicação Geográfica IG para as hortaliças produzidas em Conceição do Jacuípe-Ba. Trazendo outros geógrafos ao estudo, Vasconcelos (2018), ao ser empossado como membro da Academia de Ciências da Bahia, aborda aspectos da interdisciplinaridade da Geografia e a subdivide em dois subcampos com objetos distintos de análise e estudo: A Geografia Física, com foco na natureza e a Geografia Humana, com atenção aos estudos relativos à sociedade, sua configuração e sua história. Nessa alocução além de agradecer a concessão do honorífico título, informou que, dentro da geografia, ele se dedicava ao subcampo da Geografia Histórica. Sobre isso, além de referenciar autores já citados nesta tese, como Immanuel Kant, Elisiée Reclus, Friedrich Ratzel, Paul Vidal La Blache, Lucien Febvre e Fernand Braudel, retornou às origens gregas em Estrabão (descrição, empirismo) e Ptolomeu (abstração), e a tradição das Sociedades de Geografia, comentando acerca dos chamados “pais fundadores” (grifo nosso) e seus conceitos, informando ainda que a palavra Geografia constitui uma descrição da

natureza da terra inteira. A geografia e a história preenchem, então, a totalidade do campo dos nossos conhecimentos: a geografia o do espaço, e a história o do tempo.

Vasconcelos (2018) citou ainda os autores que ganharam, em distintas edições, o Prêmio Vautrin Lud, considerado o “Nobel” (grifo nosso) da Geografia, especificando David Harvey em 1985; Horácio Capel em 2008 e Edward Soja em 2015. Também destacou o geógrafo baiano Milton Santos, contemplado em 1994, orgulho dos estudiosos locais, com citação à sua obra magna: “A Natureza do Espaço: razão e emoção” (grifo nosso).

Vasconcelos (2020) ressalta os aspectos da aproximação entre a história e a geografia, destacando a contribuição de Bertrand Badie (1950-) que publicou “O fim dos Territórios” (1995) em que defende que o território constitui apenas uma invenção, entre outras. Informa mais Vasconcelos (2020) que este estudioso tem contribuído com publicações periódicas sobre O Estado do Mundo, incorporando, a este ente de regulação social, outros aspectos consideráveis, vindos, principalmente, da sociologia.

Vasconcelos (2017) faz referência ainda a Edward W. Soja (1926-2001), informando que este estudioso publicou, no início deste século XXI o livro “Posmetrópolis, Estudos Críticos, Urbanos e Regionais” em que defende que os estudos urbanos constituem o registro do território percebido, vivido etc., tendo adotado “inclusive a noção de Geohistória” (VASCONCELOS, 2017, p. 47)⁶. Outro registro significativo de Vasconcelos (2017) traz a contribuição de Christian Grataloup (1951-) com sua obra “Geografia da Mundialização” (2007) em que faz um destaque para o século XV, sugerindo que o mundo começa em 1492, com a descoberta da América por Cristóvão Colombo, aludindo que a gênese do protagonismo americano se dá não apenas pelos aspectos físicos do território, mas também sua valorização pelos arranjos sócio institucionais ali instituídos.

Este “certo deslumbramento” (grifo nosso) quanto ao potencial de agregação de valor a territórios, identificado por Grataloup, havia chamado à atenção do francês

⁶O conceito de geohistória diz respeito à pouca rigidez dos limites entre a geografia e seus métodos de relato histórico dos territórios. Por esta visão, não há apenas um tangenciamento, mas uma aproximação integrativa entre a geografia e a história, nos estudos e análises territoriais. Segundo RIBEIRO (2014) o conceito de geohistória foi proposto por Braudel e considerado como fruto de uma crítica às fronteiras disciplinares, bem como a relevância da geografia na construção de método histórico de longa duração. Foi inspirada pelo estudo das relações entre sociedade e meio ambiente dos geógrafos franceses e pelo trinômio espaço-economia-sociedade oriundo dos geógrafos alemães.

Alexis de Tocqueville (1805-1859), já citado nesta tese com referência à sua obra “A Democracia na América” (1999), na qual relata que em visita ao território americano, na terceira década do século XIX, constatou a existência de um conjunto de ações que se caracterizam por envolver e estimular a participação genuína do cidadão comum nas decisões que afetam a coletividade, como uma prática habitual daquela população que assume características de colaboração ativa.

Vasconcelos (2017) registra que Alan Baker (1938 -) autor de “Geografia e História: Unir o Dividido”, publicado em 2003, objetivou a exploração da interdependência entre a geografia e a história, mediante princípios para o seu entendimento mútuo, indicando o termo Geohistória como adequado a tal mister. Aí, detalha tal relacionamento indicando estudos sobre relações da geografia com a história, com esta dividida entre: (i) história locacional; (ii) ambiental; (iii) paisagística; e, (iv) regional.

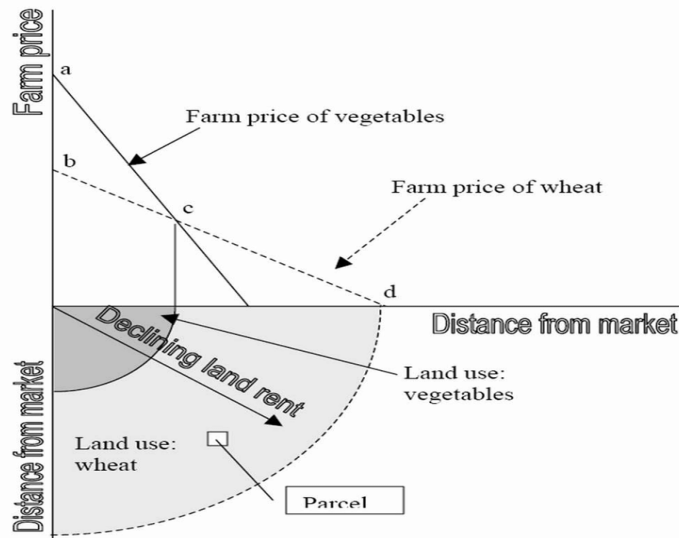
Neste entendimento, Vasconcelos (2017) cita alguns princípios como relativos à geografia histórica que (i) faz perguntas sobre o passado; (ii) tem fontes e teorias que, como as da história, são problemáticas; (iii) o debate é central na sua prática; (iv) está interessada com as mudanças geográficas através do tempo; (v) se torna central na geografia como um todo; (vi) está interessada com a síntese de lugares e; (vii) a geografia histórica enfatiza as especificidades históricas de lugares particulares.

4.1.1 A localização e o desenvolvimento territorial

Dentro desta moldura geográfica e histórica, associando-a agora com o desenvolvimento territorial - num registro sobre as teorias de localização territorial e de desenvolvimento regional -, Silva (1976) se refere a Von Thünen (1783 - 1850), como um economista alemão autor da Teoria do Estado Isolado, defendida em 1826, que lastreava a ideia de que o processo de localização de atividades produtivas em relação aos agrupamentos urbanos estaria vinculada à questão do lucro na venda dos produtos, considerando o custo de transporte dos produtos. Este conceito é um modelo teórico com um único mercado e as mesmas condições socioculturais, *ceteris paribus*, que afirma ser a localização no território, considerando um único mercado, um elemento gerador de renda locacional. Embora limitada e merecendo novas pesquisas, tem-se que Von Thünen representa o início de uma abordagem locacional com a constituição, conforme figura 05 abaixo, de anéis territoriais para a ocupação

dos espaços urbano/rurais e sua utilização produtiva, com a indicação espacial da sua ocupação e geração de renda, considerando preços dos produtos agrícolas a partir da distância do mercado.

Figura 05 - Abordagem Locacional dos Anéis de Von Thünen



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/The-Von-Thunen-model_fig8_267306816
Modelo adaptado pelo autor.

Quanto à localização das indústrias, Silva (1976) se refere a Alfred Weber (1909) que também considera ser o custo do transporte fator básico para a localização. Para ressaltar esta premissa, a localização define-se a partir do peso em toneladas da matéria prima ou dos produtos acabados. Trabalha com o Índice de Preço por Tonelada Kilômetro - IPTK. Considera dois tipos de materiais: 1) Ubíquos (acha-se facilmente em qualquer lugar) e; 2) Localizados (não são fáceis de se achar). Isso vai definir a localização próxima à fonte de matéria prima ou do produto final. Silva (1976) comenta ainda que há fatores neutros (Suécia, por exemplo) em que os custos de transportes são mínimos dada à pouca extensão territorial, podendo a decisão locacional ser mais psicológica, em busca do bem-estar ou por decisão pessoal do investidor.

Penha (2009) relata que Weber buscou responder à questão sobre onde localizar uma atividade industrial, com uma visão distinta de Von Thünen, que procurava levantar quais atividades deveriam se localizar num dado espaço territorial mediante uma única variável, a distância do mercado. Assim, o modelo de localização

industrial weberiano considera três fatores na sua decisão locacional: os custos de transportes, os custos com mão-de-obra e as forças de aglomeração e desaglomeração. Isso denota a importância que se dá a processos de envolvimento comunitário que propiciem a manutenção de potencial para a manutenção / ampliação da aglomeração produtiva, pela prática da cooperação, como no território do município de Conceição do Jacuípe-Ba, que se aborda, nesta tese.

Silva (1976) aborda os Pólos de crescimento, informando que Perroux (1955) lida com a dinâmica da localização, junto à teoria da dominação. Destaca o papel das indústrias inovadoras (com alto crescimento), que arrastam outras indústrias fornecedoras. Discute a necessidade da existência de uma organização central, que pode predominar, ou não, citando o exemplo de São Paulo e a gênese do seu parque industrial que alcançou grande destaque na segunda metade do século XX.

Silva (1976), acerca da teoria Centro-Periferia concebida por John Friedmann no final da década de 1960, considera ser mais uma teoria de estrutura espacial do que de localização de atividades econômicas, em que aborda e reflete sobre a complexificação das atividades produtivas, posicionando as mais complexas no centro. Economistas vinculados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), estudaram as relações da América Latina com outras economias mais industrializadas, chamando-as de centro e a América Latina como periferia.

Afirma Silva (1976), que Friedmann generalizou, com ampliação dos polos de crescimento, o proposto por Perroux nos anos 1950, não apenas no aspecto industrial, mas em todas as atividades econômicas, alcançando depois, também, os aspectos culturais. Esta linha de pensamento considera que o Centro tem papel gerador de crescimento ou desenvolvimento econômico. É gerador e difusor de inovações. A concentração é poderosa, com sistema econômico controlado, fazendo com que haja maiores saídas de recursos da periferia ao centro, do que retornos. O centro cresce às expensas da periferia. Para enfrentar isso, sugere uma intervenção planejada, para romper a opressão colonial, ativando um ou mais polos de crescimento potenciais na periferia.

Sugere quatro tipos de região: 1) Região Central com atividades de alto poder de inovação, crescimento e concentração. Hierarquizam-se como nacional, regional, sub-regional e local, ligadas ao campo; 2) Região de transição ascendente. Próxima à região central e expansão natural do centro em direção à periferia. Fala nos

corredores de desenvolvimento que seriam as ligações entre dois polos, alcançando regiões ascendentes; 3) Região fronteira de recursos, com povoamento recente, que faz produção em áreas antes improdutivas, com utilização inteligente dos recursos naturais; 4) Transição descensional. Área de povoamento antigo, com atividades agrícolas estagnantes, baixa produtividade ou com exaustão de recursos naturais e declínio de atividades econômicas. Questiona-se aqui se isso pode ser resultado do risco da monocultura, que impede a diversificação da pauta econômica dos lugares.

As relações entre o centro e a periferia são de dois tipos: favoráveis e desfavoráveis às regiões periféricas. São favoráveis quando os investimentos permitem a complementaridade entre as regiões. Desfavoráveis quando existe a dependência mantida com a região central.

Silva (1976) também faz referência ao geógrafo Walter Cristaller (1966) e sua teoria das localidades centrais. Ele associa tal teoria a alguma aderência ao proposto por Von Thünen. Registra que são conceitos básicos para o entendimento dos Polos de Crescimento, o limiar e o alcance. O limiar seria o nível mínimo de demanda para assegurar a produção (ponto de equilíbrio). O alcance é a maior distância que a população percorre para demandar certo bem. Os valores vão variar: Como exemplo, cita que o pão, com compras diárias pelo consumidor, tem um pequeno alcance.

Por outro lado, a consulta a um médico especialista possui alcance extenso, com pouca frequência, excetuados os tratamentos prolongados. Cristaller afirma, segundo Silva (1976), que um lugar central não fornece bens e serviços apenas para si, mas também a centros de porte inferior, constituindo uma hierarquia, quando bens com limiares e alcances pequenos surgem em grande número de centros. Princípio básico da decisão locacional é o mercado. Ele viabiliza ou não o arranjo produtivo imaginado. O estudo da demanda e sua elasticidade se torna fulcral nesta definição. O segundo princípio é o tráfego (ou circulação) e seu custo. Aí a infraestrutura ofertada faz toda a diferença locacional. O terceiro é o princípio da Administração e sua estrutura hierarquizada de acordo com o mercado e a tecnologia disponível que pode afetar a composição, características e atributos dos produtos ou serviços gerados no polo em estudo.

4.1.2 Teorias do Desenvolvimento Regional

Quanto às teorias do desenvolvimento regional, Silva (1976) cita dois modelos: (i) o do desenvolvimento induzido; e (ii) o da propagação das ondas de inovação. Tais abordagens teóricas ressaltam que o primeiro modelo corresponde claramente a uma extensão do modelo centro-periferia, com a característica de que existe um fluxo de ativos oriundos do subsistema menos organizado ao mais organizado.

No detalhamento do primeiro modelo, o Desenvolvimento Regional Induzido Interna ou Externamente, em que pese uma grande atenção do final do século XX e início do século XXI, não tem sido possível afirmar a existência de uma teoria adequada do desenvolvimento regional. As proposições teóricas têm se valido dos conceitos de região como um subsistema aberto, fazendo parte de um sistema maior que busca, nas interrelações mantidas, uma afirmação teórica sustentável. Tem lastro na Teoria Geral dos Sistemas, com interação entre os dois subsistemas (no caso, centro e periferia), identificando um fluxo crescente de energia proveniente do subsistema menos organizado ao mais organizado.

Questiona-se sobre a permanência deste modelo e a configuração de dominação, com consideração apenas do desempenho das chamadas forças extrativas do sistema espacial, o que demonstraria a forma como se desenvolvem as forças distributivas, complementando o componente da extração, potencializando as assimetrias entre os dois fluxos. Há, ainda, a citação de que este componente permitiria ao centro beneficiar-se de um lucro líquido, decorrente de suas relações com os subsistemas dominados (periferia). O poder central permitiria “observe-se que a permissão não implica no incentivo, mas apenas numa concessão” (grifo nosso) aos subsistemas dominados a utilização do campo de forças existente, porém visando promover o seu próprio desenvolvimento.

Afirma ainda Silva (1976) que, no crescimento regional, constatam-se fatores internos e externos. Os primeiros estão ligados às vantagens que a periferia poderia oferecer, em princípio, por suas características específicas, como o perfil geográfico, a cultura empreendedora, um melhor uso dos recursos e da propensão à inovação por parte dos produtores e outros *stakeholders*.

Por seu lado, os fatores externos relacionam-se com as vendas externas (ao mercado local, regional, nacional ou até mesmo internacional) pois, com uma demanda externa favorável para os produtos do seu território a região tem reconhecidos os seus ativos, que podem ser dos tipos agrários ou manufaturados, e seus recursos naturais, suas condições ecológicas favoráveis, recursos cênicos,

conhecimento da mão de obra, fatores locacionais facilitadores da logística, em suas diversas configurações, como elementos de desenvolvimento.

Necessário, entretanto, se cuidar da oferta de uma infraestrutura física e de instituições que darão origem, então, a uma vitalidade no mercado, que atrairá, também, novos investimentos, para atender uma nova demanda interna, possibilitando também a competição com produtores de fora da região. Aí, fatores internos de crescimento ganham importância para favorecer o crescimento regional autossustentado.

Não se estabelece um rigor cronológico quanto à adoção do primeiro ou do segundo conjunto de fatores, mas se admite que um desenvolvimento eficaz irá depender da intensidade relativa com a qual o primeiro processo estabelecido é capaz de induzir ou atrair o outro. Sendo assim, quer haja um desenvolvimento externamente induzido, classificado como a Teoria da Base de Exportação Regional, ou induzido internamente conhecido como Teoria do Setor, uma região tem seu desenvolvimento altamente influenciado pelo padrão espacial criado por qualquer dos dois processos que primeiro se implante, ou seja, induzido internamente ou externamente.

Esta moldura centro-periferia envolve ainda a valoração de fatores como custo de transporte e economias de escala e de aglomeração. Por outro lado, na dominação-dependência, ficam nítidas as diferenças de poder entre os subsistemas. Tal situação prossegue, até que a periferia tenha criado suas elites regionais, capazes de acessar conhecimentos e sistemas de tecnologia e informações do centro, ampliando sua participação nos processos decisórios que lhes digam respeito. Para isso, se torna necessária uma dispersão do sistema educacional e de outras instituições, visando permitir à periferia o acesso à tecnologia superior.

A Teoria da Propagação das Ondas de Inovação, também conhecida como Teoria da Difusão Espacial das Inovações, proposta pelo geógrafo sueco Torsten Hägerstrand (1916-2004) no início da segunda metade do século XX, tem como base a difusão de inovações agrícolas em uma área da Suécia Central como, por exemplo, as formas de controle da tuberculose bovina. Estes estudos inspiraram outros estudos e ensaios em diversas partes do mundo. Estão centrados em seis elementos: (i) a área ou meio; (ii) o tempo; (iii) o componente (material ou não) a ser difundido; (iv) a origem; (v) o destino; e (vi) as formas de movimento de cada componente.

Em seus estudos, o autor percebeu vários padrões de repetição, o que permitiu a construção de um modelo de quatro estágios espaço-temporais relativos ao que

denominou de "ondas de inovação" (grifo nosso), que são: (i) Estágio primário, com a formação de centros de irradiação das inovações. A aceitação será maior quanto maior a proximidade física com o centro irradiador; (ii) Estágio da difusão que consiste na adoção das inovações por uma parte da população mais distante do centro principal, ampliando o uso nos centros secundários; (iii) Estágio da condensação, com o crescimento da adoção da difusão e; (iv) Estágio da Saturação, quando ocorre uma lenta e eventual cessação do processo de difusão, assim como um crescimento da sua adoção e defesa, de forma gradual e lenta, até que atinja um máximo de reconhecimento. Os centros de irradiação passam a ser incorporados como bens comuns aos territórios, onde se irradiam solidamente.

Silva (1976) realçou que as teorias de localização contribuem para a compreensão do processo decisório quanto à localização dos empreendimentos pelos agentes econômicos, resultando, de uma maneira geral, numa concentração das atividades econômicas similares ou complementares, criando polos com diferenciais de crescimento regional.

A leitura do texto de Silva (1976) revela ainda o entendimento de que, apesar de dificuldades conceituais entre decisões individuais dos produtores (teorias locacionais) e os objetivos sociais (teorias de desenvolvimento de caráter macroeconômico) que constituem o objeto de trabalho dos "*policy makers*" (grifo nosso), é possível sintetizar o binômio localização/desenvolvimento regional, pela análise de sete fatores, abaixo indicados.

- (i) a economia regional, que é aberta ao mundo exterior, sujeita, portanto, à influência externa;
- (ii) o desenvolvimento econômico regional é induzido externamente;
- (iii) o crescimento das vendas para fora do território provoca o crescimento de setores regionais, como habitação, serviços públicos e privados, etc.;
- (iv) a liderança local é crítica no ajustamento à mudança externa;
- (v) o desenvolvimento econômico regional é um problema na localização das unidades de produção;
- (vi) o desenvolvimento econômico acontece em uma matriz de regiões urbanas, através da qual a economia espacial é organizada; e
- (vii) o desenvolvimento econômico é sustentado sobre longos períodos, o que resulta em uma progressiva integração do espaço econômico.

Silva (1976) leva ao entendimento de que conjunto de estudos que resultam na Teoria do Desenvolvimento permite uma contínua expansão nas cidades centrais e deveria levar a impactos catalíticos nas regiões circundantes, com impulsos de desenvolvimento e de avanço econômico que deveriam adotar a postura do *trickle down* fazendo-o chegar aos lugares periféricos e infundindo dinamismo até no mais remoto e tradicional território periférico.

Conceição do Jacuípe-Ba pode se beneficiar – e muito – com a incorporação desses conceitos para uma reflexão sobre a sua trajetória anterior e a projeção de um caminho que, iniciado pelos produtores, possa influenciar outros estratos da sociedade local e leve à plena realização do seu potencial territorial.

4.2 A TEORIA ECONÔMICA APLICADA AO TERRITÓRIO PRODUTIVO

Historicamente, muitos são os registros que identificam estudos conceituados como da ciência econômica e que são voltados à produção de riquezas (e sua distribuição), havendo a identificação de três fatores como básicos para a produção econômica relevante: (i) terra; (ii) trabalho, e: (iii) capital.

Tais fatores - pensados e definidos no período da transição de um sistema feudal para uma economia mais mercantil, fruto da revolução industrial e do amplo movimento de urbanização então em vigor - sofreram, ao longo do tempo, uma conceituação mais dinâmica, envolvendo a incorporação de elementos que ampliam a sua caracterização. Assim é que a **terra**, deixa de ser apenas a terra dos nobres, dos fundiários que tem direito sobre ela e passa a constituir um ativo territorial, incorporando, aos aspectos físicos emanados da natureza, outros ativos territoriais oriundos da inteligência e da intervenção humana para torná-la mais produtiva. O **trabalho**, originalmente visto apenas como o trabalho assalariado, remunerado mediante serviços (não se confundia com o trabalho da família camponesa), passou a ser, mediante estudos da sua divisão e gerenciamento posterior, voltado a alcançar resultados melhores. Quanto ao **capital**, não representa apenas o dinheiro, a moeda física, mas um conjunto de fatores (materiais e imateriais) necessários, como máquinas, insumos, sementes, conhecimento, ciência, tecnologia e outros itens cujo uso contribui para tornar as terras mais produtivas.

Num olhar específico para a realidade estudada, quanto à utilização destes três fatores de produção de hortaliças em Conceição do Jacuípe (vistos agora com a

necessária atualização da abordagem), também considerando a presença do pesquisador no território e a execução da pesquisa de campo, registra-se que, no município, há aproximadamente 130 hortas ativas e produzindo hortaliças. Cada horta tem a dimensão média de 1,5 a 2 hectares e utiliza cerca de 4 a 10 pessoas para os tratamentos culturais das hortaliças.

Quanto à forma de **trabalho**, existem diferentes modelos de atuação desses indivíduos: alguns são membros de uma mesma família, poucos são empregados rurais, alguns eventuais, outros são parceiros, com valor pago por semana pelos proprietários, que lhes concedem permissão para que o trabalhador detenha uma quantidade de “leiras” (proporcional ao tamanho do terreno – variam entre 20 a 30 leiras). A esses parceiros – que arcam com os custos de produção dos seus espaços de produção – são ofertados aportes tecnológicos, como o uso micro tratores utilizados para a formação de leiras iniciais para a produção. Isso contribui para facilitar o trabalho pois com uma hora de uso de trator abrem-se leiras que demandariam 15 pessoas, diariamente, para alcançar a mesma produção. Como visto, em nenhuma dessas classes de colaboradores há a consideração como empregados urbanos, embora grande parte das propriedades se situem próximas à sede do município.

No que se refere, ao fator **terra**, especificamente, às propriedades, essas unidades foram ocupadas mediante processos de simples posse, compra, herança ou por sistema de arrendamento (com valor fixo mensal, semestral ou anual como remuneração ao proprietário). Estima-se que apenas 30% das propriedades (cerca de meia centena) encontram-se cadastradas, quer na Prefeitura Municipal, quer junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou outro órgão público. Houve relatos de que tal postura destina-se a evitar o pagamento de tributos, embora os valores cobrados sejam considerados simbólicos (cerca de R\$100,00 por ano). Tais cadastros ou registros da propriedade nos órgãos oficiais, entretanto, se tornam fundamentais para o acesso a financiamentos para a produção.

A rotina de aportes de **capital para a produção agrícola** por financiamento à unidade produtiva local implica, entre outras, na utilização de diversas linhas de crédito subsidiado, algumas das quais originárias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF (mediante autodeclaração) e operacionalizadas pelos Bancos do Brasil (BB) e do Nordeste do Brasil (BNB). Não havendo a

apresentação dos registros da propriedade é comum a oferta ou outras linhas de crédito, mediante garantia real e com juros de mercado, o que inviabiliza, muitas vezes, tais operações. Outras formas de utilização do capital dizem respeito ao autofinanciamento e, em poucos casos, à antecipação de recebíveis em operações patrocinadas por alguns clientes, normalmente supermercados.

4.3 CONCEIÇÃO DO JACUÍPE-BA E SEU PERFIL HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

Para uma aproximação academicamente defensável do território de Conceição do Jacuípe-Ba há que se focar em aspectos históricos e geográficos da localidade.

Para este mister, ocorreu uma visita à biblioteca pública municipal onde se constatou a ausência de literatura ou fontes de pesquisa escritas sobre o território do município, em seu acervo. Mediante enquete, foi possível acessar, fora daquele ambiente e com muita dificuldade, três brochuras e livretos destinados a estudantes locais, em contato direto com os autores, que também são professores do município.

Os títulos denotam a singeleza das únicas referências obtidas: “Como este Berimbau começou a tocar. Um passeio pela história de Conceição do Jacuípe” livreto organizado por Elizabeth de Jesus Silva. “Tem nome esquisito minha rua. Descobrindo a história que há por trás dos nomes – esquisitos – das ruas de Conceição do Jacuípe”, também de Elizabeth de Jesus Silva.

4.3.1 Aspectos da história, da cultura e da geografia física do município e sua aptidão para a produção de hortaliças

Alguma densidade, dentro do que se propôs na presente tese, foi encontrada na publicação “Berimbau Datas, Fatos e Boatos da sua história” autoria do Professor Viliano Filho, que se denomina Poeta. Outros folhetos, com cordéis, também de autoria do Professor Viliano, foram cedidos por ele e trazem relatos de “causos” (grifo nosso) ocorridos no território, refletindo o espírito irrequieto deste agitador cultural local.

Outros esforços para conhecer a história e a geografia local foram desenvolvidos, tendo alcançado pequenos resultados, com um registro - permitido pela tecnologia – no acesso ao site “berimbau das antigas” (grifo nosso) um espaço virtual onde são postadas fotos antigas e comentários e referências sobre moradores e suas contribuições ao município.

Este site cita que, politicamente, Conceição do Jacuípe-Ba deixou de ser distrito de Santo Amaro em 1961, pela Lei nº 1531, assinada pelo então governador Juracy Montenegro Magalhães. Com isso, em abril de 1963 o primeiro prefeito, Emanuel Madureira Couto foi empossado, bem como nove vereadores (voluntários) eleitos em 1962.

O município teve, posteriormente, sete (7) prefeitos, alguns com mais de um mandato, a saber: José Antônio de Oliveira Almeida, Rosalvo Matos Valadares, Arlindo Ferreira, Antônio Carlos de Brito (Tonho de Joãozinho), João Pimentel Ribeiro, Tânia Yoshida, João Barros de Oliveira, Normélia Maria Rocha Correia e Tânia Yoshida (eleita mais uma vez para o mandato 2021-2024).

Em termos históricos e culturais, registra o site que Ribeiro Costa, filho de Evaristo Costa e Porcina Ribeiro Costa tinha dedicação pelas letras, daí ter fundado o Jornal "O Trombone" que funcionava como informativo de tudo que ocorria na região. Trazia não só notícias da região, mas também mensagens cifradas, promovendo concursos para desenvolver e estabelecer uma sociedade no Berimbau das Antigas.

Outro cidadão de destaque foi Gumercindo Augusto Ribeiro, que nasceu em 1907 e só viveu 33 anos. Tinha uma predileção por fotografia e apesar dos poucos recursos da época, conseguiu fazer excelentes fotos considerando sua criatividade, sensibilidade e interesse pela arte.

O site inclui uma boa quantidade de fotos épicas, como a justificar as citações. Registra, mais, que Sérgio Cardozo Afonso de Carvalho (1858-1933), ainda criança concluiu os estudos primários e migrou para estudar em Salvador. Com vocação para a Medicina, entrou na Universidade Federal da Bahia - UFBA em 1876, passando, depois, a exercer a Medicina na região.

A leitura - dessas obras - e o acesso - ao site citado -, surpreende, pois não se registra a importância da horticultura para o desenvolvimento do município. Isso parece não constar, também, do planejamento das políticas públicas aplicadas ao território, desprezando, portanto, a sua vocação e potencialidade aqui comprovada.

Até mesmo uma publicação feita pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia - SETUR o Governo da Bahia e pela ABATURR (Associação Baiana de turismo Rural) destacando os locais do interior onde haveria atrações para turistas, faz qualquer referência à possibilidade de visitação ao município e às suas hortas. Nesta publicação oficial, em cinco páginas destinadas a Conceição do Jacuípe-Ba, além de dados da geografia física, há um pequeno perfil do município e indicações de um hotel fazenda e de uma granja que produz e vende flores tropicais, conforme registro a seguir:

Conceição do Jacuípe. População: 29.050 habitantes / Clima: Tropical / Temperatura Média: 30° C / Localização: Centro Norte Baiano / Limites: Amélia Rodrigues, Coração de Maria, Santo Amaro, Feira de Santana, Terra Nova e Teodoro Sampaio. / Acesso Rodoviário: BR-324 e BR-101 / Distância da Capital: 97 Km Atrações: Fazenda Candeal Localizada no município de Conceição do Jacuípe distante 90 km da cidade de Salvador a Fazenda Hotel Candeal realiza um trabalho nesta área há mais de 20 anos. O cuidado com a preservação do meio ambiente foi mantido na reforma da fazenda para se adequar aos padrões de hotelaria. Na construção e decoração foram utilizados materiais como o eucalipto (madeira reflorestável), caibro, palha de piaçava e dendê trançado, além da instalação de placas de captação de energia solar para aquecimento da água dos apartamentos. O espaço é completo em termos de diversão e opções de lazer. Gastronomia: Cozinha Regional / Atrativos: Piscina com hidromassagem, toboáguas, bar, quiosque para jogos e seminários, sala de reunião com internet, banho de ofurô, quadra de vôlei, campo de futebol gramado, passeio a cavalo, charretes e caminhada por trilha com banho de bica, minhocário e copa do bebê. / Acomodações: Apartamentos com ar-condicionado, televisão, frigobar e rede na varanda. / Acesso: BR-324, após o município de Amélia Rodrigues / Distância de Salvador: 90 Km / Hospedagem: Estadia e Day Use / Dicas: Ao final da tarde todos os hóspedes se reúnem para tomar o delicioso café de caburé torrado com açúcar mascavo no fogão a lenha e pilado na hora. O caburé é um pote de barro onde é preparado o verdadeiro café. A Fazenda disponibiliza serviço para grupos escolares e grupos de acampamentos com programação e preços diferenciados. / Contatos 75 3243 2293 / 71 8144 8250 www.fazendacandeal.com.br. Granja São Luiz Fazenda com tradição em pecuária e agricultura, a Granja São Luiz investiu na plantação e comercialização de helicônias - Flores Tropicais novo segmento do

agronegócio. A proprietária Marlene Oliveira Lima, iniciou o plantio como hobby, em 1989. Há mais de 15 anos este é o principal produto da Granja. A produção de flores tropicais, com nove hectares de mata, atrai muitos visitantes que tem a oportunidade de observar o cultivo de mudas e as muitas espécies de Helicônias, além de observar animais silvestres e participar de oficinas de arranjos de flores tropicais. Gastronomia: Doces e sucos de frutas da época cultivadas na fazenda. / Atrativos: Visitação e acompanhamento do plantio de flores e oficina de arranjo com flores tropicais (opcional). / Acomodações: Não há. / Onde: Conceição do Jacuípe. / Acesso: BR-324, Km 537, ao lado do posto São Luiz / Distância de Salvador: 100 Km / Hospedagem: Day Use / Dica: A produção da Granja São Luiz resultou numa grande área reflorestada onde em um passeio pela mata é fácil encontrar animais como o tatu, beija-flor, coelhos e micos. Além disso, sua área plana possibilita que cadeirantes também possam desfrutar do passeio e até fazer uma trilha / Contatos 75 3257/ 2055 / 9143 6050. (SETUR e ABATURR, 2013, p. 24 - 29)

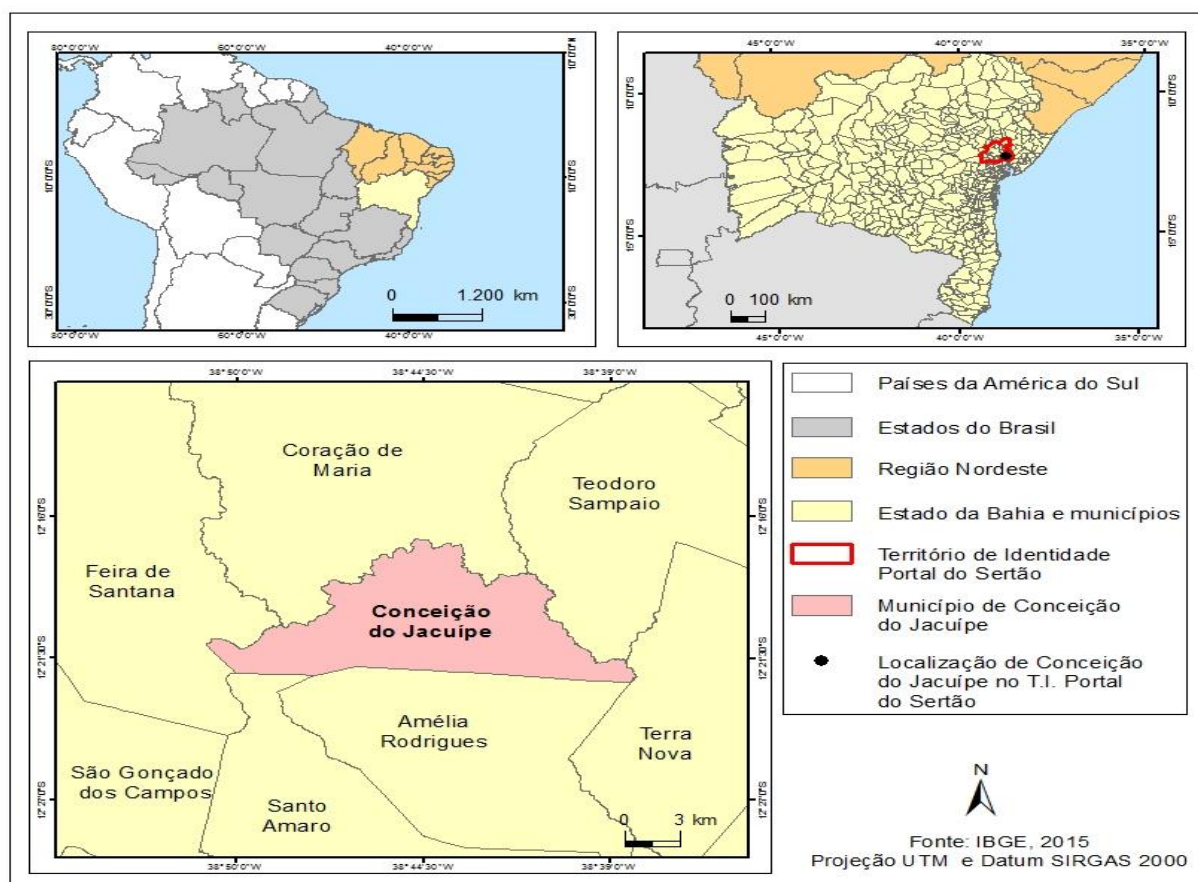
Em publicações oficiais (IBGE, SEI etc...) constata-se que este município de Conceição do Jacuípe está localizado no Território de Identidade Portal do Sertão⁷, e foi criado pela Lei Estadual nº 1.531 de 20/10/1961, posicionando-se entre as coordenadas aproximadas de latitude -12°19'00'' e longitude 38°46'00'', a uma altura média de 219 m acima do nível do mar e caracteriza-se pelo clima sub úmido a seco, úmido e úmido a sub úmido. Faz divisa com os municípios de Coração de Maria, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Amélia Rodrigues, Santo Amaro e Feira de Santana-Ba. Com uma área total de 115,680 km², fica distante 98 Km de Salvador, capital do Estado da Bahia. As rodovias BR-324 e BR-101 são as principais vias de acesso ao município, visto que não possui aeroporto. De acordo com o Censo Demográfico 2010, Conceição do Jacuípe-Ba possuía 30.123 habitantes. Sua densidade demográfica era de 256,3 hab/km². Em relação à situação do domicílio, 23.539 habitantes residiam em áreas urbanas e 6.584 habitantes residiam em domicílios rurais, perfazendo um grau de urbanização de 78,1%. Na decomposição por gênero, a população era, majoritariamente, do sexo feminino, ou seja, em números absolutos eram 15.564 habitantes do gênero feminino e 14.559 do sexo masculino. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Conceição do Jacuípe-Ba contava (2020) com uma população de 33.624 habitantes, apresentando um acréscimo de 11,6% em comparação ao ano de 2010. Apresenta as seguintes características geográficas: área: 115,680 km² - Altitude em relação ao mar: 248 m População: - 33 876 habitantes segundo o censo (IBGE, 2017). PIB per

⁷Além de Conceição do Jacuípe, Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova, são os municípios que compõem o Território de Identidade Portal do Sertão.

capita: R\$ 49 478 (IBGE/2014) PIB: R\$ 1 636 050 mil (IBGE/2014) Densidade: 0,29 hab./km² - Clima: Tropical - Mesorregião: Centro Norte Baiano IBGE/2008 - Microrregião: Feira de Santana IBGE/2008 - Municípios limítrofes: Amélia Rodrigues, Coração de Maria, Santo Amaro, Feira de Santana, Terra Nova e Teodoro Sampaio. - Distância até a capital: 80 km - Região histórica: Recôncavo baiano.

Um olhar mais objetivo desta localização e caracterização do entorno geográfico pode ser observado pela figura 06 a seguir:

FIGURA 06 - Localização do Município de Conceição do Jacuípe-Ba e a caracterização do seu entorno geográfico



Autor: L.P.
Fonte: IBGE 2015

Outras considerações geográficas podem ser identificadas no Mapa do IBGE (2010), anexo V desta tese, que representa os aspectos físicos e divisão administrativa do município de Conceição do Jacuípe- Ba. Geocódigo distrito 290860705. Mesorregião: Centro Norte Baiano. Microrregião Feira De Santana.

O município está próximo a grandes centros (dista de Salvador cerca de 98 km, de Feira de Santana 20 km e de Santo Amaro da Purificação 26 km) e possui na horticultura a base das suas atividades geradoras de emprego e renda, produzindo e abastecendo de hortifrutis toda a região do entorno e municípios como Salvador, Feira de Santana e Santo Amaro. Tem, também, pequenas empresas misturadoras de adubos e fertilizantes, pedras para construção, lojas de comércio, oficinas mecânicas e de serviços automotivos, uma unidade da fabricante de eletroportáteis da marca Mondial, além de unidades de cultivo e beneficiamento do fumo, entre outras atividades econômicas.

Antes, entretanto, da produção intensiva de hortaliças, o município teve como principal cultivo o fumo (década de 1960), pela empresa Fumex Tabacalera Ltda., que foi implantada em 1968 e continua ativa, com registro na receita federal e dedica-se ao beneficiamento da folha do fumo, matéria prima para a fabricação de cigarros e charutos.

Historicamente tem-se que, antes de ser criado o povoado, os índios ocupavam todo o Recôncavo, até que as terras foram usadas para o plantio da cana-de-açúcar. Então passaram a expulsar os índios, começando pela "Guerra do Paraguaçu" movida por Mem de Sá. O povoamento de seu território teve início no século XVII, por portugueses que ali se estabeleceram, instalando engenhos e desenvolvendo a cultura da cana-de-açúcar. Em 1898, com a instalação de uma casa comercial, formou-se o arraial de Baixa do Jacuípe. Conceição do Jacuípe é "batizada" como Berimbau devido à feirinha surgida em 1914, que servia para a comercialização de pequenos produtos, sendo visitada por violeiros, pandeiristas e tocadores de berimbau, surgindo entre eles um que fez trova cujo final falava na Feira de Berimbau. Deste acontecimento surgiu o segundo nome do local - Feira de Berimbau. Em 30 de dezembro de 1953, foi assinada a Lei nº 628, que transformou o povoado de Berimbau em Vila de Conceição do Jacuípe, subordinado ao município de Santo Amaro. O topônimo originou-se da adoção da santa padroeira, Nossa Senhora da Conceição e do nome do Rio Jacuípe. Em 20 de outubro de 1961, o então Governador Juracy Montenegro Magalhães assinou a Lei nº 1531 que criou o município de Conceição de Jacuípe desmembrado do município de Santo Amaro.

Os registros históricos informam ainda que esse município tem como primeiras referências o ano de 1889, quando ali chegou o Sr. Tucides de Moraes, o qual edificou a primeira casa no lugarejo, então um distrito do município de Santo Amaro. Inicialmente, chamava-se Baixa do Jacuípe, pelo fato de localizar-se na bacia hidrográfica do Rio Jacuípe, ainda hoje fator de diferenciação territorial pela oferta de água em quantidade e qualidade para uso na produção de hortifrutigranjeiros que lhes dão destaque regional e estadual.

4.3.2 A feira de Berimbau e a origem do topônimo

Registra-se que, em 1914, surgiu uma feirinha que, além da comercialização de pequenas mercadorias, contava com a animação de violeiros, pandeiristas e tocadores de berimbau. Nessa ocasião, apareceu, na então Baixada de Jacuípe, um poeta repentista que não conhecia o instrumento, à venda na feira, composto por uma cabaça e arame e, após perguntar pelo nome, obteve a resposta de que se tratava de um berimbau. Daí fez uma trova interessante cujo final arrolava a frase: “Feira de Berimbau” (grifo nosso). Surgiu aí o segundo topônimo do vilarejo, que identifica também os produtos ali produzidos, como “hortifrúti de berimbau” (grifo nosso), que busca a notoriedade imaginada.

Esta feira realizada em espaço público, no centro da cidade, é instalada às terças-feiras e aos sábados e atrai uma grande quantidade de pessoas, não só da cidade, mas de toda a região, que expõem, vendem ou compram mercadorias diversas, entre as quais também as hortaliças (em pequena quantidade) tendo uma característica econômica e cultural significativa e oferta produtos agrícolas para consumo doméstico e industrial (restaurantes, hotéis, hospitais, etc.).

Centenas de barracas são montadas e permanecem, desde a madrugada até o meio da tarde, em duas praças (a da prefeitura, a Benjamin Costa) e numa rua de ligação (conhecida como garganta). Nos dias da sua realização a feira provoca uma alteração no trânsito de veículos, com interdição de ruas e um maior disciplinamento do fluxo.

Como sói acontecer em outras cidades do nordeste, os “dias de feira” (grifo nosso) são especiais, e esses espaços funcionam como um polo receptor e irradiador de cultura e manifestações populares, onde se vende “de um tudo” (grifo nosso) como produtos alimentícios, temperos, utensílios domésticos, artesanato, roupas populares, aviamentos para costura, quinquilharias chinesas (adquiridas no Feiraguay, centro popular de distribuição atacadista de produtos eletrônicos situado em Feira de Santana-Ba) e outros apetrechos de uso corrente entre seus frequentadores.

Uma boa representação dessa diversidade é encontrada na música “Feira de Mangaio”, composição de Sivuca e Glorinha Gadelha, gravada originalmente por Clara Nunes nos anos 1970, cuja letra vai a seguir transcrita.

Fumo de rolo, arreio de cangalha
 Eu tenho prá vender, quem quer comprar
 Bolo de milho, broa e cocada
 Eu tenho pra vender, quem quer comprar
 Pé de moleque, alecrim, canela
 Moleque sai daqui me deixa trabalhar
 E Zé saiu correndo pra feira dos pássaros
 E foi passo-voando pra todo lugar
 Tinha uma vendinha no canto da rua
 Onde o mangaieiro ia se animar
 Tomar uma bicada com lambu assado
 E olhar pra Maria do Juá
 (Feira de Mangaio. A autoria de Sivuca e Glorinha Gadelha, 1970)

4.3.3 A produção de hortaliças e os elementos de cooperação

Conceição do Jacuípe (Berimbau) foi considerada, durante anos, como a maior fornecedora de hortaliças da Bahia. A produção, eminentemente familiar ou composta por pequenos produtores, alcança, mais recentemente, a diferenciação do modelo com a instalação de empresas agrícolas de médio porte.

Por localizar-se em uma região rica em mananciais, além dos rios, o lençol freático oferece uma grande reserva utilizada em período de escassez hídrica mediante a perfuração de poços artesianos. As áreas de produção são fiscalizadas, no uso da água, pela ANA (Agência Nacional de Águas) e pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) controlando a demanda e possibilitando a preservação dos recursos naturais.

O sistema utilizado por produtores mais contemporâneos é o de micro aspersão, em que a planta recebe a água através de gotejamento. Este é um sistema usado com sucesso para o cultivo, até em locais áridos, como em Israel, no Oriente Médio. Devido às características da região de Conceição do Jacuípe, esse processo tem que ser acompanhado de perto por trabalhadores que controlam a administração da água de acordo com as condições climáticas do período.

O clima tropical úmido, com a maioria dos meses do ano com uma significativa pluviosidade, a oferta de água e a posição geográfica do município favorecem a produção de hortaliças folhosas, sendo que a malha rodoviária presente no território facilita o fornecimento de insumos, a circulação, distribuição e logística, quer a montante, quer a jusante dos pontos de produção. Especificamente com relação à oferta de água, no verão de 2018, registrou-se uma crise hídrica na região, amenizada

com o oferecimento, pelo poder público, de cisternas para captura e uso de água de chuvas, além de pequenos reservatórios (aguadas) ou a perfuração de poços.

Pela presença do pesquisador no território – prejudicada a partir do ano de 2020 pela pandemia do coronavírus, que restringiu a circulação de pessoas - quando da aplicação de questionários da pesquisa e como “observador participante” (grifo nosso), foi possível perceber que a comunidade local apresenta perfil pouco coletivo. Raras são as iniciativas cooperativas e de colaboração entre os produtores, que parece, ao contrário, buscarem adequação aos mercados (quer fornecedor, quer consumidor) mediante esforços individuais.

Não existem, no município, organizações típicas de colaboração e diálogo, como Lions Clube, Rotary Clube ou Maçonaria.

Nem mesmo para atividades de diversão e lazer, existem clubes ou espaços comunitários de destaque. Registram, quando indagados, que a proximidade de Feira de Santana (onde residem alguns entrevistados) provoca um “esvaziamento” (grifo nosso) urbano na cidade.

O único sindicato identificado (dos produtores rurais) se dedica, predominantemente, à emissão de documentos, visando a obtenção de benefícios sociais governamentais.

Algum grau de associativismo parece estar entre alguns produtores de hortaliças folhosas orgânicas, que apresentam possível propensão à diferenciação em maior nível que os produtores em geral, embora sejam uma minoria e atuem predominantemente em outros municípios da região.

A existência e funcionamento, nos anos 1970, de uma Cooperativa de produtores de hortaliças, Cooperhorta, já aqui referenciada, cujo desígnio foi a sua extinção (alguns se referem como falência), estimulou que os esforços dos produtores e própria comunidade fossem voltados a ações individuais ou em pequenos e limitados grupos de interesse, fazendo com que os esforços associativos ficassem atrofiados, constituindo um desafio a sua reativação como possível entidade territorial que lastreie os esforços para o alcance do reconhecimento da Indicação Geográfica para as hortaliças (Alface, Coentro, Couve e Rúcula) objetos de estudos desta tese.

Desde os primeiros contatos para o conhecimento das características da produção de hortaliças em Conceição do Jacuípe-Ba, tinha-se uma noção da possibilidade que a produção local - e o potencial para evidenciar a assimetria dos

seus vegetais - poderia representar um desafio acadêmico significativo a indicar um diferencial competitivo para aquele território.

Contatos informais na região e, quando da aquisição semanal de produtos para consumo familiar, a referência constante à origem dos vegetais; a constatação de depoimentos espontâneos e o entusiasmo identificado em contatos pessoais com pessoas que convivem naquela região, além de outras citações elogiosas, permitiam uma observação empírica de adequação ao pretendido, qual seja o estudo sobre a probabilidade de, pela cooperação, buscar-se um reconhecimento oficial para as assimetrias dos vegetais da região.

Leituras e contatos com a temática das Indicações Geográficas, bem como referências feitas até mesmo fora da região, todas elogiosas aos produtos, faziam ver a conveniência de buscar uma constatação mais elaborada das características territoriais que lhes dessem suporte a tal objetivo: O êxito.

4.4 A PESQUISA REALIZADA NO TERRITÓRIO

O processo de investigação, mediante uma pesquisa, como a que foi realizada e aqui relatada, teve como elemento motivador inicial o aparente potencial para a busca do reconhecimento das características desses produtos que, associadas ao território e ao “saber fazer” (grifo nosso) dos produtores locais, dão-lhes a diferenciação a ser constatada.

Tem-se como os resultados obtidos na aplicação dos questionários e a observação participante do pesquisador, um conjunto de elementos significativos da sua realidade no período pesquisado (segundo semestre de 2019 e o primeiro bimestre de 2020) e composto pelos dados apresentados a seguir.

O cabeçalho do formulário constava de um rol com os dados para elaboração do perfil dos entrevistados: Nome; Idade; Escolaridade; Titulação; forma de contato e sua classificação, sendo apresentadas as seguintes alternativas: produtores, transportadores, comerciantes, fornecedores, membros do governo, membros de entidades locais/regionais.

A primeira apuração, referente às faixas etárias, é representada pela tabela a seguir:

Tabela 04 - Pesquisa no Território: Sobre Faixa Etária dos Respondentes

Faixa Etária	QTD.
Entre 20 e 30 Anos	13
Entre 31 e 40 Anos	4
Entre 41 e 50 Anos	5
À Partir de 51 anos	3
Total Geral	25

Fonte: pesquisa de campo

Constata-se a presença de uma população jovem, sendo que a faixa etária entre vinte e trinta anos corresponde a 52% dos respondentes. Outras análises do perfil dos respondentes veem-se abaixo:

Tabela 05 - Pesquisa no Território: Sobre o Perfil dos Pesquisados

Perfil dos Pesquisados	
Maior Incidência de Idade	30 Anos
Maior Incidência de Escolaridade	Ensino Técnico
Perfil de Idade e Escolaridade	30 Anos / Médio Incompleto
Maior Incidência de Faixa Etária	Entre 20 e 30 Anos

Fonte: pesquisa de campo

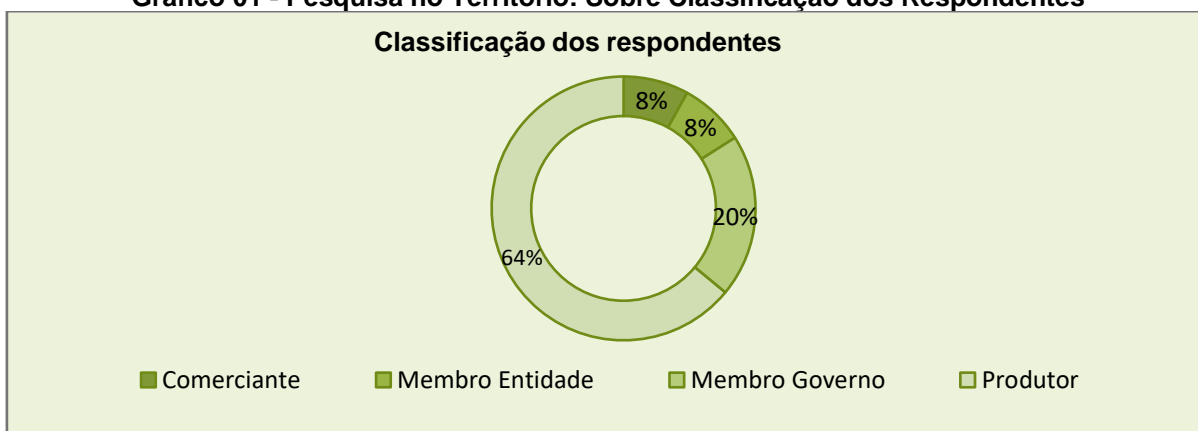
A concentração de pesquisados na faixa de 30 anos e com ensino médio representa um bom potencial para a incorporação, futura, de mais conhecimento e informação técnica, visando uma melhoria nos processos de produção e gestão das unidades produtivas.

Foram estabelecidas algumas classes para os respondentes: produtores, transportadores, comerciantes, fornecedores, membros do governo, membros de entidades locais/regionais. A apuração dos resultados é expressa abaixo:

Tabela 06 - Pesquisa no Território: Sobre a Classificação dos Respondentes

Classificação	QTD
Comerciante	2
Membro Entidade	2
Membro Governo	5
Produtor	16
Total Geral	25

Fonte: pesquisa de campo

Gráfico 01 - Pesquisa no Território: Sobre Classificação dos Respondentes

Fonte: pesquisa de campo

A presença de 64% de produtores, entre os entrevistados, indica uma representatividade de quase dois terços, indicando que o diagnóstico proposto seja elaborado a partir de informações consistentes, que foram corroboradas pela presença física do pesquisador quando da sua coleta.

Após a identificação e classificação pessoal dos respondentes, buscou-se catalogar as características da cadeia produtiva de hortaliças de Berimbau, sendo o questionário/roteiro de entrevista dividido em 6 blocos de questões, a saber:

4.4.1 Os arranjos da produção

Foi proposto um rol de alternativas, buscando auscultar a percepção do respondente (sendo ou não produtor de hortaliças) acerca do modelo em uso no território. Os tipos propostos foram: Familiar, Cooperativa, Empresarial e Outros, a especificar.

Tem-se o resultado da apuração na tabela 07 abaixo. Atente-se ao fato de que, em algumas respostas há uma mutualidade de arranjos, daí a soma das respostas ser superior ao número de respondentes:

Tabela 07 - Pesquisa no Território: Sobre Arranjos de Produção

Descritivo	Tipo
Familiar	23
Cooperativa	5
Empresarial	7
TOTAL	35

Fonte: pesquisa de campo

Graficamente os arranjos de produção podem ser expressos conforme abaixo:

Gráfico 02 - Pesquisa no Território: sobre Arranjos de Produção

Fonte: pesquisa de campo

Observe-se que a categoria Cooperativa foi entendida como um modelo de colaboração e não necessariamente como uma entidade produtiva.

4.4.2 Características da produção

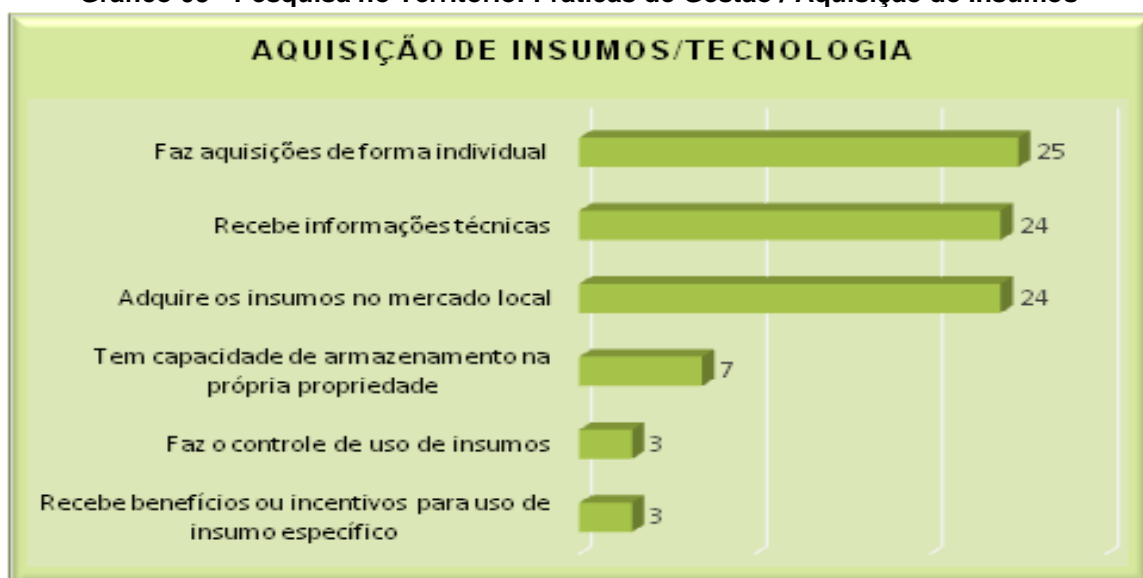
Neste item, se buscou a caracterização de práticas que revelassem os aspectos referentes à gestão dos empreendimentos produtivos, com o registro de itens na área de planejamento, controle e aspectos de aquisição de insumos para a melhoria dos resultados, bem assim a propensão à obtenção de apoio externo para incrementá-los.

Tabela 08 - Pesquisa no Território: Sobre Práticas de Gestão / Aquisição de Insumos

Descritivo	Sim
Recebe benefícios/incentivos para uso de insumo específico	3
Faz o controle de uso de insumos	3
Tem capacidade de armazenamento na própria propriedade	7
Adquire os insumos no mercado local	24
Recebe informações técnicas	24
Faz aquisições de forma individual	25

Fonte: pesquisa de campo

Graficamente pode, tal resultado, ser expresso por:

Gráfico 03 - Pesquisa no Território: Práticas de Gestão / Aquisição de Insumos

Fonte: pesquisa de campo

Como demonstrado, os insumos são unanimemente adquiridos no mercado local, em fornecedores (lojas) onde, exceto um respondente, recebem informações técnicas sobre o seu uso. As aquisições são em pequena quantidade, sendo que apenas 28% dos respondentes afirmam haver capacidade de armazenamento no ponto de produção e destes, menos da metade (12%) fazem controle de insumos e seu uso. Uma quantidade menor referiu o recebimento de algum benefício ou incentivo ao uso de algum insumo específico (novos defensivos agrícolas, por exemplo).

4.4.3 Elementos de cooperação

Aqui a proposta foi conhecer as características de um possível vínculo com outros agentes, com cooperativas ou outra forma de ação coletiva.

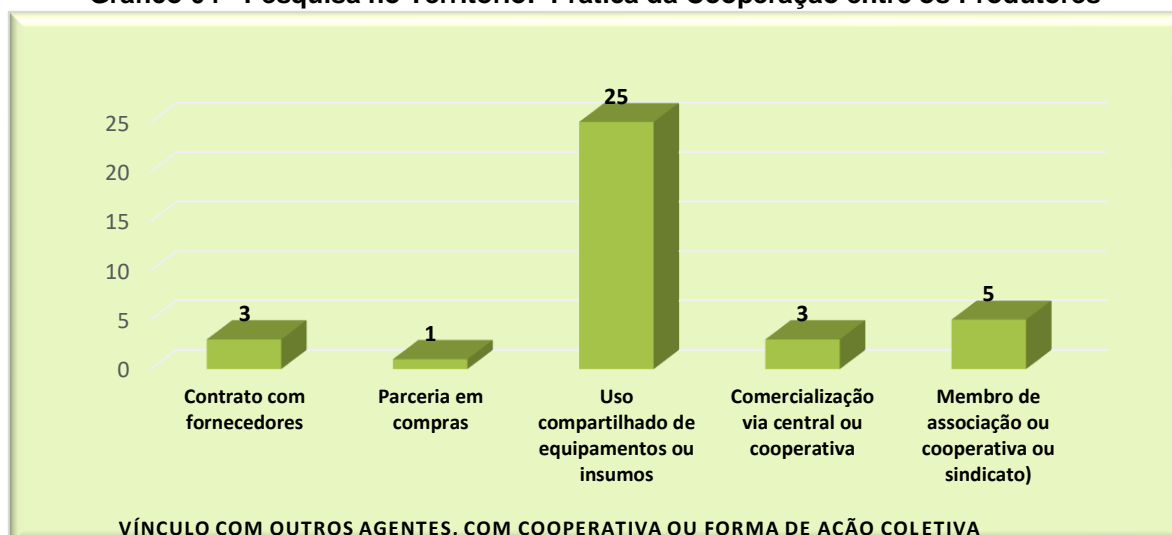
Tabela 09 - Pesquisa no Território: Elementos de Cooperação

Descritivo	Sim
Contrato com fornecedores	3
Parceria em compras	1
Uso compartilhado de equipamentos ou insumos	25
Comercialização via central ou cooperativa	3
Membro de associação ou cooperativa ou sindicato)	5

Fonte: pesquisa de campo

A tabela acima e a forma gráfica (abaixo) denotam uma concentração de uso compartilhado de pequenos equipamentos ou insumos, indicando o potencial de cooperação observado, embora de maneira informal e pouco estruturada. Verifica-se, também, um grande espaço para buscar-se ganhos de produtividade na aquisição de insumos, pela pouca representatividade das parcerias em compras ou o estabelecimento de contratos com fornecedores, para garantia de preços, redução de custos e garantia de entrega, por exemplo.

Gráfico 04 - Pesquisa no Território: Prática da Cooperação entre os Produtores



Fonte: pesquisa de campo

4.4.4 Principais hortaliças produzidas

A busca da concentração na produção de hortaliças e seu tipo, a pesquisa constatou que, quanto aos tipos das principais hortaliças produzidas, há uma unanimidade (25 citações) para os produtos **alface**, **coentro**, **couve** e **rúcula**. Com um bom escore (22 e 23 citações cada, respectivamente) observa-se a produção de espinafre e salsa.

Tabela 10 - Pesquisa no Território: Principais Hortaliças Produzidas em Conceição de Jacuípe-Ba

Descritivo	Sim
Almeirão	3
Repolho	3
Salsão	3
Couve Chinesa	4
Agrião	5
Chicória	5
Mostarda	6
Espinafre	22
Salsa	23
Outros (especificar)	23
Alface	25
Coentro	25
Couve	25
Rúcula	25

Fonte: pesquisa de campo

Gráfico 05 - Pesquisa no Território: Principais Hortaliças Produzidas



Fonte: pesquisa de campo

4.4.5 Política Mercadológica

Este item teve como objetivo identificar práticas de gestão em marketing e vendas a partir do reconhecimento acerca da utilização de técnicas consagradas, como divulgação dos produtos e sua origem, a apresentação diferenciada e conveniente, com a utilização de embalagem individual e a adequação no transporte e logística dos produtos. Também buscou registrar possíveis barreiras impostas quando de comercialização anterior.

O quadro a seguir indica as respostas, com modelo dicotômico (sim/não) a cada item, bem como o respeito ao direito de não opinar.

Tabela 11 - Pesquisa no Território: Principais Itens da Política Mercadológica Aplicada

Política mercadológica			
Descritivo	Sim	Não	Não Respondido
Apresenta ao consumidor de forma diferenciada	4	20	1
O transporte até o consumidor final é adequado	6	19	0
Já observou alguma barreira imposta aos seus produtos	2	23	0
É embalado individualmente	5	20	0
Faz divulgação das hortaliças	3	22	0

Fonte: pesquisa de campo

Com relação aos produtos, vendas e marketing, percebe-se a consciência do conceito de “*comodities*” (grifo nosso) sem preocupação em apresentar diferenciação ao consumidor, sem embalagem individual dos produtos. Apesar disso, não se registram possíveis barreiras impostas aos produtos, mesmo com a percepção de um alto escore de transporte inadequado. Também não se faz divulgação das hortaliças, para a maioria (88%) dos respondentes.

4.4.6 Discussão

A parte final do questionário foi destinado ao registro de comentários, com a propositura de temas abertos sobre:

(ii) Uso de tecnologia (máquinas, utensílios, novos defensivos ou fertilizantes) utilizada na produção, armazenamento e transporte das principais hortaliças. (Especificação sobre a propriedade dos equipamentos).

Os registros deste tópico versam sobre a necessidade de apoio da prefeitura na oferta de máquinas de terraplenagem para melhoria das vias de acesso às

propriedades. Há citações de uso de pequenos tratores de forma colaborativa, notadamente entre vizinhos. Não há armazenamento de hortaliças, vez que o transporte se dá imediatamente (em até um dia) após a colheita.

(i) Características da comercialização local ou para outros mercados.

A comercialização para a feira local (principal ponto de venda) indica a composição de “molhos” destinados ao consumidor final. Quanto à venda para Feira de Santana ou Salvador, a composição de tais molhos indica uma quantidade maior (até cerca de 8 ou 10 vezes a quantidade de folhas), considerada venda no atacado onde o feirante – que é consumidor desses produtos para revendê-los - fará o desdobramento até consumidor final.

(ii) Acerca da logística de transporte e distribuição.

Houve opiniões sobre os aspectos do transporte por caminhonetes como inadequado, porém necessário, considerando os custos decorrentes de um transporte refrigerado, por exemplo.

(iii) Sobre o controle dos desperdícios.

Não se faz o controle aprimorado dos desperdícios, inviabilizando, portanto, ações de prevenção a tais perdas.

(iv) Formas inovativas de cooperação.

Este questionamento ficou sem qualquer registro significativo. Isso denota a necessidade de esforços para a conscientização da cooperação como elemento de facilitação de processos produtivos e do progresso.

(v) Formas inovativas de comercialização.

Pouquíssimas citações sobre a embalagem individual dos produtos, para garantir a higiene.

(vi) Comentários finais.

Não se registram contribuições inéditas ou significativas, sendo os registros voltados a reforçar o emoldurado anteriormente, com opiniões sobre a inadequação do transporte por caminhonetes, a conveniência do uso (não unânime) de caixas de plástico retornáveis (e seus aspectos da higienização necessária). Houve ainda referência a produtores (citados aqueles de produtos orgânicos) que comercializam diretamente com varejistas ou supermercadistas em Salvador e Feira de Santana, que inovam com a utilização de embalagens individuais com uso da marca Berimbau, o que foi considerada, por mais de um respondente, como uma apropriação indevida,

considerando que esta marca seria, em princípio, uma propriedade da cooperativa Cooperhorta, que existiu no município.

Depreende-se, a partir do constatado em campo e acima relatado, o potencial para a implantação de melhorias de produtos e processos, a partir do acervo identificado no território e passível de incorporação de ciência, tecnologia e inovação, mediante o estímulo à cooperação, em seus diferentes enfoques, entre os diversos “stakeholders” (grifo nosso) localizados ou com atuação no território.

CONCLUSÃO

Ao final deste relato é recomendável retomar os pressupostos dos estudos preliminares, visando confrontar a proposta então assumida, com a realidade pesquisada, estudada e constatada no território do município, em contatos com seus diversos estratos sociais e produtivos.

Com tal intento, repete-se aqui o caminho metodológico proposto e que envolveu a fixação da hipótese, e sua confirmação como tese, bem assim os objetivos gerais e específicos quanto ao seu atingimento.

Com a **hipótese** de que “a cooperação é um fator precedente para o fortalecimento de vínculos entre os produtores, (neste caso de hortaliças folhosas), notadamente no caminho para a incorporação de melhores práticas de produção e distribuição, pela incorporação de ciência, tecnologia e inovação, que possam evidenciar a assimetria das hortaliças produzidas no território e as tornem passíveis de obtenção do reconhecimento pela IG” (grifo nosso) se conclui que a percepção inicial como hipótese se consolida como verdadeira, como **tese**, vez que se prova, quer pelo estudo de outras iniciativas nacionais para o alcance da IG, quanto pela própria gênese identificada no território com os esforços anteriores na constituição da Cooperhorta, a necessária arregimentação prévia para a construção coletiva de um projeto que empolgue e estimule processos de adesão a desafios pessoais e coletivos que representem alternativas mais adequadas de valorização territorial.

Objetivo Geral: Os estudos tiveram como **objetivo geral** “identificar a relevância da cooperação entre os produtores de hortaliças folhosas no território de Conceição do Jacuípe-Ba visando buscar o reconhecimento da Indicação Geográfica para tais produtos, o que é elemento diferencial num mercado competitivo” (grifo nosso). Tal objetivo é considerado alcançado, vez que a relevância proposta se demonstra como necessária à mobilização, considerando dois aspectos: o primeiro diz respeito aos esforços anteriores na constituição de uma entidade que pudesse, no momento atual, funcionar como instituição requerente do registro. Tal realidade inexistente, vez que a cooperativa se encontra desativada e seus antigos cooperados assumem uma postura renitente quanto a ações grupais similares. O segundo aspecto indica uma relevância maior, que se dá na consideração deste cenário, amenizadas as dificuldades de crença e fé no coletivo, pelos exemplos de outros territórios, que

são produtores e distribuidores de produtos agrícolas, também vendidos *in-natura*, que lograram conquistar o reconhecimento pela IG dos seus produtos, mediante o uso constante da cooperação humana e institucional.

Objetivos Específicos:

(i) conhecer as formas de cooperação existentes entre os produtores.

Conclui-se que as formas de cooperação entre os produtores são tímidas e limitadas a escalas territoriais próximas, representadas pelo compartilhamento eventual de ferramentas e pequenos objetos de trabalho. Tal constatação permite traçar um panorama mais amplo e ambicioso, onde e quando o papel da cooperação se torne mais significativo e em escalas territoriais e institucionais mais amplas.

(ii) identificar outros membros da cadeia produtiva de hortaliças folhosas em Conceição do Jacuípe-Ba e seus papéis na cooperação. Neste aspecto ressalte-se que, no ambiente do município e sua mesorregião, há a presença de indivíduos e instituições, listadas e destacadas nesta tese, que podem e devem ser ativadas para a concepção de projetos ambiciosos para o território, aí incluída a busca pela conquista da IG para as hortaliças.

(iii) diagnosticar práticas de gestão em uso a montante e a jusante dos pontos de produção. Este objetivo foi alcançado e ampliado, fazendo com que houvesse ações para sistematizar a gestão dos arranjos produtivos utilizados, na visão sistêmica e com destaque para o recorte proposto, qual seja o de avaliar o MON-JUS, como espaços “a montante” e “a jusante” (grifos nossos) dos pontos de produção no território e, neste, o processo de transporte, distribuição e venda das hortaliças selecionadas para estudo.

(iv) relacionar instituições de apoio e suporte às ações coletivas necessárias a evidenciar os atributos diferenciais das hortaliças folhosas, passíveis de demanda pelos produtores. O alcance deste objetivo é consubstanciado pelas indicações e referências, que ao longo do texto, se registra com levantamentos, quer da gênese, quer do papel e potencialidades de aporte científico, tecnológicos e motivacional necessário ao atendimento, por demanda, das solicitações emanadas dos produtores locais.

De tudo o que se pesquisou e se relatou nesta tese, entende-se que esta IG vai representar o reconhecimento e a valorização dos produtores do território que, havendo assumido papel de liderança no processo, tornar-se-ão exemplos quanto ao

uso da cooperação e dedicação de tempo e esforços numa atitude cidadã voltada a um benefício coletivo.

Afinal, este “ativo territorial” (grifo nosso) representado pelo exercício da cooperação na conquista da IG pretendida, pode e deve gerar benefícios desde os primeiros passos neste longo caminho que, envolvendo reflexões sobre as práticas em uso na abordagem MON-JUS descrita, favorece a “solidariedade orgânica” (grifo nosso) definida por Durkheim e aqui referenciada.

Registre-se, ainda, o conjunto de possibilidades para outros estudos vinculados ao tema, incentivando a pesquisa nesta área, bem como o incentivo ao empreendedorismo agrícola, com iniciativas que busquem incorporar novos modelos de produção e comercialização de produtos *in-natura*, como os descritos neste estudo.

A incorporação de tópicos relativos à agricultura 4.0, tema em expansão na área acadêmica e empresarial, associada à busca pelo reconhecimento promovido pela IG, permitirá a discussão para uma maior incorporação de ciência, tecnologia e inovação, possibilitando a agregação de valor aos produtos em tela, considerando seus aspectos de preservação e elevação dos níveis de saúde dos consumidores.

Hortaliças diferenciadas, conservadas mediante o uso de embalagens inovadoras e logisticamente favoráveis, com finalização em unidades de *packings house* coletivas, que permitam rápida identificação da origem mediante uso de código de barras ou mesmo *QR-Code*, com acesso a dados dos produtores e da cadeia produtiva, num rastreamento ativo. Este diferencial vai permitir vida útil mais longa e manipulação que facilite o consumo, favorecendo a conveniência buscada pelo mercado consumidor, podendo funcionar como elemento motivador e mantenedor de sucesso, como resultado de todo este esforço acadêmico e institucional.

REFERÊNCIAS

A FÁBULA DO MILHO PREMIADO. Autor desconhecido. Disponível em: https://www.culturamania.com.br/?page_id=777. Acesso em 20/07/2020.

ALVES, F. Questões teórico-metodológicas entre geografia econômica e desenvolvimento regional. In: **Caderno prudentino de geografia**. n.37. v.1. Presidente Prudente, 2015. p.5-21.

AMARAL FILHO, J. A Endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. In: **Revista planejamento e políticas públicas**. São Paulo: IPEA, 2001.

ARAGÃO, G. e BAIARDI, A. Culturas de desenvolvimento da Bahia: uma análise da vertente alternativa baseada na cooperação e na solidariedade. In: **Revista do centro de artes, humanidades e letras**. v.3. Cachoeira-Ba: UFRB, 2009.

ATHAYDE COUTO, V.; REIS, L. L. M.; CUNHA, L. Dendê de Valença, Bahia: indicação de procedência. In: **Anais do VIII SOBER nordeste**. Parnaíba: Sociedade Brasileira de Engenharia Rural, 2013.

AYALA DURAN, C.; RADOMSKY, G. Indicaciones geográficas. En: **Centroamérica: un crecimiento poco diversificado**. v. 7, n. 20. p. 1-21, Santiago: RIVAR, 2020. Disponible en: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-49942020000200001&lng=es&nrm=iso. Acesso em 23/06/2020.

BAIARDI, A. Competição e cooperação/cooperação. In: **Revista organização e sociedade**. n.45. Salvador-Ba: UFBA, 2008.

BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F. **O desenvolvimento dos territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia: a rota da sustentabilidade, perspectivas e vicissitudes**. Salvador, outubro de 2010. Disponível em: <http://www.observatorio.ufba.br/arquivos/desenvolvimento.pdf>. Acesso em 23/03/2018.

BAIARDI, A; BAIARDI, D; ARAGÃO, G. Fundamentos da cooperação, modelos de cooperação produtiva e o cooperativismo no mundo rural da Bahia. In: BAIARDI, A; BRITO, F; ARAGÃO, G. **Ensaio sobre o mundo rural na Bahia: cooperação, capital social e agricultura familiar**. Salvador: UCSAL PRESS, 2020.

BAIARDI, A. Estado e sociedade no controle das despesas governamentais: uma nova gestão contemporânea. In: RANGEL, S. (Org.) **Abordagens gerenciais no mundo contemporâneo**. Salvador: Quarteto, 2013.

BALTRUSIS, N. O mercado, o preço e a renda da terra. In: SILVA, S.B. de M. e. **Estudos sobre dinâmica territorial, ambiente e planejamento**. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2011.

BAMBINI, M.; BONACELLI, M. Ecosistemas AGTECH no Brasil: localização, caracterização e atores envolvidos. In: **Anais do innovation summit**. Brasil, 2019. Disponível em

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/205957/1/Ecosystemas-Agtech-Anprotec.pdf>. Acesso em julho de 2020.

BASTO, C. M. F. C.; BAIARDI, A. O monitoramento de redes como indicador de desempenho dos APLs e de sustentabilidade como habitat de inovação. In: **Anais do XVI seminário nacional de parques tecnológicos e incubadoras de empresas & XIV workshop**. Salvador: ANPROTEC, 2006.

BENKO, G; PECQUEUR, B. **Os recursos de territórios e os territórios de recursos**. v.16, n.32. Florianópolis: Geosul, 2001. p 31-50.

BERTALANFFY, L. [1901-1972]. **Teoria geral dos sistemas**: fundamentos, desenvolvimento e aplicações. Tradução de Francisco M. Guimarães. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BEVILACQUA, H. Classificação das hortaliças. In: **Curso técnico de agronegócios**. Fortaleza: Secretaria de Educação do Estado do Ceará, 2014.

BEVILACQUA, H. **Rotação e consorciação de culturas**. Alelopatia. CIOrgânico, 2013. Disponível em https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2013/09/02manualhorta_1253891788.pdf. Acesso em julho de 2020.

BRASIL. LEI Nº 9.279 de 14 de maio de 1996. **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em 14/02/2018.

BRUCH, K.; BARBOSA, P. Evolução histórica e perspectivas das indicações geográficas brasileiras. In: **Eficiência energética, inovação e propriedade intelectual**. Florianópolis: FUNJAB, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/289354674>. Acesso em: 22/07/2020.

CALDAS, A. **Globalização em territórios periféricos**: os sistemas produtivos rurais da Bahia e da Galícia. Salvador: UNIFACS, 2006.

CARNEIRO, P. Origens e evolução da geografia histórica. In: **Revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiros**. n. 23. Ano 13. Lagoas-MS: Seção Três, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1865>. Acesso em 04/01/2021.

CASTILHA, E. D. A evolução histórica do cooperativismo no mundo. In: **Revista orbis latina**. v.9. n.1. Foz do Iguaçu- PR, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>. Acessado em 03/05/2020.

DIAS, L. Rede geográfica. In: **GEOgraphia**. vol: 22. n. 49. Universidade Federal Fluminense, Niterói- RJ, 2020.

DOUGLAS, M. **Cómo piensam las instituciones**. Madrid: Alianza Universidad. Alianza Editorial S.A., 1996.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social do trabalho**. [1893]. Tradução Eduardo Brandão. 2ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

EMBRAPA. **Visão 2030**: o futuro da agricultura brasileira. Brasília-DF: Embrapa, 2018.

ESTEVAM, V.; SANTOS, G.; FELISBERTO, Z.; ZILLI, J. C.; PIERI, R.; VIEIRA, A. C. P. **Governança territorial e indicação geográfica**: contribuições da universidade do extremo sul catarinense. UNESC. 2016. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xvimostrappga/paper/vi ewFile/4817/1644>. Acesso em 09/03/2018.

FERREIRA PINTO, C. et al. Salsa. In: PAULA J.R., T. J. de.; VENZON, M. (Coords.). **101 culturas**: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007.

GALBRAITH, J. K. **A era da incerteza**. 2.ed.Tradução de F. R. Nickelsen Pellegrini. São Paulo: Pioneira, 1980.

GONÇALVES, H. **Manual de metodologia da pesquisa**. São Paulo: Avercamp, 2005.

HOWARD, E. Ciudades-jardín del mañana. In: AYMÓNIMO, C. **Orígenes y desarrollo de La ciudad moderna**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1972.

KOTLER, P. **Marketing para o século XXI**: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo, Editora Futura 2002.

LANA, M. Perdas e desperdício de hortaliças no Brasil. In: **Perdas e desperdício de alimentos**: estratégias para redução. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. Disponível em <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1101593>. Acesso em julho 2020.

LANA, M.; MOITA, A. Qualidade visual e desperdício de hortaliças e ervas frescas em um típico mercado varejista no Brasil. In: **Hortic**. vol.37, n.2. Bras: EPUB: online, 2019. p.161-171.

LANA, M.; TAVARES, S. **50 hortaliças**: como comprar, conservar e consumir. Brasília: Editora Embrapa Hortaliças, 2010.

LASTRES, H.M.; CASSIOLATO, J.E. **Novas políticas na era do conhecimento**: o foco em arranjos produtos e inovativos locais. Parcerias Estratégicas – Número 17 – setembro / 2003 (meio digital). Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/235/1/LASTRESPE2003i.pdf>. Acesso em 20/11/2020.

LIMA, S. Compreender Tocqueville através da Revolução Francesa: a historiografia pela república. In: **Revista história e cultura**. n. 23. Ano 13. Franca. 2017.p. 241-261.

LORENA, G. **Denominação de origem e seus efeitos no fortalecimento do patrimônio cultural**: o caso das bananas de Corupá. Joinville - SC: UNIVILLE, 2020.

MAIORKI, G. DALLABRIDA, V. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. In: **Revista interações**. v. 16, n. 1. Campo Grande, 2015.

MAKISHIMA, N. **O cultivo de hortaliças**. Brasília: EMBRAPA, 1993.

MARRONI DE ABREU, F. **A evolução da cooperação técnica internacional no Brasil**. v.4.n.2. Brasília- DF: Mural Internacional, 2013.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. v. 1. São Paulo: Victor Civita Editor, 1982.

MATOS, M. et al. Couve. In: LANA, M.; TAVARES, S. **50 hortaliças**: como comprar, conservar e consumir. Brasília; Editora Embrapa Hortaliças, 2010.

MELO, F. FIGUEIREDO, A. TEXEIRA. A cadeia produtiva do setor olerícola: crise e reestruturação. In: **Anais do SIMPOI 2002 integração e redes produtivas: integração e flexibilidade**. São Paulo: Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, 2002.

MELO, M. et al. Rúcula. In: LANA, M.; TAVARES, S. **50 hortaliças**: como comprar, conservar e consumir. Brasília; Editora Embrapa Hortaliças, 2010.

NASCIMENTO, A. SILVA, C. “Eu não gosto de cidade, nasci e me criei na roça”: o lugar dos assentados na fazenda sururu de Queiroz - Varzedo/Ba. In: **Anais do VI SINARUB** - Simpósio Nacional o Urbano e o Rural no Brasil. Salvador: UCSAL, 16 a 18 de setembro de 2020.

OLIVEIRA CRUZ; B. et al. **Economia regional e urbana**: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: IPEA, 2011.

OLIVEIRA, L.; CARMO, R. A dinâmica do cooperativismo no contexto da agricultura familiar: o caso da COOPERHORTA na Bahia. In: **Revista Bahia agrícola**. v.6. n.2. 2004.

OLSON, M. **A lógica de ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Tradução de Fábio Fernandes. São Paulo: Editora da USP, 1999.

OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes: la evolucion de las instituciones de accion colectiva**. Universidad Nacional Autonôma de México. Ciudad del México: Fondo de Cultura Econômica, 2000.

PAULA J.R., T. J. de.; VENZON, M. (Coords.). **101 culturas**: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007.

PENHA, A. A localização das EBT´s frente às teorias tradicionais de localização e modelos de aglomeração nos anos 80. In: **Revista eletrônica de economia**. v. 1. Juiz de Fora, 2009. p. 1-14.

PIRES, E. L. S. et al. **Governança territorial**: conceito, fatos e modalidades. Programa de Pós-graduação em Geografia. Rio Claro: UNESP – IGCE, 2011.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

REBOUCAS, B.; BAIARDI, A. Indicação geográfica (IG) e sua relevância para a produção familiar inserida no mercado. In: ULHÔA, J. L. R. (Org.). **Biodiversidade, meio ambiente e desenvolvimento sustentável**. 1.ed. v.2 Piracanjuba: Editora Conhecimento Livre, 2020. p. 318-342.

REIS, L. L. de M. **Indicação geográfica no Brasil**: determinantes, limites e possibilidades. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2015.

RIBEIRO, G. Fernand Braudel e as metamorfoses do tempo e do espaço: o conceito de geohistória em *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* [1949 e 1966]. In: **Confins**. Revista franco-brasileira de geografia. Departamento de Geografia da USP. n. 21. 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/33>. Acesso em 29/03/2021.

RIBEIRO, M.C. e BAIARDI, A. Benefícios do sistema de produção integrada na fruticultura, PIF, em perímetros irrigados: o caso do polo Petrolina- Juazeiro. In: **Revista econômica do nordeste**. v. 47, n. 1. Fortaleza, 2016. p. 21-38.

ROCHA, N. *et al.* **Instrumentos qualitativos de pesquisa**. Salvador: Editora Etera, 2015.

SÁ, L. e LIMA J. Desafios ao funcionamento de uma indicação geográfica: o caso das uvas de mesa e mangas do vale do submédio do São Francisco. In: **Anais do 13º congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural SOBER nordeste**: dinâmicas de desenvolvimento do semiárido. 08 a 10 de novembro de 2018. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/186308/1/Joao-Ricardo-2.pdf>. Acesso em 30/07/2020.

SEDIYAMA, M.; OLIVEIRA RIBEIRO, J.; WOODS PEDROSA, M. Alface. In: PAULA, JR.T.; VENZON, M. (Coords.). **101 culturas**: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007a.

SEDIYAMA, M.; SALGADO, L. OLIVEIRA RIBEIRO, C. Rúcula. In: PAULA JR., T.; VENZON, M. (Coords.). **101 culturas**: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007b.

SENA, A. **Cooperativa agrícola na Bahia**. Artigo publicado na Tribuna da Bahia em 08 de março de 2007.

SENAR. Bahia. Disponível em: <http://www.sistemafaeb.org.br/senar/conheca-o-SENAR>. Acesso em 20 julho 2020.

SETUR. Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. ABATURR. **Guia turismo rural da Bahia**: delícias da vida rural. Salvador-Bahia: Associação Baiana de Turismo Rural, 2013.

SILVA, S. Teoria de localização e de desenvolvimento regional. In: **Revista geografia**. v.1, n.2. Rio Claro: Unesp, 1976.

TANIGUTI, G.T. **Cotia, imigra São Paulo**. Tese de Doutorado de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Faculdade de Ciências Humanas, 2015.

TOCQUEVILLE, A. de. [1805-1859]. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático

fez nascer entre os americanos. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Paideia)

VALENTE, M. A.; MOTA RAMOS, R.P.; CHAVES, J.B.P. Indicação geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia. In: **Ciência rural**. v.42, n.3. Santa Maria, 2012. p.551-558.

VASCONCELOS, P. A geografia histórica no contexto da história do pensamento geográfico e suas relações com as ciências humanas. In: **Geografares**. Vitória-ES: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES, Janeiro-Junho, 2017.

VASCONCELOS, P. **Salvador transformações e permanências**. [1549-1999]. 2.ed. Salvador: EDUFBA, 2016.

VASCONCELOS, P. **Saudação em nome dos “novos acadêmicos” da academia de ciências da Bahia**. Discurso proferido em solenidade de posse na academia de ciências da Bahia, proferido no salão nobre da UFBA, 2018.

VASCONCELOS, P. Visões geográficas sobre questões do mundo atual. In: **Revista territorialidades**. Salvador. v. 1. n. 1. 2020. p. 156-165. Disponível em: <https://periodicos.ucsal.br/index.php/revistaterritorialidades/article/view/722>. Acesso em março 2021.

VILIANO, Filho. **Berimbau datas, fatos e boatos de sua história**. Feira de Santana-Bahia: Gráfica Globo, 2010.

WAIBEL, L. A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra. In: **Revista brasileira de geografia**. Sumário do número de janeiro-março. Artigos, 1948.

ZAPPALAGLIO, A. GUERRIERI, F. CARLS, S. Indicações geográficas *sui generis* para a proteção de produtos não agrícolas na UE: os esquemas de qualidade podem cumprir a tarefa? In: **International review of intellectual property and competition law**. v.51. n.1. München: Germany, 2020.

ANEXOS

ANEXO I - RELATÓRIO DE *E-SURVEY* REALIZADA ENTRE JUNHO E JULHO DE 2020

ANEXO II - INSTRUÇÃO NORMATIVA 095 DO INPI EMITIDA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE ESTABELECE AS CONDIÇÕES PARA O REGISTRO DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO BRASIL

ANEXO III - DESCRITIVO DA PESQUISA DE CAMPO SOBRE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PARA HORTALIÇAS DE BERIMBAU

ANEXO IV - ROTEIRO DE ENTREVISTA E QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

ANEXO V - MAPA DO IBGE (2010) COM OS ASPECTOS FÍSICOS E DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE-BA

ANEXO I - RELATÓRIO DE *E-SURVEY* REALIZADA ENTRE JUNHO E JULHO DE 2020

ANEXO I RELATÓRIO DE *E-SURVEY*

1. Preâmbulo:

A partir da frequência a eventos na área de indicação Geográfica (IG) e em contato pessoal com pesquisadores e estudiosos no tema, foi possível observar o grande arsenal de informações e conhecimentos que poderiam ser utilizados para contextualizar a importância da cooperação para o alcance das Indicações Geográficas em diversos territórios.

Os relatos entusiasmados de palestrantes, painelistas e expositores fizeram com que houvesse uma observação empírica acerca do ambiente onde os processos de IG eram “engendrados” (grifo nosso) em que mostravam a sua diversidade de motivos e formas de aproximação dos produtores e outros membros da cadeia produtiva em torno de instituições de cooperação em diversas escalas.

A presença de variados relatos sobre os papéis pessoais e institucionais para o alcance das IGs, bem como os múltiplos cenários relatados nas diversas configurações para o êxito, - ou esforços que não teriam alcançado, ao menos nos períodos dos eventos, o desejado reconhecimento de produtos ou serviços qualificáveis -, tudo isso reforçou a conveniência de buscar uma constatação mais elaborada desses fenômenos colaborativos constatados de forma empírica.

O afastamento físico provocado pela COVID-19, com o cancelamento de eventos presenciais anteriormente programados, fez com que houvesse a necessidade de buscar-se, de forma não presencial, a coleta de dados que lastreassem o registro das práticas de cooperação percebidas e reconhecidas como válidas.

Adotou-se, em função do cenário acima descrito, uma *e-survey* abrangendo os membros de uma comunidade virtual, ancorada no aplicativo *WhattApp* denominada Indicações Geográficas, que era composta (em julho de 2020) por 158 pessoas com diversos perfis e formas de integração à temática das IGs no país.

Esta modalidade de auscultar, com rapidez, uma população por amostra aleatória simples, permitiu um levantamento de formas de cooperação experienciadas por membros da comunidade acima. As questões foram elaboradas experimentalmente e verificada a consistência junto a alguns profissionais com vínculo com a temática, sendo que ocorreu ainda um teste anterior, que consistiu na aplicação simulada de três questionários, com validação do elenco de questões, bem como sua disposição no formulário.

O modelo final de questionário adotado foi composto por questões (abertas e fechadas) divididas em sete tópicos, onde se buscou entender qual a visão das pessoas que estavam envolvidas diretamente com a temática da IG. Algumas das perguntas referiam-se ao respondente em si, com foco, entre outros, a seus vínculos com instituições de cooperação para a IG, seu papel e sua categoria da

análise (produtor, transportador, comerciante, fornecedor, membro do governo ou membro de entidades locais/regionais) e a coleta de dados e informações sobre as diversas formas e modelos de cooperação pessoal e institucional praticadas em diversos ambientes, territórios e escalas, estas identificadas como local, estadual e federal.

2. Operacionalização para a coleta de dados

Foram enviados questionários eletrônicos a todos os 158 membros da comunidade virtual já identificada, dos quais obteve-se respostas num número de 29 questionários correspondente a (18%) cujas respostas foram acolhidas, no período de junho e julho de 2020, por aplicativo e catalogados pelo *Google docs*.

Na tabulação dos resultados, adotou-se o procedimento preliminar de avaliar a consistência dos dados coletados, o que provocou a exclusão de 3 questionários que se demonstraram inadequados à proposta do estudo por estarem incompletos ou rasurados. Os questionários validados, em número de 26, foram então processados e compuseram uma planilha Excel, servindo de base para a elaboração do presente relatório.

3. Resultados obtidos

O primeiro bloco de questões visou identificar a região brasileira onde o respondente atua, constando de cinco alternativas, correspondentes às regiões geográficas conhecidas: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste.

REGIÕES DE ORIGEM DOS MEMBROS DO GRUPO

NORTE	19	12,03
NORDESTE	68	43,04
SUDESTE	25	15,82
SUL	29	18,35
CENTRO OESTE	17	10,76
TOTAL	158	100,00

REGIÕES DE ORIGEM DAS RESPOSTAS

NORTE	5	19,24
NORDESTE	13	50,00
SUDESTE	4	15,38
SUL	3	11,53
CENTRO OESTE	1	3,85
TOTAL	26	100,00

Este bloco buscou também a indicação da forma como, pessoalmente, o respondente se posiciona quanto à IG à qual está vinculado: Aí são propostas algumas categorias (não excludentes) possibilitando o autoenquadramento como: ESTUDANTE / PESQUISADOR; PRODUTOR; TRANSPORTADOR; COMERCIANTE; FORNECEDOR; MEMBRO GOVERNO; MEMBRO ENTIDADE e Outros (especificar).

A pergunta literal foi: *Como vc, pessoalmente, se posiciona quanto a esta IG?*
Respostas múltiplas foram observadas, como se constata abaixo:

O resultado deste bloco apresenta uma concentração de respondentes com papel de estudante/pesquisador com 14 estudantes/pesquisadores; 2 membros de entidade; 9 membros do governo e 1 produtor.

ESTUDANTE / PESQUISADOR	14
MEMBRO ENTIDADE	2
MEMBRO GOVERNO	9
PRODUTOR	1

Também se solicitou a indicação da forma predominante de produção do serviço/produto/artesanato objeto da IG. Foram propostos os tipos: FAMILIAR; COOPERATIVA; EMPRESARIAL e Outros (especificar).

FORMA PREDOMINANTE DE PRODUÇÃO

ASSOCIAÇÃO	4
COOPERATIVA	12
EMPRESARIAL	3
FAMILIAR	7

Como fechamento deste bloco, nas observações, registram-se contribuições significativas para alinhamento conceitual, aqui indicadas "*ipsis litteris*" – a) IG não certifica produto; b) Primeiro: IG não é certificação. Segundo, acredito que a maioria vem da pequena e média agricultura.

O bloco seguinte visou indicar com qual(is) instituição(ões) na **escala Federal** o esforço para a IG do produto/serviço/artesanato registra Cooperação. Foram propostas algumas entidades (não excludentes) citadas na literatura ou nos eventos frequentados: MAPA; SEBRAE; EMBRAPA; MDIC (atual SECINT do Ministério da Economia) e Outro(s) órgão(s) nacional(is). Qual(is)? O resultado ultrapassa o número de respondentes, vez que se possibilitou respostas múltiplas e comentários abertos.

Tabulados os resultados, tem-se um rol de instituições com perfis e portes distintos, como pode se observar no quadro abaixo:

CITAÇÕES DE INSTITUIÇÕES DE APOIO ÀS IGS A NÍVEL FEDERAL.

EMBRAPA (2)
MAPA (1)
MAPA, EMBRAPA e SEBRAE (4)
MAPA, SEBRAE (3);
MAPA, SEBRAE, EMBRAPA, Museu Emílio Goeldi, UFPA, UFRA (1);
MAPA, SEBRAE, EMBRAPA, Seagri (1);
MÚLTIPLAS INSTITUIÇÕES (1);
OUTROS A NÍVEL NACIONAL: VOTORANTIM (4)
SEBRAE (10);
SEBRAE, EMBRAPA, EMATER, prefeituras municipais, cooperativas e STR (1);
SEBRAE, UFS (2)

Um destaque se identifica no SEBRAE, citado 22 vezes (de forma isolada ou conjuntamente), bem assim a EMBRAPA 6 vezes e o MAPA com cinco ocorrências.

Outros registros citam a IPHAN e o IFSP, bem como o Fórum Técnico de IG e Marcas Coletivas do Estado do Pará que congrega 35 instituições, entre elas 13 que são estaduais públicas ou associações e outras.

A questão na **escala estadual** fazia a observação de que poderia abranger mais de um estado, se a IG for considerada multiterritorial e interestadual. Foram propostas as seguintes entidades: Federação Estadual de Cooperativas; Consórcios ou associações estaduais; Governo(s) Estadual(is) pela(s) Secretaria(s). Qual (is)? ... e Outro(s) órgão(s) estadual (is). Qual (is)...

CITAÇÕES DE INSTITUIÇÕES DE APOIO ÀS IGS A NÍVEL ESTADUAL.

O esforço para a IG do produto/serviço/artesanato conta com a cooperação de: NÍVEL ESTADUAL

EPAGRI/CIRAM, UFSC e Instituto Federal de SC (1)
 Federação Estadual de Cooperativas (2)
 Fórum Estadual de IG (3)
 Múltiplas instituições (1)
 Nenhum apoio (2)
 SEBRAE (1)
 Secretaria e Desenvolvimento Econômico (1)
 Universidades (UFSC, UDESC, etc) (1)
 Associação Comercial (1)
 Múltiplas instituições, inclusive externas ao município (1)
 Representações Estaduais no município (1)
 Secretaria de Emprego, Renda e Desenvolvimento Econômico (1)

A análise das respostas indica que os Fóruns Estaduais de IG (3) lideram as respostas, onde também a representação estadual do SEBRAE foi citada, bem como instituições de ensino e pesquisa, numa pulverização de entidades sendo que, em duas ocorrências, houve o registro de que não há NENHUMA entidade de apoio a nível estadual.

A mesma configuração do questionário ao **nível municipal** propunha que o respondente indicasse se o esforço para a IG do produto/serviço/artesanato vinculado ao território registra a cooperação de entidades como: Cooperativa local; Associação de produtores/artesãos; Associações locais / regionais (Associação Comercial, Lions Clube, Rotary Club, outro(s) ? indique ; Governo municipal pela(s) Secretaria(s). Qual (is)....; Outro(s) órgão(s) municipal(is). Qual (is).. Consta do questionário a observação de que as entidades podem abranger mais de um município, se o território indicado na poligonal da IG alcançar tal característica.

CITAÇÕES DE INSTITUIÇÕES DE APOIO ÀS IGS A NÍVEL ESTADUAL.

NÍVEL MUNICIPAL. O esforço para a IG do produto/serviço/artesanato conta com a cooperação de: NÍVEL MUNICIPAL

As entidades, a nível municipal, mais importantes, pelas respostas foram:

- Prefeitura (com 3 citações, sendo que em uma há o foco na Secretaria de Emprego, Renda e Desenvolvimento Econômico),
- Alguns textos indicam a amplitude de formas de cooperação e de instituições em ação nos territórios: descrição *ipsis literis* abaixo:
- “IG do biscoito artesanal (em estudo) fomentada por uma rede de cooperação de empresas em processo de constituição. Sebrae exercendo governança inicial, enquanto agente de desenvolvimento local”;
- “Não temos Fórum Estadual formalizado no Estado, mas temos grupos de entidades que discutem o tema, como a rede de organização do Workshop Catarinense de Indicação Geográfica”;
- “Produtores, empresários, governo municipal e outros agentes em torno do Projeto do Biscoito, fortalecendo o debate e as ações”;
- “Associação Comercial”;
- “Cooperativa local”;
- “Representações Estaduais no município além de múltiplas instituições, inclusive externas ao município”;
- “Fórum Técnico de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas do Estado do Pará”.

O bloco final solicitava que o respondente indicasse, de forma livre, OUTRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO OBSERVADAS NA IG.

Nas respostas enviadas observa-se citações a entidades em outras escalas, como o Fórum Estadual de IG, bem como à academia e seus estudos com o registro de Instituições de Ensino, porém sem nominá-las. Há ainda citação específica à empresa Votorantim.

Como questões finais do questionário, solicitou-se que o respondente fizesse a INDICAÇÃO DA IG À QUAL ESTAVA VINCULADO. Doze dos respondentes registraram suas vinculações, sendo que alguns se vinculam a diversas IGs, conforme se constata na transcrição literal das respostas, abaixo:

- 1) Renda Irlandesa de Divina Pastora;
- 2) IG do biscoito artesanal (ainda em estudo de viabilidade);
- 3) Indiretamente com todas;
- 4) Denominação de Origem - BANANA DA REGIÃO DE CORUPÁ;
- 5) São várias, pois faço parte da equipe técnica da Epagri q atua em todas as IGs relacionadas a produtos da agropecuária, desde delimitação de área a organização dos envolvidos;
- 6) Em SC temos 3 IGs reconhecidas e 4 em andamento;
- 7) Diversas;
- 8) Farinha de Bragança;
- 9) Não estou vinculada diretamente a uma IG, pois faço parte de uma Secretaria Estadual;
- 10) Eu estudando a IG Vale dos Vinhedos;

- 11) Sem vinculação; e,
- 12) IG do Cacau de Tomé-Açu (reconhecida); queijo do Marajó e Farinha de Bragança (depositadas) e mais 17 Potenciais.

Solicitou-se, ainda a identificação (opcional), com o objetivo de remessa preferencial deste relatório. As questões foram: Nome; Fone/WhatsApp e e-mail. Dos 26 respondentes, 11 se identificaram.

4. Considerações finais

Este relatório indica o resultado da presente *e-survey* e destaca, por oportuno, a grande diversidade de enfoques registrados pelos participantes, quanto aos aspectos de cooperação institucional, em suas várias escalas, presentes nas variadas combinações organizacionais que lidam com a questão da Indicação Geográfica em território nacional.

Identificar e conhecer tais experiências pode facilitar o caminho a todos aqueles que se dispõem a lidar com as temáticas territoriais que lhe são afeitas, estimulando a cooperação para o alcance de Indicações Geográficas, que podem representar elementos de diferenciação de produtos, serviços ou artesanatos, como fatores de valorização e desenvolvimento territorial.

Os resultados da enquete mostraram-se muito úteis na identificação de instituições, em escalas municipais, estaduais e federal com prática e experiência em aportar conhecimento e incentivo a produtores e estudiosos de territórios que intentam buscar um reconhecimento para seus produtos ou serviços que sejam qualificáveis como aptos à obtenção de um signo de IG. O relatório desta *e-survey*, assim, denota a diversidade de instituições que possibilitam apoio e suporte aos produtores da agropecuária que demandem, objetivamente, tais contribuições.

Salvador, janeiro de 2021

Bartholomeu Rebouças
(71)99973-7122

ANEXO II - INSTRUÇÃO NORMATIVA 095 DO INPI EMITIDA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE ESTABELECE AS CONDIÇÕES PARA O REGISTRO DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO BRASIL



**MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 095/2018, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018.

Ementa: Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas

O PRESIDENTE E O DIRETOR DE MARCAS, DESENHOS INDUSTRIAIS E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, no uso das suas atribuições legais previstas no Decreto nº 8.854, de 22 de setembro de 2016,

CONSIDERANDO que a finalidade principal do INPI é executar as normas que regulam a Propriedade Industrial, tendo em vista suas funções econômicas, sociais, jurídicas e técnicas,

CONSIDERANDO a crescente importância das Indicações Geográficas para a economia, e

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de conferir a adequada proteção às Indicações Geográficas no Brasil,

RESOLVEM:

Art. 1º. Estabelecer as condições para o registro das Indicações Geográficas no INPI.

Parágrafo único. O registro referido no “caput” é de natureza declaratória e implica o reconhecimento das Indicações Geográficas.

Art. 2º. Para os fins desta Instrução Normativa constitui Indicação Geográfica a Indicação de Procedência ou a Denominação de Origem.

§1º Considera-se Indicação de Procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

§2º Considera-se Denominação de Origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

§3º Nome geográfico ou seu gentílico, que poderá vir acompanhado de nome do produto ou do serviço, é o nome usado comumente para se referir a um lugar em particular, a uma feição ou a uma área com identidade reconhecida na superfície terrestre.

§4º Para fins de Indicação de Procedência, considera-se que o nome geográfico tornou-se conhecido quando expressamente mencionado, por diferentes fontes, como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço assinalado.

§5º Consideram-se as seguintes definições para fins de Denominação de Origem:

I. Fatores naturais são os elementos do meio geográfico relacionados ao meio ambiente, como solo, relevo, clima, flora, fauna, entre outros, e que influenciam as qualidades ou

características do produto ou serviço;

II. Fatores humanos são os elementos característicos da comunidade produtora ou prestadora do serviço, como o saber-fazer local, incluindo o desenvolvimento, adaptação ou aperfeiçoamento de técnicas próprias;

III. Qualidades são os atributos tecnicamente comprováveis e mensuráveis do produto ou serviço, ou de sua cadeia de produção ou de prestação de serviços;

IV. Características são traços ou propriedades inerentes ao produto ou serviço, ou de sua cadeia de produção ou de prestação de serviços.

Art. 3º. As disposições desta Instrução Normativa estendem-se, ainda, à representação gráfica ou figurativa da Indicação Geográfica, bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja Indicação Geográfica.

Parágrafo único. O elemento nominativo da representação gráfica deverá ser idêntico à Indicação Geográfica solicitada.

DOS TERMOS NÃO SUSCETÍVEIS DE REGISTRO

Art. 4º. Não são registráveis como Indicação Geográfica os termos suscetíveis de causar confusão, que reproduzam, imitem ou se constituam por:

I - nome geográfico ou seu gentílico que houver se tornado de uso comum, designando produto ou serviço;

II - nome de uma variedade vegetal, cultivada ou não, que esteja registrada como cultivar, ou que seja de uso corrente ou existente no território brasileiro na data do pedido;

III - nome de uma raça animal que seja de uso corrente ou existente no território brasileiro na data do pedido;

IV - homônimo à Indicação Geográfica já registrada no Brasil para assinalar produto ou serviço idêntico ou afim, salvo quando houver diferenciação substancial no signo distintivo.

DOS REQUERENTES E USUÁRIOS DO REGISTRO

Art. 5º. Podem requerer registro de Indicações Geográficas, na qualidade de substitutos processuais, a associação, o sindicato, ou qualquer outra entidade que possa atuar como tal em razão da lei.

§1º O substituto processual deve estar estabelecido no respectivo território e ser representativo da coletividade legitimada a requerer o registro da indicação geográfica.

§2º O quadro social do substituto processual deve ser formado total ou predominantemente por participantes da cadeia produtiva do respectivo produto ou serviço.

§3º Na hipótese de existir no local um único produtor ou prestador de serviço tendo legitimidade ao uso da Indicação Geográfica, estará o mesmo autorizado a requerer o registro.

§4º Em se tratando de Indicação Geográfica estrangeira já reconhecida no seu país de origem, ou por entidades ou organismos internacionais competentes, o registro deverá ser solicitado pelo requerente legitimado da Indicação Geográfica no país de origem.

Art. 6º Poderão usar a Indicação Geográfica os produtores e prestadores de serviços estabelecidos no local, desde que cumpram as disposições do caderno de especificações técnicas e estejam sujeitos ao controle definido.

Parágrafo único. A ausência de vínculo do produtor ou do prestador de serviço com o substituto processual não configura óbice ao uso da Indicação Geográfica.



DO PEDIDO DE REGISTRO

Art. 7º. O pedido de registro de Indicação Geográfica deverá referir-se a um nome geográfico e conterá:

I - Requerimento de Indicação Geográfica (modelo I);

II - Caderno de especificações técnicas, no qual conste:

a) O nome geográfico, conforme descrito no §3º do art. 2º;

b) Descrição do produto ou serviço objeto da Indicação Geográfica;

c) Delimitação da área geográfica, de acordo com o instrumento oficial, fazendo uso das normas do Sistema Cartográfico Nacional vigente, exceto para as indicações geográficas localizadas fora do território nacional;

d) Em pedido de Indicação de Procedência, a descrição do processo de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço, pelo qual o nome geográfico se tornou conhecido;

e) Em pedido de Denominação de Origem, a descrição das qualidades ou características do produto ou serviço que se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos, e seu processo de obtenção ou prestação;

f) Descrição do mecanismo de controle sobre os produtores ou prestadores de serviços que tenham o direito ao uso da Indicação Geográfica, bem como sobre o produto ou serviço por ela distinguido;

g) Condições e proibições de uso da Indicação Geográfica; e

h) Eventuais sanções aplicáveis à infringência do disposto na alínea g).

III - Procuração, se for o caso;

IV - Comprovante do pagamento da retribuição correspondente;

V - Comprovação da legitimidade do requerente, por meio de:

a) Estatuto social, devidamente registrado no órgão competente, que preveja: a representação dos produtores e prestadores de serviços; a relação direta com a cadeia do produto ou serviço objeto da Indicação Geográfica; a possibilidade de depositar o pedido de registro; o objetivo de gerir a Indicação Geográfica; a abrangência territorial de atuação englobando a área da Indicação Geográfica;

b) Ata registrada da Assembleia Geral com aprovação do Estatuto;

c) Ata registrada da posse da atual Diretoria;

d) Ata registrada da Assembleia Geral com a aprovação do caderno de especificações técnicas, acompanhada de lista de presença com indicação de quais dentre os presentes são produtores ou prestadores do serviço a ser distinguido pela Indicação Geográfica;

e) Cópia da identidade e do CPF dos representantes legais do substituto processual; e

f) Declaração, sob as penas da lei, de que os produtores ou prestadores de serviços, e outros operadores, estão estabelecidos na área delimitada, conforme modelo II, com a identificação e a qualificação dos mesmos;

VI - Em se tratando de Indicação de Procedência, documentos que comprovem que o nome geográfico se tornou conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço;

VII - Em se tratando de Denominação de Origem, documentos que comprovem a influência do meio geográfico nas qualidades ou características do produto ou serviço, devendo conter os elementos descritivos:


a) Do meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos;

b) Das qualidades ou características do produto ou serviço; e

c) Do nexos causal entre as alíneas "a" e "b".

VIII - Instrumento oficial que delimita a área geográfica:

a) No qual conste a fundamentação acerca da delimitação geográfica apresentada de acordo com a espécie de Indicação Geográfica requerida;



b) Expedido por órgão competente de cada Estado, sendo competentes, no Brasil, no âmbito específico de suas competências, a União Federal, representada pelos Ministérios afins ao produto ou serviço distinguido pela Indicação Geográfica, e os Estados, representados pelas Secretarias afins ao produto ou serviço distinguido pela Indicação Geográfica.

IX - Se for o caso, a representação gráfica ou figurativa da Indicação Geográfica ou de representação geográfica de país, cidade, região ou localidade do território.

§1º Na hipótese de haver um único produtor ou prestador de serviço legitimado a requerer a Indicação Geográfica, conforme disposto no § 3º do art. 5º desta Instrução Normativa, fica dispensada a apresentação dos documentos elencados no inciso V do art. 7º da mesma Instrução Normativa.

§2º O requerente referido no §1º deve apresentar declaração, sob as penas da lei, de ser o único produtor ou prestador de serviço estabelecido na área delimitada, conforme modelo III.

Art. 8º. Em se tratando de Indicação Geográfica estrangeira já reconhecida no seu país de origem, ou reconhecida por entidades ou organismos internacionais competentes, o requerente deverá apresentar os mesmos documentos e informações exigidos aos nacionais, salvo nos casos em que haja reciprocidade de direitos aos brasileiros.

Parágrafo único. Nos casos de reciprocidade de tratamento, o requerente estrangeiro deverá apresentar cópia do documento que reconheceu a Indicação Geográfica no país de origem, acrescido dos elementos dispostos no inciso II do art. 7º e dos documentos previstos nos incisos I, III, IV, VIII, e IX do art. 7º, todos no idioma português.

Art. 9º. O pedido de registro de Indicação Geográfica, bem como as petições de qualquer natureza (modelo IV) e pedidos de fotocópia (modelo V), deverão ser entregues nas recepções do INPI, por meio de envio postal com aviso de recebimento (AR) endereçado à sede do INPI no Rio de Janeiro.

§1º Presume-se que os pedidos depositados e as petições apresentadas por via postal terão sido recebidos na data da postagem ou no dia útil imediatamente posterior caso a postagem se dê em sábado, domingo ou feriado e na hora do encerramento das atividades da recepção do INPI, no Rio de Janeiro.

§2º Efetuado o depósito ou apresentada a petição por via postal, caso tenham sido enviadas vias suplementares para retorno ao requerente, deverá constar 1 (um) envelope adicional, endereçado e selado, para retorno das vias suplementares pelo correio, sem responsabilidade por parte do INPI quanto a extravios. Na falta de tal envelope endereçado e selado, tais vias suplementares ficarão à disposição do requerente no INPI do Rio de Janeiro.

§3º Todos os documentos apresentados devem conter título informativo que utilize, preferencialmente, as mesmas nomenclaturas estabelecidas no art. 7º desta Instrução Normativa.

§4º Todos os documentos do pedido devem ser apresentados em folha A4, de maneira a possibilitar sua reprodução e visualização.

§5º As folhas deverão conter o texto dentro das seguintes margens:

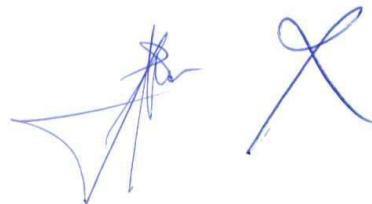
Superior 3 cm

Esquerda 3 cm

Direita 2,5 cm

Inferior 2,5 cm

Art. 10. Considera-se depósito o ato pelo qual o INPI protocoliza o pedido de registro de Indicação Geográfica mediante numeração própria.



DO EXAME PRELIMINAR

Art. 11. Apresentado e protocolizado o pedido de registro de Indicação Geográfica, será o mesmo submetido a exame preliminar para verificação da presença dos documentos previstos no art. 7º.

§1º Durante o exame preliminar poderão ser formuladas exigências para regularização do pedido de registro.

§2º As exigências deverão ser respondidas dentro do prazo de 60 (sessenta) dias desde a sua publicação, sob pena de arquivamento definitivo do pedido de registro.

§3º O INPI poderá recomendar, em sede de exigência, a alteração da espécie da Indicação Geográfica para melhor adequação ao conteúdo do pedido.

§4º Caso haja algum impedimento à continuidade do exame, o pedido poderá ser sobrestado.

Art. 12. Regularizado o pedido de registro, será considerado concluído o exame preliminar, sendo o pedido de registro, então, publicado para manifestação de terceiros interessados.

§1º A publicação do pedido de registro para a manifestação de terceiros será acompanhada do caderno de especificações técnicas da Indicação Geográfica e do instrumento oficial de delimitação da área geográfica.

§2º O prazo para manifestação de terceiros é de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação do pedido de registro.

§3º Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior e, havendo manifestação de terceiros, a mesma será publicada, podendo o requerente apresentar resposta, caso seja de seu interesse, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

§4º As manifestações e as respostas serão analisadas durante o exame de mérito.

DO EXAME DE MÉRITO

Art. 13. Encerrados os prazos fixados no art. 12, será efetuado o exame de mérito do pedido, durante o qual poderão ser formuladas exigências para esclarecimentos de questões relacionadas ao mérito.

§1º A exigência deverá ser respondida dentro do prazo de 60 (sessenta) dias desde a sua publicação, sob pena de arquivamento definitivo do pedido de registro.

§2º O INPI poderá recomendar, em sede de exigência, a alteração da espécie da Indicação Geográfica para melhor adequação ao conteúdo do pedido.

§3º Caso haja algum impedimento à continuidade do exame, o pedido poderá ser sobrestado.

DA DECISÃO

Art. 14. Realizado o exame de mérito, será proferida decisão de concessão ou indeferimento do pedido de registro da Indicação Geográfica, com a respectiva publicação.

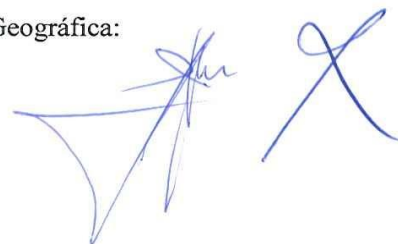
§1º Concedido o registro, será simultaneamente expedido o respectivo certificado, que ficará disponível ao requerente no INPI.

§2º O pedido de registro será indeferido quando não forem observadas as proibições e os requisitos previstos na Lei nº 9.279/1996, nesta Instrução Normativa e nos atos normativos relacionados a Indicações Geográficas expedidos pelo INPI.

DAS ALTERAÇÕES DO REGISTRO

Art. 15. São passíveis de alteração, após o registro da Indicação Geográfica:

- I- O nome geográfico e sua representação gráfica ou figurativa;
- II- A delimitação da área geográfica;



III- O caderno de especificações técnicas da Indicação Geográfica;

IV- A espécie de Indicação Geográfica.

§1º Somente poderão ser solicitadas alterações do registro da Indicação Geográfica após decorridos 24 (vinte e quatro) meses da data do registro.

§2º O pedido de alteração poderá conter mais de uma alteração.

§3º Não poderão ser alterados elementos característicos que justificaram a concessão da Indicação Geográfica, sob pena de indeferimento do pedido de alteração.

Art. 16. O pedido de alteração deverá ser protocolado no INPI, e conterá:

I- Requerimento de alteração de registro de Indicação Geográfica (modelo VI);

II- Justificativa fundamentada para a alteração;

III- Caderno de especificações técnicas alterado e aprovado em ata registrada da Assembleia Geral;

IV- Procuração, se for o caso;

V- Comprovante do pagamento da retribuição correspondente; e

VI- Comprovação da legitimidade do requerente, nos termos do inciso V e dos §§ 1º e 2º do art. 7º desta Instrução Normativa.

§1º A legitimidade para solicitar a alteração no registro da Indicação Geográfica cabe ao substituto processual que solicitou o pedido de registro ao INPI ou àquele que vier a sucedê-lo de fato ou de direito.

§2º Em se tratando de alteração no registro que se refira à delimitação da área geográfica, a legitimidade se estenderá às pessoas físicas ou jurídicas diretamente interessadas, desde que tal situação reste comprovada e que seu produto ou serviço esteja em conformidade com as condições que justificaram o reconhecimento da Indicação Geográfica.

§3º As alterações propostas devem ser compatíveis com a manutenção da qualidade e genuinidade do produto ou serviço, de forma a respeitar as condições que justificaram o reconhecimento da Indicação Geográfica, quais sejam:

a) as qualidades ou características devidas exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos, no caso de Denominação de Origem; ou

b) ter se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço, no caso de Indicação de Procedência.

§4º Cada alteração solicitada deverá apresentar razões específicas, a justificativa fundamentada, bem como a comparação com o documento original.

§5º Nova alteração para o mesmo quesito somente poderá ser requerida após decorridos 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de deferimento ou indeferimento da solicitação anterior.

Art. 17. Além do disposto no art. 16, o pedido de alteração do nome geográfico deverá conter:

I - Instrumento oficial que delimita a área geográfica, com a retificação do nome geográfico correspondente, observado, no caso de Indicação de Procedência, o disposto no inciso VI do art. 7º; e

II - Se for o caso, a representação gráfica ou figurativa da Indicação Geográfica ou de representação geográfica de país, cidade, região ou localidade do território.

§1º O pedido de alteração do nome geográfico limita-se à inclusão ou supressão:

a) de parte do nome geográfico reconhecido, mantendo-se o seu núcleo original; e

b) do nome do produto ou serviço.

§2º O pedido de alteração do nome geográfico não implica obrigatoriamente a alteração da área geográfica delimitada.

Art. 18. Além do disposto no art. 16, o pedido de alteração da área geográfica deverá conter instrumento oficial apresentando a nova área delimitada, observado o disposto no inciso VIII do art. 7º.

§1º O pedido de ampliação da área geográfica referente à Indicação de Procedência deverá comprovar que a área agregada se tornou conhecida como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço, tal qual a área originalmente delimitada.

§2º O pedido de ampliação da área geográfica referente à Denominação de Origem deverá comprovar que a área agregada apresenta as mesmas condições que designam produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos, tais quais as da área originalmente delimitada.

§3º O pedido de redução da área geográfica deverá levar em consideração os produtores ou prestadores de serviços já estabelecidos na área geográfica delimitada e as condições que justificaram seu reconhecimento.

§4º O pedido de alteração da área geográfica delimitada não implica obrigatoriamente a alteração do nome geográfico.

Art. 19. O pedido de alteração do caderno de especificações técnicas restringe-se a:

I - descrição do produto ou serviço;

II - descrição dos processos de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação de serviço, em caso de Indicação de Procedência;

III - descrição das qualidades ou características do produto ou serviço e seu processo de obtenção ou prestação, em caso de Denominação de Origem;

IV - descrição do mecanismo de controle sobre os produtores ou prestadores de serviços que tenham o direito ao uso da Indicação Geográfica, bem como sobre o produto ou serviço distinguido pela Indicação Geográfica;

V - condições e proibições de uso da Indicação Geográfica;

VI - eventuais sanções aplicáveis à infringência do disposto no inciso V deste artigo.

Parágrafo único. Não será apreciado o pedido de alteração que contiver produto ou serviço distinto do constante no registro.

DA FUNGIBILIDADE DO REGISTRO

Art. 20. O pedido de alteração de uma espécie de Indicação Geográfica para outra deverá atender às condições previstas nesta Instrução Normativa.

§1º Os produtores ou prestadores de serviço já estabelecidos na área geográfica delimitada anteriormente não poderão ser excluídos ou prejudicados com a pretensa alteração.

§2º Não será permitida a convivência de um registro anterior com um registro posterior, advindo do primeiro.

§3º A alteração somente poderá ser requerida após decorridos 24 (vinte e quatro) meses da concessão do registro da Indicação Geográfica.

Art. 21. O pedido de alteração deverá ser protocolado no INPI, conterá os documentos previstos no art. 16, e:

I - Em caso de alteração de Denominação de Origem para Indicação de Procedência, deverão ser apresentados documentos que comprovem que o nome geográfico se tornou conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço;

II - Em caso de alteração de Indicação de Procedência para Denominação de Origem, deverá ser apresentado documento comprobatório das especificidades:

- a) Do meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos;
- b) Das qualidades ou características do produto ou serviço; e
- c) Do nexo causal entre os itens “a” e “b”;

Parágrafo único. A legitimidade para solicitar a alteração do registro da Indicação Geográfica cabe ao substituto processual que requereu o pedido de registro da Indicação Geográfica no INPI ou àquele que vier a sucedê-lo de fato ou de direito.

DO EXAME DO PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE REGISTRO

Art. 22. O pedido de alteração observará o mesmo trâmite processual do pedido de registro, conforme disposto nos artigos 11 a 14 desta Instrução Normativa.

§1º Caso o pedido de alteração seja deferido, quando couber, será expedido novo certificado de registro contendo a alteração solicitada.

§2º Caso o pedido de alteração seja indeferido, prevalecerão as condições do registro original.

DOS PEDIDOS DE RECURSO

Art. 23. O INPI examinará recursos interpostos quanto à concessão ou indeferimento dos pedidos de registro, assim como dos pedidos de alteração de registro, nos termos dos artigos 212 a 215 da Lei nº 9.279/1996.

Parágrafo único. Não cabe recurso da decisão que determinar o arquivamento definitivo do pedido de Indicação Geográfica.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 24. Nas Indicações Geográficas concedidas até a entrada em vigor desta Instrução Normativa, a alteração para inclusão de nome de produto ou serviço, bem como a correspondente alteração da representação gráfica ou figurativa, poderá ser requerida a qualquer tempo.

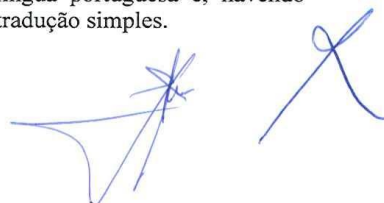
Art. 25. Nos pedidos depositados antes da entrada em vigor desta Instrução Normativa, a alteração da Indicação Geográfica para inclusão do nome de produto ou serviço, bem como a correspondente alteração da representação gráfica ou figurativa, deverá ser requerida antes da data de concessão do registro.

Parágrafo único. Em caso de não observância do prazo estabelecido no caput, o prazo para alteração será o estabelecido no §1º do art. 15 desta Instrução Normativa.

Art. 26. Aos pedidos depositados antes da entrada em vigor desta Instrução Normativa, já publicados para manifestação de terceiros ou que atendam às condições estabelecidas pela IN 25/2013 para a referida publicação, não se aplicam as exigências em sede de exame preliminar instituídas pela presente Instrução Normativa.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. Os requerimentos previstos nesta Instrução Normativa, bem como qualquer outro documento que os instrua, deverão ser apresentados em língua portuguesa e, havendo documento em língua estrangeira, deverá ser apresentada sua tradução simples.



Art. 28. As disposições legais de caráter geral ou características técnicas inerentes à produção ou prestação de serviço, comuns no segmento, são dispensadas de apresentação de cópia.

DA VIGÊNCIA

Art. 29. Esta Instrução Normativa entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

DA REVOGAÇÃO

Art. 30. Fica revogada a Instrução Normativa INPI/PR nº 25, de 21 de agosto de 2013.


LUIZ OTÁVIO PIMENTEL
Presidente


ANDRÉ LUIS BALLOUSSIER ANCORA DA LUZ
Diretor de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas

ANEXO III - DESCRITIVO DA PESQUISA DE CAMPO SOBRE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PARA HORTALIÇAS DE BERIMBAU

DESCRITIVO

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PARA HORTALIÇAS DE BERIMBAU

O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE

Denominado de Berimbau, como respeito à sua história, possui uma concentração de pequenos e médios produtores de hortifrutigranjeiros (e de hortaliças folhosas) que demonstram, há anos, uma capacidade produtiva intensa, com o aproveitamento das condições de clima e localização que favorecem a distribuição, dentro de horas, aos mercados consumidores, dos produtos dali originados, que chegam ao consumidor final com a garantia das condições organolépticas originais.

Alguns esforços iniciados por produtores independentes, que embalam produtos com a marca Berimbau, apresentam condição de oferta diferenciada, nas maiores cidades da Bahia (Salvador e Feira de Santana), com aumento das unidades comercializadas, não apenas no volume, mas também no preço pago pelos clientes.

O SELO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG)

É um elemento de diferenciação de produtos, serviços e processos, associados a territórios.

O nome geográfico indica que o produto da região tem um padrão e algumas diferenças com os de outras, com características de qualidade e originalidade que são o resultado da geografia, das influências e/ou o resultado de fatores humanos, por meio do know-how (savoir-faire) e produção geograficamente restrita a um dado território.

São exemplos mundiais: França: Champagne (vinhos espumantes); Bourdeaux (vinhos tintos); Rochefort, Comté, Cantal, Camembert (queijos); Cognac (destilado de vinho branco). Portugal: Porto (Vinho); Serra da Estrela (queijo). Itália: Parma (presunto); Parmiggiano Reggiano e Grana Padano (queijos). Espanha: Pata Negra (presunto cru); Alicante e Jijona (torrones); Cea (pão artesanal); Montes de Toledo azeite de oliva. África: Galmi (cebola violeta); Quênia (chá). Ásia: Basmati (arroz –Índia); Borseong (chá – Coréia do Sul). América Latina: Colômbia (café); Peru (Pisco); México (Tequila e café Vera Cruz); Jamaica (café Blue Mountain); Cuba (Charutos).

A Indicação Geográfica é uma conquista que garante a prosperidade para uma comunidade de produtores. Entretanto, o que faz sentido para o reconhecimento da qualidade, a concessão deste selo (no Brasil concedido após rigoroso processo junto ao INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) não é trivial. Há um processo que avalia a coesão social e a cooperação, decisivos na rota de obtenção da IG.

Embora o selo venha associado a produtos famosos, há, no caso da Bahia, produtos que podem ser classificados como bens, serviços ou ambientes diferenciados e se tornam especiais. A carne de sol de Iitororó, a carne de fumeiro de Maragogipe, o avoador (biscoito de pólvilho) de Conquista, o abacaxi de Itaberaba, o artesanato de fibra de Serrinha, as águas termais do Caldas do Jorro, o ambiente e paisagem de Lençóis, Andaraí e Mucugê, na Chapada Diamantina, as hortaliças oriundas de Conceição do Jacuípe (Berimbau) etc.

Algumas comunidades já incorporaram a cultura da colaboração para a IG e estão obtendo grandes benefícios para seus produtores, trabalhadores, entidades locais e poder público. A divulgação da marca associada ao território também promove uma

imagem favorável dos gestores e contribui para maior movimentação na cidade, com benefícios para todos.

Viajantes que passam pelo território são atraídos para a aquisição, “*in-loco*”, dos produtos regionais, ofertados de maneira que haja informações mais amplas sobre eles, seus benefícios para a saúde (ou outros benefícios), o local e o processo de produção, a forma de consumo e a inovação a ser recomendada pelos produtores, etc.

A popularização do selo de Indicação Geográfica valoriza o território e sua gente !

Exemplos:



A PESQUISA

A fase atual do estudo visa coletar informações sobre as características da cadeia produtiva de hortaliças de Berimbau. Consiste em entrevistas e anotações em questionários junto a produtores, transportadores, comerciantes, fornecedores, membros do governo, membros de entidades locais/regionais.

Busco respostas para as questões referentes aos arranjos de produção; características da produção; elementos de cooperação; características dos produtos, embalagem, logística de distribuição, vendas e marketing.

Também me interessa conhecer o uso de tecnologias (máquinas, utensílios, novos defensivos ou fertilizantes) utilizadas na produção, armazenamento e transporte das principais hortaliças. (Especificação sobre a propriedade dos equipamentos), bem como as características da comercialização local ou para outros mercados, o controle dos desperdícios, as formas inovativas de comercialização coletiva.

Pesquisador: Prof. Bartholomeu Rebouças.
 Universidade Católica do Salvador UCSAL
 e-mail breboucas@gmail.com
 fone (whatsApp) 71 99973-7122

ANEXO IV - ROTEIRO DE ENTREVISTA E QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

Roteiro de Entrevista e Questionário

Nome do entrevistado: _____	CLASSIFICAÇÃO: PRODUTOR <input type="checkbox"/> TRANSPORTADOR <input type="checkbox"/> COMERCIANTE <input type="checkbox"/> FORNECEDOR <input type="checkbox"/> MEMBRO GOVERNO <input type="checkbox"/> MEMBRO ENTIDADE <input type="checkbox"/> Outros (especificar) <input type="checkbox"/>
Idade: _____	
Escolaridade: _____	
Titulação: _____	
Endereço: _____	

Legenda: S – Sim N – Não

1. ARRANJOS DE PRODUÇÃO		
S	N	ARRANJOS DE PRODUÇÃO (TIPOS) - Descrição do arranjo:
		1.1 - Familiar
		1.2 - Cooperativa
		1.3 - Empresarial
		1.4 Outros (especificar)
2. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO		
S	N	AQUISIÇÃO DE INSUMOS / TECNOLOGIA
		2.1- Adquire os insumos no mercado local (Berimbau ou região)
		2.2 - Faz aquisições de forma individual
		2.3 - Recebe benefícios ou incentivos para uso de insumo específico
		2.4 - Tem capacidade de armazenamento na própria propriedade (descrever)
		2.5 - Faz o controle de uso de insumos (custos, desperdícios, etc.)
		2.6 - Recebe informações técnicas (especificar)
3. ELEMENTOS DE COOPERAÇÃO		
S	N	VÍNCULO COM OUTROS AGENTES, COM COOPERATIVA OU FORMA DE AÇÃO COLETIVA
		3.1 - Contrato com fornecedores
		3.2 - Parceria em compras (especificar)
		3.3 - Uso compartilhado de equipamentos ou insumos (especificar)
		3.4 - Comercialização via central ou cooperativa (especificar)
		3.5 - Membro de associação ou cooperativa (ou sindicato)
4. PRODUÇÃO		
S	N	4-PRINCIPAIS HORTALIÇAS PRODUZIDAS (descrição e volume periódico)
		4.1- Alface
		4.2 - Agrião
		4.3 - Almeirão
		4.4 - Chicória
		4.5 - Coentro
		4.6 - Couve
		4.7 - Couve chinesa
		4.8 - Espinafre
		4.9 - Mostarda
		4.10 - Repolho
		4.11 - Rúcula
		4.12- Salsa
		4.13 - Salsão
		4.14 - Outros (especificar)

Legenda: **S** – Sim **N** – Não **P** - Parcial

5. PRODUTOS, VENDAS E MARKETING			
S	N	P	POLÍTICA MERCADOLÓGICA
			5.1- Apresenta ao consumidor de forma diferenciada (especificar)
			5.2 - O transporte até o consumidor final é adequado (in natura, refrigerado, etc.)
			5.3 - Já observou alguma barreira imposta aos seus produtos
			5.4 - É embalado individualmente (ou porções individuais ao consumo)
			5.5 - Faz divulgação das hortaliças (especificar)

6 COMENTÁRIOS

6.1 - Uso de tecnologia (máquinas, utensílios, novos defensivos ou fertilizantes) utilizada na produção, armazenamento e transporte das principais hortaliças. (Especificação sobre a propriedade dos equipamentos).

6.2 - Características da comercialização local ou para outros mercados.

6.3 - A logística de transporte e distribuição.

6.4 - O controle dos desperdícios.

6.5 - Formas inovativas de cooperação.

6.6 - Formas inovativas de comercialização.

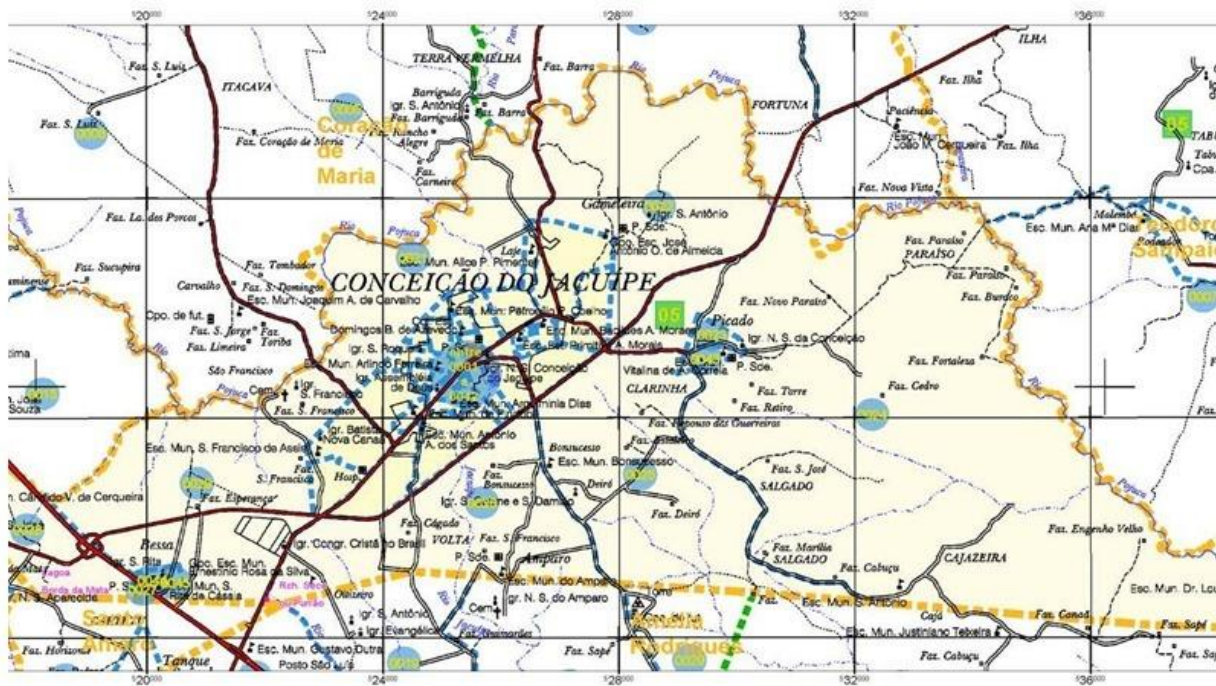
Observações:

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do Entrevistador

ANEXO V - MAPA DO IBGE (2010) COM OS ASPECTOS FÍSICOS E DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE-BA

Mapa do IBGE (2010) que representa os aspectos físicos e divisão administrativa do município de Conceição do Jacuípe- Ba. Geocódigo distrito 290860705. Mesorregião: Centro Norte Baiano. Microrregião Feira De Santana



Convenções Cartográficas		Convenções Temáticas		Escala		Divisão Político-administrativa		CONCEIÇÃO DO JACUIPE-BA		Implementação																													
Elementos Planimétricos Edifícios Lago, Baía, Mira Monte de terra, Monte de água Campo de emergência, Foz Localidade Linha transversadora de energia, Cerca Linha isolada Rodovias auto-estrada pavimentada sem pavimentação sem pavimentação caminho-cortado trilha, caminho e estrada trilha de estrada isolada, estrada Férreo Malha férrea Malha isolada		Elementos Altimétricos Ponto topográfico, Referência de nível Ponto astronômico, Ponto barométrico Classificação Elementos de hidrografia Curso d'água intermitente Lago ou lagoa intermitente Foz de rio, queda d'água, Salto Dique, Barragem Poço (alça), Nascente Represa e colônia grande Represa pequena Represa submersa e subterrânea Represa sobre terra e alvenaria Arrebentão, Rio seco ou rio morto Represa rotativa Afluente Cartográfico COPACENSA - Levantamento por GPS em campo de Brasília COP-VERCE - Levantamento apoiado em cartografia cartográfica		Limites Distrito Sub-Distrito São-Carolista Inter-municipal Inter-estadual Área especial ODS - Os limites政veramentais das terras indígenas, especialmente as que pertencem às áreas indígenas e devem ser desconsideradas Identificação Distrito: Sub-Distrito São-Carolista Área Especial		Sistema de Coordenadas Geográficas em Latitudes Longitude - PROJ432702 Coordenada Plano Rectangular em UTM - SAD 83 Origem da projeção em UTM: Equador Meridiano 30 WGS Altitude em metros de 1000 e 900 no respectivamente Este produto integra a coleção de mapas municipais grandes de terra sem administração, a partir da projeção das terras do Mapeamento Brasileiro Brasil sem produção em IBGE. ODS é o nome, em termos reais, que refere-se à área do Município de Conceição do Jacuípe, com sua extensão geográfica, sua localização física e sua localização política, com sua localização e controle do sistema cartográfico. Cronologia Edição 07/2010 Informações técnicas e documentação técnica e atualização consulte o site www.municípios.gov.br		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">GEOCÓDIGO</th> <th colspan="2">NOME</th> </tr> <tr> <th>Zona</th> <th>Subzona</th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>290860705</td> <td></td> <td colspan="2">Conceição do Jacuípe</td> </tr> </tbody> </table>		GEOCÓDIGO		NOME		Zona	Subzona			290860705		Conceição do Jacuípe		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Aspectos Físicos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mesorregião:</td> <td>CENTRO NORTE BAIANO</td> </tr> <tr> <td>Microrregião:</td> <td>FEIRA DE SANTANA</td> </tr> <tr> <td>Estado de sede:</td> <td>Bahia</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Coordenadas de sede</td> </tr> <tr> <td>Latitude:</td> <td>S 08° 55'</td> </tr> <tr> <td>Longitude:</td> <td>W 38° 30'</td> </tr> </tbody> </table>		Aspectos Físicos		Mesorregião:	CENTRO NORTE BAIANO	Microrregião:	FEIRA DE SANTANA	Estado de sede:	Bahia	Coordenadas de sede		Latitude:	S 08° 55'	Longitude:	W 38° 30'	Implementação Coordenação IBGE Coordenação de Cartografia - COAR Coordenação Temática Coordenação de Estatísticas Territoriais - CETE Unidade Produtora Unidades Estatísticas do IBGE Desenvolvimento Centro de Documentação e Disseminação de Informação - CDD MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA A DIRETORIA DE GEOCÓDIGO aplica a política de comunicação de informações geográficas e estatísticas em: Rua: 13.017 - Paróquia de Lapa Rio de Janeiro-RJ - CEP 21.241-021 IBGE - Direção de reprodução cartográfica	
GEOCÓDIGO		NOME																																					
Zona	Subzona																																						
290860705		Conceição do Jacuípe																																					
Aspectos Físicos																																							
Mesorregião:	CENTRO NORTE BAIANO																																						
Microrregião:	FEIRA DE SANTANA																																						
Estado de sede:	Bahia																																						
Coordenadas de sede																																							
Latitude:	S 08° 55'																																						
Longitude:	W 38° 30'																																						